

DANIELLY MEIRELES DIAS

**PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE:
OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS BENS PIRANGUENSES E OS
DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO E DA CONSCIENTIZAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Leonardo Civalle

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

D541p
2022

Dias, Danielly Meireles, 1996-

Patrimônio cultural e identidade: os processos de patrimonialização dos bens piranguenses e os desafios da preservação e da conscientização / Danielly Meireles Dias. – Viçosa, MG, 2022.

1 dissertação eletrônica (206 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Leonardo Civale.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de História, 2022.

Referências bibliográficas: f. 187-192.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.777>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Piranga (MG) - História. 2. Patrimônio cultural - Proteção - Piranga (MG). I. Civale, Leonardo, 1962-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 981.51

Bibliotecário(a) responsável: Euzébio Luiz Pinto CRB-6/3317

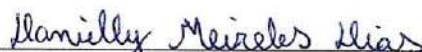
DANIELLY MEIRELES DIAS

**PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE:
OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS BENS PIRANGUENSES E OS
DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO E DA CONSCIENTIZAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 31 de outubro de 2022.

Assentimento:



Danielly Meireles Dias

Autora



Documento assinado digitalmente
LEONARDO CIVALE
Data: 21/12/2022 11:13:08-0300
Verifique em <https://verificador.ti.br>

Leonardo Civalo

Orientador

À minha família, meus pais e irmãos, por todo amor, carinho e incentivo. A todos os profissionais da educação e a todos os piranguenses.

AGRADECIMENTOS

Nunca é fácil, pois todos os passos que damos ao longo de nossa caminhada apresentam seus desafios e consequências. Contudo, o que torna tudo possível, mais suportável e gratificante, é poder contar com pessoas especiais e por isso não posso deixar de agradecê-las.

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer a Deus, pois sem Ele nada disso seria possível. Eu pude perceber seu cuidado por mim durante todo esse processo, desde a etapa da seleção para a vaga até este momento de conclusão da pesquisa.

Sem o apoio da minha família, nada disso seria possível. Logo, agradeço à minha mãe, Rita Meireles, ao meu pai, Fábio Dias, aos meus irmãos Débora e Fábio Júnior, à minha cunhada Rayssa e ao meu noivo Carlos Júnior. Obrigada a todos por todo amor, compreensão e incentivo. Agradeço, também, aos demais membros da minha família Dias e Meireles que de alguma forma colaboraram para esta realização.

Agradeço ao professor Marcelo Cedro, da PUC Minas, que mesmo não sendo mais meu professor demonstrou apoio e disponibilidade para me aconselhar desde a minha monografia, em 2017, até aqui no mestrado. Igualmente, agradeço ao Mario Cleber Lana e ao Caio Boschi, que foram meus primeiros professores de metodologia e orientadores no início de minha caminhada acadêmica. A eles, o meu mais sincero agradecimento.

Agradeço ao meu orientador Leonardo Civale, exemplo de pessoa e de profissional, de cujas aulas sentirei saudades. Foi uma honra poder contar com suas orientações e com sua amizade e respeito.

Agradeço à Universidade Federal de Viçosa, em especial ao departamento de História, e a todos aqueles que fazem parte do programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Agradeço aos professores por cada disciplina e cada ensinamento, enfim, pelo trabalho árduo em prol da educação e da história.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para esta pesquisa por meio das entrevistas, das conversas, das disponibilizações de material, pelas dicas e até mesmo por palavras de incentivo, como “você consegue” e “que trabalho bacana”. Agradeço a cada um que, em algum momento, torceu por mim.

Não posso deixar de agradecer às Escolas nas quais lecionei durante esses anos: Escola Estadual Coronel José Ildefonso; Escola Estadual Doutor Francisco Vieira Martins; Escola Estadual Francisco Ferreira Maciel e a Escola Estadual Francisco Sales Ferreira. Foi nesses espaços educacionais onde tive a honra de lecionar, trabalhar com meus antigos

professores, conhecer outros novos colegas e receber apoio durante a trajetória da pesquisa. Obrigada a cada um de vocês que integram esses grupos escolares, por me acolherem e por me incentivarem a continuar estudando, mesmo quando o trabalho ficou mais pesado. Vocês fazem diferença na educação!

Agradeço a todos aqueles que foram meus alunos, pois, foi a partir das minhas experiências em sala de aula e dos projetos desenvolvidos, que começou a surgir a proposta que viria a se tornar o tema da minha dissertação. Como é de meu costume chamá-los: Obrigada, fofos!

Agradeço à Comunidade Batista da Paz, por cada integrante que intercedeu por mim por meio de suas orações, e que me apoiou e que esteve ao meu lado.

Agradeço a todos os amigos que demonstraram apoio, que se alegraram com a minha conquista e que estiveram ao meu lado, pelas palavras ditas em dias difíceis, pelos sorrisos e abraços quando eu mais precisava.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram, seja de forma direta ou indireta. Agradeço pela torcida e pela participação efetiva. Essa conquista é nossa! Viva Piranga, viva sua gente, sua cultura e sua história!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Nações sem um passado são contradições em termos”.

(Eric Hobsbawm)

“E hoje na garupa da saudade Passeando na estrada da memória Cada curva conta a nossa história”.

(Igrejinha Azul, por Fiduma e Jeca, com part. de Mato Grosso e Matias)

RESUMO

DIAS, Danielly Meireles, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, outubro de 2022. **Patrimônio cultural e identidade: os processos de patrimonialização dos bens piranguenses e os desafios da preservação e da conscientização.** Orientador: Leonardo Civale.

Este estudo trata dos processos de patrimonialização acerca dos bens patrimoniais de Piranga, MG. Buscamos compreender a relação entre patrimônio, identidade, pertencimento e preservação. A metodologia utilizada foi um levantamento sobre a história da cidade por meio de bibliografia existente, fontes documentais e de uma análise dos documentos que integram esses processos e os dossiês de tombamento. Para tanto, realizamos uma discussão acerca da população piranguense e sobre como ela se identifica com esses bens patrimoniais, tendo como objetivo analisar se a população faz parte desses processos e se o preservar é uma demanda popular ou não. Como recorte temporal, analisamos os processos de tombamento que datam de 1959 a 2009 e os inventários que datam até 2011. Procuramos, por meio desse levantamento e do contato com os agentes relacionados, descobrir se há uma identificação dos moradores com o patrimônio cultural local, com o intuito de tentar entender se o descaso com vários bens é uma consequência da não identificação da população com o patrimônio ou não. Assim, foi possível elucidar qual a importância da relação entre memória, identidade e pertencimento acerca da questão patrimonial no caso específico da cidade mineira de Piranga.

Palavras-chave: Patrimônio. Piranga. Piranguense. Dossiê. Tombamento. Patrimonialização.

ABSTRACT

DIAS, Danielly Meireles, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, October, 2022. **Cultural heritage and identity: the patrimonialization processes of piranguenses assets and the challenges of preservation and awareness.** Adviser: Leonardo Civalle.

This study deals with the patrimonialization processes concerning the patrimonial assets of Piranga, MG. We seek to understand the relationship between heritage, identity, belonging and preservation. The methodology used was a survey of the city's history through existing bibliography, documentary sources and an analysis of the documents that integrate these processes and the listing dossiers. To do so, we held a discussion about the population of Pirangi and how it identifies with these heritage assets, with the objective of analyzing whether the population is part of these processes and whether preserving it is a popular demand or not. As a time frame, we analyzed the processes of listing that date from 1959 to 2009 and the inventories that date up to 2011. Through this survey and contact with related agents, we sought to find out if there is an identification of residents with the local cultural heritage, in order to try to understand whether the neglect of various assets is a consequence of the population not identifying with the heritage or not. Thus, it was possible to elucidate the importance of the relationship between memory, identity and belonging regarding the heritage issue in the specific case of the Minas Gerais city of Piranga.

Keywords: Heritage. Piranga. Piranguense. Dossier. tipping. Patrimonialization.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACM – Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana.

ACSM – Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

APM – Arquivo Público Mineiro.

BPE MG – Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.

FEC – Fundo Estadual de Cultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS cultural – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

NHU – Núcleo Histórico Urbano

PMP – Prefeitura Municipal de Piranga.

SECULT – Secretaria de Cultura.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos participantes do Questionário I.....	129
Gráfico 2 - Percentual de quantos sabem o que é patrimônio.....	130
Gráfico 3 - Percentual de quantos sabem o que é tombamento.....	130
Gráfico 4 - Percentual de quantos sabem a diferença entre patrimônio material e imaterial.....	131
Gráfico 5 - Percentual acerca dos que conhecem o IPHAN.....	132
Gráfico 6 - Percentual acerca dos que conhecem o IEPHA/MG.....	132
Gráfico 7 - Percentual de bens tombados pelo IPHAN.....	133
Gráfico 8 - Percentual de bens tombados pelo IEPHA/MG.....	134
Gráfico 9 - Percentual do conhecimento acerca das instâncias de tombamento.....	134
Gráfico 10 - Percentual sobre a atuação da prefeitura.....	136
Gráfico 11 - Faixa etária de participantes do Questionário II.....	142
Gráfico 12 - Percentual por grau de escolaridade.....	142
Gráfico 13 - Percentual de moradores da Zona Rural e Urbana.....	143
Gráfico 14 - Percentual de moradores por localidade.....	144
Gráfico 15 - Percentual dos que sabem o que é patrimônio cultural e tombamento.....	145
Gráfico 16 - Percentual de conhecimento acerca dos bens tombados.....	145
Gráfico 17 - Percentual de católicos.....	146
Gráfico 18 - Percentual sobre importância da preservação.....	147
Gráfico 19 - Percentual a favor do tombamento.....	147
Gráfico 20 - Percentual favorável a atuação da Prefeitura.....	148
Gráfico 21 - Percentual que acredita que a população se importa com a preservação.....	149
Gráfico 22 - Percentual acerca da educação para o patrimônio.....	153
Gráfico 23 - Percentual que já estudou sobre patrimônio na escola.....	154
Gráfico 24 - Percentual relacionado à escola e ao ensino sobre o patrimônio.....	155
Gráfico 25 - Percentual sobre conhecimento acerca da atuação dos institutos.....	156
Gráfico 26 - Cidade de atuação dos professores.....	175
Gráfico 27 - Perfil dos participantes.....	176
Gráfico 28 - Faixa etária para a qual os professores lecionam.....	176
Gráfico 29 - Percentual dos que lecionaram a temática patrimônio em sala de aula.....	177
Gráfico 30 - Percentual dos que consideram importante lecionar essa temática.....	177

Gráfico 31 - Percentual de profissionais capacitados.....	178
Gráfico 32 - Percentual de importância da formação.....	178
Gráfico 33 - Percentual de interessados em participar da formação.....	179
Gráfico 34 - Percentual a favor de discutir conceitos na formação.....	179
Gráfico 35 - Percentual a favor da discussão sobre os meios de proteção.....	180
Gráfico 36 - Percentual a favor do estudo sobre as esferas de tombamento.....	180
Gráfico 37 - Percentual a favor do estudo dos bens patrimoniais da cidade.....	180

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Comarca de Vila Rica de 1779 (José Joaquim da Rocha).....	29
Figura 2 - Recorte do Mapa acima, com foco nas regiões descritas no parágrafo acima...	29
Figura 3 - Santuário do Bom Jesus de Matozinhos.....	81
Figura 4 - Antiga Igreja Matriz da cidade de Piranga em duas perspectivas.....	83
Figura 5 - Capela de Santo Antônio em diferentes ângulos e interior.....	89
Figura 6 - Capela de Nossa Senhora do Rosário (ruínas).....	92
Figura 7 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário vista por fora e por dentro.....	96
Figura 8 – Edifício que abrigava a Prefeitura Municipal de Piranga.....	99
Figura 9 - Prédio da Antiga câmara municipal de Piranga.....	101
Figura 10 - Fazenda Praia Grande e a Cachoeira pertencente ao conjunto.....	103
Figura 11 - Fotos do Núcleo Histórico Urbano de Santo Antônio do Pirapetinga.....	106
Figura 12 - Imagem do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos.....	108
Figura 13 - Casarão do Rosário, atual Memorial Cesário Alvim.....	110
Figura 14 - Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte.....	112
Figura 15 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição.....	114
Figura 16 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário vista por fora e por dentro.....	117
Figura 17 - Vista parcial do Núcleo Histórico Urbano de Pinheiros Altos.....	120
Figura 18 - Praça Coronel Amantino Maciel.....	121
Figura 19 - Praça Cônego Felício.....	122
Figura 20 - Fotos atuais da parte interna da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	172

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 DE GUARAPIRANGA A PIRANGA.....	20
1.1 A Capitania de Minas Gerais: uma breve análise historiográfica.....	20
1.2 A freguesia de Guarapiranga: da sua origem como Guarapiranga à sua formação como atual Piranga.....	26
1.3 As construções e as tradições culturais: do patrimônio material ao imaterial.....	37
1.3.1 Os bens patrimoniais tombados pelo IPHAN e IEPHA/MG.....	45
1.3.2.1 Os bens patrimoniais materiais.....	50
1.3.2.2 Os bens patrimoniais imateriais.....	52
2 OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DE DOSSIÊS E DAS DEMAIS DOCUMENTAÇÕES REFERENTES AOS PROCESSOS REALIZADOS EM PIRANGA.....	56
2.1 Patrimônio, memória, identidade e pertencimento.....	56
2.2 Os processos de patrimonialização: uma breve análise bibliográfica acerca do conceito.....	68
2.3 Quais bens patrimonializar? Uma análise da escolha dos bens tombados em Piranga.	72
2.3.1 Tombamento Federal: conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos.....	75
2.3.2 A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e sua vivência no imaginário.....	81
2.3.3 Os processos estaduais de patrimonialização.....	85
2.3.3.1 A Capela de Santo Antônio.....	85
2.3.3.2 A Capela de Nossa Senhora do Rosário (ruínas).....	89
2.3.3.3 A Capela de Nossa Senhora do Rosário.....	92
2.3.4 Os processos de patrimonialização municipal.....	96
2.4 Os desafios acerca do estudo dos bens inventariados e a ausência de documentação..	122
3 PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE OS PIRAGUENSES, A CIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL.....	126
3.1 Questionário I - “Patrimônio cultural de Piranga”: uma análise dos resultados.....	128
3.2 Questionário II - “Patrimônio Cultural e Identidade: o patrimônio piranguense” - uma análise dos resultados.....	140

3.3 Como as autoridades locais desempenharam suas funções e como analisam a participação popular nos processos de patrimonialização: uma análise das entrevistas.....	162
PRODUTO.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS.....	187
ANEXOS.....	193

INTRODUÇÃO

Piranga é uma cidade localizada no interior de Minas Gerais, detentora de traços típicos das pequenas cidades mineiras. É considerada uma das mais antigas cidades do estado, localizada próximo a regiões que, no passado, foram os grandes polos mineradores do estado. Se tornou uma região rica tanto na exploração do ouro quanto na produção de produtos agrícolas, os quais abasteciam as regiões mineradoras e eram importantes na manutenção da economia mineira, que foi marcada pelo coronelismo e pelas grandes fazendas.

A cidade mantém traços típicos dessas pequenas cidades, embora se configure um município grande em extensão territorial. Em sua composição, é possível visualizar diversas edificações e presenciar tradições e manifestações culturais que fazem parte de sua história, pois as construções, as tradições e a sociedade compõem um rico patrimônio cultural da cidade.

Todavia, a realidade desse patrimônio é preocupante, pois durante anos a cidade vem sofrendo com a perda de parte desse legado devido a demolições, abandono de tradições e o descaso tanto dos órgãos públicos quanto do setor privado. Nota-se que a prefeitura, assim como grande parte dos moradores, não reconhece a importância de se preservar o patrimônio, ou não o enxerga como uma prioridade. É possível perceber que os moradores não se identificam com esses bens, ou que, muitas vezes, não foram chamados para participar e fazer parte das discussões para a valorização e preservação das heranças históricas. Desse modo, as pessoas não se sentem pertencentes a esses lugares de memória, e a visão popular que se tem é que tudo isso representa apenas o retrocesso da cidade em relação às demais.

Piranga é uma região marcada por vários acontecimentos históricos. Em seus traçados, é possível identificar etapas da história do estado e do país, desde o Brasil colônia até os dias de hoje. Em todos os “causos”, relatos de história oral e registros documentais é possível encontrarmos novas informações sobre a trajetória do município, a qual é marcada por uma forte religiosidade e por uma forte tradição afro-brasileira. Estes elementos, embora colaborem para visualizarmos as riquezas patrimoniais de Piranga, não serão foco desta pesquisa, contudo, já que nos centraremos sobre as edificações como locus investigativo.

Cumprе ressaltar que a cidade vem apresentando um grande potencial para futuras pesquisas, e a região já vem sendo estudada por diversos pesquisadores. Mesmo assim, ao pesquisar sobre o nome “Piranga”, não são vastas as informações fundamentadas que estão disponíveis com facilidade; é necessária uma investigação mais minuciosa, o que torna o estudo ainda mais instigante, ao passo que a tarefa, mais desafiadora.

A ideia estabelecer o município de Piranga como objeto de pesquisa se circunscreve no fato de ser a cidade natal da autora desta dissertação. O gosto pelo patrimônio surgiu na infância, tendo em vista a admiração pela beleza da localidade, composta por lindas igrejas antigas, casas e sobrados com grandes janelas e portas, que trazem sensação de casa da vovó, e várias tradições culturais, em meio às quais a autora cresceu vendo as pessoas à sua volta perpetuarem e transmitirem de geração para geração. O desejo de pesquisar sobre Piranga não foi possível na época da graduação, mas ele não foi esquecido, e apenas ficou adormecido até a hora certa de ser realizado.

Já formada como historiadora e de volta a Piranga, surgiu a oportunidade de trabalhar como professora no ensino médio integral integrado, lecionando uma disciplina que era voltada para a pesquisa e para a valorização da comunidade onde a escola está inserida. Durante esse contato com os moradores e com os alunos da região, foi possível notar que grande parte das pessoas mal conhecia o patrimônio da cidade ou o reconhecia como tal e, ainda, que sequer sabiam o significado desse título. Ao notar essa carência de informação, foi desenvolvido, juntamente com os alunos, um projeto sobre o patrimônio cultural piranguense, no qual o intuito era “conhecer para pertencer”. A ideia era conscientizar os jovens para que zelem pelo patrimônio, mas, para isso, eles precisavam, antes, saber do que se trata um patrimônio histórico e cultural. No desenrolar desse projeto foram feitas entrevistas com os moradores, visitas às localidades, e pesquisas sobre a história da cidade. A cada passo, podíamos perceber que nem mesmo a professora conhecia por completo a cidade na qual havia nascido e onde reside.

Ao realizar esse projeto, ainda que de maneira superficial e sem ser possível fazer tudo o que era desejado, ficou evidente a necessidade e a possibilidade de uma pesquisa mais profunda acerca dessa temática, pois ficou evidenciando que Piranga é uma cidade rica em história, com um vasto acervo patrimonial e cultural, o qual é pouco estudado e/ou cujo estudo é pouco estimulado. Por mais que em 1937 tenha ocorrido, no Brasil, um esforço para redemocratizar e construir um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, que incentivou a preservação da memória e democratizou o acesso ao conhecimento histórico e científico, isso não significa que democratizar o conhecimento baste, visto que é preciso ir além de garantir o acesso à informação: é necessário garantir, também, o direito da comunidade de participar do próprio processo.

No Município de Piranga, MG, é latente a carência da participação popular nos processos de patrimonialização. Nesse sentido, no intuito de pesquisar e fundamentar essa afirmativa, foi necessário localizar os dossiês de tombamento dos bens de Piranga e o dossiê

do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos (que foi fácil ter acesso, visto que é um bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e que o instituto possui o dossiê e todo o processo digitalizado). Contudo, acessar documentações sobre as três igrejas tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) foi um desafio, uma vez que esta pesquisa foi realizada em plena pandemia do Covid-19, o que nos fez repensar metodologias para poder concretizar o intento. A prefeitura de Piranga não possuía esses dossiês, e a biblioteca do IEPHA/MG encontrava-se fechada e sem data de reabertura, não havendo a possibilidade de disponibilizar essa documentação digitalizada. Assim, esse processo de espera se prorrogou por meses e apenas em agosto de 2021, com a reabertura da biblioteca, é que essa documentação pôde ser acessada.

Localizar os dossiês dos bens que receberam tombamento por lei municipal também foi um desafio. Alguns dos bens possuíam dossiê e era possível ter acesso a eles na Secretaria de Cultura do município, mas, em outros casos, os dossiês haviam desaparecido e não havia informações sobre onde eles poderiam estar. Em contato com a biblioteca do IEPHA/MG, foi informado que alguns desses documentos que estavam desaparecidos poderiam ser encontrados na sede do instituto em Belo Horizonte, visto que havia uma cópia deles na biblioteca porque tais documentos foram enviados para que o município pudesse pontuar no programa do ICMS cultural. Contudo, em dois casos específicos, os dossiês não foram localizados: os documentos referentes aos tombamentos de duas praças da cidade. Ao que tudo indica, esses documentos nunca existiram e ninguém soube informar sobre como esses tombamentos foram efetuados.

Outro desafio provocado pela pandemia do Covid-19 se deu no âmbito da realização das entrevistas, pois a cidade havia colocado em vigor um decreto que proibia a realização de reuniões. Desse modo, mesmo que fossem reuniões de pequeno porte, elas não poderiam acontecer, já que a orientação era que todos permanecessem em casa. Esse cenário fez com que as entrevistas tivessem que ser adiadas, e uma nova estratégia teria que ser pensada, sendo a saída encontrada a utilização de questionários via *Google Forms* e algumas entrevistas via *WhatsApp*. Por meio dessa nova metodologia foi possível dar continuidade a pesquisa e obter as informações que nos permitiram embasar nossas hipóteses.

Antes de adentrar ao que será exposto em cada capítulo, é preciso deixar claro quais foram os objetivos que nortearam esta pesquisa. Como objetivo principal, foi proposto analisar o empenho dos órgãos públicos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural de Piranga-MG, buscando compreender como se dá a proteção, levando em consideração

quais aspectos são considerados relevantes durante esse processo. Tal análise buscou elucidar o distanciamento existente entre os interesses públicos e privados, visto que a hipótese levantada é a de que a população não se identifica com esses bens e não possui consciência em relação à importância da proteção. Nessa ótica, a pesquisadora dedicou-se a analisar quais justificativas foram dadas nos processos de tombamento para a escolha dos bens, o que foi realizado por meio da análise dos dossiês e de entrevistas com agentes envolvidos, além de analisar as respostas dadas pelos moradores que participaram dos questionários e assim tentar identificar se há um sentimento de pertencimento por parte deles, ou seja, se eles se identificam com esses bens e se escolha do que proteger partiu e parte de uma demanda popular.

A dissertação se encontra estruturada da seguinte forma: primeiramente, nos dedicamos a realizar um estudo acerca da origem da cidade, voltando-nos ao início da ocupação da capitania de Minas Gerais para fazer uma breve análise historiográfica. Em seguida, realizamos um estudo mais detalhista sobre a origem da freguesia de Guarapiranga e sua trajetória até se tornar a atual cidade de Piranga. Após esse levantamento, foi realizada uma breve apresentação sobre os bens patrimoniais existentes no município que são tombados pelo IPHAN e pelo IEPHA/MG, os bens que são tombados pelo município e aqueles que se encontram registrados como bens inventariados, nos dedicando ao estudo tanto dos bens materiais quanto imateriais. O intuito foi embasar a pesquisa por meio de uma contextualização histórica e apresentar os bens que seriam estudados no decorrer do estudo.

O segundo capítulo propôs realizar uma discussão acerca dos conceitos patrimônio, memória e identidade, correlacionando essa discussão com o que é de fato a parte primordial da pesquisa. Nessa parte foi feito um estudo sobre os processos de patrimonialização dos bens patrimoniais piranguenses por meio da análise dos dossiês e das demais documentações referentes aos processos que foram realizados acerca desses bens. Neste capítulo foram examinados quais bens foram escolhidos para receber o tombamento, investigando-se quais justificativas foram dadas para fundamentar tais escolhas. Para que fosse possível analisar essas justificativas, cada um dos dossiês de tombamento foi avaliado, começando pelo bem tombado pelo IPHAN, em seguida, os bens tombados pelo estado e, por fim, os que receberam tombamento municipal.

O terceiro e último capítulo foi dedicado à opinião popular, para a qual coletamos os relatos sobre o patrimônio, a identidade e o pertencimento no intuito de apreender uma análise da relação entre os piranguenses, a cidade e o patrimônio cultural local. Neste capítulo foram analisados os resultados dos dois questionários que foram respondidos por moradores da

cidade. Além desses atores, as entrevistas contaram, também, com a participação de autoridades locais no intuito de estudar que percepções elas possuem, como desempenham e/ou desempenham suas funções e como analisam a participação popular nos processos de patrimonialização. Assim, o estudo abarca um cenário mais completo no intuito de observar se há uma participação popular e se a demanda de preservar parte da população ou dos órgãos responsáveis pela proteção.

Por último, são apresentadas as considerações finais e uma breve contextualização de como foi feito e qual a finalidade do produto desta pesquisa. Este foi produzido no intuito de promover uma formação aos professores da cidade para que eles estejam aptos e tenham embasamento para trabalhar a questão patrimonial nas escolas da cidade. Nesse sentido, espera-se que a cartilha aqui elaborada seja aceita e abraçada pelo departamento de educação municipal e que haja interesse por parte dos professores em fazer a formação e utilizar o material em sala de aula. Acreditamos, assim, que o patrimônio pode ser valorizado se sobre ele for ensinado aos jovens e adultos, pois é necessário conhecer para entender e pertencer.

Nesta trajetória foi possível conhecer, de forma mais analítica, partes da história da cidade natal da autora desta dissertação, Piranga, MG. Apesar de nela morar, a autora percebeu que não conhecia a fundo a sua cidade, a sua trajetória histórica, as culturas de sua gente. Trabalhando com a oralidade, foi possível observar que há muito o que se dizer e que muitos querem falar sobre isso, pois há muitas pessoas que se sentem valorizadas quando é dado a elas a chance de falarem sobre suas experiências. A oralidade traz novas perspectivas para a pesquisa acadêmica e nos permite ter mais proximidade da comunidade local, bem como compartilhar dos saberes. Os desafios foram muitos, o caminho é árduo, mas o trabalho é gratificante.

1 DE GUARAPIRANGA A PIRANGA

De acordo com os relatos de historiadores, a freguesia de Guarapiranga é considerada uma das mais antigas de Minas Gerais, antes mesmo da formação do estado (IGLÉSIAS, 1960; CÓDICE, 1999; MORAES, 2005). Mas, apesar de sua idade e de se tratar de uma região que teve um papel expressivo durante anos, a localidade ainda hoje é pouco estudada, talvez pela escassez de fontes documentais ou porque, na atualidade, a cidade não possui mais esse papel expressivo na sociedade mineira. Piranga é uma cidade localizada no interior da Zona da Mata Mineira e possui traços típicos das pequenas cidades mineiras, com suas construções, tradições culturais e a população que compõe um rico patrimônio cultural da cidade.

Neste primeiro capítulo, o objetivo é contextualizar e apresentar a origem da freguesia de Guarapiranga, que posteriormente veio a se tornar a cidade mineira de Piranga. Para que isso seja possível, é necessário realizarmos uma breve análise acerca da formação da capitania de Minas Gerais, iniciando por um sucinto levantamento historiográfico sobre a capitania.

Depois de realizada essa análise historiográfica, partiremos para a contextualização da formação da freguesia de Guarapiranga, analisando as principais características da região, com as físicas e culturais, e observando também como se constituiu o processo de formação da freguesia e como esta deu origem à cidade atualmente chamada de Piranga. Enfim, mas não menos importante, nos atentaremos para as características relacionadas ao patrimônio cultural da região, buscando elencar quais são os principais representantes do patrimônio material, quais as suas origens e quais as tradições que compõem o patrimônio imaterial da cidade.

1.1 A Capitania de Minas Gerais: uma breve análise historiográfica

As pesquisas realizadas nas últimas décadas mostram que Minas apresentou um perfil mais diversificado e complexo do que os que defendiam a historiografia tradicional. Compreender a história de Minas Gerais e de sua habitação vai além de um relato dos fatos, pois é necessária criticidade, assim como foi feito por Leandro Braga de Andrade (2010) que, nessa perspectiva, desmistificou a sociedade mineira, que de gloriosa e até democrática passou a expropriada, pobre e vista como um complexo e diversificado sistema econômico social. Dessa forma, ficou evidente que Minas gerava riquezas internas e que não se pautava

apenas na economia do ciclo do ouro, mas também por outras atividades econômicas. Tal riqueza era latente, mas existia distribuída de forma desigual.

Estudar Minas Gerais significa compreender sua diversidade de ocupação, de atividades produtivas, de vida social e de possibilidades de aplicação do trabalho escravo em economias não exportadoras. Significa, de certa forma, compreender não apenas a sua história isolada, mas também a história de suas cidades, como foi proposto fazer acerca da história de Piranga. Estudar a formação da capitania, o modo de vida e, conseqüentemente, a origem das cidades coloniais é fundamental para proporcionar um breve entendimento da trajetória das transformações ocorridas nesta localidade, desde sua origem até os dias atuais.

O foco aqui se deu ao período colonial no intuito de compreender porque o patrimônio local tombado privilegiou os bens que remetem à colônia. Mas é importante fazer uma crítica a este predomínio do interesse pelo patrimônio e à história relacionada a esse período. Sabe-se que há diversas outras histórias e patrimônios que estão relacionados a outros períodos, como ao imperial. Por exemplo, Piranga já vem sendo estudada pelo viés da elite oitocentista canavieira, das mulheres e dos escravizados do período imperial. Esse fato reforça que a historiografia mineira não se dedica apenas ao estudo da Minas colonial, mas também a outros recortes temporais e de fenômenos que são também muito importantes.

Sabemos que a descoberta de prata na América Espanhola provocou o desejo dos colonizadores da América Portuguesa, levando-os à busca por algo semelhante nas terras brasileiras. Porém, sem sucesso inicial, a busca por minas de prata acabou por se tornar uma frustração para os portugueses. O escritor português Ambrósio Fernandes Brandão chegou a afirmar que “ouro prata e pedras preciosas são somente para os castelhanos, e que para eles os reservou Deus” (BRANDÃO, s.d, p. 47).

Mas, apesar da frustração inicial, a esperança de encontrar tais minerais ainda permaneceu, e a busca por metais preciosos serviu como um fator propulsor para o desbravamento do interior. Além do interesse acerca dos metais, havia também o interesse pela captura de índios, o que estimulava a muitos exploradores. Depois, com o incremento do tráfico de africanos escravizados, os sertanistas passaram a buscar por novas fontes de riqueza (SOUZA, 2009).

Os bandeirantes que partiam de São Paulo traçavam diversos itinerários em busca do tão sonhado ouro, e, dessa forma, essa busca acabou por gerar outras atividades na região, como a agricultura. Nessa ótica, o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1994) faz uma análise sobre o milho, demonstrando como ele era uma fonte básica de alimentação para esses expedicionários, os quais plantavam roças ao longo dos caminhos e colhiam em seu retorno.

Apesar de o ouro ser o motivo dessas expedições, isso não implicou no abandono das regiões por onde passavam; pelo contrário, acabou por proporcionar o surgimento de povoados que, mesmo sem serem locais de mineração, exerciam um importante papel econômico. Eles eram os responsáveis por manter o comércio local ativo, de acordo com as demandas que iam surgindo por mercadorias, como alimentos e outros suprimentos. Em volta desses centros comerciais foram surgindo outros povoados, que eram responsáveis por produzir e fornecer essas mercadorias.

Como consequência dessas atividades surgiram também locais de “pousos”, os quais eram pontos de encontros de tropeiros responsáveis por transportar e comercializar as mercadorias. Por meio desse processo, foi gradativamente instituindo-se a ocupação dos sertões. Assim, segundo Mateus Rezende de Andrade, “o povoamento de Minas Gerais deu-se de modo centrífugo, partindo dos principais centros mineradores às áreas circunvizinhas” (ANDRADE, 2014, p. 31).

Sabe-se que, no final do século XVII, a situação econômica e política do Império Português não era das melhores, pois havia uma crise da economia açucareira devido à concorrência inglesa e francesa, o que afetava diretamente a colônia. Era necessário que a coroa encontrasse outro meio de dar uma guinada em sua economia, para tentar resolver esses problemas. Foi neste período, mais precisamente em 1674, que o rei português D. Pedro II ordenou que o paulista Fernão Dias Paes Leme marchasse rumo às matas do interior brasileiro. Fernão faleceu em 1681, mas seus descendentes continuaram a busca e encontraram o tão sonhado ouro (LOPES, 2012).

Essas descobertas acabaram por atrair ainda mais o interesse da coroa, a qual emitiu cartas destinadas aos “bons homens” de São Paulo encorajando-os a novas buscas e prometendo recompensas (PINTO, 1979). Isso atraiu uma multidão variada de pessoas para os sertões, muitas das quais abandonaram engenhos, fazendas, lavouras etc. A região da descoberta do ouro era caracterizada por suas matas densas e pelos tortuosos vales e montanhas, mas a chance de conquistar riquezas atraía aventureiros que chegavam às minas organizando assentamentos e espaços para a exploração do mineral.

Como relata Sérgio Buarque de Holanda, a região de Minas Gerais foi um território de novas atividades produtivas, não pautadas apenas em uma fonte de renda, mas também em outras produções que tornavam possíveis a vivência e a exploração do ouro nessa região. A produção de diversos alimentos cresceu a partir das necessidades de abastecimento. Esta economia plural acarretou o desenvolvimento não apenas econômico e social, como ainda o

artístico e cultural. Nesse sentido, a Capitania de Minas Gerais estava em ascensão não só como um polo minerador: era, em verdade, um complexo e diverso polo econômico.

A febre do ouro trazia consigo a necessidade de uma rede de abastecimento capaz de abastecer o mercado interno e, desse modo, as lavras de ouro coexistiam com roças destinadas à produção de alimentos, engenhos de cana e cachaça, plantações de fumo e a pecuária. Assim, as fazendas foram construídas na capitania e acabavam por conciliar as atividades mineradoras com as atividades agrícolas e com a pecuária (MAXWELL, 1995). Não houve mudanças estruturais nesse processo, mas, sim, um processo de fortalecimento de um tipo de estrutura produtiva peculiar já existente desde o início da colonização.

Por esse motivo, a queda da extração de ouro não acarretou contração econômica para a sociedade mineira, como afirmava a visão tradicional da historiografia, de que teria ocorrido uma decadência de Minas Gerais, mas uma transição da atividade nuclear (FURTADO, 1989; PRADO, 1989; SIMONSEN, 1970). Os anos de 1780 a 1810 datam o período em que a economia mineira deixou de ter como atividade principal a mineração e cujas atividades agropecuárias passam a ocupar esse lugar na economia (LEAL, 2015), fazendo com que a economia migrasse da exploração de ouro para um diversificado e complexo de produção de alimentos, atividades artesanais e um vigoroso comércio já ativo desde o início da ocupação do território.

Passado o tempo, como afirma Andrade (2010), os ganhos oriundos das atividades voltadas para o mercado interno já superavam os lucros obtidos com as atividades de exportação. Nesse ínterim, as atividades comerciais e as unidades produtivas mistas passaram a ser as mais lucrativas. Toda essa visibilidade direcionada à Capitania, somada à sua pluralidade econômica e vantajosa, atraiu a atenção do Estado Português e fez com que este desenvolvesse mecanismos para tentar controlar o capital e não deixar fugir de vista as riquezas das Minas Gerais.

Neste ponto, algo preocupante era a sociedade mineira, visto que essa se distinguiu das demais pelo seu caráter de luta permanente, uma vez que todos queriam o enriquecimento com o desrespeito das normas fixas (IGLÉSIAS, 1974). Esse cenário da economia mineradora resultou em um mercado interno – o primeiro mercado nacional – como polo de desenvolvimento do Brasil, e a Capitania passou, então, a afetar todo o sistema, principalmente, na organização política.

Tornava-se necessário, então, criar meios para ser possível haver ordem, e o caminho se constituía via os impostos, que viriam para exercer essa função. Com o crescimento da máquina da justiça e do fisco, o Estado precisava se organizar para se impor. Contudo, havia

aqueles produtores que conseguiam burlar o fisco, ao passo que os produtores regulares contribuía, assim tendo os seus produtos registrados nas fontes oficiais. A questão do fisco ocorria devido à dificuldade existente para as autoridades de manter um controle sobre o comércio, a exemplo da produção e comercialização da aguardente, sobre a qual “a malha tributária sequer atingia a metade dos contribuintes em potencial” (GODOY, 2006, p. 5) Isso ocorria

[...] devido a encobrimentos “de produtores que se passavam por fabricantes exclusivos de açúcar e rapadura” e aos problemas logísticos que as autoridades responsáveis pela cobrança do imposto enfrentavam: imensos territórios e dificuldade de locomoção impediam que se tomasse conhecimento de todos os produtores de um distrito (LEMOS, 2012, p. 47).

Desse modo, houve um aumento da centralização do poder estatal, levando ao fortalecimento das autoridades. Em Minas Gerais, essa centralização é vista de forma mais severa, pois havia uma centralização política imposta pela coroa portuguesa, mas não havia o mesmo em relação a uma centralização administrativa, como tentativa de controle sobre a região. Outra característica é a de que a Capitania não atraía apenas interesses econômicos e políticos, mas também o artístico e o intenso movimento intelectual e criador.

O início do século XIX foi o momento de crescimento da população livre envolvida com as atividades rurais e comerciais, a qual tornou possível a dinamização da economia interna. Como afirma Fernando Novais (2010), não era possível explorar a colônia sem, de certo modo, desenvolvê-la. Cumpre ter em mente que o Brasil, e mais especificamente Minas Gerais, não se caracterizaram por uma hierarquia social escravista dominada apenas por barões e coronéis que exportavam para o mercado europeu (como ocorria com a cana de açúcar no nordeste brasileiro), mas também por negociantes, banqueiros e fazendeiros locais, que enriqueciam com a circulação do mercado interno.

A partir de 1750, tem-se o período considerado o auge da mineração em Minas Gerais, embora esse ponto tenha encontrado a Capitania já com suas formas de reprodução social muito bem consolidadas. A partir de então, a decadência da mineração não correspondeu a uma decadência em absoluto das Minas Gerais. A queda da extração do ouro correspondeu à decadência do ouro de aluvião, a qual particularmente teve um impacto profundo, provocando modificações na sociedade. Entretanto, a economia mineira foi capaz de se diversificar e de se sustentar com o crescimento agrícola.

Diante desse contexto, fica evidente que, apesar de ter sido o fator decisivo para a ocupação do território da Capitania de Minas Gerais, a mineração não foi a única atividade

econômica da região, uma vez que foi capaz de articular-se com o comércio e com a agropecuária (OLIVEIRA, 2006). Essa característica esteve presente em muitas regiões, principalmente naquelas que apresentavam locais estratégicos, como a região chamada de Zona da Mata mineira.

Até o início do século XIX, a produção agropastoril era destinada ao autoconsumo e os excedentes eram comercializados nos mercados locais. Contudo, após 1820, com a existência do mercado interno mais estável e com a ampliação de novos mercados, a produção agrícola passou a compor uma dinâmica mercantil de subsistência, a qual era sustentada principalmente pelo trabalho escravo (LEAL, 2015). A partir da chegada da família real ao Rio de Janeiro (1815), o que incentivou a rearticulação das atividades econômicas de Minas Gerais, as antigas regiões mineradoras passam a ser destinadas a exercer a função de articular o comércio com o Rio de Janeiro, assumindo uma função de entreposto (PAIVA, 1996).

Isso demonstra que a economia e a história mineira não se embasaram apenas no período da mineração, mas que também houve outras dinâmicas importantes de serem retratadas e estudadas. No início do século XIX, “a metade dessa população se compunha de escravos; mulatos livres ou privados de liberdade constituíam quase um terço; negros livres ou escravos, cerca de dois quintos; e brancos, pouco menos da quarta parte” (BATISTA, 2016, p. 19). Essa diversidade da população reflete diretamente nas manifestações culturais e nos bens patrimoniais que remanescem na atualidade.

Além disso, com a intensa migração após 1750, a população se especializou no cultivo da cana-de-açúcar, produzindo açúcar, cachaça e rapadura, os quais eram comercializados na região (ANDRADE; LEMOS, 2013). Segundo Gustavo Lemos (2012), Minas Gerais detinha o maior espaço canavieiro do Brasil no século XIX, e por mais que esse recorte temporal não seja o foco desta pesquisa, fica evidente que esse foi um período relevante para a história da região e do Brasil. Ao estudarmos sobre o patrimônio piranguense, é impossível fugirmos desse contexto histórico, visto que alguns dos bens patrimoniais tombados ou inventariados remontam ao período ora abordado.

Na velha visão já em decadência sobre a primeira metade do século XIX havia a ideia de que a economia e a sociedade mineira se encontravam em um vazio, um hiato econômico em meio à opulência aurífera do século XVIII e à prosperidade da produção cafeeira em Minas Gerais. Essa tese é amplamente refutada, pois o período oitocentista tem sido foco de várias pesquisas quem vem demonstrando a importância da agricultura, do comércio e da dinâmica social, reforçando que houve outras atividades muito importantes além da mineração, como o cultivo da cana-de-açúcar e a produção de aguardente.

O patrimônio piranguense e quiçá o mineiro ainda possuem fortes traços coloniais dado que tombou muitos bens remetentes a esse período, mas atualmente já é possível reconhecer outros bens tão importantes quanto esses e que remontem a outros períodos, como fazendas que se dedicavam à economia da cana ou do café, além de manifestações culturais que eram praticadas por escravos e que permanecem até os dias de hoje, demonstrando que não apenas o patrimônio e a história ligada à elite branca mineira são importantes e merecem ser estudada, mas também aqueles que foram marginalizados.

Considerando que o objeto de estudo desta pesquisa é a cidade de Piranga, a qual está localizada na Zona da Mata Mineira, cumpre observar que a ocupação dessa região se deu nos primeiros anos da colonização dos territórios mineiros, realizada pelos bandeirantes paulistas que desejavam encontrar metais e pedras preciosas adentrando os sertões. Essa região foi vista como um local estratégico para a ocupação por ser um território de localização intermediária entre os núcleos de mineração e o litoral colonizado, o que facilitaria tanto a exploração dos minerais quando as relações comerciais. E é nessa região, ao sul do arraial do Ribeirão do Carmo, onde se deu início a ocupação de Guarapiranga, como veremos a seguir.

1.2 A freguesia de Guarapiranga: da sua origem como Guarapiranga à sua formação como atual Piranga

Após ter realizado uma contextualização do cenário de ocupação do espaço atualmente correspondente a Minas Gerais, houve uma dedicação em contextualizar especificamente a freguesia de Guarapiranga. Foi realizado, inicialmente, um traçado histórico da ocupação da região, o qual permite refletir sobre a trajetória histórica da cidade, pensando no que já foi produzido sobre Piranga e a região desde o período colonial, para que seja possível compreender como surgiu essa freguesia e como esta veio a se tornar a atual cidade de Piranga. Entende-se que essa contextualização seja importante para entendermos mais a fundo como se deu essa formação e para compreendermos as configurações atuais da cidade e do seu patrimônio.

Para esta análise, foram utilizados autores que já realizaram pesquisas acerca da região (OLIVEIRA, 2006; LOPES, 2012; CARNEIRO, 2008; LEAL, 2015; LEMOS, 2012). A bibliografia também foi amparada em fontes documentais existentes sobre essa ocupação, fontes como inventários, documentos do Arquivo Público Mineiro, do Arquivo Histórico Ultramarino, entre outros. O objetivo foi contextualizar a freguesia por meio de seu percurso histórico, utilizando de todo material que foi possível encontrar e ter acesso.

Sabe-se que a história é uma narrativa, mas que, por se tratar de uma ciência, possui metodologias a serem seguidas, como afirma Paul Veyne,

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco científica de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços subjetivos e sua importância relativa (VEYNE, 2008, p. 26).

Nesse sentido, temos que o historiador não cria enredos, personagens, nem “fatos”, mas realiza descobertas por meio das fontes e da análise crítica destas. E foi seguindo essa premissa que a autora desta dissertação dedicou-se a realizar esta pesquisa acerca das origens de Piranga. Localizada no interior da Zona da Mata mineira, Piranga é uma típica cidade interiorana, pacata, com uma religiosidade forte e ainda hoje com a economia girando em torno da pecuária, agricultura e comércio,. Para saber como ela chegou até aqui, é necessário voltarmos a alguns séculos atrás.

Após a descoberta de uma quantidade significativa de ouro houve um contingente de pessoas adentrando os sertões mineiros em busca dessas riquezas. Com base na bibliografia existente e em documentos da época, acredita-se que Guarapiranga tenha sido um dos primeiros povoados a surgir em meio às matas densas do sertão. A região encontrava-se em uma localização privilegiada por estar situada entre a região Mineradora Central e a Zona da Mata, e, nesse panorama, Guarapiranga se localizava ao sul de Mariana e a oeste da Vila de Queluz (atualmente Conselheiro Lafaiete), fazendo parte do Termo de Mariana.

Ao longo da história, sabemos que fatos podem sofrer alterações ao longo de novas pesquisas e descobertas e que pode haver divergências de informações sobre determinados assuntos – o que não seria diferente acerca da história da ocupação da região de Piranga. Waldemar de Almeida Barbosa (1971) relata que há controvérsias acerca da data precisa dessa ocupação pelos primeiros exploradores da região. Segundo o autor, os historiadores costumam indicar João de Siqueira Afonso como o primeiro explorador da região, em 1704:

[...] lê-se no Códice Costa Matoso que em 1691, Francisco Rodrigues de Sirigueiro e Manoel Pires Rodovalho exploraram a região de Guarapiranga. Informa ainda o mesmo relato que uma capela ou um oratório com a invocação de N. S^a da Conceição foi edificada em 1694 (BARBOSA, 1971, p. 362).

Sabe-se que a região contava com a presença de uma população autóctone, ou seja, composta por nativos, como os indígenas da nação Puri. Consta-se que a bandeira citada

acima teria saído de São Paulo, liderada pelos capitães Francisco Rodrigues de Sirigueiro e Manoel Pires Rodovalho, partindo para os sertões em busca da lendária Casa da Casca e que, ao chegarem à região de Guarapiranga, se arrancharam à beira rio, onde descobriram ouro em um córrego (Córrego das Almas) que fazia barra ao rio (Rio Piranga), mas que, devido a conflitos entre os bandos dos dois capitães, ocorreu o assassinato do Capitão Sirigueiro e de seu filho.

Segundo Taunay, a região recebeu o nome Guarapiranga porque “havia muitos pássaros vermelhos no rio e pequenos [...] intitularam rio Guarapiranga, que é o que quer dizer nome Guará, vermelho, piranga, pequeno”, por esse motivo foi dado “o nome a este distrito dos ditos pássaros” (TAUNAY, 1981, p. 85). Seguindo essa cronologia, Augusto de Lima Júnior escreve que a ocupação deste território teria se dado a partir de 1694, e que essa demora de alguns anos deve-se “ao abandono que se operou por algum tempo, da região de Guarapiranga quando os selvagens destruíram o primeiro povoado” (LIMA JR, 1978, p. 26).

Acredita-se que, após esses acontecimentos, o capitão Rodovalho teria retornado a esta região com uma nova bandeira e, descendo o rio, teria encontrado capoeiras de gentios à beira do rio, os quais foram exterminados pela bandeira. Assim, a empresa se instalou ali cultivando roçados e explorando ouro no córrego das Almas e foi esse o local onde começou a erguer o arraial de Guarapiranga. A mineração no córrego tornou possível a formação do arraial e, segundo Lima Júnior, em 1694 foi edificada uma capela em devoção à Nossa Senhora da Conceição. A esse respeito, é possível encontrar registros de casamento e batizados datados de 1718. No seguinte, em 1695, iniciou-se a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que viria a substituir a capela.

No Códice Costa Matoso consta, ainda, que por volta de 1694, Bernardo de Barros Franco, Inácio Moreira, João de Godói e o sargento-mor Luís de Barros Franco teriam aberto um caminho que viria ligar Piranga ao antigo povoado do Sumidouro, atual Padre Viegas, cujo caminho é a atual estrada que liga Piranga a Pinheiros, atual distrito de Pinheiros Altos. Esse trajeto contempla as seguintes regiões: Piranga, Pinheiros, Mainart, Padre Viegas e a sede do bispado em Mariana. Outro trajeto importante seria aquele que viria a ligar Piranga a Ouro Preto, saindo da freguesia e passando por Santo Antonio do Pirapetinga¹, pelo Manja Léguas, por Santa Rita e atingindo Ouro Preto – percursos da Estrada Real (RIBEIRO, 2009). Para elucidar esses, caminhos é interessante observar o mapa das Figuras 1 e 2, adiante.

¹ Santo Antonio do Pirapetinga corresponde a Bacalhau (Nome popular da região) ou Bacalhao (escrita do português setecentista).

A exploração de ouro em Guarapiranga foi além do Córrego das Almas. Consta que no início do ano de 1700, Bento Fernandes Furtado, comandando uma bandeira a mando do seu pai Coronel Salvador Fernandes Furtado, partiu do sul do ribeirão do Carmo até Guarapiranga, vindo a descobrir “faisqueiras pelos lugares chamados Pinheiro, Rocha, Bacalhau, Pirapetinga” (FIGUEIREDO; CAMPOS, 1999, p. 182.). Essas novas descobertas de lavras de ouro acabaram por atrair mais pessoas interessadas no minério, mas elas não apenas se prenderam à exploração do mineral como também à produção de cereais devido à fertilidade do solo e à forte demanda da região.

O arraial foi crescendo e se consolidando às margens do rio e ao entorno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. É possível notar que a religiosidade foi um fator muito presente e determinante na história de Piranga desde os primórdios. À medida que o povoado crescia, o seu centro urbano também se expandia, novas casas e igrejas eram construídas, como a Capela do Rosário também edificada nos setecentos. A notícia da abundância do ouro em Minas se espalhava por todo território, assim atraindo portugueses, baianos, paulistas e os demais aventureiros.

Esses aventureiros vieram em busca das riquezas da região com o intuito de tomar posse delas, as quais haviam sido encontradas pelos bandeirantes paulistas. Com a descoberta de novas lavras outras localidades, estas foram se tornando atrativas, como Bacalhau e Pinheiros, passando a se constituir foco desses aventureiros. Entretanto, há que se mencionar que os paulistas foram resistentes diante da chegada de outras pessoas, o que ocasionou, por diversas vezes, em violentos conflitos. Tal conflito, como um todo, foi denominado Guerra dos Emboabas.

De acordo com Diogo de Vasconcellos, a freguesia de Guarapiranga teria sido palco de uma das batalhas da Guerra dos Emboabas. Em consonância com Vasconcellos, Waldemar de Almeida Barbosa (1971) afirma que, em 1708, o capitão-mor Rafael da Silva e Souza combateu e derrotou os emboabas que atacaram a região, evitando, assim, que a freguesia fosse destruída e desviando o combate para a região do Bacalhau. A fazenda da Cutia teria sido palco da batalha entre paulistas e emboabas, tendo sido estes últimos expulsos e fugidos para a região de São João d’El Rei. Ainda hoje a região é lembrada por esse acontecimento e essa é uma história relatada pelos moradores, reforçando a tradição oral dos piranguenses.

Além de conflitos entre paulistas e forasteiros, a região também se caracterizou por diversos confrontos entre paulistas e povos nativos, visto que a localidade era habitada por índios Puri e Botocudo. Assim, durante todo o Setecentos, as entradas nos sertões foram marcadas pela opulência dos homens de Minas Gerais e pela desventura dos povos indígenas

(RESENDE, 2005). Ainda sobre essa temática, Diogo de Vasconcelos (1974) relata sobre um registro no qual consta que o capitão Miguel Garcia havia penetrado no sertão de Guarapiranga e que os índios, por meio de uma emboscada, o mataram. Esses conflitos foram presentes durante todo o século XVIII e se constituíram em um cenário que não terminou bem para os indígenas.

Sobre essa temática, Renato Venâncio (1997) afirma que havia uma forte presença de mão de obra indígena nas fazendas agrícolas da região e que Gurapiranga seria um dos principais centros do escravismo indígena do Termo da Vila do Carmo. O autor afirma ainda que, “em 1718, Guarapiranga possuía 102 carijós, o que correspondia a 24,6% dos 414 negros da terra arrolados pela capitação referente ao conjunto dos núcleos auríferos da Capitania de Minas Gerais” (VENÂNCIO, 1997, p. 21). Alguns autores e documentos relatam episódios acerca desses embates, sendo um deles um documento datado de 1750, o qual informa que:

Já chegam ao número de dezesseis moradores que largaram suas fazendas intimidados a recusa dos referidas motivos pelas mortes que tem visto fazer o mesmo gentio aos seus vizinhos, pois chegam as mortes a número de dezoito por várias vezes além das queimadas das casas e paiós com que exporiam tão gravíssimo danos e temor (...)².

Já um requerimento datado de 1766 relata que os moradores da Fazenda do Piranga, Xopotó e Santa Rita haviam recebido “dois barris com quatro arrobas de pólvoras”, os quais seriam destinados a “praticarem a redução dos índios puris e botocudos, [combaterem] a continuação das mortes e hostilidades que sucessivamente tem repetido nos referidos distritos”³.

Esses embates não foram existentes apenas entre fazendeiros, mas também apareceram em um requerimento que chegou à Mesa de Consciência e Ordens⁴, no qual um vigário da freguesia relatava que havia “várias aldeias de gentios bravos” e que estes faziam muita opressão ao povo católico que habitava naquela freguesia, servindo “de grande obstáculo à

² Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Caixa 55, documento 25.

³ [PORTARIA ordenando à Real Fazenda que entregue dois barris de pólvora aos homens, destinados a praticar a redução dos índios puris e botocudos e impedir as mortes e hostilidades causadas por estes nos distritos de Piranga, Xopotó e Santa Rita]. Vila Rica [Ouro Preto, MG]: [s.n.], 21 maio 1766. 2 doc. (2 p.). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1443481.p . Acesso em: 21 de março de 2021.

⁴ Criada por D. João III em 1532 para a resolução das matérias que tocassem a “obrigação de sua consciência”, foi um dos mecanismos utilizados para a centralização do poder efetuada pelo monarca. Seus juízes – clérigos e leigos – podiam conhecer e julgar quaisquer processos de cunho eclesiástico ou civil, que envolvessem religiosos, com privilégios de foro. A Mesa funcionava também como conselheira na provisão de cargos eclesiásticos e emitia pareceres sobre assuntos ligados a estabelecimentos de caridade, capelas, hospitais, etc. Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/mesa-da-consciencia-e-ordens/>. Acessado em: 29 de março de 2021.

administração dos sacramentos (...) [fazendo-se] necessário ao pároco rodear muitas léguas para se livrar deles”⁵. A partir da segunda metade do século XVIII, devido a esses ataques à catequização dos povos gentios da região, os embates passaram a acontecer de forma mais incisiva, no intuito de domesticar esses povos.

Apesar de todo esse esforço, a relação entre brancos e gentios se tornou passiva. Um requerimento do ano de 1817, referente a uma carta de sesmaria acerca de terras que haviam sido “resgatadas” dos “índios selvagens” pelo alferes comandante da segunda divisão de Guarapiranga e Pomba, ilustra bem essa relação conflituosa entre brancos e nativos:

Diz Antônio dos Santos Maia que ele se acha na posse de uma sesmaria de terras das que foram resgatadas dos Índios selvagens a que lhe foi repartida e demarcada pelo Alferes Comandante da 2ª Divisão de Guarapiranga e Pomba (...) e já tendo feito nela casas, paióis, e ranchos para escravos e sua morada, e feito igualmente plantação de milho, feijão, arroz, bananeiras, e outras árvores de espinho, além de criações, e outras cultivações que continua a fazer⁶.

Esse documento reforça a visão de que os indígenas é quem eram os intrusos e que as terras pertenciam por direito aos brancos que se instalavam nessas terras, os quais iniciavam atividades ligadas à agricultura não apenas de subsistência, mas também para a comercialização. O documento também indica a utilização da mão de obra escrava.

Além da presença de indígenas, a região também passou a contar com um contingente de negros escravizados, muitos deles oriundos do nordeste brasileiro e do próprio continente africano. A presença desses povos pode ser evidenciada ainda hoje pelo nome de povoados do município, como Guiné e Cunha, sem contar as tradições culturais de origem africana, que são realizadas até os dias atuais em Piranga. No próximo tópico deste capítulo, abordaremos mais a fundo este assunto.

O fato é que as fazendas de Guarapiranga não possuíam tantos escravizados como as fazendas de açúcar do nordeste brasileiro, mas contavam com um número expressivo se levarmos em consideração a região de Guarapiranga e as atividades que eram desenvolvidas nas fazendas dessa localidade. Apesar do uso da mão de obra indígena, foi a escravidão negra que sustentou as produções da região. Segundo Renato Pinto Venâncio (1997), em 1721 Guarapiranga havia alcançado a sexta posição entre os dezenove núcleos auríferos da comarca de Mariana e, devido a esse crescimento, em 1724 o arraial foi elevado à condição de

⁵ Trecho do requerimento escrito pelo Vigário Padre João Martins Cabrita destinado à Mesa de Consciência e Ordens de 1753. Arquivo Público Mineiro, CC – Cx. 108, Rolo 533.

⁶ APM, SG, Cx. 102, Doc. 64. Pág. 1 (23/07/1817). Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>.

freguesia. Venâncio relata ainda que, devido a essa posição, foi possível que a localidade mantivesse 1193 escravos africanos e crioulos.

Essa diversidade de atividades econômicas na região exigiu que a mão de obra empregada nesses serviços fosse também diversificada e capaz de trabalhar não apenas em uma função, mas, sim, em várias outras, visto que a região contava com engenhos, lavras de ouro, plantios de cereais e criação de animais, entre outras atividades. Assim, um escravo deveria estar apto a trabalhar em qualquer uma dessas atividades ou até mesmo em todas elas ao longo de sua vida. Reforçando essa realidade, John Mawe (1978) relata sobre a Fazenda do Barro e sobre como era a situação dos seus escravizados, a qual não era diferente nas demais da região.

Empregam nesta propriedade cento e cinquenta e seis negros, de todos os tipos, que em tão bom lugar, que produz todo o necessário à alimentação e à vestimenta, deveriam supõe-se, ganhar mais que o suficiente para sua manutenção; um dos gerentes anteriores administrou-a, entretanto, tão mal durante vinte anos seguidos que, embora tivesse apenas de comprar muito pouca ferramenta e as minas de ouro fossem mais ricas do que hoje, a fazenda ficava, ainda assim todos os anos, em débito com os negociantes de Vila Rica. Uma única circunstância pode explicar tão má gestão; o nobre proprietário residia em Portugal. Hoje a propriedade, confiada aos cuidados de um administrador e de três feitores, todos crioulos, está próspera. Os feitores recebem, além do sustento, um salário anual de trinta mil réis (nove libras esterlinas.). Executam as ordens do administrador e fiscalizam o trabalho dos negros. Levam vida de extrema indolência – nunca põem as mãos em qualquer espécie de trabalho (MAWE, 1978, p. 138).

Assim como os nativos da localidade, os povos de origem africana escravizados também apresentavam resistência ao sistema escravagista. Por se tratar de uma região com mata densa, equivalente a uma barreira natural, a qual, de certa forma, limitava a entrada nos sertões, servindo de rota de fuga para os escravos, era o cenário ideal para a fundação de quilombos. A esse respeito, Adriano Paiva (2010) relata que a freguesia de Gurapiranga sofreu inúmeros ataques de ex-escravos fugidos, os quais resistiam e lutavam como podiam para conquistar e garantir a tão sonhada liberdade. Atualmente, a cidade conta com algumas comunidades remanescentes quilombolas, as quais serão abordadas posteriormente.

Ainda durante o auge da mineração, a região também contava com a presença marcante do cultivo da cana-de-açúcar, que era destinada não apenas à produção de rapaduras e açúcar, mas também para abastecer os engenhos e alambiques. A mão de obra negra advinda dos engenhos do nordeste foi importante nessa etapa, visto que a região foi marcada pela produção de aguardente. Ainda hoje é possível encontrar engenhos e alambiques que se

dedicam a essa atividade, e é comum nos inventários de testamentos encontrarmos registros desses bens e de outros instrumentos que eram usados para essas produções. Esse cenário reforça a ideia de que era comum e rentável aos fazendeiros e coronéis produzir essas mercadorias para serem vendidas nas regiões de mineração, assim como os alimentos.

A esse respeito, André Figueiredo Rodrigues (2008) relata que a cultura da cana foi trazida por colonos advindos da região litorânea do Brasil, principalmente do nordeste, e que estes colonos plantavam a cana-de-açúcar em regiões próximas aos centros de mineração e por onde passavam os viajantes, facilitando assim a comercialização. Outrossim, aponta que era comum construir pequenos engenhos para a produção da cachaça e rapadura e comenta que muitos proprietários das lavras de ouro forneciam cachaça para os seus escravos acreditando que a pinga incentivaria os escravos a trabalharem com mais dedicação. Nesse sentido, pinga foi um importante elemento desse contexto, principalmente nos períodos de inverno e nos dias chuvosos, pois era um alento no meio de tanta dificuldade.

A região de Minas Gerais acabou por se diferenciar da clássica estrutura social das demais sociedades da colônia, visto que estas eram caracterizadas por sua relação entre senhores e escravos. Em Minas foi diferente porque houve uma diversidade maior de estratos sociais, uma vez que não se caracterizava apenas por senhores e escravos, mas também por um grande número de mestiços, negros forros e homens livres pobres, os quais a historiadora Laura de Mello e Souza (1982) nomeia em sua obra de “desclassificados do ouro”⁷. Em seu estudo, a autora faz questionamentos acerca de como tanta riqueza acabara por gerar tanta pobreza e desigualdade social – a qual também compunha a realidade da freguesia de Guarapiranga.

De acordo com a historiografia, sabemos que o auge da mineração data aproximadamente da segunda metade do século XVIII e que a sua decadência dataria da segunda metade do século seguinte, sendo a decadência do ouro representada mais pontualmente pela decadência do ouro de aluvião. Como retrata Laura de Mello e Souza (1982), havia a riqueza, mas também havia a pobreza, e a desigualdade dessa distribuição era gritante não só nas grandes regiões mineradoras da comarca como também em Guarapiranga. Sobre isso, uma carta datada de 21 de fevereiro de 1800, escrita pelo padre Francisco da Silva Campos, que era capelão da cura dos indígenas Coroados na capela de São João Batista da Freguesia de Guarapiranga, solicitava ao rei a “nomeação de um pároco para a freguesia

⁷ “Desclassificados do ouro” é a primeira obra de Laura de Mello, tratando-se de sua dissertação de mestrado, em História Social pela Universidade de São Paulo.

visando restabelecimento da economia civil e religiosa daquela colônia, visto a pobreza em que a mesma se encontra”⁸.

Estudando sobre a freguesia de Guarapiranga, é possível perceber que, desde o início de seu povoamento, a região contou com uma economia variante. Segundo Luís Henrique de Oliveira (2006), dos anos de 1750 a 1779, a freguesia contou com um elevado número de unidades produtivas que conciliavam a agricultura, a pecuária e a mineração, e que, a partir de 1780 a 1820, esse número foi ainda maior. De acordo com os dados de inventários analisados por esse autor, 38,37% dedicavam-se à agropecuária, 19,76% à agricultura e 15,11% dedicavam-se à agropecuária e mineração (OLIVEIRA, 2006).

Essa característica dinâmica da economia da freguesia foi primordial para a atração populacional à região. Após o declínio do ouro nos grandes centros, muitos viram em Guarapiranga uma oportunidade de se dedicar a uma nova produção e de continuar prosperando. Assim, houve um crescimento populacional considerável, e mesmo após o declínio da mineração a região passou por um processo de transição entre “economia de lavras e roças em fins do século XVIII para uma economia ruralizada, e centrada na produção mercantil de alimentos e aguardente para mercados regionais” (MENDES, 2011, p. 14). O pesquisador Ângelo Alves Carrara afirma ainda que:

[...] se a agricultura e a pecuária de tipo escravista voltadas para o abastecimento interno colonial foram poderosas e eficientes enquanto durou seu tempo, foram as pequenas lavouras de mantimentos e as pequenas criações de gado que garantiam, com uma base técnica restrita, níveis de rendimento agrícola e pastoril tais, que permitiram não só o crescimento ininterrupto da população, como o avanço consequente da fronteira agrícola (CARRARA, 2000, p. 54).

Ainda hoje, a cidade de Piranga conta com esse dinamismo entre grandes e pequenos produtores rurais, os quais abastecem o mercado interno e praticam também uma agricultura de subsistência. Não só naquela época grandes fazendas conviviam com pequenos sítios, como ainda hoje isso é uma permanência. Além disso, em sua maioria, a população desse município é da área rural.

Devido a todas essas características traçadas até aqui, no ano de 1809 os moradores da freguesia de Nossa Senhora de Guarapiranga e do Pomba, das Capelas de Esperança e dos Remédios, solicitaram a criação de uma Vila para atender às necessidades da região, visto que Mariana era considerada distante, de acordo com o documento:

⁸ APM, SG, Cx. 47, Doc. 60. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>

Nos lugares remotos que são muitos os facínoras se gloriam impunes, e continuam os valentões cada vez mais furiosos e os pobres abatidos sem o desforço prometidos pelas leis de Vossa Alteza sendo como são os mais vizinhos a Justiça de Mariana de oito léguas, quando são os mais moradores distantes 25 e 30 léguas contra a carta de leis de 22 de julho de 1766. Fundados nesta o suplicante com toda a humilhação e respeito aos seus pés de Nossa Alteza suplicam a mercê de mandar criar vila com toda a Justiça no dito Arraial de Guarapiranga que dista oito léguas e tem capacidade para sustentar a conta o número de seus habitantes de mais de treze mil almas (e consta dos instrumentos juntos) com mais de mil fogos não se contando os habitantes do Pomba, da Espera e dos Remédios (BN, Manuscrito II, 36,06,037).

Mas de Acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, apenas em 1841 a solicitação foi atendida e Guarapiranga foi elevada à condição de Vila:

[...] foi o distrito elevado à vila - vila de Guarapiranga, - por força da Lei provincial n.º 202, de 1.º de abril de 1841. Entretanto, em 17 de novembro de 1865, pela Lei n.º 1249, perdeu o lugar as condições de vila, passando o distrito de Guarapiranga para o curato de Mariana, onde permaneceu pelo espaço de apenas três anos, visto ter sido restaurada a vila, em virtude da Lei n.º 1 537, de 20 de julho de 1868, tendo sido elevada a têrmo em 5 de outubro de 1870, pela Lei provincial número 1 729. O município sofreu sucessivas alterações em sua constituição, perdendo, na última divisão administrativa, pela Lei n.º 1039, de 12 de dezembro de 1953, os distritos de Calambau, Pôrto Firme e Piraguara, que se emanciparam com os nomes de Presidente Bernardes, Pôrto Firme e Senhora de Oliveira⁹.

Oficialmente, a região só viria receber o nome de Piranga em 1891, pela Lei Estadual nº 11, de 13 de novembro daquele ano. A instauração da Comarca de Piranga foi concretizada anteriormente, em 1890.

Com todas as informações que foram traçadas até aqui, acreditamos que foi possível contextualizar o surgimento da cidade e sua consolidação, proporcionando um embasamento maior para o entendimento sobre como a cidade chegou ao estado que se encontra atualmente. Esse traçado histórico não se trata apenas de uma “perfumaria”, mas de uma contextualização para que agora se entenda de onde surgiram as tradições culturais, de onde se originariam os patrimônios materiais e de onde vem a origem da população que hoje habita a cidade.

Embora abordado de forma tangencial, temos que a religiosidade do povo piranguense é um fator determinante para que caminhemos em direção a uma compreensão melhor acerca do patrimônio cultural, do sentimento de pertencimento e da participação popular nesse

⁹ ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 26, 29 maio 1959. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295> . Acesso em: 31 de março de 2021.

campo. Como retratado até o momento, Piranga está, desde os seus primórdios, associada ao catolicismo, assim como a maioria das cidades brasileira, visto que o Brasil é um país que foi colonizado por um império católico e que se dedicou à conversão dos nativos, dos escravizados africanos e do extermínio daquilo que se julga pagão.

Nesse sentido, foi exposto até aqui quais foram os agentes sociais que participaram de todo o processo de formação da cidade, quais povos fazem parte dessa história, de onde eles vieram e também como se deu a formação econômica de Piranga. Por meio desses levantamentos, é possível agora partir para o objeto de interesse, que é o patrimônio cultural do município, mas, para isso, é necessária uma explanação para que se entenda qual patrimônio é esse, a qual grupo social ele pertence e em que pé de preservação e proteção ele se encontra, como será exposto a seguir.

1.3 As construções e as tradições culturais: do patrimônio material ao imaterial

Palavra de origem latina, o termo patrimônio se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai da família, sendo um valor aristocrático e privado referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana. Com o surgimento dos Estados Nacionais, houve uma transformação radical no conceito de patrimônio, sempre relacionado à unidade nacional: “Alguns estudiosos enfatizam que o patrimônio moderno deriva, de uma maneira ou de outra, do Antiquariado” (FUNARI; PELEGRINI, 2008, p. 13), ou seja, lugares responsáveis por serem detentores de uma coleção de “coisas antigas”. Já o moderno conceito de patrimônio foi desenvolvido na França, a partir da revolução de 1789, em cujo período o sentimento de nação estava impregnado nos ideais revolucionários, visto que a cultura nacional emergiu e incluiu suas bases materiais ao seu patrimônio nacional. Entendemos aqui, portanto, a importância da valorização dos bens que representavam o sentimento nacional que imperava durante a Revolução Francesa.

Já no século XX, novas definições acerca do conceito patrimônio surgem no mesmo período em que se era instituída a ONU e UNESCO, em 1945. Tais instituições tiveram influências neste campo e reforçaram as discussões a respeito do bem patrimonial. Nesse sentido, foi criada a primeira convenção referente ao patrimônio mundial, cultural e natural pela UNESCO, em 1972. Como destaca Françoise Choay (2001), nos séculos XIX e XX, o patrimônio era compreendido como monumentos nacionais considerados por critérios estéticos ou históricos, e esse conceito privilegiava os grandes monumentos e as edificações, dando ênfase à sua materialidade, bem como destaca o seu valor histórico e artístico, ou seja,

dava ênfase à história dos vencedores, das grandes nações, reforçando esse ideário de construção de uma nação unificada, reforçando as histórias dos vencedores e das elites.

Como resultado dessa Convenção e do destaque dado à materialidade e ao valor histórico e artístico dos monumentos e edificações, originaram-se as Cartas Patrimoniais, que detalham o patrimônio cultural e também listam os Patrimônios da Humanidade. Através destas cartas, surgiu uma política mundial de preservação. Esta convenção instituía que os bens tivessem um valor universal e que fossem de interesse excepcional, de modo que justificasse a todo o mundo o dever de se empenhar em prol da proteção desses bens, enquanto testemunhos únicos da diversidade e da capacidade humana de criação (CURY, 2000).

Essa ideia acerca do patrimônio se perpetuou por muitos anos. Até o ano de 1980, as discussões sobre o patrimônio tinham como foco a valorização arquitetônica das grandes construções, dos bens culturais de etnia branca, da igreja católica, das classes dominantes, das edificações e símbolos do poder estatal, como fortes, mosteiros, igrejas e quartéis (FONSECA, 2009). Reformulações mais recentes do conceito de patrimônio, no entanto, estão relacionadas à importância da diversidade, já que não fazia sentido valorizar de forma isolada apenas o que era considerado mais belo, o mais precioso ou o mais raro, mas, sim, incorporar um conjunto de bens comuns – aquilo que tem sentido para os grupos sociais envolvidos. Para tanto, era necessário transformar o patrimônio em algo menos excludente.

Um termo muito utilizado para se referir a essa ideia de patrimônio ligado à história oficial é o termo patrimônio histórico, o qual pode ser um pouco problemático, se considerarmos que ele remete à ideia de algo muito antigo. Esse aspecto, no entanto, não necessariamente é um critério, pois hoje em dia, com a história recente, vemos que todos nós somos agentes históricos e que tudo, de certa forma, produz história. Desse modo, acaba sendo redundante falarmos em patrimônio histórico, visto que todo patrimônio, seja ele novo ou velho, é histórico. Na historiografia consagrada, Françoise Choay define a expressão patrimônio histórico como:

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos (CHOAY, 2001, p.11).

Outra característica importante de ressaltar é que, inicialmente, o patrimônio estava ligado ao aspecto material, dando ênfase aos monumentos, isto é, ao patrimônio de pedra e

cal. Posteriormente, é definido que o patrimônio histórico e cultural se manifesta na forma física, mas também nas expressões imateriais, como o carnaval, a festa junina, os modos de fazer, bem como nas demais celebrações, acontecimentos e tradições da cultura popular, podendo ser classificado de acordo com a categoria e com o valor que lhe é atribuído. De acordo com Baltazar (2011), o patrimônio é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e para a identidade da cultura de um povo. Por isso, ele nunca é algo individual, mas aquilo que perpetua significados para um grupo.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, houve uma descentralização política que deu certa autonomia administrativa aos governos subnacionais. Passam a ser distribuídas competências que proporcionam às unidades federadas um maior poder político-econômico para efetivar suas decisões. Em Minas Gerais, um exemplo dessa descentralização e autonomia se deu por meio da criação da Lei Robin Hood, que introduziu critérios sociais, distributivos e econômicos na distribuição do ICMS. A criação dessa Lei e dessa distribuição de poder acabou por proporcionar a inserção de novos agentes para serem integrantes dos comitês das comunidades locais e, nessa ótica, a produção de dossiês, que antes era exclusiva dos órgãos institucionais, passa agora também pelos próprios membros das comunidades, os quais se organizam para elaborar os dossiês e demandar o tombamento de bens considerados importantes por eles.

Com a integração desses novos agentes sociais, que podem ser considerados como o “rastilho” para diferentes reinterpretações do patrimônio, os movimentos sociais passaram a utilizá-lo também como um instrumento de luta política, sendo que a noção de identidade desempenhou, nesse processo, um papel crucial. Sucedendo-se, assim, os patrimônios materiais ou imateriais representam a identidade de grupos ou indivíduos, a arquitetura, bem como a culinária, uma atividade festiva, uma forma de artesanato ou um tipo de música. Logo, algo pode ser identificado como patrimônio cultural na medida em que é reconhecido por um grupo e, eventualmente, pelo Estado, como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua identidade (GONÇALVES, 2015).

Além de promover a descentralização, a Constituição de 1988 também ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais materiais e imateriais. Os bens de natureza imaterial seriam aqueles relacionados às práticas e domínios de vida social que se manifestam por meio de ofícios, saberes e modos de fazer, assim como por celebrações, formas de expressão, músicas e lugares, entre outros. Ou seja, não se trata mais apenas de objetos, de coisas concretas, mas também da inclusão de novos bens culturais

que sejam referência para os diversos grupos sociais que integram a sociedade brasileira. O patrimônio imaterial trouxe visibilidade e valorização de manifestações culturais que são transmitidas de geração em geração, recriados pelas comunidades:

[...] reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2000, s.p.).

Como já observado, inicialmente, o patrimônio estava ligado aos bens materiais que representavam as classes dominantes, e em sua maioria eram protegidos pela sua beleza artística e arquitetônica e por representarem a história dos vencedores, dos grandes nomes famosos na história. Era comum utilizar o termo “patrimônio de pedra e cal”, ou seja, os grandes casarões, os prédios ligados à política e as igrejas católicas, mas a história são se baseia apenas nesses grupos sociais: ela também é feita por cada um de nós, que somos os agentes sociais que fazem a história. Nesse sentido, o patrimônio imaterial vem quebrando esses paradigmas e “dando luz” às minorias marginalizadas e a outros grupos sociais que também merecem reconhecimento e cuja história precisa ser contada e preservada.

Em 2006 ocorreu a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio imaterial, segundo a qual, define como patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (IPHAN, 2000, s.p.).

Deste modo, o patrimônio não representa mais apenas aquilo que é belo e monumental, mas também um sentimento de luta por direitos, por representação e de reafirmação de identidades. Sobre o que devemos entender por identidade, Sandra Pesavento aponta:

[...] como uma representação do social, uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com um todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade deve apresentar um capital simbólico de valorização positiva, deve atrair a adesão, ir ao encontro das necessidades mais intrínsecas do ser humano de adaptar-se e ser reconhecido socialmente. Mais do que isso, a identidade responde,

também, a uma necessidade de acreditar em algo positivo e a que o indivíduo possa se considerar como pertencente (PESAVENTO, 2012, p. 54).

O patrimônio estabelece uma correlação com a identidade social ou, pelo menos, deveria estabelecer. A esse respeito, Canclini (1994) pontua que o patrimônio expressa a solidariedade que une aqueles que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identificam, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social. O autor estabelece a noção de patrimônio,

[...] sob a ótica da teoria da reprodução cultural, os bens reunidos por cada sociedade na história não pertencem realmente a todos, ainda que formalmente pareçam ser de todos e estar disponíveis ao uso de todos. As investigações sociológicas e antropológicas sobre as maneiras como se transmite o saber de cada sociedade através das escolas e museus, demonstram que diversos grupos se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural. Não basta que as escolas e os museus estejam abertos a todos, que sejam gratuitos e promovam em [todos os setores] sua ação difusora; à medida que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições (CANCLINI, 1994, p. 96).

Sendo assim, o uso do patrimônio e sua correlação à identidade social não podem se reduzir apenas à compreensão de um “espaço” de construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento, a noção de adesão, e que se permite ir ao encontro das necessidades mais intrínsecas do ser humano de adaptar-se e de ser reconhecido socialmente (PESAVENTO, 2012). É errôneo pensar que todos irão se apropriar da mesma maneira por determinado bem em uma cidade como Piranga, que é relativamente pequena, com pouco mais de 15 mil habitantes. Igualmente, é problemático acreditar que todas essas pessoas se identificam da mesma maneira com o Coreto da cidade, ou com o Santuário do Bom Jesus, pois os significados são dados de acordo com as experiências que cada indivíduo e seus grupos sociais adquirem com esses bens.

Outro erro é acreditar que o patrimônio é um bem estável. Em termos de capital cultural, o patrimônio não é um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixos. Ele é considerado um processo social que se acumula, se renova, produz rendimentos dos quais os diversos setores se apropriam de forma desigual. Sendo assim, o patrimônio serve para unificar a nação, diminuir as desigualdades na sua formação e apropriação, como recurso para produzir a diferença entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens (CANCLINI, 1994).

Mas, para que isso seja possível, é necessário que leis sejam aplicadas de maneira correta, que a educação patrimonial seja divulgada e que sejam empregados profissionais preparados para atuar nesses campos, pois, caso contrário, o patrimônio servirá para enaltecer ainda mais as desigualdades sociais, visto que ele é sempre um campo de disputa, em sua maioria, movido por interesses capitalistas.

Também não é justo dizer que a sociedade se desenvolve apenas por meio da reprodução do capital cultural hegemônico, e que a representação da cultura popular é irrelevante ou que assume uma posição subordinada. A ideia de que algo culto, a famosa expressão “cult”¹⁰, está relacionada apenas à cultura erudita, reforçando esses preconceitos e discriminando as demais culturas e tradições que também possuem o seu valor simbólico e social. Assim, para Canclini, é relevante compreender que o patrimônio está atravessado pela ação do setor privado, portanto,

[...] a ação privada em relação ao patrimônio está regida, assim como outros âmbitos, pelas necessidades de acumulação econômica e reprodução da força de trabalho. A exploração indiscriminada do ambiente natural e urbano, à expansão voraz da especulação imobiliária e do transporte privado, em detrimento dos bens históricos e do interesse das maiorias, ocorre não apenas um tipo de capital ou somente uma estratégia privada em relação ao patrimônio. (...) os diversos tipos de empresa; indústrias, imobiliárias, turísticas utilizam [a seu bel-prazer] o patrimônio sob uma ótica setorial e competitiva (CANCLINI, 1994, p. 100).

O excerto acima retrata a realidade dos desafios que o campo patrimonial enfrenta devido aos interesses do mercado – problema este que ocorre em todos os espaços, principalmente naqueles que, de certa forma, há maior destaque imobiliário, turístico, entre outros. Em Piranga, o cenário não é diferente. Conforme dados obtidos nas entrevistas, na análise de projetos de desenvolvido em prol do patrimônio e por meio da respostas dos questionários, fica evidente que há desinteresse e falta de recursos em relação a proteger bens patrimoniais, sendo que estes, muitas vezes, são vistos como sinal de retrocesso, que atrapalha no desenvolvimento moderno da cidade. Sob esta conjuntura, o patrimônio, principalmente quando se trata de bens privados, é visto como um obstáculo que impede o dono do imóvel de fazer o que quiser com sua propriedade.

Mas Canclini retrata que o patrimônio não é afetado apenas pela ação do setor privado, como também é atravessado pela ação do Estado, pois,

¹⁰ Relativo ao que é cultuado por intelectuais ou relacionado aos mesmos.

[...] tem uma relação ambivalente com o patrimônio. Por um lado, valoriza-o como elemento integrador da nacionalidade. Às vezes, o Estado se interessa pelo patrimônio a fim de frear o saque especulativo; noutros casos, porque o alto prestígio dos monumentos é um recurso para se legitimar e obter consenso (CANCLINI, 1994 p. 100).

A importância do poder estatal está em desenvolver políticas que viabilizem a participação e o envolvimento, de fato, da população na gestão do Patrimônio Cultural. Contudo, estas políticas geralmente não são desenvolvidas ou não são empregadas como realmente deveria ser. Sendo assim, sem a ação do Estado, a vasta reabilitação de sítios arqueológicos e centros históricos, a criação de tantos museus e publicações dedicadas a preservar a memória e o uso desses recursos para configurar uma identidade compartilhada seriam inexplicáveis (CANCLINI, 1994). A cidade de Piranga possui um número muito grande de bens inventariados, o que não significa que seja algo ruim, entretanto, a maioria da população não tem conhecimento ou sequer sabe que existem estas coisas.

Como já abordado anteriormente, o patrimônio cultural de Piranga é variado, apresentando tanto bens materiais quanto imateriais, alguns de influências europeias, outros com influências religiosas (que podem ser europeias ou não) e alguns com traços de origens africanas. Pensando nisso, acredita-se que seja importante nesta etapa da dissertação apresentar cada um desses elementos por meio dessas subdivisões, para que possamos entender melhor de onde surgiram, com quais grupos sociais apresentam ligações e criam identidades e por que existem até os dias de hoje.

Para organizar essa abordagem, optamos por separar esses bens por manifestações culturais, bens patrimoniais religiosos, bens patrimoniais públicos e bens patrimoniais privados. Acreditamos, com isso, ser possível realizar uma melhor apresentação acerca do que compõe o patrimônio cultural de Piranga. Para que isso fosse possível, foi utilizada uma lista disponibilizada pela secretaria de cultura do município, na qual constam todos os bens tombados e inventariados no município, e, além disso, também foram utilizados dossiês de tombamentos disponibilizados pelo IPHAN¹¹, IEPHA¹² e pela Prefeitura Municipal de Piranga¹³.

Analisando esta lista, foi possível percebermos que a cidade possui um número considerável de bens inventariados, mas que não são tombados. Em uma entrevista realizada com o prefeito de Piranga, Luís Helvécio Araújo, questionamos sobre os bens inventariados e

¹¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹² Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico.

¹³ Dossiês de Bens que são tombados pela lei Municipal.

se havia planos de futuramente prosseguir para o processo e efetuar o tombamento desses bens, ao que respondeu: “Eu acho que vão ficar nesta instância”¹⁴. Mas, afinal, que instância é esta? O que difere um bem inventariado de um bem tombado?

Segundo Margaret Abud:

O inventário tem como objetivo a identificação e o registro dos bens culturais, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, antropológica, fornecendo subsídios às ações de proteção atribuídas ao poder público. (...) A Constituição Federal de 1988 reconheceu expressamente (art. 216 §1º) o inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural, de modo que não poderão, tais bens serem destruídos, inutilizados, deteriorados ou alterados sem a prévia autorização do órgão responsável pelo ato protetivo (BAHIA, 2011, p. 17).

Ou seja, o inventariamento seria o processo anterior ao tombamento, aquele que tem como função registrar os dados acerca do bem a ser protegido, ao passo que o tombamento seria a próxima fase, uma etapa com leis mais rígidas. Margaret Abud define ainda o tombamento nos seguintes termos:

Em linhas gerais, o tombamento é concebido como o ato final resultante de procedimento administrativo mediante o qual o Poder Público, intervindo na propriedade privada ou pública, integra-se na gestão do bem móvel ou imóvel de caráter histórico, artístico, arqueológico, documental ou natural, sujeitando-o a regime jurídico especial de tutela pública, tendo em vista a realização de interesse coletivo de preservação de patrimônio. É, portanto, a intervenção ordenadora concreta do Estado na propriedade privada, limitativa de exercício de direitos de utilização e disposição, gratuita, permanente e indelegável (BAHIA, 2011, p.10).

Esclarecidos os conceitos, torna-se possível entendermos melhor como se dá a atuação dos órgãos responsáveis pela proteção e em que instância jurídica esses bens se encontram. Fica claro que, além das divisões do patrimônio do município que foram citadas acima, ainda há mais essa diferenciação, mas é preciso saber em que *status* de proteção se encontram. A cidade de Piranga, como vimos, é historicamente uma região grande em extensão territorial e que contou com diferentes agentes sociais em sua formação, e tudo isso viria a refletir em quais tipos de patrimônios culturais se encontram no município. Em face disto, na seção seguinte apresentaremos esses elementos e suas características de origem.

¹⁴ Entrevista realizada com o prefeito Luis Helvécio Araújo, no dia 08 de março de 2021.

1.3.1 Os bens patrimoniais tombados pelo IPHAN e IEPHA/MG

O município de Piranga, de acordo com o documento disponibilizado pela secretaria de cultura e turismo, consta atualmente com dezessete bens tombados, dos quais dezesseis encontram-se com o processo totalmente concluído e apenas um ainda em tramitação, que é o tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Pinheiros Altos, localizado no distrito de Pinheiros Altos. Esse bem foi inventariado no ano de 2009 e, apesar de ainda estar em tramitação, já consta na lista de bens tombados do município.

Esses dezessete bens podem ser classificados em três grupos: os tombados pela lei orgânica Municipal ou por decretos a nível municipal; os tombados a nível estadual pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico; e, por fim, o tombado a nível nacional pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico. Um fato interessante é que, desses bens, nove são relacionados ao catolicismo, sendo eles igrejas, capelas e imagens, reforçando assim a religiosidade que é tão marcante e tradicional na cidade. Outrossim, todos os bens tombados a nível estadual e nacional estão relacionados à religião, sendo igrejas e capelas da cidade.

O primeiro bem tombado no Município é o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos. Tombado pelo IPHAN em 1996, está localizado no Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, localidade conhecida popularmente como Bacalhau. No ano de 1989 ocorreu o tombamento de mais três bens por meio do IEPHA/MG, sendo eles: a Capela de Santo Antônio, também localizada no distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, igreja esta que foi construída no século XVIII; a Capela de Nossa Senhora do Rosário (ruínas), que é o único bem tombado no município que praticamente não existe mais, pois atualmente encontra-se em ruínas; a igreja de Santo Antônio, uma capela que apresentava devoção a Nossa Senhora do Rosário, considerada pertencente ao grupo de “devoções negras”, que está localizada na entrada do distrito de Santo Antônio do Pirapetiga, ao lado do cemitério; e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, que está localizada no distrito-sede de Piranga, cuja data de sua construção é imprecisa. acredita-se que a primeira edificação dessa capela tenha ocorrido na primeira metade do século XVIII, segundo Paulo Kruguer (1986).

1.3.2 Os bens patrimoniais tombados pelo Município

O Município de Piranga consta, atualmente, com treze bens tombados, conforme consta no documento disponibilizado pela Secretaria de Cultura e turismo da Prefeitura

Municipal de Piranga: bens religiosos, públicos e alguns privados. Um fato interessante é que são todos patrimônios de “pedra e cal”¹⁵, apesar de a cidade possuir tradições culturais centenárias e muito tradicionais. Esses tombamentos ocorreram entre os anos de 2003 e 2009, durante o mandato dos prefeitos Celso Peixoto e Eduardo Guimarães.

Em 2003 foram tombados três bens, sendo dois deles de propriedade pública (imóveis da prefeitura), ambos localizados no centro da cidade, ao entorno da Praça Coronel Amantino Maciel, sendo eles: o imóvel conhecido como “prédio da prefeitura”, por ter sido, durante anos, sede da prefeitura municipal, embora hoje seja sede do departamento municipal de educação. O bem em questão teria sido inaugurado em 1923, pelo Coronel Amantino Maciel, para ser sede do fórum do município, porém, posteriormente passou a instalar a prefeitura. A edificação passou por uma restauração em 1999 e, na administração seguinte, passou por uma nova reforma e deixou de ser sede da prefeitura, mas até hoje os moradores da cidade o identificam com o antigo prédio da prefeitura. Por ficar em um lugar de destaque e por ser uma edificação pomposa, com característica da arquitetura neoclássica, o prédio é um exemplar muito citado quando se trata do patrimônio municipal de Piranga. Ele foi tombado pelo Decreto municipal nº 1184, de 28 de março de 2003.

Outro bem também tombado em 2003 é o “imóvel da câmara municipal”, que não foi construído com essa finalidade e tampouco continuou sendo sede da Câmara. O prédio foi tombado pelo Decreto municipal nº 1185, no dia 28 de março de 2003. Analisando as poucas fotos antigas que existem desse edifício, é possível identificar as características físicas que permanecem até os dias de hoje. O local já foi sede da cadeia da cidade, sede da Câmara dos Vereadores, da Secretaria Municipal de Cultura de Piranga, e atualmente é sede da Biblioteca Pública Municipal e da Farmácia Pública. Apesar de ser um prédio público e um bem patrimonial tombado, a edificação sofre com períodos de abandono, mas, atualmente, encontra-se em um estado de conservação um pouco melhor, embora ainda careça de reformas mais estruturais.

Ainda em 2003, também foi tombado o bem patrimonial material intitulado “Conjunto Natural e Paisagístico Fazenda Praia Grande”, localizado no distrito de Pinheiros Altos, tombado pelo Decreto nº 1186/2003, pela Lei Orgânica Municipal. Já no ano de 2004, foi tombada pela Lei Orgânica Municipal a Praça Coronel Amantino Maciel, a qual compõe o “coração” da cidade. Ela é um ponto de referência para todos que visitam ou que moram na cidade, e diversas são as histórias contadas pelos moradores sobre coisas que viveram nesse

¹⁵ Termo utilizado para se referir ao patrimônio edificado, ou seja, ao patrimônio material, que em sua maioria são grandes edificações, representantes de uma elite.

espaço. Ela não representa apenas um espaço público, mas faz parte da memória e identidade dos piranguenses. Comparando fotos mais antigas com a praça atual, é possível perceber que ela já passou por diversas mudanças, pois basicamente não existe quase mais nada da sua construção original. A única coisa que permanece imponente até os dias de hoje é o coreto, localizado no centro da praça.

A última reforma realizada na praça ocorreu durante o mandato do prefeito Eduardo Magalhães: foi uma obra grande, que custou um alto preço aos cofres públicos e demandou muito tempo. Ela custou também a perda de grande parte dos resquícios históricos daquele local, pois praticamente tudo foi substituído por uma arquitetura mais moderna. O formato da praça foi modificado com a justificativa de que era preciso alargar as ruas ao entorno. Assim, também foram modificados os bancos, que foram substituídos por bancos de alvenaria, retirado o piso, que era todo de pedra e que estava ali há décadas, e colocado um novo calçamento. O mesmo foi feito com as ruas ao entorno da praça, descaracterizando totalmente aquele espaço.

No ano de 2006 houve mais três tombamentos: o Núcleo Histórico Urbano de Santo Antônio do Pirapetinga, localizado no Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, tombado pelo Decreto nº1478/2006. Esse tombamento tem como objetivo preservar a história local da região do Bacalhau devido à sua importância histórica, arquitetônica e religiosa. Como aconteceu com o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, este tombamento veio para complementar a proteção do santuário e do seu entorno, visto que a área urbana do distrito ainda apresenta muitos traços característicos das construções dos séculos passados, com ladeiras de pedras, casas do estilo colonial e pessoas que preservam tradições. Apesar de não ter sido o prefeito responsável pelo processo de tombamento, o atual prefeito, Luís Helvécio Araújo, juntamente com sua equipe, afirmou em entrevista que pretende explorar as possibilidades turísticas existentes na região, e afirmou estar

Muito focado em Bacalhau, porque... Você não pode competir com Ouro Preto, você não pode competir com Mariana, você não pode competir, não pode. A gente tem muito pouca coisa... Então, Bacalhau, não, Bacalhau é único, então eu acho que bacalhau é a joia da coroa, aí que a gente tem que fazer alguma coisa (ARAÚJO, 2021)¹⁶.

O outro bem tombado é a Imagem do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, localizada no Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, tombada pelo Decreto nº1480/2006 e que faz parte

¹⁶ Entrevista realizada com o prefeito Luís Helvécio Araújo, no dia 08 de março de 2021.

do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, que é tombado pelo IPHAN. No mesmo ano houve também o tombamento do Casarão do Rosário, localizado no Distrito de Pinheiros Altos, tombado pelo Decreto nº1479/2006. Este casarão é conhecido como Casarão do Cesário Alvim e é sede do único museu da cidade, que recebe o nome de Museu Cesário Alvim. O edifício foi a moradia do primeiro governador do Estado de Minas Gerais. Todavia, curiosamente, a prefeitura municipal não possui o dossiê de tombamento desse prédio, e o que se sabe é apenas que foi tombado por meio do referido Decreto, mas o seu dossiê teria desaparecido das dependências da prefeitura. Então, é difícil compreender quais justificativas foram utilizadas para viabilizar estes tombamentos.

No ano de 2007 foram tombados mais três bens, sendo eles todos templos religiosos. Um deles é a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, localizada na área urbana de Piranga, tombada pelo Decreto nº1523/2007. Essa igreja também era denominada de Capela dos Pardos, devido à devoção a Senhora da Boa Morte, por ser de uma irmandade negra. Ela está localizada em um sítio elevado, localizada no final da Rua Vereadora Maria Anselmo (antiga Rua Santa Rita), que faz esquina com a Rua Santa Efigênia e com a Rua José Inácio Peixoto (antes chamada Rua Boa Morte). Todas estas ruas são importantes no núcleo urbano da cidade. Contudo, pesquisar a fundo a igreja é uma tarefa difícil, visto que a sua documentação é escassa, mas sabe-se que a irmandade foi criada em 1779, embora se tenha notícia da existência de um processo patrimonial dessa irmandade datado de 1728 (TRINDADE, 1998).

De acordo com o relatório de Luiz Joseph Ferreira de Gouveia¹⁷, a igreja teria sido construída em 1727, por intermédio do padre Frei Antônio de Guadalupe: “A Irmandade das Almas foi responsável pela construção da capela para dar guarida aos mestiços, mulatos e capatazes que eram reunidos na Irmandade dos Homens Pardos” (RIBEIRO, 2009, p. 65), e teria sido reconstruída no início do século XIX. Em 1980, a edificação foi novamente restaurada sob a direção do Padre José Julião da Silva, muito aclamado pela população, e, como já mencionado, tombada em 2007. Atualmente, a igreja é muito utilizada para realizar cerimônias de casamento, mas se encontra em um estado de conservação preocupante. Durante a entrevista com o prefeito, ele afirmou o seguinte:

A da Boa Morte também sofreu intervenções, a gente teve aí padres administradores. Agora, a prefeitura tá fazendo um convênio que vai passar R\$ 80.000,00 para a reforma do telhado da Boa Morte, então a prefeitura ela tá fazendo o que dá pra fazer. (...) A demanda não foi no meu mandato, tá? Eu já cheguei com a demanda, com o orçamento pronto pra isso, só que era

¹⁷ PIRANGA – MG (Histórico - A Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, de Thiago de Dias Neves). Disponível em: <http://www.piranga.com.br/igrejas/boamorte/index.htm>. Acesso: 13 de abril de 2021.

uma coisa que era impossível passar, porque a igreja, para receber a subvenção, ela tem que ser declarada de utilidade pública, certo? Então, a gente tá mandando o projeto de lei para a câmara e tornando a igreja de utilidade pública para poder mandar esse dinheiro para a reforma daquela igreja¹⁸.

Recentemente, o projeto de lei foi realmente encaminhado para a câmara dos vereadores e votado, como consta a baixo:

O Projeto de Lei nº 012/2021 – Dispõe sobre concessão de subvenções sociais à Entidade Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Piranga, e dá outras providências. O valor da subvenção será de R\$ 80.000,00 para reforma do telhado da Igreja da Boa Morte. O projeto foi aprovado por unanimidade dos vereadores presentes¹⁹.

As outras duas estão localizadas no distrito de Pinheiros Altos, sendo elas: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, tombada pelo Decreto nº1522/2007. A Capela de Nossa Senhora do Rosário foi construída no século XVIII, durante as primeiras minerações e povoamento da região. Os moradores relatam que a edificação já passou por diversas intervenções ao longo dos anos, substituindo-se principalmente parte da alvenaria de vedação original. Ribeiro (2009, p. 118) afirma ainda que: “Os atuais forros de madeira substituíram os originais. Uma tábuca pregada atrás do retábulo-mor revela que antes existiam pinturas artísticas nos forros que se perderam há tempos”. A igreja guarda ainda alguns elementos originais, como o piso em campas de madeira, e o retábulo-mor, com sua fatura representativa do rococó. Apesar de sua importância para a comunidade local, a igreja é uma edificação atualmente pouco usada pela população local e que necessita de atenção e cuidados das autoridades responsáveis.

Outro bem tombado no distrito de Pinheiros Altos é a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, por meio do Decreto nº1524/2007, também conhecida como Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde. Segundo Delmarí Ribeiro (2009), a nomeação de capela curada de Nossa Senhora da Conceição do Pinheiro é uma nomeação equivocada, pois, como consta em documentos mais antigos, a matriz, nos anos Setecentos, recebeu invocação de Nossa Senhora da Saúde.

A capela teria sido fundada em 1763, inicialmente pertencente à filial da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, visto que a freguesia de Nossa Senhora da Saúde do Pinheiro só foi instalada muito tempo depois, em 1875. Já a freguesia foi instituída

¹⁸ Entrevista realizada com o prefeito Luís Helvécio Araújo, no dia 08 de março de 2021.

¹⁹ Informação retirada da página do facebook do vereador Nelson Onele. Disponível em: <https://www.facebook.com/pastornelsononele/posts/269127334779544>. Acesso: 13 de abril de 2021.

canonicamente em janeiro de 1879 (TRINDADE, 1998). Essa igreja, assim como a outra já mencionada, também passou por diversas modificações, mas conserva ainda hoje as portas e janelas com vergas retas, molduras e folhas de madeira das outras fachadas. Apesar das modificações, a edificação foi tombada e permanece sendo utilizada em ritos tradicionais religiosos da localidade, e, como as demais, se encontra em mau estado de conservação.

Por fim, temos o Núcleo Histórico Urbano de Pinheiros Altos, localizado no distrito de Pinheiros Altos. Segundo a documentação, ele foi inventariado em 2009 e o processo ainda encontra-se em tramitação para de fato efetuar o tombamento municipal. Apesar disso, o bem já se encontra na lista de bens tombados pelo Município. Sua importância está ligada à história da região, que remonta ao período da mineração no Setecentos. A região de Pinheiros conta ainda com construções que remontam a esse período, visto que a localidade é próxima à cidade de Mariana, reforçando ainda mais a sua importância durante o período do ouro, além de compor o cenário no qual três monumentos tombados se encontram.

Esta seção apresentou os bens patrimoniais tombados pelo município de Piranga, todos representantes do patrimônio material de “pedra e cal”, isto é, edificações que, em sua maioria, podem ser consideradas representantes da elite branca, exceto aqueles que representam as irmandades negras católicas piranguenses, embora isso não queira dizer que deixaram de possuir ligações diretas com o sistema vigente nesse período histórico. Fica evidente a ligação desses bens com o período colonial, principalmente com o período do auge da mineração no Estado de Minas Gerais, e reforça ainda a importância da região de Piranga na história nacional, não apenas como um representante de história local, mas como parte de um processo histórico que aconteceu no Brasil.

1.3.2.1 Os bens patrimoniais materiais

Como já mencionado, Piranga, além dos bens tombados, conta também com uma vasta lista de bens inventariados, os quais, segundo o prefeito, provavelmente não sairão dessa instância. Por se tratar de uma cidade que começou a ser povoada no fim do século XVII, a localidade possui muitos bens e tradições relacionadas principalmente ao período colonial e bens diretamente ligados a catolicismo, visto que a cidade é de predominância católica. Muitos desses bens inventariados são do setor público ou pertencente à igreja, mas também há um número considerável de bens particulares, que são os mais emblemáticos.

No documento da prefeitura que lista todos esses bens, eles estão separados por regiões, ou seja, de acordo com cada distrito da cidade. No distrito de Santo Antônio de

Pirapetinga, popularmente conhecido como Bacalhau, grande parte desses bens é pertencente à Igreja. Os primeiros bens inventariados datam do ano de 2006, durante a gestão do prefeito Eduardo Sérgio Guimarães (2005-2008), que tinha como secretário de cultura do município Robson Chassim. Segundo a documentação, em 2006 foram inventariados 52 bens em Bacalhau, sendo todos materiais: residências, casas de romeiros, bens integrados às igrejas da região e, inclusive, um arquivo, entre outros.

Em 2007, foram inventariados 24 bens, todos integrados às igrejas, ou seja, todos objetos religiosos. Em 2008, foram mais 18 bens, sendo dois deles bens naturais e o restante composto de objetos religiosos. Já em 2009, foram inventariados mais 20, sendo eles um bem natural e os demais todos localizados no povoado de Manja Léguas – três residências, a capela de Nossa Senhora da Conceição do Cruzeiro, sendo que os restantes estão integrados a esta Capela. Totalizando, o distrito de Bacalhau possui 114 bens inventariados até os dias de hoje.

O Distrito de Pinheiros Altos possui um total de 48 bens inventariados. Em 2006, foi inventariado o Casarão do Rosário, atual museu Cesário Alvim, que atualmente é um bem tombado pelo município. Em 2007, tivemos mais dois bens que, assim como o casarão, também foram tombados pelo município: as duas Igrejas existentes no distrito. Em 2008, foram inventariados mais 10 bens, sendo eles todos pertencentes à Igreja de Nossa Senhora do Rosário. No ano de 2010, foram inventariados mais 29 bens, o que se deve ao processo de tombamento do núcleo histórico do Distrito de Pinheiros Altos. Estes são compostos por edificações existentes nesse núcleo do Distrito e por objetos pertencentes à Igreja de Nossa Senhora da Conceição. No ano de 2011 houve mais quatro bens inventariados, todos fazendas existentes na área rural de Pinheiros. Por fim, em 2020, foram inventariados mais dois bens, sendo eles: a Casa de Engenho da Fazenda Taquaraçu e a Fazenda do Taquaraçu juntamente com os objetos que a integram.

No distrito sede, essa lista é um pouco mais extensa, e datam de anos mais remotos, iniciando em 1999, quando temos um total de 97 bens inventariados, dentre os quais há seis prédios públicos e os restantes integrantes da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Posteriormente, em 2004, tivemos mais nove bens inventariados, dentre eles, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, a Praça Coronel Amantino Maciel e as demais residências privadas. Anos depois, mais precisamente em 2008, tivemos mais onze objetos, todos pertencentes à Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. Em 2009, foi inventariados um total de nove bens, sendo um deles parte do Solar do Cônego Felício – as pinturas parietais – além do próprio solar. Os demais bens são edificações existentes no centro urbano de Piranga, todas

pertencentes ao setor privado, totalizando assim os 97 itens que compõem a lista de bens inventariados do distrito sede do município.

Como é possível notar, o patrimônio de Piranga é fortemente marcado pela presença de artigos que remetem ao elemento religioso, em especial ao catolicismo, mas, além destes bens, a cidade conta também com imóveis coloniais que resistiram ao tempo e que trazem em suas paredes parte da história piranguense.

Nesse âmbito, cumpre ressaltar que muitos desses edifícios simbolizam também conflitos, visto que o patrimônio é sempre um campo conflituoso. Muitos desses bens encontram-se em maus estados de conservação, o que é um problema não só na cidade ora abordada neste estudo, mas no mundo todo. As políticas de patrimonialização são defasadas e a informação acerca da importância do patrimônio é pouco divulgada para a grande massa da população. Os profissionais que atuam nesses campos municipais, em sua maioria, não possuem uma formação adequada para a área de atuação, além de que o patrimônio é pouco visto como prioridade das gestões públicas, como relatou o atual prefeito:

A dificuldade do patrimônio, eu acho, é mantê-lo em pé, não é verdade? Então, é isso. Então, Piranga é uma cidade pobre. Né? A imensa maioria das pessoas são pobres, né? E você sabe que manter uma construção antiga é dispendioso, muito dispendioso, então eu acho que, não vejo nem que seja uma questão cultural, sabe? Eu vejo mais como uma questão econômica²⁰.

Um dos argumentos mais utilizados é exatamente a questão financeira, como relatado pelo prefeito, pois é muito complexo exigir de um morador que mantenha seu imóvel conservado, sendo que isso demanda, quase sempre, altos custos financeiros e, na maioria das vezes, essas pessoas não possuem esse dinheiro ou não querem “desperdiçá-lo” em algo “velho”. Ainda segundo o entrevistado, é necessário que a prefeitura cuide dos imóveis públicos primeiro para depois exigir o mesmo do setor privado, pois é necessário dar o exemplo. Portanto, são inúmeros os desafios acerca do patrimônio.

1.3.2.2 Os bens patrimoniais imateriais

Esta seção trata dos bens patrimoniais imateriais inventariados no município de Piranga, visto que elas são representantes e parte da memória e da identidade dos cidadãos

²⁰ Entrevista realizada com o prefeito Luís Helvécio Araújo, no dia 08 de março de 2021.

desse município. O intuito é demonstrar pluralidade existente nesse âmbito e como esses bens estão presentes no cotidiano e na história de cada indivíduo.

Os bens imateriais do município estão divididos em quatro categorias, quais sejam: as celebrações, as formas de expressão, os saberes e lugares. Os primeiros bens imateriais inventariados datam do ano de 2007, e constam de um total de cinco, que são: a festa do Rosário (celebrações), a Corporação Musical Bom Jesus (formas de expressões), e os demais são classificados como saberes, como a fabricação de açúcar mascavo e rapadura (prática esta que é centenária no município, sendo que ainda hoje há moradores rurais que possuem engenhos para a fabricação de rapaduras); as memórias do Bom Jesus, que têm ligação com o santuário do Bom Jesus e com o Jubileu; e as memórias de tropeiros, visto que, desde o início da ocupação da região, a prática dos tropeiros já era existente e permaneceu durante anos.

Em 2008, foi inventariado mais quatro saberes, sendo eles: o artesanato em palha e taboa e o artesanato em taquara. Ainda hoje é possível encontrar pessoas que se dedicam a essas atividades, mas que, em sua maioria produzem para uso próprio. Um exemplo é o pai da autora desta dissertação, Fábio Dias, que possui a habilidade de fazer balaios de taquara, herdada de seus descendentes.

Entre os saberes listados acima, há, ainda, o ofício dos benzedores. Piranga, por ser uma cidade que possui uma população muito religiosa e supersticiosa, apresenta comumente esse ofício, que é praticado por muitos, principalmente na zona rural, por patriarcas e matriarcas das comunidades. Por último, neste ano, foi registrado o ofício das quitandeiras, o qual é muito comum, pois essas receitas são passadas de geração em geração. Desde a infância, a autora habituou-se a entrar nas cozinhas e ver as mulheres empenhadas na produção de quitandas, como sua mãe Rita Meireles, sua tia Sônia Pereira e sua avó Maria da Conceição – todas quitandeiras que praticam esse ofício há anos e mantêm viva essa tradição.

Já em 2009, houve novamente mais quatro registros de bens inventariados, sendo eles três celebrações e um lugar. As celebrações são todas de cunho religioso, como festas católicas que acontecem em prol das divindades. São elas: a Festa de São Miguel, que está relacionada às comunidades que possuem esse santo como padroeiro, como a Comunidade de São Miguel, cuja celebração se inicia no dia 29 de setembro e os devotos fazem quarenta dias de orações.

Há também a festa de São Vicente, cujas informações a respeito foram mais difíceis de encontrar. Segundo o relato de um vicentino, a comemoração acontece em regiões onde São Vicente é o padroeiro e ocorrem em três datas: uma no dia 27 de abril, outra no dia 27 de setembro, e em uma terceira data que o informante não soube precisar.

Já no mês de maio, o Mês de Maria, a Igreja realiza as coroações e celebrações a Nossa Senhora. Por fim, há nessa listagem de 2009 a patrimonialização do local onde houve o confronto dos emboabas, o qual recebe o nome oficial de Campo de Batalha da Guerra dos Emboabas, estando localizado no distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, em Bacalhau.

Em 2010, ocorreu um número um pouco maior de bens inventariados, sendo eles uma celebração, a Festa de Nossa Senhora do Rosário; a Banda de Nossa Senhora da Conceição, que se encontra na categoria de formas de expressão; e mais seis bens que foram categorizados como saberes, como os benzedeiros, a tecelagem (visto que muitos produzem tapetes, roupas, colchas e tantos outros objetos, todos por meio do ofício da tecelagem), adobe e pau a pique (pois ainda hoje é possível encontrar casas que foram construídas através dessa técnica e pessoas que ainda possuem esse saber), e, por fim, a fabricação da cachaça, atividade muito comum na região e que também é uma prática centenária. Inclusive em Presidente Bernardes (Calambau), que pertencia ao município de Piranga no passado, há uma tradicional festa anual que recebe o nome popular de Festa da Cachaça, visto que a cachaça é parte do cotidiano e da história da região.

Os últimos bens inventariados datam de 2011, dentre os quais estão as celebrações religiosas, como a Festa de Reis²¹, ou popularmente conhecida como folia de Reis, a qual acontece em Piranga há mais de 260 anos. Há também a celebração da Festa do Mastro²², que acontece há quase três séculos e é em devoção a Nossa Senhora do Rosário. Relacionado a esta festa temos mais um bem imaterial inventariado, que é a Preparação do Mastro²³, visto que tudo isso faz parte do ritual de celebração. Também no ano de 2011 foram inventariadas mais três formas de expressão, que são: a Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário²⁴, que acontece na localidade do Morro, a Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e a Guarda Moçambique Santo Antônio do Guiné, que acontece na localidade do Guiné. O

²¹ Conhecida também como Reisado, a festa de Folia de Reis é uma festa popular brasileira católica, mas também é considerada de caráter folclórico. Ela é realizada entre o período do Natal até o Dia de Reis, 6 de janeiro. Nesta celebração, pessoas saem pelas ruas da cidade, visitando as casas e tocando músicas populares e entoando cânticos bíblicos em homenagem aos reis magos e ao nascimento de Jesus. Junto com os músicos vão pessoas vestidas com roupas de personagens ligados ao tema da festa. Disponível em: <https://www.correiodeminas.com.br/berco-de-minas-piranga-celebra-260-anos-de-folia-de-reis/>. Acesso: 14 de abril de 2021.

²² Originalmente, é uma festa de origem pagã, que simboliza força e fertilidade masculina. Em Piranga, a Festa possui relação com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, padroeira dos escravos, criada no século XVIII para tratar dos interesses culturais, religiosos e financeiros da capela do Rosário.

²³ No dia 15 de novembro, o mastro, de madeira de eucalipto, é escolhido em ummato e permanece em uma casa da zona rural da localidade da Barra até o dia 8 de dezembro, quando vários homens da cidade vão até esta casa e o levam nas costas, em um trajeto de 3 km, até a Praça do Rosário, onde recebe a bandeira de Nossa Senhora do Rosário. Então, ele é fincado na Praça com auxílio de duas “tesouras”. O mastro permanece em frente à igreja do Rosário até o dia 20 janeiro (data comemorativa de São Sebastião), quando é retirado.

²⁴ Que remonta a 08 de dezembro de 1758.

Congado²⁵ é uma tradição centenária de Piranga e conta com a participação de várias gerações de famílias piranguenses.

Como ficou evidente até aqui, Piranga é uma cidade que possui um grande acervo cultural e que emprega todo tipo de bem patrimonial, sendo eles materiais, imateriais e naturais. Ficou evidente também que, apesar de toda a sua história e de todos esses bens fazerem parte da memória e da identidade piranguense, eles encontram-se, em sua maioria, negligenciados. Vimos que grandes são os problemas que o município enfrenta acerca da preservação do seu patrimônio cultural e que boa parte desses bens está relacionada a grupos, mas que a junção desses grupos é o que forma a história piranguense. Preservar seu patrimônio não se resume a apenas deixar em pé construções: mais além, é também manter vivas as tradições, os saberes e as memórias. Para entendermos melhor como é feita a gestão do patrimônio cultural de Piranga, é necessário que analisemos como foram feitos os processos de patrimonialização desses bens, como veremos no próximo capítulo.

²⁵ A origem das festas do Congado está ligada à Igreja de Nossa Senhora do Rosário da antiga Vila Rica, atual Ouro Preto. Consta que, nas Minas do século XVIII, um escravo de nome Chico-Rei perdeu quase toda sua família na viagem da África para o Brasil, restando-lhe apenas um filho. Instalado em Vila Rica, com as economias obtidas pelo trabalho aos domingos e dias santos, comprou a alforria do filho, a sua própria e dos demais súditos de sua nação que o apelidaram de Chico-Rei. Todos unidos compraram a riquíssima mina da Escandideira, organizaram a Irmandade do Rosário e de Santa Efigênia e levantaram, com recursos próprios a Igreja do Alto da Cruz em Ouro Preto. Chico-Rei casou-se novamente e com o prestígio que adquiriu com os de sua raça começou a participar das solenidades típicas da festa dos Reis Magos, em janeiro, e da festa de Nossa Senhora do Rosário, em outubro. Nestas festas, Chico-Rei, de coroa e cetro, apresentava-se com sua rainha, os príncipes e sua corte formada pelos negros de sua nação, cobertos de ricos mantos e trajes de gala bordados a ouro, precedidos de batedores e seguidos de músicos e dançarinos, batendo caxambus, pandeiros, marimbas e canzás e entoando ladainhas. As Congadas e as festas do Rosário originárias da lenda de Chico-Rei disseminaram-se em todo o estado e são representativas na região de Piranga (RIBEIRO, 2009, p. 123).

2 OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DE DOSSIÊS E DAS DEMAIS DOCUMENTAÇÕES REFERENTES AOS PROCESSOS REALIZADOS EM PIRANGA

No capítulo anterior foi realizada a apresentação da trajetória do patrimônio e uma contextualização acerca do objeto de pesquisa desta dissertação. Neste segundo capítulo, julgamos necessário abordar um dos objetivos desta pesquisa, que é identificar a relação entre patrimônio, memória e identidade com o intuito de perceber como esses conceitos estão interligados entre si e como eles influenciam nos processos de patrimonialização dos bens patrimoniais da cidade de Piranga. O objetivo principal foi o de identificar quais fatores foram considerados relevantes na escolha dos bens patrimonializados, visando, assim, a identificar se os moradores possuem um sentimento de pertencimento e se identificam com esses bens.

Nessa ótica, avaliamos como oportuno fazer uma breve revisão bibliográfica acerca desses conceitos e, assim, proporcionar um melhor entendimento de como esses termos se correlacionam e de como eles são peças importantes nesses processos. O patrimônio está diretamente ligado à memória, à identidade e ao pertencimento. Logo, ao se definir qual bem será protegido é necessário ponderar todas essas questões e como elas dialogam em relação à comunidade e ao bem patrimonial. Nesse sentido, inicialmente, o capítulo traz uma breve revisão bibliográfica sobre esses conceitos e, em seguida, faz uma discussão sobre como eles estão ligados à ideia de pertencimento. Por fim, trazemos uma análise dos dossiês e das demais documentações acerca dos processos de patrimonialização da cidade, visando a identificar quais justificativas foram empregadas para definir a escolha desses bens.

2.1 Patrimônio, memória, identidade e pertencimento

Estudar sobre o patrimônio está intimamente ligado às questões acerca da memória e da identidade. Nesse ínterim, buscaremos discutir um pouco sobre o conceito de memória e o que ele engloba neste campo patrimonial, para, em seguida, atentarmos à identidade e aos demais conceitos. Muitos são os estudiosos que se dedicam ao estudo da memória, além dos historiadores, como ressalta Le Goff (2008), em seu livro *História e Memória*. A questão da memória é analisada sob diferentes perspectivas e em diversos campos, como na filosofia, antropologia, sociologia, psicologia, neurofisiologia, biologia e psiquiatria, entre várias outras áreas de conhecimento.

No início do século XX, principalmente no campo das Ciências Humanas, o conceito de memória passou a ser classificado como um fenômeno social, visto que as relações entre os indivíduos são estabelecidas pelas formas como estes interagem entre si, ou seja, por meio dos aspectos socioculturais, como os ambientes familiares, religiosos, políticos, profissionais, entre outros. A memória, de forma popular, pode ser compreendida como a capacidade que o homem tem de conservar e lembrar os acontecimentos, suas experiências e lembranças do passado, sendo estas uma relação de interação entre o indivíduo e o meio social no qual está inserido.

Na História, a partir do ano de 1970, os pesquisadores passaram a dedicar-se ao estudo da memória com o intuito de refletir acerca dos movimentos sociais, políticos, culturais, populares e cotidianos, ou seja, tudo aquilo que está presente nas dimensões históricas. Mas esse olhar acerca da memória no campo de estudo da História é anterior a esta data, visto que, desde o século V, Heródoto e Tucídes já problematizavam a memória como instrumento analítico de seu tempo, sobre sua subjetividade e acerca da veracidade da memória no fazer história dos homens. Na era contemporânea, as metodologias empregadas e a problematização da memória como objeto de estudo evoluiu muito e os estudos da memória já transcendem a historiografia e se tornam algo interdisciplinar.

Seguindo esta linha historiográfica, Le Goff (2013) salienta ainda que a relação entre memória e história agrega ambas as áreas, mas isso não significa que elas sejam sinônimos: “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica.” (LE GOFF, 2013, p. 51). Desse modo, a memória pode ser utilizada como meio de resgatar e reconstruir acontecimentos históricos a partir das ressignificações individuais e, nesse sentido, “a memória é sempre memória de alguém (ou de um grupo) que faz projetos e visa ao devir” (RICOEUR, 1996, p. 9 *apud* BARROS, 2009, p. 36).

Além disso, “devemos pensar na memória como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos” (BARROS, 2009, p. 37). Destarte, o estudo da memória de um grupo social está ligado, como salienta Stuart Hall (2012), a uma centralidade cultural, a qual gera representações, significações e a identificação do indivíduo dentro de um grupo social. As memórias não devem ser pensadas apenas como um processo de manutenção do indivíduo, mas podemos entender que é por meio da observação que o indivíduo realiza dentro de um grupo que ele irá manter seus símbolos e sua cultura.

Por isto a memória está ligada a um papel importante no mundo social, a de conservar informações psíquicas capaz de atualizar impressões passadas, assim como representações sociais que são naturalizadas do cotidiano de um grupo, informando ainda a estes indivíduos inseridos em uma coletividade o sentido de sua própria colocação no tempo, interligando o passado ao presente (TEDESCO, 2004, p. 31).

Logo, a memória está sempre em movimento e precisa dialogar para preencher lacunas e melhor se formular. O teórico Maurice Halbwachs (2006) pontua que a dimensão da memória ultrapassa o plano individual, considerando que nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade. Ou seja, como indivíduo que vive em uma sociedade, o homem se encontra inserido em um meio social que, de certa forma, o influencia e faz parte de quem ele é. Portanto,

Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Nessa perspectiva, entende-se que as memórias são construções dos grupos sociais e que se constituem sempre uma construção coletiva. São esses grupos quem determina o que é memorável e o que poderá ser considerado como lugares de preservação da memória. Halbwachs (2003), em seu livro *A memória coletiva*, discute sobre as duas divisões da memória: a memória individual, a qual seria “[o] primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso”, e a memória coletiva, que “[é] como se estivéssemos diante de muitos testemunhos” (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Para Michel Pollak (1992), em princípio, a memória até parece ser um fenômeno individual, algo íntimo de cada indivíduo. Contudo, Halbwachs (2003) argumenta que a memória individual será sempre construída a partir da memória coletiva, pois, para ele, a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, que é construído coletivamente e submetido a transformações e mudanças constantes. É, portanto, um fenômeno flutuante, visto que:

É mais comum considerar-se a memória uma faculdade propriamente individual – ou seja, que aparece numa consciência reduzida a seus únicos recursos, isolada dos outros, e capaz de evocar, por vontade ou por acaso, os estados pelos quais passou antes. No entanto, como não é possível questionar o fato de que frequentemente reintegramos nossas lembranças em um espaço

e um tempo sobre cujas divisões nos entendemos com os outros, de que nos situamos também entre datas que não tem sentido senão em relação aos grupos de que fazíamos parte (HALBWACHS, 2003, p. 76).

Além disso, parafraseando Michael Pollak (1992), além da classificação entre memória individual e coletiva, a memória também pode ser classificada como seletiva, pois o indivíduo ou o seu grupo social podem escolher o que desejam guardar e o que querem que seja esquecido; com isso, podemos dizer que a memória é construída, seja uma construção consciente ou não. Visto que é impossível registrar tudo, a memória acaba por sofrer alterações – algumas causadas pelo esquecimento e modificações involuntárias e outras propositalmente. Destarte, no estudo da memória não é importante estudar apenas aquilo que é lembrado, mas também o que é esquecido. Além destas questões, o autor acima citado pontua ainda o que considera como os elementos construtivos da memória individual e coletiva:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (POLLAK, 1992, p. 201).

Desse modo, a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas – ou aquelas que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003). Portanto, o processo da memória no homem intervém não só na ordenação de vestígios, mas também na releitura desses vestígios. A memória acaba sendo o resultado de um trabalho de organização e seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade.

Como uma construção, a memória está sujeita a interações. Assim, ela é, segundo Le Goff (1990), como ferramenta que conserva certas informações, e contribui para que o passado não seja totalmente esquecido; ela acaba por capacitar o homem a atualizar as informações passadas, possibilitando que a história se eternize na consciência humana. A esse respeito, Alberti (2004), porém, ressalta que o passado só permanece vivo através do trabalho de síntese da memória, ou seja, a oportunidade de reviver o momento quando o indivíduo compartilha suas experiências, tornando-se, assim, a “memória viva”.

Sendo assim, a memória é essencial na percepção do eu (o individual) e dos outros (o coletivo). Ela se torna o resultado de um trabalho de organização e de seleção dos

acontecimentos, tradições, histórias, entre outros, que são considerados importantes para o sentimento de identidade, para dar continuidade e sentido à vida do indivíduo e do seu grupo social. Contudo, a “memória viva” desempenha essa função e por isso é tão comum ouvirmos pessoas dizerem que mantêm certas tradições para manter viva a memória de seus antepassados. Este trabalho de memória acaba por reforçar a identidade de certos grupos sociais.

Por conseguinte, Le Goff (2003) ressalta que a construção das memórias possui uma importante função social, na medida em que esta reproduz informações mesmo quando há ausência de dados escritos, com base no estudo de objetos que marcam o seu acontecimento. Por isso, o estudo da memória e o emprego de suas metodologias vêm se tornando ferramentas tão importantes nas ciências sociais para o estudo de grupos sociais que não possuíam sólida tradição escrita. Nesse caminho, a memória vem se tornando, por meio dos relatos, uma fonte riquíssima de dados para os pesquisadores, desde que sejam empregadas as devidas metodologias que a ciência exige.

Para o autor supracitado, a memória estabelece certo vínculo entre as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha, possibilitando, assim, que estes passem a se enxergar como sujeitos da história. As pessoas que produzem história, que fazem parte também deste ambiente, passam a perceber que possuem, além de direitos, também deveres para com a sua região e para com o seu povo. Assim,

A “identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva”; a partir do momento em que a sociedade se dispõe a “preservar e divulgar os seus bens culturais” dá-se início ao processo denominado pelo autor como a “construção do ethos cultural e de sua cidadania” (LE GOFF, 2003 *apud* PELEGRINI, 2006, p. 116-117).

Sendo assim, a memória como parte daquilo que constitui a história, cria um vínculo afetivo entre as gerações, trazendo o sentimento de pertencimento àquele grupo e/ou local e possibilitando aos agentes a participação nas decisões de sua comunidade. Desse modo, devido ao sentimento de pertencimento, as pessoas estarão conscientes e empenhadas em preservar os seus bens culturais, dando início à chamada “construção do ethos cultural²⁶ e de sua cidadania”, como destacado por Jacques Le Goff (2003).

Entretanto, ocorre que, por meio da análise dos dossiês de tombamento é possível perceber que, nas tomadas de decisões referentes aos bens protegidos no município, raras são

²⁶ Ethos cultural: “tangencia tudo aquilo que distingue a existência dos grupos sociais no interior de uma sociedade” (TASSARA; ARDANS, 2007).

as vezes em que a comunidade aparece como agente participante, o que faz questionar se há esse vínculo afetivo em relação à comunidade e os bens protegidos.

Parafraseando Pierre Nora (1993), o autor afirma que, a fim de manter a memória em movimento, é preciso recordá-la e transmiti-la. O autor considera que a memória é vida vivenciada por homens vivos, fundadas em seu nome e que, por isso, está condicionada a permanecer em perene evolução. A memória é constituída de acontecimentos, mas também por pessoas, que são personagens ou telespectadores de tais acontecimentos. Outrossim, além desses acontecimentos e personagens, é possível que esteja ligada aos lugares entrelaçados às lembranças. Durante as entrevistas e a análise dos questionários, muitos dos participantes relataram que possuem lembranças relacionadas aos bens patrimoniais do município, e alguns se sensibilizam em prol do desejo de manter existentes esses bens. Mas, em contraponto, há a documentação e o relato dos agentes públicos que demonstram que, por mais que haja essa sensibilização, não há uma movimentação de fato.

Sobre essa discussão, Nora complementa que, para se manter ativa e representativa, a memória precisa se fazer presente – daí surgem os lugares de memória. O autor especifica alguns desses “lugares de memória” como,

Os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações (NORA, 1993, p. 43).

Tais lugares são possuidores de imensa memória e história, e acabam por se tornar espelhos para a identidade de um grupo, mas é necessário trabalhar de forma que a memória coletiva colabore para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2003). Os museus e demais espaços de cultura representam alguns dos lugares responsáveis pela memória de um povo, encarregados pela preservação das obras produzidas pela humanidade. Até mesmo a língua “[...] realiza memória em si mesma ao trazer consigo traços de grupos específicos e da humanidade como um todo” (BARROS, 2009, p. 51).

Atualmente, há um *boom* por todo o mundo acerca da criação desses ditos “lugares de memória”. Pierre Nora (1993), em seu artigo *Entre memória e história – A problemática dos lugares*, trata dessa necessidade moderna de eleger esses lugares onde depositar tais memórias, impondo a certos objetos e espaços a função de capturarem e deixarem à disposição da sociedade a memória para que ela seja “usada” a qualquer momento pelo homem. É como se fosse necessário algum meio material para alojar a memória, e, por este

motivo, o autor afirma que “os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (NORA, 1993, p. 12). A exemplo desses lugares de memória, Piranga possui o memorial Cesário Alvim, mas é evidente que a grande parcela da população não se apropria desse espaço, pois muitos nem sabem da sua existência.

Seguindo a ótica do Nora (1993), ele acredita que, quando essa captação é feita, a memória deixa de o ser e passa a ser história. O autor explica que não se pode capturar a memória, visto que o esquecimento, as distorções e os silenciamentos são naturais e o homem necessita dessa mobilidade memorial para dar continuidade à sua vivência. Nora afirma, ainda, que: “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente [...] Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, cenas, censuras ou projeções” (*Ibidem*, p. 9).

Fica evidente que estudar e compreender os elementos que constroem e constituem a memória é extremamente importante para entender o patrimônio cultural e a identidade, visto que a memória está intrinsecamente ligada ao processo de formação e construção da identidade, seja ela coletiva ou individual. Assim, a partir desses conceitos é possível reconhecermos os acontecimentos passados e conservarmos as informações que serão importantes para as demais gerações e até mesmo para a atualidade. Por este motivo, Paul Ricoeur (1996) acredita que é necessário pensar a memória como uma instância criativa, que irá produzir símbolos, os quais serão fundamentais para instituir a identidade, seja ela individual ou coletiva, bem como para garantir a permanência de grupos. Dito isto, torna-se necessário conceituar, por sua vez, a noção de identidade.

Um dos principais nomes que se destaca no estudo da identidade é Joel Candau (2011), com a obra *Memória e Identidade*. Segundo o autor, a identidade é inicialmente vista como um estado construído socialmente, ou seja, ocorre por meio da relação dialógica entre o indivíduo e o outro. Desse modo, ela se configura como uma elaboração social que está em constante transformação e/ou construção à medida que é moldada conforme o seu contato com a alteridade. Dessa forma, a identidade estará sempre inserida em um processo contínuo que só se encerra com a morte, pois ela altera-se continuamente. Mas essa é uma visão atual acerca da identidade.

Inicialmente, no campo das Ciências Humanas, a ideia de identidade não era entendida da maneira então apresentada. Stuart Hall (2006) afirma que, para os iluministas, no século XVIII a identidade do sujeito estava pautada em um núcleo que nascia com ele e o acompanhava ao longo de toda a sua vida, permanecendo intocável, sempre a mesma. Porém, posteriormente, com a concepção sociológica, partiu-se da ideia de que a identidade sofreria

alterações devido à interação entre o indivíduo e o seu meio social. Sendo assim, a identidade seria formada pela interação entre o eu e a sociedade. Essa mudança no modo de interpretar a identidade estaria diretamente ligada ao surgimento da noção de individualidade.

Com a separação do homem com a Igreja e seus dogmas é que surgem os sujeitos pós-modernos e a noção de identidade como um processo que está sempre em movimento. Nesta concepção não há mais uma identidade/permanente fixa, como acreditavam os iluministas, pois esse novo sujeito encontra-se “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditória e não resolvidas. [...] O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p. 12).

Nessa nova visão, de acordo com Stuart Hall, “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’ formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (*Ibidem*, p. 13). Essa mudança no modo de percepção do sujeito e da sua identidade carrega consigo as discussões sobre a identidade para outras áreas de estudo nas Ciências Humanas e sociais. A identidade, nesta nova concepção, deixa de ser algo definido para ser algo indefinido, passando a ser uma questão problemática, cercada de incertezas.

Essas mudanças trazem consigo a insegurança do sujeito pós-moderno, a qual se deve à natureza cambiante da identidade, deixando o indivíduo em um mar de incertezas, o que faz com que ele não se perceba mais como parte de um sistema integrado e unificado. Isso significa que o sentimento de pertencimento e os referentes que fixam e integralizam o sujeito em torno de uma essência segura e estável se debilitam, visto que, agora, o indivíduo não sabe ao certo quem é ele não consegue individualmente definir qual é sua identidade. Há, então, a necessidade de se sentir pertencente a um grupo no qual ele se identifique.

Além disso, Hall afirma que as transformações sociais sofridas pelo homem pós-moderno foram frutos de uma mudança estrutural que conseqüentemente fragmentou as paisagens culturais de classes e demais categorizações, pois, como afirma Zygmunt Bauman, agora o homem se vê em uma sociedade líquida²⁷, onde as estruturas antes sólidas passam a ser fluidas e estão sujeitas a mudanças, incluindo-se o referente à identidade. Esse processo de

²⁷ Termo este originário do pensamento do sociólogo Zygmunt Bauman, autor do livro “Modernidade Líquida” e de uma série de livros que seguem esse conceito de liquidez. Para o autor, a sociedade atual está marcada pela liquidez, volatilidade e fluidez – tanto nas relações sociais quanto as estruturas, antes no passado vistas como sólidas.

descentramento que o homem sofre traz a certeza de que as identidades não são formadas apenas individualmente, mas pela relação entre o outro e ao grupo.

Ao analisar a identidade, percebe-se que ela gera diferentes conceitos. Como aborda Silva (2009), a identidade pode ser dividida em: identidade nacional, étnica, social e cultural. Também, é partilhada por diferentes indivíduos e constitui assim a identidade do grupo ao que pertence. Cada uma dessas instâncias apresenta uma gama de significados e métodos. A identidade seria, então, um sistema de representações que permite a construção do eu, proporcionando a formação do indivíduo.

Mas, ao falar de identidade, é preciso pensarmos em, pelo menos, dois vieses importantes: aquele que tem um enfoque essencialista, no qual se tem a ideia de que a identidade cultural pertence a alguém, ou seja, é algo que se possui e aquele com um enfoque processual, o qual considera que a identidade é algo que é modelado de acordo com os movimentos que são produzidos no meio social. como já abordado por Stuart Hall (2005, p. 8), o conceito de identidade “é demasiadamente complexo, pouco desenvolvido e compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”. Por isso, a identidade deveria ser entendida como um processo, e não como uma coisa acabada; logo, seria melhor falarmos um processo de identificação.

A relação entre memória, identidade e patrimônio está intimamente ligada ao processo de construção de identidades de grupos e comunidades. Essa temática é abordada por Silva (2009) da seguinte forma:

A construção da identidade social é feita de afirmativas e negativas, a partir dos posicionamentos dos indivíduos diante das situações do cotidiano. De acordo com Da Matta, uma pessoa cria sua identidade ao se posicionar diante das instituições, ao responder às situações sociais mais importantes da sociedade: como um indivíduo entende o casamento, a Igreja, a moralidade, a Arte, as leis etc., é o que define sua identidade social. Esses perfis seriam construídos a partir das fórmulas dadas pela sociedade, e não criados simplesmente pela escolha individual (SILVA, 2009, p. 203).

Além da memória, o processo de globalização acaba por reduzir o espaço geográfico e encurtar o tempo. Ou seja, através dos meios de comunicação e transporte, as informações, as ideias e as culturas são amplamente divulgadas e partilhadas por outras pessoas em espaços diferentes, que agora não se encontram tão distantes. Ao possibilitar esse acesso, põe-se em questão as fronteiras territoriais locais e a relação entre lugares, localidades e identidades (BAUMAN, 1998). Nesse ínterim, a globalização produz uma forte diversificação no processo de construção identitária, pois ela torna as sociedades mais permeáveis e mais

pluralistas, ao mesmo tempo em que provoca alterações frequentes dos espaços e, conseqüentemente, das manifestações culturais, o que pode dificultar os processos de definição identitária e desencadear no sujeito uma crise de identidade pelo excesso de informações e mutações (CAFÉ, 2007, p. 47).

Porém, essa multinacionalidade é ambígua, pois causa uma homogeneização das culturas, uma padronização dos modos de vida dos indivíduos, fazendo sucumbir valores locais e tradicionais. Mas, por outro lado, à medida que os sistemas de comunicação elevam a capacidade de disseminação, observa-se também a possibilidade de os costumes e valores locais se interporem aos elementos globais. Nessa perspectiva, a identidade é levada em consideração com sua relação com a diferença, pois ela não existe sem a diferença. Por exemplo, ao dizermos ‘piranguenses’, automaticamente estamos nos referindo a pessoas que não são das demais naturalidades.

A identidade é uma construção relacional, para existir ela depende de algo fora dela, que é outra identidade. Além disso, precisamos considerar que toda identidade é uma construção histórica: ela não existe sozinha, nem de forma absoluta, e é sempre construída em comparação com outras identidades, pois sempre nos identificamos com o que somos para nos distinguir de outras pessoas (SILVA, 2009, p. 204).

Todorov (2002), no intuito de tentar entender como a memória influencia a identidade, constata que a recordação do passado é necessária não apenas como ato de lembrar, mas também de afirmar a própria identidade, seja ela individual ou grupal. “Um e outro também se definem por sua vontade no presente e seus projetos de futuro, mas não podem prescindir dessa primeira lembrança” (TODOROV, 2002, p. 199).

Entende-se que memórias individuais e coletivas interagem para a formação de uma identidade memorial. Destarte, a identidade não se dá apenas pela memória, mas também pelo esquecimento, pois através do processo de escolha do que deve ser lembrado ou não é que se desenvolve a identidade. Contudo, não só a memória constitui a identidade, como o patrimônio cultural é fundamental para a sustentação da identidade (CANCLINI, 1994, p. 99). E foi no intuito de analisar quais foram os fatores que influenciam nesse processo de escolha que esta pesquisa se dedicou, no capítulo a seguir, a analisar as justificativas apresentadas nos dossiês de tombamento para embasar a escolha dos bens. Mas, para isso, é importante entendermos como se dá a relação dos moradores com o patrimônio, analisando o sentimento de pertencimento.

Por reconhecer essa relação entre pertencimento, patrimônio, memória e identidade e a importância dela, é que esta pesquisa se dedicou, em parte, a analisar esses processos e a buscar entender como essa dinâmica ocorre na cidade de Piranga, visto que uma das hipóteses levantadas foi a de que não havia essa identificação por parte dos piranguenses. Desse modo, é importante questionarmos se, com o desaparecimento dos bens patrimoniais da cidade, seria possível sustentar essa identidade piranguense.

Seguindo essa ótica de pertencimento, Café (2007) instiga os leitores a analisarem a identidade como um sentimento de pertença e identificação com os elementos que constituem sua história ou memória, pessoal ou do grupo, ao qual se pertence, podendo influenciar no aspecto social ou cultural. A identidade remete, assim, a um processo interno do indivíduo que precisa pertencer a algo para construir seus traços de acordo ou não com o meio em que vive. Portanto, a identidade de um grupo é influenciada por sua história e por seus membros.

Deste modo, considera-se que a identidade é relacional, pois estabelece uma ligação entre o indivíduo e o seu meio social e relaciona-se com a trajetória vivencial pessoal de cada indivíduo, pois, geralmente os indivíduos mantêm uma identidade associada ao seu grupo de referência (CAFÉ, 2007). Ao manter-se em contato com as características do local onde vive, com seu patrimônio, o indivíduo estabelece uma ligação com a sua própria história, a sua memória, preservando também a memória do seu grupo social e desenvolvendo um processo de identidade social e cultural.

O patrimônio possui inúmeras relações com a identidade, como característica de algo coletivo: é um elemento fundamental na construção da identidade social e cultural, ou seja, é a própria materialização da identidade de um grupo social (CHOAY, 2001). Ele faz recordar o passado, portanto, tem a função de memorar acontecimentos importantes, o que demonstra uma relação com os conceitos de memória social legítima e identidade de um grupo, recorrendo ao patrimônio para reforçar essas relações (MARTINS, 2011).

O patrimônio histórico-cultural expressa a identidade histórica e as vivências de um determinado povo. Destarte, ele contribui para manter e preservar a identidade de uma nação, e daí surge o conceito de identidade nacional. O patrimônio é a herança cultural do passado, vivida no presente, que será transmitida às gerações futuras; é, pois, o conjunto de símbolos sacralizados por um grupo que decide preservar como patrimônio coletivo. Portanto, há legitimação social e política do que é patrimônio por meio da sua relação com os conceitos de identidade e memória. A própria constituição brasileira reafirma esta questão, quando institui no artigo 216 que:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Desse modo, subentende-se que o patrimônio cultural está ligado às questões referentes à memória e à identidade, visto que este é um meio de assegurar a memória de um povo e reafirmar, por meio da representação, a identidade deste povo. A identidade é o sentimento coletivo de pertencimento, o sentimento de pertencer à determinada comunidade, o qual cria o sentimento de vínculo coletivo que permite a identificação da parte com um todo. Apesar de ser feita a partir da diferença e da alteridade, a identidade ocasiona também essa relação entre o eu e o outro que se identificam por meio da memória que compartilham.

A memória, como uma representação do passado, e como preservação, evocação e atualização de acontecimentos passados, é a afirmação de lembranças, dando presença a algo ausente, como os lugares de memória ou o patrimônio cultural. Para Halbwachs (1992), a memória como fenômeno social é construída e reproduzida coletivamente ao longo do tempo. Do mesmo modo, como o patrimônio cultural, a memória social é dinâmica e seletiva, pois nem tudo que é importante para um grupo fica ocasionalmente gravado na memória, registrado para as gerações futuras.

O patrimônio surge como um meio para se preservar e resguardar essa memória, sendo esta entendida como processos sociais e históricos de expressões e narrativas de acontecimentos marcantes, de coisas vividas, que legitimam, reforçam e reproduzem a identidade do grupo (CRUZ, 1993). Desse modo, fica evidente que o patrimônio não se trata apenas de um objeto, ou de um modo de fazer ou tradição; vai muito além disso. O patrimônio não significa o retrocesso, como muitos julgam, ou como apenas o exercício de preservar algo que é belo: ele representa também a preservação e a divulgação da memória e significa a reafirmação da identidade de um grupo social.

Mas é importante ressaltar que não se trata apenas de preservar por preservar, nem forçar que as pessoas agreguem valor àquele bem apenas por ele ser considerado um patrimônio: é necessário que haja a identificação com esse bem, para só assim ele fazer

sentido no meio social no qual está inserido. Como analisa Nestor Garcia Canclini (1994), não basta apenas haver os centros culturais, escolas, museus e bens tombados que sejam gratuitos e que promovam ações de difusão das informações, pois, à medida que descemos a escala econômica, social e educacional, fica evidente que há uma diminuição da capacidade de apropriação cultural transmitida por essas instituições (CANCLINI, 1994). Todavia, é preciso deixar claro que isso não significa que as pessoas sejam “ignorantes”: significa, sim, que para elas não há significado se não houver identificação.

Para um grupo, se não houver identificação com os bens patrimoniais, não haverá apropriação dos espaços, nem mesmo atribuição de valores, já que não haverá significado algum. É necessário que os bens patrimoniais atendam à necessidade do povo. Assim, caímos novamente na indagação: “patrimônio para quem?”. O patrimônio só terá valor para as pessoas se ele for uma forma de representação da memória de um determinado grupo e se simbolizar a representação, assim gerando e garantindo a identidade dos sujeitos. E é sobre essa indagação acerca desse sentimento de pertencimento e dessa identificação que iremos tratar a seguir.

2.2 Os processos de patrimonialização: uma breve análise bibliográfica acerca do conceito

É difícil datar precisamente quando houve o surgimento dos primeiros processos de patrimonialização, mas, desde a segunda metade do século XX, ocorreu um aumento quantitativo e qualitativo na ativação do patrimônio. Esta ativação é o que chamamos de patrimonialização e está ligada ao esforço de conservar, a longo alcance, aquilo que se considera importante para a nação (PRATS, 1997). Se levarmos em consideração o espaço temporal, podemos dizer que o patrimônio é algo muito recente e, conseqüentemente, as políticas de preservação cultural também o são.

A patrimonialização ganha força após as duas Grandes Guerras Mundiais, pelo desejo das nações de preservar os restos de um passado materializado em seus territórios e, ainda, não devastados. O ato de consagração patrimonial é orquestrado, assim, pelas potências estrangeiras, onde, a partir das catástrofes mundiais (duas Grandes Guerras), temos o marco simbólico de uma nova ordem de transmissão cultural (COSTA, 2010, p. 136).

Mas do que se trata patrimonializar um bem? O que significa? Para responder a estas indagações, trazemos Roberto Cara (2004), o qual escreveu um artigo intitulado

Patrimonialización de valores territoriales. Aportes y Transferencias. Neste escrito, o autor afirma que a patrimonialização é um processo voluntário que tem como objetivo incorporar valores socialmente construídos, englobados dentro de um espaço-tempo de um determinado grupo social, ou em uma sociedade, transformando-se em parte de um processo de territorialização, o qual baseia a relação entre cultura e território. Além disso, a durabilidade de um bem, seja ele material ou imaterial, está relacionada à valorização cultural, ao significado simbólico que este bem possui, além dos interesses econômicos. A patrimonialização, neste caso, seria a institucionalização de mecanismos que têm como finalidade proteger o então chamado patrimônio cultural, material e imaterial. Ou seja, são os processos e os mecanismos de proteção ao bem cultural.

No Brasil, essas medidas são datadas no início do século XX e ganham força no contexto do movimento modernista, adquirindo força política. Essa prática foi se consolidando no país com a criação de órgãos responsáveis por esta proteção, como: a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1933); o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (1937), que mais tarde veio a ser nomeado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; e por meio do conjunto normativo criado por esses institutos, o qual visa à proteção e à preservação do patrimônio cultural brasileiro. O tombamento foi o instrumento instituído durante o Estado Novo, em 1937, e que se tornou o principal recurso por meio do qual o Estado busca assegurar a proteção de determinados bens culturais. Atualmente, o tombamento é o principal instrumento de proteção que temos no país.

Mas, apesar de se tratar de um processo que visa à proteção dos bens culturais, não devemos romantizar a patrimonialização, visto que é um processo de construção de metadiscursos sobre determinada realidade pautada em experimentações registradas em um livro, mediante as várias regras e critérios que foram estipulados por agentes estatais na área das políticas públicas. Sendo assim, a patrimonialização atribui sentidos, valores e significados ao bem cultural, ao passo que o patrimônio está ligado a um jogo de interesses, de decisões a serem tomadas, simbolismos e ações políticas nas quais os espaços estão sendo ressignificados por meio de estratégias que buscam a preservação e o uso desses espaços. Ao mesmo tempo em que este processo tem contribuído significativamente para a produção social desses espaços, ele também tem contribuído para a ampliação de conflitos de interesses entre os agentes exógenos e as dinâmicas sociais locais, o que resulta em políticas sem eficiência para atender às demandas desses agentes. Como aborda Sandra Siqueira da Silva:

A patrimonialização dos bens culturais busca inserir a comunidade local no caminho do desenvolvimento social e econômico. Ao se agregar valor econômico e simbólico aos bens culturais, há o reconhecimento e identificação da história e cultura da população local, a patrimonialização da cultura deve ser utilizada como meio e fim da valorização dos bens culturais, estes, ao assumirem sua posição simbólica serão canais de desenvolvimento social, econômico e cultural (SILVA, 2011, p. 16).

No entanto, este processo tende a ser lento e demanda passos bem delimitados. Inicialmente, é feito um inventário de bens patrimoniais materiais e imateriais da localidade, o qual deve passar por um processo de apropriação das comunidades. É necessário que haja sensibilização dos moradores locais, pois é preciso que exista um sentimento de identificação com o patrimônio. Nesse âmbito, além destas questões, ainda é necessário que se tenha uma estrutura institucional que esteja apta a proteger esses bens para que eles possam ter sua existência garantida, de modo que gere um impacto positivo para o local e para as pessoas que fazem parte desta comunidade.

Em grande maioria, estas questões são os aspectos em que mais ocorrem falhas, não sendo realizados como deveriam ser. Na teoria, tudo funciona muito bem, mas, na prática, a realidade é outra. Não basta apenas que haja a patrimonialização do bem: é preciso também que a população seja contemplada e beneficiada com este reconhecimento dos bens patrimoniais, pois, sem se sentir pertencentes a estes espaços, não há identificação com o patrimônio e, conseqüentemente, ele perde a sua função primordial, que é garantir a manutenção da memória e da identidade dos agentes envolvidos.

Como vimos, por via da patrimonialização são atribuídos novos significados ao patrimônio. Nestes processos, os especialistas são peças fundamentais, sobretudo enquanto responsáveis por criar uma legitimidade patrimonial seletiva, como os historiadores, arqueólogos, antropólogos, arquitetos, entre outros. São eles quem vai certificar o valor dos elementos culturais para decidir se são cabíveis ou não de serem patrimonializados e quem vai reconhecer como bem de tutela pública o que antes não era intitulado como tal.

Segundo Alois Riegl (1997), são atribuídos ao patrimônio cultural valores como: o valor histórico, o valor artístico e estético, o valor de antiguidade e o valor de contemporaneidade, ou seja, como esse bem tem utilidade para servir às necessidades do presente. São estes valores que tendem a nortear os processos de proteção para definir critérios que serão usados para selecionar quais bens serão patrimonializados.

Mas é importante salientar que, na atualidade, estes valores não são mais suficientes para atender aos processos de atribuição de valor ao patrimônio público. Por mais que a ação

dos especialistas seja importante, ainda sim é importante estarmos cientes de que tais processos estão associados a conflitos, tensões e negociações. Desse modo, não é suficiente estudar apenas o papel e a atuação dos especialistas, mas também dos diversos outros agentes sociais inseridos neste meio e que fazem parte deste processo. Por esse motivo, devemos estar atentos às questões identitárias, aos seus diversos níveis e ao seu papel na hora de categorizar determinado bem. Como aborda Françoise Choay (2008), a reutilização do patrimônio é um processo minucioso e complexo, pois não basta levar em consideração apenas o “valor” do bem, mas também os usos originais deste, a comunidade na qual está inserido e à qual pertence, sempre com vistas à sua proteção, para que não haja a degradação pelo mau uso.

O fato é que, nos últimos anos, vem ocorrendo um grande aumento das iniciativas de patrimonialização e museificação com o intuito de utilizar a cultura como uma forma de fomentar a revitalização urbana. Nesse ínterim, de acordo com Paola Jacques (2008), a valorização da cultura e a revitalização de espaços e bens são vistas como um instrumento de desenvolvimento econômico para as regiões, característica comum do mundo globalizado capitalista. Desse modo, tais objetivos se tornam possíveis por meio da institucionalização da patrimonialização, visto que ela é apontada como um mecanismo importante de afirmação e legitimação das identidades, reafirmando a identidade de um grupo, assim contribuindo para atribuir valores, significados, usos e sentidos por meio de um processo de ativação das memórias, as quais estão sempre correndo o risco de caírem no esquecimento.

O que acontece geralmente é que, em um mundo capitalista onde o caráter econômico é sempre colocado como prioridade, o patrimônio também passa a ser visto como uma fonte de capital por meio da mercantilização do patrimônio cultural. Os mecanismos utilizam como estratégia para a afirmação da patrimonialização perspectivas voltadas para a mercantilização do patrimônio cultural. Sobre isso, Françoise Choay (2006, p. 211), “os monumentos e patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas a disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos”, além de servirem como meios para atrair o capital gerado pelo turismo. O turismo, por um lado, impulsiona a preservação e a divulgação do patrimônio, mas ele também pode se tornar um risco quando causa danos ao patrimônio, quando afasta os grupos identitários dos seus lugares de memória, ou quando banalizam o verdadeiro significado desses bens quando o seu valor cultural não é atribuído.

Mas é fato que o turismo tem despertado interesse nos gestores municipais, pois o patrimônio das cidades cada vez mais tem sido visto como um meio de atrair público consumidor, seja pelas manifestações culturais, seja pelas festas tradicionais ou pela beleza

dos bens patrimoniais materiais. De fato, a patrimonialização da cultura pode auxiliar no desenvolvimento econômico, cultural e social das sociedades, mas o desafio passa a ser selecionar o que deve ou não ser patrimonializado. Surge, então, a indagação: quais critérios serão usados nessa escolha? Em relação ao patrimônio cultural de Piranga, existe uma gama diversificada de bens, mas o turismo não é o forte da cidade até então, embora haja projetos tentando explorar essa área.

Com o intuito de entender melhor como se dá esse processo e como são selecionados os bens patrimonializados do município é que nos dedicamos a analisar os dossiês de tombamento, observando quais justificativas foram dadas para a escolha destes bens e para efetuar o tombamento. Além disso, buscamos relacionar essas fontes com outras documentações e com as entrevistas com agentes relacionados, como veremos a seguir.

2.3 Quais bens patrimonializar? Uma análise da escolha dos bens tombados em Piranga

No capítulo anterior um foi realizada uma listagem dos bens patrimonializados existentes no município mineiro de Piranga, além de uma breve descrição dos referidos bens. É possível identificar que, no município, apenas bens materiais são tombados, uma vez que todos os tombados na esfera nacional e estadual da cidade são construções religiosas e os de tombamento municipal são, em sua maioria, também construções religiosas ou prédios públicos e alguns particulares – mas todos pertencentes à classificação de ‘pedra e cal’. Os bens imateriais só aparecem na lista de bens inventariados e, segundo os responsáveis por este setor, provavelmente eles nunca sairão desta esfera e terão o tombamento efetuado, pois, de acordo com os representantes políticos, essas questões não são prioridades neste momento para a cidade.

É compreensível que uma cidade relativamente pequena como Piranga e que possui uma renda *per capita* relativamente baixa não considere questões relacionadas à cultura prioridade, visto que há outros problemas, principalmente relacionados à saúde, educação e estrutura, os quais precisam de mais urgência de intervenções e soluções. O fato é que, apesar de tantos desafios, a cidade vem caminhando a passos lentos para tentar agir em prol do patrimônio, da valorização da história e da cultura do seu povo. O que ficou evidente até aqui é o apelo que se tem por aquilo que está relacionado à fé, especificamente ao catolicismo, que é tão forte e presente no dia a dia dos cidadãos piranguenses. Por se tratar de uma cidade antiga, a sua história se difunde em meio à história da criação do estado de Minas Gerais e, conseqüentemente, à história do Brasil. Piranga ainda hoje apresenta muitos vestígios desses

traços históricos, e em suas paredes é possível perceber a ação do tempo, bem como a mudanças dos séculos e da sociedade.

Um bem, quando tombado, passa por todo um processo até chegar a esse estatuto. Este processo, como sabemos, é nomeado como patrimonialização, conceito que já foi discutido anteriormente. Nos dossiês de tombamento é possível encontrarmos diversas informações acerca do bem e de todo o processo que ocorreu até este se tornar, de fato, um bem tombado. Nesses dossiês estão registradas informações sobre a história do bem, dados técnicos produzidos por arquitetos, engenheiros e geógrafos, fotos, plantas e relatos. São muitas as informações e, por este motivo, tais documentos constituem uma fonte muito importante quando se trata do estudo de algum bem patrimonializado. Muitos dos bens piranguenses não possuem o dossiê de tombamento: alguns estão apenas registrados como tal em uma lista produzida pela Secretaria Municipal de Cultura, ao passo que outros, por serem apenas inventariados, não possuem nenhum registro mais aprofundado, o que torna difícil analisar quais justificativas foram empregadas nas suas escolhas. Em face disto, este estudo buscou correlacionar o material escrito existente com os relatos de agentes relacionados.

Inicialmente, para que fosse possível analisar as justificativas dadas nestes processos, foi realizada uma observação sobre os dossiês²⁸ existentes. Em conversa com a Secretaria Municipal de Cultura, foi mencionado o nome da arquiteta Adriana Paiva de Assis, a qual tem colaborado com o município atuando na área do patrimônio cultural. Além disso, foi questionado sobre a escolha dos bens e sobre como isso é feito, bem como se é uma demanda da população ou se são os órgãos responsáveis que escolhem quais bens patrimonializar. Através dessas perquirições, foi possível perceber que, na maioria das vezes, a população é consultada quando já há um interesse dos técnicos em determinado bem, mas a demanda raramente parte primeiramente dos moradores, variando de caso para caso.

A secretária de cultura do Município, Ana Carolina Araújo, nos auxiliou como intermediária e entrou em contato com a arquiteta e colaboradora Adriana, direcionando a ela algumas perguntas referentes às indagações que haviam sido feitas diretamente à Secretaria Municipal. Assim, quando questionada sobre os inventários e sobre a escolha dos bens, Adriana afirmou que:

Existem várias maneiras de se conduzir o inventário. Existem inventários participativos, com participação popular. E existem inventários conduzidos pelo olhar mais técnico. Todos são legítimos desde que haja aprovação do

²⁸ Estes dossiês se encontram na Prefeitura Municipal de Piranga e foram fornecidos pela então secretária de cultura, Ana Carolina Araújo.

conselho. Pois é o conselho que em última instância, delibera o que será protegido pelo município, seja por tombamento, seja por inventário ou registro. (...) Nas demais áreas rurais, foi um trabalho feito por indicação dos servidores da prefeitura. Chegávamos nos locais e identificávamos os bens. Mas em geral existia uma indicação prévia de quem já conhecia bem o município. (...) Nunca é exclusivamente técnico. Os técnicos respaldam as indicações que surgem em outros âmbitos²⁹.

Segundo a arquiteta, o que ocorre é uma colaboração entre os setores, mas fica evidente que, na maioria das vezes, essa demanda parte mais de outros setores do que diretamente da população – o que não é algo ruim, mas permite pensarmos se essas escolhas estão abrangendo realmente a todos ou a determinados grupos selecionados. Essa reflexão é plausível porque implica em questões identitárias e de memória e, por se tratar de bens municipais, pode ocorrer que não necessariamente toda a população se identifique com eles, bem como pode acontecer que nem todos os piranguenses sintam-se como pertencentes de dado espaço patrimonializado ou das manifestações elencadas nesse processo.

Essa ideia de universalizar o patrimônio como representante de todos, mesmo que ele não esteja diretamente ligado a todas as pessoas, faz parte do discurso nacionalista que visava a construir uma identidade nacional única e original em décadas passadas. Sobre isso, Kathryn Woodward (1997, p. 11) afirma que: “Uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos (...) embora, ao fazê-lo, eles possam estar realmente produzindo novas identidades”. Ou seja, a definição essencialista implica em sugerir que existe um conjunto imutável de características que todos do mesmo grupo social compartilham e que não se altera com o passar do tempo. Essa ideia de identidade única e homogênea é confrontada e, atualmente, já se encontra desgastada, visto que, por mais parecidos que os sujeitos sejam, sempre haverá diferenciações e mudanças ao longo do tempo. Woodward afirma ainda que “as identidades não são unificadas. Pode haver contradições no seu interior que têm que ser negociadas” (WOODWARD, 1997, p.14)

No entanto, mesmo na contemporaneidade e com a ideia de identidade única já desgastada, as comunidades locais ainda buscam essencializar os seus costumes e o seu patrimônio com o intuito de obter uma maior visibilidade em relação às demais comunidades. A esse respeito, Joel Candau (2009) afirma que a patrimonialização desempenha um papel importante relacionado à autenticar uma narrativa coletiva de um passado que é compartilhado. Segundo o autor, trata-se muito mais na crença de algo compartilhado do que da propriedade propriamente dita. O autor ainda salienta sobre a associação entre memória e

²⁹ Trecho da entrevista mediada com Adriana Paiva de Assis, arquiteta e colaboradora em processos de patrimonialização da Prefeitura Municipal de Piranga, MG.

essência que, quando uma memória se torna falha, na forma individual, ela é acompanhada pelo sentimento de perda de identidade, causando a sensação de perda da essência. Desse modo,

A memória pode, assim, ser assimilada a essa faculdade constituinte da identidade pessoal que permite ao sujeitos de se pensar detentor de uma essência que permanece estável no tempo, ou de pensar que o grupo ao qual pertence é detentor de uma essência tendo a mesma propriedade. (...) É bem em função de uma representação anterior, que os membros de um grupo fazem de sua identidade (sua essência), que vão incorporar certos aspectos particulares do passado, fazer escolhas memoriais (por exemplo, escolhas patrimoniais) (CANDAUI, 2009, p. 47).

Esse excerto nos leva a indagações importantes: qual seria a essência de Piranga? O que é considerado original ou um patrimônio legítimo de todos? O original seria a ideia de tratar como algo congelado no tempo? Durante a entrevista com o atual prefeito, ele nos relatou sobre o simbolismo que envolve o coreto da cidade e como ele é considerado um símbolo de referência para todos os piranguenses. Neste caso, se questionado a um católico, talvez ele respondesse que o Santuário do Bom Jesus é o que seria o bem patrimonial que transmite essa essência, e outros diriam que são as manifestações culturais. É, portanto, utópico pensar que há um bem patrimonial que seja considerado a essência “universal” da cidade. Nos dossiês de tombamento, os bens escolhidos foram considerados pelos agentes envolvidos como bens originais da cidade, que é legítimo de todos; todavia, os moradores, quando indagados, manifestaram que o patrimônio está relacionado à ideia de algo estático, congelado no tempo e alguns até consideram como um empecilho para o progresso.

Adiante, partiremos para a análise dos dossiês com o objetivo de discutir de forma mais profunda esses questionamentos com base nas fontes documentais de que dispomos

2.3.1 Tombamento Federal: conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos

O primeiro bem analisado foi o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, localizado no distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, localidade conhecida popularmente como Bacalhau. Segundo Miranda (1984), o nome Bacalhau se originou do nome de José Gonçalves Bacalhau, que era um português natural do Faro, e que possuía terras na região. Mas, apesar do nome popular, em 1911, por intermédio da Lei nº 556, o distrito recebeu a denominação atual de Santo Antônio do Pirapetinga (MIRANDA, 1984) – Santo Antônio devido à primeira igreja da região e Pirapetinga por ser o nome do rio que banhava a localidade.

O Santuário de Bom Jesus de Matozinhos foi tombado pelo IPHAN³⁰ em 1996, mas, de acordo com o Processo nº 601-T-59, a solicitação para o devido tombamento dataria de 1959, quando Cleveland Maciel haveria enviado um documentário fotográfico feito por ele quando visitou a região, solicitando ao então diretor do patrimônio histórico e artístico - DPHAN que analisasse duas igrejas datadas do século XVIII, localizadas em Piranga – a Igreja Matriz de Nossa da Conceição e a capela de Bom Jesus de Matozinhos – a fim de que o departamento as protegesse de serem destruídas, efetuando assim o tombamento de ambas. De acordo com o chefe do 3º distrito da DPHAN, Sylvio de Vasconcellos,

Trata-se de uma capela de grande valor, infelizmente bastante prejudicada por obras mais recentes, cujo mau resultado se apresenta principalmente na marcação estrutural bizarra das fachadas (...). Por tudo infere-se que a capela se recomenda muito ao tombamento, urgindo nela se proceda às reformas necessárias à recuperação de sua arquitetura e pintura primitivas. (VASCONCELLOS, 1959, p. 1-2)³¹.

Ao fim do processo concluiu-se que a Igreja de Bom Jesus de Matozinhos estaria apta ao tombamento, mas que seria necessário o envio de documentação solicitada pelo departamento, principalmente informando a quem pertencia as terras onde se localizava o edifício no relatório elaborado por Paulo Thedim Barreto, destinado ao diretor do DPHAN:

Fico de acordo com o parecer do Dr. Silvio de Vasconcelos, motivo pelo qual opino também a favor do tombamento dessa igreja. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Piranga, a matriz, por si só, como diz Dr. Silvio Vasconcellos, “em sua feição atual não se recomenda ao tombamento”. Mas o chefe do 3º Distrito admite, de modo vago, a preservação de “alguns de seus elementos, como os retábulos” (BARRETO, 1959)³².

Durante os anos em que decorreu a efetivação desse processo, vários foram os desafios enfrentados, sendo deles a falta de documentação acerca da construção da igreja e de documentos que comprovassem a posse do terreno correspondente ao santuário. Em cidades menores, como é o caso de Piranga, a maioria das construções não possuem escrituras nem plantas dos terrenos: em alguns casos, somente contratos de compra e venda e, em outras

³⁰ Sob o processo 1223-T-87, em 31 de outubro de 1996 – Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição nº 114, fl.80 – Livro Histórico, vol. 2, Inscrição nº 542, fl. 29 – Livro das Belas Artes, Inscrição 607, fl. 29.

³¹ Protocolo – DPHAN, Nº 1303/5, of. nº831. Belo Horizonte, 19 de outubro de 1959. Documentação disponibilizada pelo IPHAN.

³² Processo nº 601-T-59. Informação nº 235. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1959. Documentação disponibilizada pelo IPHAN.

situações, nem isso. Todas essas questões burocráticas causaram essa demora na conclusão do processo. O documento em questão demonstra que, desde o final dos anos de 1950, a igreja já havia despertado o interesse do instituto nacional responsável pelo patrimônio histórico e artístico, mas aponta também as dificuldades e desafios que seriam enfrentados para que o tombamento fosse possível. De fato, o processo só veio a ser concluído em 1996.

Não se sabe ao certo a data de início da construção da mencionada igreja, mas a documentação mais antiga já encontrada acerca deste evento data de 1781 – período em que o entalhador José de Meirelles Pinto foi contratado pela Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matozinhos para executar obras no retábulo. Há registros também de trabalhos executados pelo mesmo entalhador nos anos de 1789 e em 1795. Vários foram os artistas que trabalharam na construção da igreja, e, além do já citado, destaca-se também o carpinteiro José Coelho da Silva, o qual foi responsável por “toda a carpintaria da nave conforme o Termo da Irmandade do Bom Jesus de 20 de dezembro de 1801” (MIRANDA, 1985, p.67-77).

De acordo com a arquiteta Delmarí Ribeiro (2009, p. 88), as obras no santuário coincidem com o início das celebrações e dos Jubileus, “uma tradição religiosa portuguesa de culto ao Bom Jesus que permanece até os nossos dias”. Os Jubileus datam da década de 1780, período em que, provavelmente, as primeiras casas de romaria foram construídas, todas em volta da igreja para que os romeiros pudessem acompanhar toda a programação do Jubileu – tradições essas que permanecem até os dias de hoje.

A Irmandade do Bom Jesus era uma Irmandade importante da região, contando com o apoio de pessoas de renome daquele período, como consta nos livros disponíveis no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. O capitão Luiz da Costa Ataíde, pai do Mestre Manoel da Costa Ataíde, foi mesário da Irmandade em 1781 e juiz em 1790, visto que a família Ataíde possuía terras perto do Arraial de Bacalhau. Contudo, de acordo com a documentação encontrada, consta apenas um único registro sobre a atuação de Manoel da Costa Ataíde nesta igreja, que seria o douramento da chave do sacrário, “serviço pelo qual ele recebeu meia pataca de ouro” (MIRANDA, 1984, p. 66).

No início do século XIX, a Igreja de Bom Jesus de Matozinhos passou por novas obras, e, para a execução destas, foram contratados o Mestre carpinteiro Antônio Pereira da Costa e os pedreiros José Esteves de Araújo e Domingos Ferreira da Costa. As obras teriam se estendido até 1820, quando foram contratados diversos artistas para realizarem pinturas e douramentos. Estas obras só se encerram por volta de 1840, ou seja, perpassam por mais de meio século. De acordo com os registros do IPHAN, Francisco Xavier Carneiro foi o responsável pela maior parte das pinturas da igreja, e os recibos assinados por ele são datados

de 1809 até 1840. Além da construção em si, a igreja possui um rico acervo de imagens e artefatos religiosos, os quais foram produzidos por diversos artistas, dentre os quais se destacam o Padre Félix Antônio Lisboa, irmão do Aleijadinho, e o entalhador Manoel Dias da Silva.

Durante o estudo do processo de patrimonialização desse bem, o dossiê de tombamento do Santuário foi o mais fácil de acessarmos, visto que, por meio do *site* do IPHAN, é possível encontrar a toda a documentação. Na prefeitura também havia algumas cópias do dossiê. O interessante da documentação enviada pelo IPHAN é que ela apresenta tanto o pedido de 1959 quanto o processo de tombamento datado de 1986-1996, e por isso é um documento rico em informações. Diferente dos outros dossiês de tombamento referentes aos bens piranguenses, este não possui um tópico destinado apenas à justificativa do tombamento; é preciso ler todo o processo e pontuar quais justificativas foram dadas, pois são mais detalhadas. Uma das justificativas mais recorrentes em todo o documento se dá devido ao “seu valor arquitetônico e artístico o coloque entre os exemplares mais representativos da arte mineira do período colonial”³³.

O interessante é que, por mais que o Santuário seja um bem importante para os moradores da cidade e muito aclamado por eles, no processo de tombamento não encontramos referência a uma grande participação popular. Logo, ao que tudo indica, a iniciativa de realizar o tombamento do Santuário partiu das autoridades e do IEPHA MG, por meio da realização de estudos acerca do distrito. O dossiê foi realizado pelo IEPHA e encaminhado para o SPHAN, considerando que o bem era cabível de proteção federal.

Como demonstrado nessa documentação, esse foi um processo longo, havendo “procedimentos burocráticos retardaram o desfecho do assunto”³⁴. Como se pontua em uma correspondência enviada à senhora coordenadora do setor de Tombamento da DCT/SPHAN, consta que:

Foi-nos encaminhado pedido para tombamento da capela do Bom Jesus de Matozinhos de Santo Antônio de Pirapetinga, município de Piranga/MG, feito pelo Sr. Cleveland de Maciel, o qual motivou a instauração do processo nº601-T-59, quando foi dado parecer pelo então chefe do 3º Distrito da DPHAN, Dr. Sylvio de Vasconcelos, afirmando tratar-se de um “monumento de grande valor”. Em junho último (1986), novo pedido para tombamento da referida capela, acompanhado de dossiê, nos foi enviado pelo Dr. Mário Belfort, diretor executivo do IEPHA/MG (DOSSIÊ, fl. 55).

³³ Processo nº 1.223-7-87. SPHAN/C. Proteção C.R.D./Arquivo. fl. 9

³⁴ Parecer sobre o Processo nº 1.223-T-87. Fl.159. Pág.2

Nesse trecho é possível percebermos a importância que foi dada ao monumento, devido ao seu valor arquitetônico e artístico. Além disso, nesse mesmo documento é feita a menção ao Jubileu, como já mencionado anteriormente, o qual foi instituído “em 12 de maio de 1796, foi concedido a este santuário pelo papa Pio VI o Jubileu, que é anualmente festejado no mês de agosto” (DOSSIÊ, fl. 55). Esta celebração é feita anualmente na região até os dias de hoje e faz parte de uma das maiores celebrações religiosas do município, atraindo anualmente centenas de romeiros para participar das festividades.

Tal tradição perdura por muitos séculos, demonstrando a força desse patrimônio e de seus simbolismos para os piranguenses, principalmente para os católicos, reforçando a identidade e o sentimento de pertencimento da comunidade católica piranguense. O simbolismo e a importância deste patrimônio são tão presentes na cidade que perpassam as barreiras religiosas e se tornam bens patrimoniais de todos os piranguenses, independentemente se católicos ou não. Todos possuem experiências e histórias vividas ou vivenciadas em relação a este patrimônio, sendo ele, atualmente, um dos principais do município e, provavelmente, um dos mais conhecidos.

Um fato relevante para esta pesquisa e que é relatado no processo é a atuação do Padre José Julião, pároco de Piranga nos anos de 1990. Na época, além de pároco, ele era responsável pelo santuário e coordenou as iniciativas necessárias para a realização de obras necessárias nessa igreja. Essas obras só foram possíveis graças à atuação popular, que realizou doações, leilões, barraquinhas e festividades locais para poder arrecadar fundos para financiar as reformas. Segundo o relato de moradores, era muito comum na época a realização desse tipo de atividade com o fim de arrecadar fundos para as igrejas. Tanto os mais ricos quanto os mais humildes doavam animais, cereais, frutas, enfim, o que tivessem e que fosse possível comercializar para ser leilado ou vendido nas barraquinhas. Nessa ocasião, as obras foram orientadas por técnicos do IEPHA e do IPHAN uma vez que, por mais que as igrejas da cidade ainda não fossem tombadas por esses órgãos, como elas estavam sendo analisadas para um possível tombamento, tais instituições adiantaram-se para acompanhar as tramitações.

É assim, aliás, que vem ele sustentando a realização de obras definidas e orientadas por técnicos do IEPHA e do IPHAN, tais como a Igreja do Rosário, em Piranga, a Matriz de Santo Antônio, no Bacalhau, e o Santuário do Bom Jesus, entre outras, além de haver criado um espaço museológico para os bens móveis da Paróquia. (DOSSIÊ, fl.159, p.2)

É notável o papel desempenhado pelo Padre Julião em conjunto com a população para a proteção e manutenção do patrimônio religioso piranguense. Por mais que muitos anos se

tenham passado, esse padre é lembrado até hoje pela população com muito carinho e respeito. Por mais que a população não tenha noção da palavra patrimônio ou do seu significado, há uma ideia sobre aquilo que julgam importante manter para reafirmar a sua fé, a sua devoção, a sua história e a sua tradição. Por esse motivo, a atuação da população em prol do patrimônio religioso piranguense sempre foi mais forte do que em relação ao restante do patrimônio, pois as pessoas se movimentam em prol daquilo com que se identificam e julgam ter direito sobre; a população se movimenta quando se sente pertencente àqueles bens ou espaços.

Ainda na leitura do processo de tombamento do referido santuário, as autoridades afirmavam que era de extrema importância que tivessem continuidade as pesquisas acerca dos estudos sobre a região de Bacalhau – não apenas pelo santuário em si, mas para entender quais os diversos fatores que “fizeram reunir artistas renomados como os pintores Manuel da Costa Ataíde e Francisco Xavier Carneiro e o escultor Padre Félix Antônio Lisboa, irmão do Aleijadinho”³⁵. É evidente que toda essa documentação reforça a importância material, arquitetônica, artística e histórica de todo o santuário, mas, se observarmos com atenção, podemos também perceber a importância que tem a atuação da população. Por mais que ela não apareça explicitamente no processo, podemos notar, por meio da análise da documentação e das informações que nela há, a sua presença. Por meio do tombamento acreditava-se que seria um incentivo para que o município de Piranga buscasse zelar com mais atenção por Bacalhau, visto que ali se encontra um dos bens mais valiosos do patrimônio brasileiro.

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos é, hoje, talvez um dos maiores representantes do patrimônio cultural de Piranga. Ele é sempre mencionado pelos moradores quando o assunto patrimônio surge em alguma conversa, sendo visto como motivo de orgulho pelos moradores e como símbolo de fé para aqueles que seguem o catolicismo. O mesmo se aplica ao Jubileu, que também representa um forte exemplar das manifestações culturais do município. É um evento que atrai pessoas de todos os lugares, interessadas em reforçar a sua fé, e atrai também curiosos e comerciantes que veem na localidade e no evento uma oportunidade de se obter algum lucro.

³⁵ Parecer sobre o Processo nº1.223-T-87. Fl.159. Pág.2

Figura 3 - Santuário do Bom Jesus de Matozinhos



Fonte: Imagem de Patrício Carneiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/pirangaguaradrone>. Acessado em: 03 de agosto de 2022.

2.3.2 A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e sua vivência no imaginário

Além do processo acerca do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, nesse mesmo documento também é citada a antiga Igreja da Matriz de Piranga, sobre a qual Cliveland Maciel também solicitava a proteção. Em resposta ao seu pedido, o chefe do 3º distrito do DPHAN, o senhor Sylvio de Vasconcellos, afirmou que:

Embora grande a igreja, reminiscência de sua primitiva forma, sucessivas reformas a prejudicaram a nosso ver irremediavelmente. Em sua feição atual não se recomenda ao tombamento, a menos que se intente considerável obra de restauração, baseada em informes antigos que não possuímos ou que se deseje preservar alguns de seus elementos, como os retábulos. (VASCONCELLOS, 1959, fls. 2)³⁶.

A efetuação do tombamento da Igreja da Matriz seria o meio de proteção que ela precisava para se manter, mas, como ela não recebeu esta proteção em nenhuma esfera, nem mesmo na municipal, infelizmente foi demolida na década de 1960. Segundo Adriano Lana (2007), moradores da cidade relatam que o pároco da época, o Padre Antônio Teixeira Filho,

³⁶ Carta do Chefe do 3º Distrito da DPHAN direcionada ao Senhor Diretor do IPHAN – Rio, datada de 19 de outubro de 1959, Belo Horizonte. Encontra-se no Protocolo – DPHAN, Nº 1303/59. Of. nº 831

propôs a demolição e a construção de uma nova matriz. Segundo os relatos, ele alegava que a cobertura e as paredes estavam instáveis e que uma das torres apresentava trincas que ameaçavam cair a qualquer momento. Conforme o autor, o arcebispo da Arquidiocese de Mariana, Dom Oscar de Oliveira, concordara com a demolição e, também, inicialmente não houve qualquer manifestação da população.

De acordo com as documentações concedidas pelo IPHAN, consta que em 1999 o DEPROT (Departamento de Proteção) solicitou 46 processos de tombamento que haviam sido sobrestados no DID (Diretoria de Identificação e Documentação). Dentre estes, um deles era o da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piranga. Em resposta foi informado como havia sido aberto o processo, como ele ocorreu e que permaneceu sobrestado. Neste ponto, o interessante é que, por meio dessa solicitação, o IPHAN se informou acerca de como estava o processo e localizou um artigo de 1972, em um jornal de Belo Horizonte, o qual informava a demolição da Igreja Matriz de Piranga em 1966. Nessa toada, o IPHAN recorreu ao processo relativo ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos em busca de confirmar essa informação sobre a demolição da Igreja Matriz. Em um parecer do Conselheiro Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, de 15 de agosto de 1995, ele relatou que:

Apesar do pedido do Dr. Cleveland Maciel, cidadão de Piranga que escreveu ao Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, em 1959, nesse sentido, o processo aberto naquele ano não foi adiante. Nele acrescentava-se recomendação sobre a Igreja Matriz de Piranga, infelizmente demolida no início dos anos 70 para fazer fortuna de antiquários e ensejar a construção de nova matriz, em forma de ‘disco-voador’. Portanto,(...) o bem imóvel de que trata o processo 601-T-59A não mais existe, desconhecendo-se outrossim o paradeiro de seu acervo móvel. Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do processo (Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº61/69, 1999, fls. 2).

Mas se a Igreja não existe mais, por que citá-la aqui? Mesmo não existindo fisicamente, a Matriz faz parte da história local e do imaginário da população. De tempos em tempos ela é lembrada e novamente vira motivo de questionamentos para os moradores, que se perguntam por que deixaram que a sua destruição fosse efetuada. Diversos são os motivos apontados: a história oficial alega ser pelo péssimo estado em que a igreja se encontrava, e outros alegam que seria influência da Arquidiocese de Mariana para que não houvesse uma igreja que ofuscasse os templos de Mariana. Ainda, outros alegam que seria em um interesse comercial, visto que grande parte dos objetos da Matriz foi vendida. Contudo, se analisarmos o período em que a demolição foi efetuada e no qual a nova matriz foi construída, podemos

relacioná-lo com a ideia do modernismo³⁷, de trazer algo mais moderno para a cidade, como foi o caso da nova Igreja Matriz da cidade, que é totalmente descaracterizada em relação às outras construções à sua volta.

A respeito do evento da demolição, pensar que os moradores assistiram a demolição de braços cruzados é um caminho errôneo. As pesquisas apontam que um tardio abaixo-assinado foi feito pela população contra a demolição e que foi dirigido ao Bispo Dom Oscar de Oliveira. Entretanto, a reclamatória não teve efeito, visto que o próprio pároco só teve conhecimento do abaixo-assinado muito tempo depois. Essa informação consta em um registro no Livro de Tombo da Paróquia de Piranga³⁸ e nesse mesmo registro o Padre Antônio realiza uma declaração sobre o ocorrido. Parte do acervo da antiga Matriz foi para o acervo do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Maria e, segundo os moradores, outras partes teriam sido vendidas para colecionadores e antiquários, nacionais e internacionais. Já o conjunto de imagens encontra-se na Capela de Nossa Senhora do Rosário.

Figura 4 - Antiga Igreja Matriz da cidade de Piranga em duas perspectivas



Fonte: José Marcondes Borges (03/09/1949). Disponível em: <https://atom.ufv.br/index.php/jmb-286>

A antiga Igreja Matriz de Piranga é um objeto interessante de ser analisado tanto pela sua história, por ser considerada uma das mais antigas de Minas Gerais, quanto pelo seu processo de desaparecimento físico e reaparecimento constante no imaginário popular. Sempre que o assunto patrimônio é abordado na cidade, a Igreja é lembrada por muitos piranguenses, demonstrando que o sentimento de perda ainda hoje é muito forte na população.

³⁷ Segundo o arquiteto Lúcio Costa (1995), o modernismo trouxe uma nova concepção de estética e técnicas de construção, na qual os materiais, como o concreto armado, o aço e o vidro eram peças relevantes nas edificações da época.

³⁸ Livro de Tombo da Paróquia de Piranga, MG. 1968, p. 80-81. Assentamento realizado por Pe. Antônio Teixeira Filho (LANA, 2007, p.59).

Por mais que as pessoas não compreendam de fato o termo patrimônio, elas compreendem o sentimento de identidade, se sentem pertencentes a essa história e sentem que parte dela foi retirada de si e que hoje só pode existir por meio dos trabalhos de memória, por meio do ver fotos e de lembranças ou vivências que tiveram com aquele bem. Aqueles que nem chegaram a conhecê-la ou a ter experiências com essa igreja somente podem experimentar de sua existência e significado por meio da memória coletiva.

Esse ocorrido permite refletir sobre a noção de perda e sobre as discussões existentes acerca desse sentimento de perda. Nos discursos patrimoniais brasileiros, alguns intelectuais defendem a ideia de que o patrimônio é percebido a partir de uma condição de possível perda, e que seria função das instituições de preservação resgatar esse patrimônio de um suposto processo de desaparecimento. Nessa ótica, esses discursos relatam o patrimônio como um dado individualizado, “um objeto que pode ser nitidamente identificado, definido juridicamente e, portanto, preservado, embora sob a perene condição de possível perda de sua forma original ou de sua autenticidade” (GONÇALVES, 2015, p. 216). Esses intelectuais percebem o presente como uma fonte de destruição do passado e que essa destruição seria o campo de possibilidades para fundar o futuro. Muitos piranguenses possuem essa visão de que é necessário abrir mão de coisas relacionadas ao passado, como imóveis, para dar lugar ao novo, ao moderno, o que garantiria o progresso.

Esses intelectuais citados anteriormente defendem a ideia da existência de um objeto de desejo cuja busca revelaria a face autêntica, ou seja, a igreja demolida é considerada a autêntica e a perda dela implicou na perda de parte dessa autenticidade. Sendo assim,

[...] a “retórica perda”, em seu declínio no atual contexto marcado pelo regime “presentista”, mostra-se como uma modalidade entre outras de representação do patrimônio, originalmente acoplada a um contexto institucional e a um certo regime de representação do tempo. Desse modo, é possível pensar o patrimônio não apenas como algo situado num tempo ou num espaço distante e inalcançável, mas também como um processo presente, incessante, conflituoso e interminável de reconstrução. Assinale-se que no coração desses discursos, juntamente com a noção de “perda”, insinua-se o espectro da “destruição”, contra a qual se posicionam os esforços coletivos no sentido de proteger e preservar os bens culturais ameaçados (GONÇALVES, 2015, p. 220).

A perda desse bem em Piranga provocou em muitos o medo de novos prejuízos, mas, principalmente, relacionado aos bens de natureza religiosa, os quais possuem um maior valor afetivo entre os demais. Segundo o autor supracitado, essa perda pode assumir diversas formas, desde aquelas relacionadas a desastres naturais quanto às relacionadas a fatos sociais e

históricos, como é o caso de alguns bens piranguenses que estão desaparecendo pelo simples abandono dos bens culturais ou devido à indiferença da população ou dos governantes.

A preservação desses bens levaria a manter também preservada a memória e a identidade, ao passo que a destruição implicaria no esquecimento. Nesse sentido, associamos a memória aos seus suportes materiais, os quais devem ser preservados para que ela permaneça. Por outro lado, “[...] muitas vezes, a destruição de objetos e espaços materiais pode ser o elemento gerador de identidades e memórias” (GONÇALVES, 2015, p. 223), como é o caso do sentimento compartilhado entre muitos piranguenses.

2.3.3 Os processos estaduais de patrimonialização

O município de Piranga consta com três bens patrimoniais, que foram tombados pelo IEPHA. Todos são bens patrimoniais materiais e tratam-se de igrejas e capelas, sendo duas delas situadas no distrito de Santo Antônio do Pirapetinga (Bacalhau) e uma no distrito sede. O interessante é que todas foram tombadas no ano de 1989, período em que o IEPHA realizou um estudo acerca do vale do Piranga em busca de informações sobre a história da região e dos vestígios dessa história. Segundo os livros de registro do instituto, essas capelas foram tombadas por meio do processo de patrimonialização nº 29.399, de 21 de abril de 1989. Segundo os relatórios, esses bens receberam o tombamento devido à sua importância no contexto do acervo arquitetônico colonial de Minas Gerais.

2.3.3.1 A Capela de Santo Antônio

Em alguns documentos, essa construção é nomeada como capela e em outros como a igreja. Por isso, durante as pesquisas nos deparamos com essa variação de nomenclatura, embora no documento cedido pela prefeitura que lista os bens protegidos do município esteja registrado como Capela de Santo Antônio. Localizada no distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, a igreja foi construída no século XVIII, e as primeiras notícias sobre sua existência datam de 1725, quando foi emitida uma licença para a sua reconstrução. Naquela ocasião, pretendia-se substituir a capela da década anterior, o que coincide com o período em que já havia mineradores no arraial. Segundo Delmarí Ribeiro,

Em 1729, respondia às suas funções religiosas sendo ali registrada uma celebração de casamento. No ano de 1737 a edificação foi ampliada e, em

1875, torna-se Matriz por lei mineira, mas não teve instituição canônica permanecendo filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piranga (RIBEIRO, 2009, p. 96).

A Igreja de Santo Antônio é um exemplar típico das igrejas construídas no período aurífero do século XVIII. Está localizada em algumas ruas abaixo do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, especificamente no arruamento principal, no centro do distrito. A capela é menor e mais simples, se comparada ao Santuário, e dedicada à devoção a Santo Antônio. Apresenta características típicas da primeira fase do Barroco e, como é característico da região, há a ausência de torres, sendo o sino é instalado na janela-sineira da fachada principal.

Ao longo dos anos, a igreja foi passando por reformas e modificações. Parte dessas reformas foi necessária após o desabamento de parte do telhado: “A tribuna esquerda, que foi totalmente reconstruída pela Comunidade depois de desabamento, não possui mais o piso e o único púlpito ali instalado não tem escada de acesso” (*Ibidem*, p. 97). Outra característica marcante acerca do patrimônio religioso piranguense é a atuação dos moradores em mantê-las ainda hoje de pé, pois diversas foram as vezes em que obras foram realizadas em todo o município foram custeadas pelos moradores, que arrecadavam fundos para manter as igrejas.

Devido à sua importância arquitetônica, artística, histórica, cultural e religiosa, a igreja foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, como consta no *site* do IEPHA-MG:

O tombamento estadual da Igreja de Santo Antônio, do distrito de Santo Antônio de Pirapetinga, município de Piranga, foi homologado pelo Decreto nº 29.399 de 21 de abril de 1989, com inscrição no Livro de Tombo nº I, do tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; no Livro de Tombo nº II, do tomo de Belas Artes; no Livro de Tombo nº III, do tomo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos e no Livro de Tombo nº IV, do tomo das Artes Aplicadas³⁹.

O fato de ter sido registrado em vários livros do tomo demonstra a importância desse bem patrimonial e do seu valor não apenas para a localidade de Bacalhau, mas também para todo o estado de Minas Gerais. Segundo a arquiteta Delmarí Ribeiro (2009, p. 96): “A Igreja de Santo Antônio é um notável exemplar da arquitetura religiosa de médio porte produzido no período aurífero do século XVIII, em Minas Gerais”. O dossiê de tombamento desse bem foi realizado por meio da equipe do setor de tombamento da superintendência de Pesquisa, Tombamentos e Documentação do IEPHA/MG, sendo baseado em bibliografia geral e

³⁹ Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/14-patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/69-igreja-de-santo-ant%C3%B4nio>. Acessado em: 08 de abril de 2021.

específica, bem como em pesquisas de campo, as quais realizaram vistorias das edificações e montagem da documentação fotográfica. O dossiê teve como objetivo “fornecer subsídios para a análise dos edifícios religiosos em questão, com vistas ao seu tombamento no âmbito estadual” (DOSSIÊ, fl. 5).

O dossiê enfatiza a importância arquitetônica desta igreja no quadro da arquitetura colonial mineira, pois, segundo os especialistas do IEPHA, trata-se de uma construção muito rica, não apenas no teor religioso, como também por suas características arquitetônicas. Além disso, citam o papel da comunidade local em preservar este bem, uma vez que, segundo o dossiê, deve-se:

[...] aplaudir a comunidade do antigo Bacalhau que, a despeito de grandes dificuldades, conservou seu precioso acervo até os nossos dias. Isso mostra um significado vivo dessas obras, que extrapola os limites da análise puramente formal e reporta a uma dimensão mais humana que expressa uma personalidade cultural própria e delinea o real valor do bem de cultura (DOSSIÊ, fl. 17).

Apesar de ter essa pequena menção à população local, no restante do processo de tombamento deste bem não é possível notarmos uma participação efetiva da comunidade local em prol da realização desse tombamento. Aspectos como este não significam que a proteção dos bens não era do interesse deles, mas que, provavelmente, grande parte da comunidade não entende ao certo como funcionam essas questões e sua finalidade, já que, muitas vezes, o tombamento é visto pela população como um vilão e não como um aliado, pois há ainda muito forte a ideia de que esse processo tira o direito do povo de tomar decisões acerca do bem.

Por mais que durante o processo não tenha aparecido a participação popular, é possível notarmos sua presença em vários outros momentos, principalmente quando se trata da proteção do bem. Após o tombamento, a igreja teve que passar por obras emergenciais (1993-1994) e, diante da falta de verba pública para esse fim, o próprio Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santo Antônio do Pirapetinga, que é composto pela população local, foi quem realizou e financiou as obras. Nessa ação houve uma participação do IEPHA/MG no acompanhamento das obras, por meio dos seus técnicos, mas nenhum apoio de custeio para as obras.

Em 2004, novamente a igreja precisou de novas obras, visto que seu telhado estava sujeito a não suportar o período de chuva que se aproximava. Então, novamente o IEPHA/MG forneceu apoio técnico, mas as obras foram realizadas e custeadas, como da vez anterior, pelo

conselho comunitário local. Dentre os integrantes, destacam-se o mestre de obras, Sr. Adelino Patrocínio Dias, o pedreiro Onézimo Câmara e o engenheiro Adauto Lourenço Mendes, todos profissionais que já haviam atuado na região, inclusive em obras no próprio Santuário do Bom Jesus.

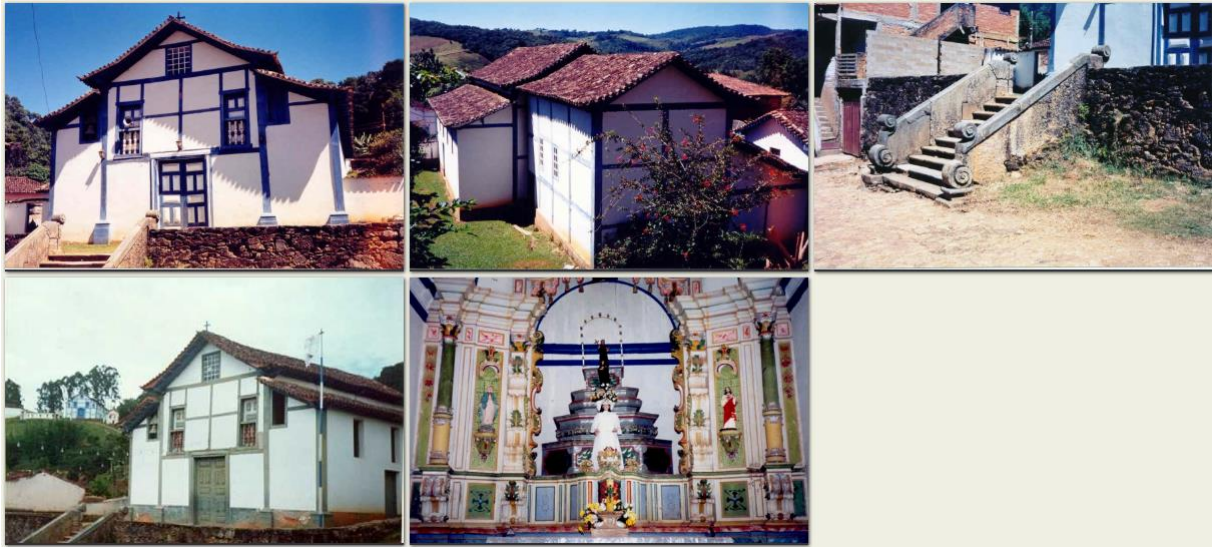
A esse respeito, conforme Delmarí Ribeiro,

Mesmo com recursos econômicos escassos e, sim, disponibilizando a equipe técnica e seus projetos de restauração e fiscalizando as obras, o IEPHA/MG, com a atuação da Presidente Vanessa Brasileiro, procurou, novamente, firmar parcerias com a Comunidade local, com a Prefeitura Municipal de Piranga e, também, com o Ministério Público (através de Termo de Ajustamento de Conduta) para a preservação deste monumento. (...) as obras executadas pela própria Comunidade onde participaram carpinteiros, pedreiros, serventes, o Mestre de Obras, Sr. Adelino Patrocínio Dias, moradores de Bacalhau e acompanhamento técnico do engenheiro de Piranga, Adauto Lourenço Mendes, todos os dois com experiência adquirida anteriormente nas obras do Santuário (RIBEIRO, 2009, p. 155).

Esse trecho deixa claro que, por mais que a escassez dos recursos seja um grande empecilho, e que dificulte muito a conservação dos bens, por meio da colaboração dos setores é possível fazer algo para proteger o patrimônio, pois, quando há colaboração entre os departamentos públicos e entre a comunidade, tudo se torna mais possível de acontecer. A comunidade local nunca deve ser deixada de lado: ela deve ser o personagem atuante de todo processo.

Atualmente, a igreja é utilizada em celebrações do cotidiano da Comunidade, para rezas do terço diário e as missas mensais. Devido ao seu valor simbólico e à sua ligação com a identidade e o sentimento de pertencimento dos moradores da comunidade, a igreja possui alto valor para todos e mantê-la é uma preocupação constante da comunidade de Bacalhau. Do ponto de vista histórico, tal edificação “destaca-se pela sua qualidade plástica e arquitetônica, (...) que exemplifica a implantação em território mineiro de toda a tradição da arte de construir trazida pelo colonizador português” (*Ibidem*, p. 98).

Figura 5 - Capela de Santo Antônio em diferentes ângulos e interior



Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/14-patrimonio-cultural-prottegido/benstombados/69-igreja-de-santo-ant%C3%B4nio>. Acesso em: 03 de agosto de 2022.

2.3.3.2 A Capela de Nossa Senhora do Rosário (ruínas)

Outro bem patrimonializado pelo estado é a Capela de Nossa Senhora do Rosário, também localizada no distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, situada na estrada do antigo Bacalhau, ao lado do cemitério. Ambos os espaços são divididos por um baixo muro de pedras que separa os terrenos. Um fator importante acerca deste bem é seu estado de conservação, pois não existe mais a capela ereta: há apenas as ruínas, isto é, os restos do que um dia foi esta capela. Segundo o relato dos moradores, a capela está em ruínas devido a um desabamento do telhado que ocorreu por volta de 1988. O local ficou exposto ao tempo todos esses anos, o que provocou a sua arruinação quase total, sem que fossem destinados recursos para a sua recuperação.

Assim como a Igreja de Santo Antônio, a Capela de Nossa Senhora do Rosário é uma igreja de devoção à santa que a nomeia, considerada parte dos santos de “devoções negras”. Essas igrejas apresentam construções bem mais singelas do que o Santuário do Bom Jesus, apesar de todos estarem localizados no mesmo distrito. Além de estar ligada às devoções negras, sua simplicidade se dá também por integrarem irmandades de escravos e de forros.

Consta na dissertação da Delmarí Ribeiro que, no ano de 1993, um engenheiro funcionário do IEPHA/MG produziu um projeto de restauração para a referida capela, no entanto, esse projeto não foi implantado. Hoje, mais de 30 anos após o desabamento, quase

não se vê mais resquícios do edifício. Apesar de seu estado quando recebeu o tombamento pelo IEPHA/MG, a capela já estava em ruínas, mas atualmente está ainda mais deteriorada e só restam alguns vestígios da antiga construção.

A data da construção da capela é imprecisa e há poucas informações sobre ela, no geral. Sabemos que, segundo os relatos de moradores, fortes ventos ocorridos em 1988 teriam provocado o desabamento do telhado, e, assim, tendo a edificação ficado exposta à ação do tempo, foi se arruinando nos últimos trinta e poucos anos sem que houvesse recursos e meios para a sua recuperação. É importante ressaltar que esse evento ocorreu em 1988 e que o tombamento do bem ocorreu no ano seguinte, ou seja, o IEPHA/MG e os demais órgãos responsáveis já tinham conhecimento acerca do estado de conservação do imóvel e das necessidades que ele demandava, embora nada tenham feito a respeito. Segundo o Guia de bens tombados do IEPHA/MG:

O tombamento pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG da Capela de Nossa Senhora do Rosário, no distrito de Santo Antônio de Pirapetinga, município de Piranga, foi homologado de acordo com o Decreto nº. 29.399 de 21 de abril de 1989 e inscrito no Livro de Tombo nº. I, do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; no Livro de Tombo nº. II, do Tombo de Belas Artes; no Livro de Tombo nº. III, do Tombo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos e no Livro de Tombo nº. IV, do Tombo das Artes Aplicadas (IEPHA, 2014, p. 39).

Quando a Capela recebeu o tombamento, todos já tinham conhecimento dos cuidados que ela iria demandar. No dossiê de tombamento consta que “A capela encontra-se atualmente em péssimo estado de conservação, com a cobertura em processo acelerado de arruinamento, colocando em risco a sua integridade física” (DOSSIÊ, fl. 37). Segundo Ribeiro (2009), alguns bens integrados da capela estão conservados e guardados na Igreja de Santo Antônio. Também consta que, em 1993, um engenheiro do IEPHA/MG, chamado Luiz Mauro de Resende, “fez o projeto de restauração desta Capela que foi apresentado ao Curso de Especialização, Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos – CECRE de Salvador, Bahia, no entanto, tal projeto nunca foi implantado” (RIBEIRO, 2009, p. 104). O instituto teria feito um levantamento dessas peças guardadas pela comunidade e iniciado a produção de desenhos para a execução deste projeto de reconstrução mencionado, no entanto, o projeto nunca saiu do papel.

É errôneo pensar que a comunidade local ficou a apenas assistindo tudo acontecer sem se mobilizar em prol da capela. Segundo o documento Guia dos bens tombados e os relatos

dos moradores, a comunidade já tentou fazer a reconstrução do templo à sua maneira, porém, como não havia projeto para esse fim, o IEPHA/MG e o Ministério Público não permitiram que a empreitada acontecesse, embora ambos os órgãos também não apresentassem uma solução para a demanda. Assim, apesar de ser um bem tombado pelo Estado, ele se encontra totalmente abandonado e os moradores estão de mãos atadas, sem poder fazer nada para solucionar o problema. Os moradores afirmam, ainda, que a Irmandade do Rosário reivindica a reconstrução da capela há anos, e que, inclusive, esta demanda foi solicitada em uma audiência pública, que ocorreu em 2008 na cidade, mas até então nada foi feito.

Segundo informações, o IEPHA/MG busca atender a essa demanda ao investir no projeto de reconstrução da igreja, mas alega falta de recursos para custear tais obras. No entanto, até o corrente ano de 2021, não foi apresentada nenhuma outra solução para este problema e o fato de ser um bem de tombamento estadual totalmente abandonado parece não fazer diferença alguma. Por esse motivo, a comunidade negra realiza as suas festividades nas demais igrejas da localidade (RIBEIRO, 2009).

Esse descaso com o patrimônio afeta diretamente a comunidade local, que se vê de mãos atadas quanto ao que fazer para tentar reaver o seu local de culto. Por um lado, há a falta de recursos ou de interesse dos órgãos responsáveis em realizar as obras e devolver a capela reerguida à comunidade; e de outro, uma comunidade que não pode fazer por conta própria a reconstrução do bem porque o IEPHA/MG e o Ministério Público não permitem, por se tratar de um bem tombado. Diante desse cenário, o que fica é um sentimento de incapacidade, visto que a comunidade se encontra em um dilema, sem ver perspectivas futuras de conseguir ter novamente um local para realizar sua devoção à Nossa Senhora do Rosário. Atualmente, a Irmandade do Rosário se vê forçada a realizar as festividades dos homens pretos do Bacalhau no Santuário do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos ou em uma improvisada capela, que foi construída por eles na subida do Santuário.

Figura 6 - Capela de Nossa Senhora do Rosário (ruínas)



* À esquerda, quando recebeu tombamento e à direita uma fotografia mais recente.

Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/14-patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/119-ru%C3%ADnas-da-capela-de-nossa-senhora-do-ros%C3%A1rio>.

2.3.3.3 A Capela de Nossa Senhora do Rosário

A Capela de Nossa Senhora do Rosário está localizada no distrito sede de Piranga. Por causa disso, a região em torno da igreja é conhecida popularmente como Rosário e a praça em frente à capela também recebe o nome de Praça do Rosário. A data de sua construção é imprecisa, pois não se sabe ao certo quando foram iniciadas as obras, mas acredita-se que a primeira edificação da capela tenha ocorrido na primeira metade do século XVIII. Segundo Paulo Kruguer (1986, p. 104), “sobre este templo, há apenas um documento que prova a existência da capela em 1723”. Nos anos de 1745 e 1765, a capela haveria passado por uma ampliação e reconstrução da capela-mor e da nave.

Nos relatos de Dom Frei José da Santíssima Trindade é apontado que: “Neste arraial tem as capelas do Rosário dos pretos e a de Nossa Senhora da Boa Morte, e ambas com decência”. A irmandade do Rosário dos Pretos teria sido instituída em 1775, período em que a edificação teria sido reconstruída e, em 1883, ela teria passado por novas reformas (TRINDADE, 1998, p. 371). Como consta em documentos encontrados no arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, a irmandade possuía uma forte organização, composta “pretos forros e cativos moradores no Arraial e freguesia de Nossa Sra da Conceição de Guarapiranga”⁴⁰.

O pesquisador Paulo Mourão (1986, p. 1004) afirma que “sobre este templo, há apenas um documento que prova a existência da capela em 1723”. Apesar da imprecisão das datas, é possível estipularmos um período devido a este documento e até mesmo pelas características

⁴⁰ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Arraial e freguesia de Nossa Senhora de Guarapiranga (Manuscrito). Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Piranga, 1765.

da construção. Sabe-se que a irmandade era responsável por manter e organizar os eventos, e que um capelão era eleito para realizar as missas pelos vivos e mortos e para acompanhar os sepultamentos. A irmandade tinha, ainda, a obrigação de assistir os velórios, acompanhar os corpos e sepultar os falecidos na capela, rezando seis missas por cada falecido. Os documentos comprovam que a irmandade não recebia nenhuma contribuição da igreja da matriz, então, as despesas da capela eram custeadas pelos membros da Irmandade. Esse ato era bem comum na região, principalmente quando se tratava das irmandades dos pretos.

O interessante acerca desta capela e dessa Irmandade é que, desde a sua fundação, os “pretos forros e cativos moradores no Arraial e freguesia de Nossa Sra da Conceição de Guarapiranga”⁴¹ foram os responsáveis por eleger brancos bem abonados para ocupar os cargos administrativos da Irmandade e “por cuja conta correrá a receita, e despesa, Livros e todos os mais bens”. Isso mostra uma certa independência dessa Irmandade em relação a como cuidariam das obrigações referentes ao funcionamento da Irmandade e da referida capela. Segundo a documentação, a Irmandade contava com 700 irmãos na segunda metade do século XVIII, os quais tinham gasto cinco mil cruzados na capela, sem receber nenhuma contribuição da Igreja Matriz.

Miranda (1984) afirma que, em 1789, foi fundido um sino, o qual seria instalado em uma janela sineira, e que, por volta de 1800, foi executada uma reforma interna. Os altares colaterais teriam sido executados com a colaboração do Mestre Ataíde, responsável pela pintura dos anjos do retábulo de Nossa Senhora do Carmo (MIRANDA, 1984). A partir daí, com o passar dos anos a igreja foi passando por reformas e modificações, as quais datam de 1883, com uma reforma interna, no período de 1947 a 1964, e mudanças nos pisos e nos bancos em 1964, obras na Praça do Rosário e no muro da capela. Já em 1968 houve a cessão de parte do terreno da igreja para a prefeitura, para que fosse construída uma fábrica de bloquetes.

Um fato que ainda hoje é muito lembrado pelos fiéis é uma infestação de insetos que aconteceu por volta dos anos de 1985 a 1988. Esta infestação comprometeu a estrutura do telhado da igreja, e, por isso, foi necessária uma reforma para a substituição dos forros e para exterminar os insetos. Contudo, sem o acompanhamento técnico adequado, essas obras acabaram provocando a queda do telhado e danificando os retábulos.

⁴¹ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Arraial e freguesia de Nossa Senhora de Guarapiranga (Manuscrito). Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Piranga, 1765.

Após esse acontecimento, no ano de 1989 a Capela foi tombada e o IEPHA/MG passou a fiscalizar a restauração, a qual estava interrompida por falta de dinheiro. Como consta no *site* do Instituto,

O tombamento estadual da Capela de Nossa Senhora do Rosário do município de Piranga foi aprovado pelo Decreto n.º 29.399 de 21 de abril de 1989, inscrito Livro de Tombo n.º II, do tombo de Belas Artes e no Livro de Tombo n.º III, do tombo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos (IEPHA/MG, 2014, p. 41).

Desde o seu tombamento até o ano de 1992, a capela passou por uma grande reforma, inclusive na área externa. Em 1997 houve a restauração nas pinturas e, até 2007, foram realizados os serviços de manutenção pela própria comunidade. Nesse quadro, fica evidente novamente a atuação da população para manter o seu patrimônio religioso. A capela é considerada um importante exemplar arquitetônico religioso de Minas Gerais, não apenas por seu simbolismo, mas por suas obras de arte, como relata Delmarí Ribeiro,

Alguns estudiosos apontam a fatura dos retábulos colaterais à Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Segundo documentação datada de 1800, Manoel da Costa Ataíde executou a pintura dos três anjos e a cartela no baldaquino do retábulo de Nossa Senhora do Carmo (lado do Evangelho), assim como o seu douramento. (...) Recebe um conjunto de imaginária de grande importância atribuída ao Mestre Piranga, acervo, na sua maior parte, remanescente do século XVIII e pertencentes à demolida Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (RIBEIRO, 2009, p. 73-74).

A história da capela e a sua relação com a Irmandade dos Pretos reforçam a importância da proteção desse bem não apenas como representante da identidade e da memória dos integrantes da Irmandade, mas também como um bem que integra parte da história local e da religiosidade do Município. Ao longo dos anos, a construção foi passando por algumas mudanças devido a obras executadas no intuito de atender às necessidades dos fiéis.

Após o tombamento, fica definido que: “Nesses termos ficam salvaguardadas de maiores descaracterizações todos os elementos artísticos, arquitetônicos e urbanos inseridos nessa área da malha urbana” (DOSSIÊ, fl. 39). Desse modo, o IEPHA/MG passa a fiscalizar o processo de restauração que já estava acontecendo, mas, devido à falta de recursos, ele fica interrompido durante algum tempo. Ao todo, a capela passou por obras no ano de 1992 e no período de 1997 a 2007, as quais foram financiadas e executadas majoritariamente pela própria comunidade. Segundo as informações contidas neste Guia de bens tombados do

IEPHA/MG, após o tombamento estadual, o Instituto passou a fazer vistorias periódicas, além de levantamentos arquitetônicos e diagnósticos e em 2008 contratou e fiscalizou projetos de restauração da capela. As obras de restauração foram iniciadas em 2010 e inauguradas em 2011, e essa foi a última reforma até então realizada nesse edifício.

A trajetória desse bem patrimonial e sua relação com a história e a cultura local expressa a importância desse bem e justifica o seu tombamento como patrimônio material do estado de Minas Gerais. Segundo o Guia de bens tombados do IEPHA/MG:

[...] a Capela de Nossa Senhora do Rosário é um exemplar típico da arquitetura religiosa difundida desde o setecentos no Vale do Piranga. Sua arquitetura singela marcada pela trama estrutural aparente é de grande importância para a identidade piranguense e a preservação da memória de Minas Gerais (IEPHA/MG, 2014, p. 32).

Fica evidente que a justificativa desse tombamento não está pautada apenas no valor do bem para a comunidade local, mas também como um representante importante da história e memória de Minas Gerais. Segundo o dossiê, “A capela de Nossa Senhora do Rosário de Piranga constitui um dos importantes exemplares da arquitetura religiosa do Vale do Rio Piranga, reproduzindo a peculiar tipologia regional” (DOSSIÊ, fl. 43).

Atualmente, a capela é utilizada para algumas celebrações tradicionais, para encontro dos homens que realizam semanalmente a reza do “terço dos homens” e alguns casamentos, mas poucos. Na maior parte do tempo, ela se encontra fechada. Os seus fiéis são muito devotos e apresentam preocupação com a preservação do monumento, principalmente das imagens atribuídas ao Mestre Piranga⁴². Nos últimos anos, a capela passou por novas reformas e, atualmente, encontra-se em bom estado de conservação.

⁴² Até o presente momento não há evidências científicas que comprovem, de fato, a identidade do Mestre Piranga. Esse nome foi atribuído a peças encontradas no Vale do Rio Piranga, ao sul de Ouro Preto e no passado foram atribuídas a um único artista, devido a características peculiares existentes nas obras. Atualmente pesquisadores estão chegando à conclusão que “Mestre Piranga” refere-se a uma oficina e não a uma única pessoa. “oficina muito atuante na segunda metade do século XVIII nas freguesias de Guarapiranga e Rio Pomba, Adriano Ramos defende a tese de que Luiz Pinheiro, conjuntamente com José de Meireles Pinto e Antônio de Meireles Pinto, seriam os principais integrantes da oficina” (RAMOS, 2018, p. 1).

Figura 7 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário vista por fora e por dentro



Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/43/bens-tombados-capela-de-nossa-senhora-do-ros%C3%A1rio>. Acesso: 17 de agosto de 2022.

2.3.4 Os processos de patrimonialização municipal

Como foi apresentado no primeiro capítulo, Piranga, além de possuir bens tombados pelo IPHAN e pelo IEPHA, também possui um número maior de bens que receberam tombamento municipal. Entre eles destacam-se bens públicos e privados, que datam a partir dos anos 2000, após ter acontecido os tombamentos nacionais e estaduais no município. Nesse sentido, o intuito aqui é analisar quais são esses bens e quais justificativas foram empregadas para embasar e legitimar os processos de patrimonialização de cada um deles. Os primeiros imóveis a serem tombados tratam-se de imóveis públicos, e ambos os tombamentos efetuados em 2003. A seguir, apresentaremos esses bens.

IMÓVEL DA PREFEITURA MUNICIPAL (2003)

Assim como sobre outros imóveis que foram tombados municipalmente, tivemos um grande desafio para ter acesso à documentação referente a esses bens. Infelizmente, a cidade ainda é muito precária quando se trata de arquivos públicos e de controle da documentação, e por isso é necessário empenhar esforços para localizar onde se encontram essas fontes, caso realmente existam. No caso do imóvel da prefeitura não foi diferente. Localizado no centro da cidade, no entorno da Praça Coronel Amantino Maciel, recebeu tombamento por meio do Decreto nº1184/2003, pela Lei Orgânica Municipal, como consta no Diário Oficial do Município, no dia 28 de março de 2003:

O Prefeito Municipal de Piranga, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que dispõe a Lei de 994/98, que estabelece as normas de proteção ao patrimônio Cultural deste Município,

Decreta

Artigo 1º - Fica tombado o bem cultural Prédio sede da Prefeitura Municipal de Piranga, edificado à Rua Benedito Valadares, 09, centro, Piranga, por seu valor arquitetônico e histórico.

Artigo 2º - Fica o imóvel descrito no art. 1º sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei nº. 994/98, não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Piranga e aprovação do Departamento Municipal de Cultura ou órgão equivalente.

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor com data de sua publicação (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA, 2003, s.p.).

Apesar de receber este nome e de ter sido, durante anos, a sede da Prefeitura Municipal de Piranga, atualmente não é mais abarca essa função, funcionando agora como departamento de assistência social. Apesar disso, o bem é popularmente conhecido e chamado como prédio da prefeitura. O dossiê de tombamento desse imóvel só foi encontrado na biblioteca do IEPHA/MG em Belo Horizonte. Segundo a secretária de cultura, até consta nos registros que a prefeitura possui uma cópia desse dossiê, mas tal documento não foi localizado, e por isso foi necessário recorrer ao IEPHA/MG. Segundo informações contidas no Dossiê, a construção desse edifício se deu no início do século XX, tendo sido erguido com o intuito de substituir o antigo prédio que abrigava o fórum da cidade. O novo prédio foi construído durante o mandato do presidente da câmara, o Coronel Amantino Maciel.

Esse prédio compõe o centro da cidade e teve como responsável pela sua construção o engenheiro alemão Jesepe Hans, que também foi responsável por projetar o Coreto e a Praça Coronel Amantino. Todas essas construções compõem o núcleo histórico de Piranga e são pontos de referência da cidade. Ainda segundo a documentação, essas obras foram concluídas em 1923. Nesse ínterim, ao analisarmos o visual estético do prédio e do coreto é visível a semelhança de traços arquitetônicos entre os dois e até mesmo a tabela de cores empregadas em ambos os bens.

Apesar de ter sido construído com a finalidade de ser o fórum da cidade, esse imóvel nunca ocupou essa função, porque, depois de concluída a obra, ele se tornou a sede da prefeitura municipal até a última administração. O prédio se destaca das demais construções da cidade devido ao seu estilo eclético, tendo sido construído como uma releitura do neoclássico e do estilo colonial. A sua edificação ainda faz parte do imaginário popular e

muitos moradores contam histórias sobre o acontecimento, constituindo-se, assim, parte da tradição oral piranguense. Segundo os moradores:

Na fachada lateral do prédio existe uma balança passando mais para o lado direito. Segundo contam a balança foi projetada e colocada pelo responsável da obra, num protesto pelo não recebimento total dos serviços prestados, mostrando que a justiça pende para o lado dos mais fortes (DOSSIÊ, fl.4, 2003).

Apesar de conter informações importantes, como dados históricos da construção do edifício e dados arquitetônicos, os realizadores do Dossiê (2003, fl. 03) constataram que há uma carência de informações documentais sobre o imóvel, e, por esse motivo “os dados encontrados não foram os documentos oficiais da época” e foi necessário trabalhar “mais precisamente com fonte não documental e relatos orais da população de Piranga”. Como já abordado, a ausência de documentação foi um fator recorrente ao longo desta pesquisa, e não aconteceu apenas com esse bem, mas com vários outros.

Houve também uma ausência de documentação sobre as justificativas que foram empregadas para que fosse realizado o processo de tombamento deste bem. Não há partes destinadas exclusivamente para a justificativa dessa escolha e sequer há informações sobre o posicionamento da população referente a esse processo. Ao que tudo indica, a população não fez parte desse processo, como aconteceu e acontece em vários outros casos.

A iniciativa de efetivar a proteção do referido bem partiu de responsáveis políticos e de empresas terceirizadas que são contratadas para avaliar prováveis bens cabíveis de serem tombados ou inventariados e, assim, aumentar o índice do ICMS⁴³ Cultural da cidade. As justificativas que constam no Dossiê são aquelas destinadas a justificar a delimitação do perímetro de tombamento;

A delimitação do perímetro de tombamento foi elaborada pensando principalmente em destacar e reforçar a importância da Prefeitura no contexto arquitetônico do local. O objetivo é evitar que o edifício sofra intervenções descaracterizantes ou mesmo seja alvo de uma arquitetura que queira competir com sua importância (DOSSIÊ, 2003, fl. 6).

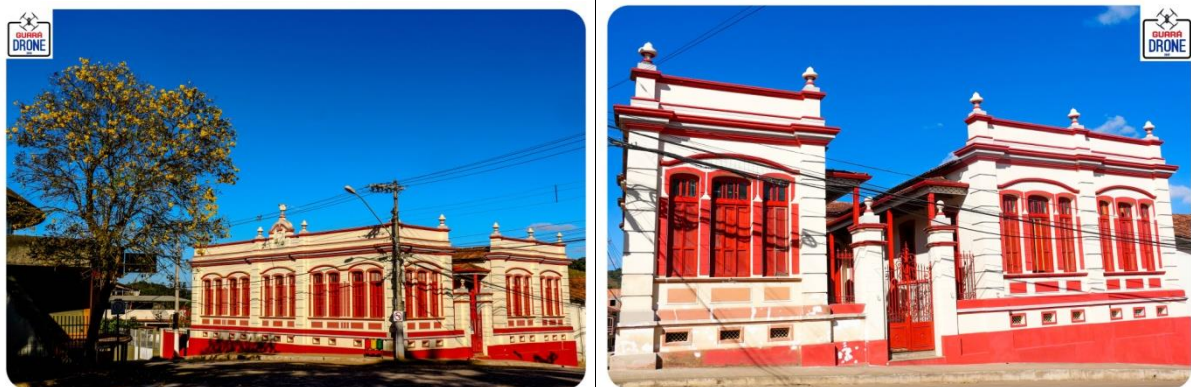
⁴³ Um dos critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 18.030, de 2009, para distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), normatiza as ações de preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais. O ICMS Patrimônio Cultural criou um incentivo para a entrada da proteção patrimonial na agenda dos municípios mineiros, por meio de repasses de recursos para os municípios que preservam o seu patrimônio e suas referências culturais.

O Dossiê (2003, fl. 14) conta também com a justificativa acerca da delimitação do perímetro de entorno: “o perímetro de entorno foi escolhido de forma que as novas construções não venham a prejudicar ou competir com a visão do Bem Tombado”. Ao fim do documento consta um parecer sobre o tombamento, segundo o qual:

Sugere-se o tombamento do edifício sede da Prefeitura Municipal de Piranga, localizada no município de mesmo nome, devido ao seu valor histórico e arquitetônico, e por ainda preservar a maioria de suas características da época de construção. É um prédio que insere-se no universo dos bens culturais de excepcional valor da cidade por sua história e inserção na paisagem urbana (DOSSIEÊ, fl. 14, 2003)

Com base em todos esses dados, fica evidente o valor histórico e arquitetônico do bem em questão, mas, apesar disso, ainda se carece de informações acerca da relação dele com o meio social no qual está inserido. As justificativas deveriam se pautar também em qual papel esse bem desempenha na vida social das pessoas que habitam nessa cidade. Por que preservar este bem? A população se sente representada pelo seu patrimônio e/ou consegue se identificar com ele? Estas são indagações que trazemos ao longo desta pesquisa. O intuito é que as pessoas saibam o valor do bem e que se relacionem com ele para que assim possam entender ser importante preservar e cuidar do patrimônio piranguense.

Figura 8 – Edifício que abrigava a Prefeitura Municipal de Piranga



Fonte: Direitos de Imagem reservados a Guará Drone. Autoria de Patrício Carneiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2625819501066867&type=3>. Acessado em: 08/09/2022

IMÓVEL DA CÂMARA MUNICIPAL (2003)

Assim como o imóvel da Prefeitura, nos deparamos com os mesmos desafios no estudo desse bem. O dossiê de tombamento também havia desaparecido da Prefeitura de Piranga e só foi possível ter acesso a esse documento após a reabertura da biblioteca do

IEPHA/MG, o que atrasou a pesquisa por cerca de um ano. Após esse período, com a documentação em mãos, foi possível recolher as informações que eram necessárias. De acordo com a introdução do Dossiê, ele foi produzido a fim de documentar a existência do edifício para dotá-lo de proteção legal decorrente do tombamento a nível municipal e, assim, ocasionar proteção e cuidados ao bem, garantindo a sua preservação, reconhecimento e valorização pela comunidade piranguense. É importante nos atentarmos para a expressão “comunidade”, pois é uma das raras vezes em que ela está presente nos documentos de bens tombados em Piranga.

Estudar esse imóvel não é uma tarefa fácil, visto que há pouca documentação sobre ele. Nos arquivos pesquisados não foram encontrados documentos que comprovassem a data da construção do prédio, e, em face disto, foi preciso recorrer a um levantamento baseado em relatos dos moradores. De acordo com o que pudemos constatar, não há um documento que precise com exatidão a data oficial da construção desse imóvel. Então, com base nos relatos, acreditamos que o prédio tenha sido construído em meados do século XIX, por volta de 1841, quando Piranga foi elevada à categoria de Vila. O edifício teria sido construído para abrigar o quartel da cidade, e depois foi sendo utilizado por outras instituições públicas, como a Prefeitura Municipal, os Correios e a Câmara Municipal. Por esse motivo, o prédio é popularmente conhecido como prédio da antiga Câmara Municipal.

A empresa contratada para produzir o Dossiê de tombamento do imóvel da Câmara foi a mesma que produziu o Dossiê do imóvel da prefeitura, e por esse motivo eles apresentam o mesmo estilo e o mesmo padrão de análise de descrição do processo de patrimonialização. As justificativas foram divididas por partes, sendo que a justificativa acerca da delimitação do perímetro de tombamento define que:

A delimitação do perímetro de tombamento foi elaborada pensando principalmente em destacar e reforçar a importância histórica e arquitetônica da Câmara Municipal. O objetivo é evitar que sofra mais intervenções descaracterizantes ou mesmo seja alvo de uma arquitetura que queira competir com sua importância. (DOSSIÊ, 2003, fl. 6)

O dossiê conta também com uma justificativa acerca da escolha do perímetro do entorno, segundo a qual ele “foi escolhido de forma que as novas construções não venham prejudicar ou competir com a visão do bem Tombado” (DOSSIÊ, 2003, fl. 07). A ideia de delimitar esse perímetro é impedir que esse bem seja afetado visualmente por meio de mudanças à sua volta, ou seja, uma tentativa de impedir uma poluição visual, que tire o destaque desse bem. Desse modo, nas diretrizes de intervenção foi definido que “na área a ser

tombada não serão permitidas quaisquer intervenções descaracterizantes, seja em nível arquitetônico, urbano ou artístico” (DOSSIÊ, 2003, fl. 13). Após a realização de todo o processo de patrimonialização, o bem recebeu o tombamento municipal por meio do Decreto nº 1185/03:

Artigo 1º - Fica tombado o bem cultural Prédio da Câmara Municipal de Piranga, edificado à Praça Coronel Amantino, 10, centro, Piranga, por seu valor arquitetônico e histórico.

Artigo 2º - Fica o imóvel descrito no art. 1º sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei nº 994/98, não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Piranga e aprovação do Departamento Municipal de Cultura ou órgão equivalente. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA, 2003, s.p.).

Analisando o processo de patrimonialização do imóvel da Câmara Municipal de Piranga, fica evidente que foi um processo que partiu exclusivamente da demanda dos órgãos municipais e do Conselho Patrimonial. Não houve, de fato, uma participação efetiva da população, e muitos sequer sabem que esse bem é tombado como patrimônio cultural. Na maioria dos casos, nem sabe o que isso significa. Desse modo, fica evidente que é necessário inserir a população nesses processos, visto que esse patrimônio representa a história da cidade e, conseqüentemente, das pessoas que fazem parte desse meio. É preciso que haja mais divulgação e que ocorra um trabalho ferrenho de educação para o patrimônio, com o intuito de que as pessoas reconheçam e se conscientizem sobre a importância do patrimônio.

Figura 9 - Prédio da Antiga câmara municipal de Piranga



Fonte: Direitos de Imagem reservados a Guará Drone. Autoria de Patrício Carneiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2625819501066867&type=3>. Acessado em: 08/09/2022

CONJUNTO NATURAL E PAISAGÍSTICO FAZENDA PRAIA GRANDE

A fazenda da Praia Grande está localizada no distrito de Pinheiros Altos, tendo sido propriedade da Família Alvim durante alguns anos. Por se tratar de um imóvel localizado na zona rural da cidade, torna-se mais difícil encontrar documentos referente a esta fazenda, não tendo sido encontrada documentação que precise a data da sua construção. Contudo, segundo os relatos acredita-se que sua construção data do fim do século XIX e início do século XX.

A história da fazenda Praia Grande está ligada a história da mineração e da povoação de Pinheiros Altos. Consta que no início do Século XVIII, Antônio Fernandes Furtado de Mendonça e seu irmão Feliciano Cardoso de Mendonça, exploraram a região a mando de seu pai o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, os irmãos acabaram por encontrar várias minas na região.

O Coronel Salvador Fernandes, tocado da mania geral de descobrimentos, mandou pelos anos de 1704 que seus filhos Antônio Fernandes e Feliciano Cardoso à frente de uma turma de escravos e camaradas penetrassem o sertão ao sul do Carmo. Esta leva, não obstante os sofrimentos, que lhe infligiram feras e serpentes venenosas, chegou a descobrir as minas do Pinheiro, do Bacalhau, do Rocha (Conceição) e dos Prazeres, que posto menos ricas que as do Carmo, ainda assim atraíram concorrentes, interessados tanto nas produções do ouro, quanto nas de cereais, graças à uberdades do solo (VASCONCELOS, 1999, p. 155)

Assim, com a descoberta de ouro na região houve o início da exploração das minas e, concomitantemente, o início o arraial Pinheiros. O conjunto do qual a fazenda faz parte reflete os tempos da mineração, que foi próspera durante anos. Vários dos locais onde se lavava o cascalho em busca de ouro pertencem ao conjunto da Fazenda Praia Grande, de acordo com informações contidas no Dossiê de tombamento.

O Rio Pinheirinho, que forma a cachoeira da praia foi regularizado através de canais assim como a interessante cachoeira, rebaixada e desviada de seu curso “a golpes de Picão”, obras feitas pelas mãos escravas, que abundavam na região, no intuito de facilitar a lavagem do ouro (DOSSIÊ, 2003, p. 7).

Fica evidente que o conjunto natural e paisagístico da Fazenda da Praia Grande é um importante representante da exploração mineradora, que foi uma das principais atividades durante a ocupação da região. Este conjunto faz parte não só da história de Pinheiros Altos, como também de toda a cidade de Piranga e da história da mineração de Minas Gerais. Como consta no dossiê:

A importância da área, em que pese à inexistência, exceto a sede da fazenda, de construções do período colonial preservadas, deve-se ao fato de que nestas cachoeiras da região (e nesta em particular) foram desenvolvidas atividades mineiras para a lavagem e concentração do ouro descoberto ali e em outros pontos do município de Piranga (DOSSIÊ, 2003, p. 7)

É importante ressaltar que a fazenda da Praia Grande foi, durante muitos anos, pertencente à Família Alvim, a qual era importante na região de Pinheiros por se tratar do primeiro da família do governador do estado de Minas Gerais, Cesário Alvim. Além disso, o conjunto natural e paisagístico da Fazenda Praia Grande recebeu tombamento por meio do Decreto nº 1186/2003, pela lei Orgânica Municipal,

O prefeito Municipal de Piranga, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que dispõe a Lei 994/98, que estabelece as normas de proteção ao patrimônio Cultural deste Município,

Decreta

Artigo 1º - Fica tombado o Conjunto Natural, Paisagístico, Histórico e Cultural, situado à Fazenda Praia Grande, distrito de Pinheiros Altos, município de Piranga (...).

Artigo 2º - Fica o imóvel descrito no art. 1º sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei nº 994/98, não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Piranga e aprovação do Departamento Municipal de Cultura ou órgão equivalente.

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor com data de sua publicação (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA, 2003, s.p.)

Figura 10 - Fazenda Praia Grande e a Cachoeira pertencente ao conjunto



Fonte: Acervo da autora.

NÚCLEO HISTÓRICO URBANO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA

Localizado no distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, o Núcleo Histórico Urbano foi tombado em 2006 por meio do Decreto nº1478/2006. Esta decisão foi tomada após aprovação pelo conselho ,como consta no Edital de Tombamento nº 02/2006:

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Piranga, em reunião datada de 09 de março de 2006, decidiu pelo Tombamento provisório do bem cultural: Núcleo Histórico Urbano de Santo Antônio do Pirapetinga, localizado no distrito de Santo Antonio do Pirapetinga (Bacalhau), após análise do respectivo Dossiê de Tombamento. (Edital de Tombamento nº 02/2006).

De acordo com o parecer técnico presente no Dossiê de tombamento do Núcleo, o valor histórico da região é indiscutível, visto que ele está relacionado com o desenvolvimento do antigo arraial de Santo Antônio do Bacalhau. De acordo com os historiadores que já realizaram estudos sobre a região, a ocupação de Bacalhau data desde o início do século XVIII, e teria se dado a partir de 1704, com a descoberta de minas de ouro por bandeiras chefiadas pelos filhos do coronel Salvador Fernandes.

Além dessas informações, o Dossiê de tombamento do NHU levanta pontos de importância desse bem patrimonial de acordo com as áreas que ele contempla. Do ponto de vista arquitetônico, ressalta que este bem é de valor inestimável devido aos seus exemplares originais e preservados, que são remanescentes dos séculos XVIII, XIX e XX. Do ponto de vista urbanístico, o núcleo destaca-se pelos seus traçados e por sua adaptabilidade ao relevo natural, por se tratar de uma região montanhosa. Segundo os especialistas, trata-se de um exemplar das formas de ocupação do período setecentista mineiro. A empresa contratada para produzir o Dossiê de tombamento deste NHU contou com a participação de alguns especialistas, dentre os quais está a arquiteta Adriana Paiva de Assis, que afirmou que o tombamento deste Núcleo:

Poderá assegurar uma participação mais efetiva do Poder Público Municipal de Piranga na proteção e conservação não só do NHU, mas também das áreas de entorno de Bens Tombados isoladamente nos níveis federal e estadual. Está é uma medida que contribuirá para a participação de agentes locais na sensibilização da comunidade e na busca por estratégias e soluções mais contextualizadas visando à conservação deste importante Bem Cultural (DOSSIÊ, 2006, p. 6).

Além dessas justificativas, o dossiê conta também com alguns tópicos específicos destinados às justificativas para a escolha e efetuação do tombamento deste bem. É bom ressaltar que, diferente de outros dossiês municipais, este é mais detalhista, contendo mais informações e detalhando mais toda a trajetória do bem e do processo de patrimonialização. A primeira justificativa se dá acerca do Perímetro de Tombamento: segundo as informações contidas no documento, pretendeu-se, com esta delimitação, respeitar e valorizar o simbolismo religioso que há sobreposto às vias do Núcleo. Neste perímetro, foram incluídas as três edificações religiosas que são tombadas pelo IEPHA/MG como pontos-chave da delimitação devido a essa ligação com o simbolismo religioso. Com a preservação desse perímetro, pretendia-se “facilitar a identificação visual dos limites do NHU e, dessa forma, contribuir para a Conservação e Valorização desse importante Patrimônio Cultural tão representativo da ocupação urbana nas Minas Gerais do Setecentos” (ASSIS, 2006, p. 63).

Na justificativa do Perímetro de Entorno é delimitado o que faz parte deste, incluindo não só as áreas já habitadas, como também as de provável expansão urbana. Além disso, foram propostas algumas diretrizes de intervenção e de medidas visando à manutenção e à conservação, “pois entende-se que o entorno incorpora outros valores além do meramente visual, importando também, nesse caso, as possibilidades de deslocamento e de visitação, a melhoria da qualidade de vida na periferia urbana, a preservação ambiental” (*Ibidem*, p. 67). Nesta justificativa aborda-se também a relevância da preservação não só das construções como das paisagens. Nessa orientação, a finalidade do tombamento estaria em contribuir para a preservação das belas áreas verdes em suas características naturais e ambientais, as quais são consideradas fundamentais para a preservação e valorização desse importante patrimônio cultural piranguense.

O último tópico destinado às justificativas se dá acerca da Justificativa do Perímetro Complementar de Visibilidade. Nele consta que, apesar do dossiê não apresentar uma expressiva restrição da área, “entende-se que sua definição é importante como parâmetro para futuros estudos que resultem na sua apropriação, principalmente se a vocação turística da localidade vier a se concretizar nos próximos anos” (*Ibidem*, p. 71). Ficou claro que as justificativas empregadas para justificar o tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Santo Antônio do Pirapetinga estão voltadas para os aspectos que envolvem: a arquitetura, devido às construções de estilo colonial, e as igrejas, que remetem ao Setecentos mineiro; a religiosidade e o simbolismo que estão ligados nitidamente aos moradores e às pessoas que vão ao local devido ao Jubileu, acarretando em séculos de tradição; e a paisagem local que compõe o expressivo patrimônio natural e que compõe a região.

Figura 11 - Fotos do Núcleo Histórico Urbano de Santo Antônio do Pirapetinga



Fonte: <https://www.conhecaminas.com/2021/08/o-bacalhau-e-o-santuاريو-do-senhor-bom.html>

IMAGEM DO SENHOR BOM JESUS DE MATOZINHOS

O Santuário do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos, além de contar com seus ricos aspectos arquitetônicos e artísticos, conta também com um grande acervo imagístico. Dentre as imagens que fazem parte deste acervo destaca-se a imagem do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos. Como apresentado nesta dissertação, o Santuário foi o primeiro bem tombado no município e recebeu tombamento pelo IPHAN, sendo inventariados e tombados todos os seus bens como um só. Contudo, a imagem do Senhor do Bom Jesus recebeu o tombamento municipal especificamente em 2006.

Esta imagem está localizada em uma sala que fica atrás do altar-mor da Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos - sala esta que é chamada por todos como sala dos milagres. Acredita-se que a imagem foi produzida no século XVIII, no último quartel desse século, mas não temos informações da data precisa: “o belo Senhor de Matozinhos da Sala de Milagres parece ser de data anterior às outras peças de execução mais dramática, ao gosto barroco” (SANTOS, 1998, p. 3). Tampouco há documentação que aponte quem foi o autor responsável pela obra e a sua origem. Contudo, o inventário de bens móveis e integrados produzido pelo antigo SPHAN⁴⁴ traz alguns dados sobre essa imagem e faz uma descrição, segundo a qual, é a imagem do Cristo crucificado que traz uma expressão dolorosa, com o olhar esquerdo direcionado para cima, para o Pai, e o olhar direito direcionado para baixo, para os filhos de Deus.

A imagem é adorada pelos romeiros que participam anualmente do Jubileu do Bom Jesus de Matozinhos. De acordo com a Ata da reunião do Conselho do Patrimônio Histórico e

⁴⁴ SPHAN – Pró-Memória, Ministério da Cultura – Inventário de Bens Móveis e Integrados, 1986, fl.73.

Cultural de Piranga, no dia 29 de novembro de 2005, o conselho se reuniu com os demais conselhos para aprovar o tombamento do Núcleo Histórico de Santo Antônio do Pirapetinga e da Imagem do Bom Jesus. Decorridos quinze dias após a notificação do padre João Batista Cardoso, responsável pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, sobre o tombamento do bem móvel Imagem do Bom Jesus de Matozinhos, o Conselho se decidiu a favor do tombamento definitivo da Imagem do Senhor Bom Jesus de Matozinhos.

Após essas aprovações, no dia 30 de março de 2006 foi publicado o Decreto 1480/06, no qual ficou decidido que:

O prefeito Municipal de Piranga, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que dispõe a Lei 994/98, que estabelece as normas de proteção do patrimônio cultural deste Município, decreta:

Art. 1º - Fica tombado o bem cultural Imagem do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, pertencente ao Acervo da Igreja e Santuário do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, localizada na Praça do Bom Jesus, s/nº, distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, Município de Piranga, Minas Gerais, por seus valores histórico, arquitetônico, urbanístico e cultural, de acordo com o respectivo Dossiê de Tombamento.

Art. 2º - Este bem cultural fica sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei nº 994/98, não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Piranga e aprovação do Setor Municipal de Cultura e Turismo (DECRETO 1480/06).

O Dossiê de tombamento dessa imagem não é tão completo de informações como outros dossiês municipais existentes em Piranga. Ele é bem superficial, trazendo informações sucintas até mesmo pelo fato de não existir muita documentação acerca do referido. Mas, como ele faz parte do acervo do Santuário do Bom Jesus, acaba por ter um valor simbólico muito grande para as pessoas que possuem ligação com as tradições religiosas que acontecem na região. Por mais que não haja qualquer parte no dossiê que se dedique a justificar a escolha deste bem, é possível deduzir que ela se dê principalmente pelo forte apelo religioso que há entre a população piranguense, sem contar que a imagem está na Sala dos Milagres e que muitos fiéis praticam devoção a ela e creem em milagres e bênçãos concedidas pelo Senhor do Bom Jesus do Matozinhos. Na mencionada sala é possível encontrar diversos depoimentos e objetos que retratam milagres que foram concedidos pelo Senhor do Bom Jesus.

Figura 12 - Imagem do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos



Fonte: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2625819501066867&type=3>. Acesso em: 08/09/2022.

CASARÃO DO ROSÁRIO (2006)

O casarão do Rosário recebeu tombamento no ano de 2006, durante o mandato do prefeito Eduardo Sérgio Guimarães. Nesse período, o setor Municipal de Cultura e Turismo tinha como responsável o senhor Robson Chassim, que também era o presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Piranga. O Dossiê foi produzido pela empresa Cooperativa Cultura, sob a direção da arquiteta Adriana Paiva de Assis, a qual já prestou vários outros serviços no campo patrimonial de Piranga. O documento foi bem elaborado, com certa riqueza de detalhes, e nele é possível encontrar informes históricos sobre o município e sobre o bem, análises técnicas, documentação cartográfica, laudos arquitetônicos e justificativas acerca do tombamento.

Na introdução do Dossiê é apresentado o motivo da produção desse documento, além de ressaltar que o casarão do Rosário “trata-se de um dos mais importantes edifícios civis do distrito de Pinheiros Altos, que remonta aos princípios do século XIX, tendo sediado uma escola onde o primeiro presidente constitucional da província de Minas Gerais, José Cesário de Faria Alvim, recebeu instrução primária” (DOSSIÊ, 2006, fl. 4). Para realizar essa documentação, todas as fontes consultadas foram as mesmas utilizadas nesta pesquisa, com o intuito de “identificar os valores históricos e arquitetônicos relacionados ao Casão do Rosário e assim justificar seu tombamento” (*Idem*). Originalmente, o casarão foi construído por famílias que pertenciam à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, mas, atualmente, pertence à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Piranga, por ordem do Ministério Público.

O motivo desse bem ter recebido tombamento está ligado ao estado de abandono em que se encontrava. Segundo a documentação, com o passar dos anos, o casarão acabou ficando completamente abandonado e, diante dessa situação, a promotoria de justiça de Piranga instaurou o Inquérito Civil Público nº03/2004, a fim de verificar os danos e recomendar a proteção e a salvaguarda⁴⁵. No dia 16 de maio de 2005 foi publicado o Termo de Compromisso de Ajustamento⁴⁶, no qual ficou definido que a prefeitura assumia o compromisso de cuidar do imóvel durante trinta anos, de forma a promover a valorização do patrimônio cultural local em benefício do município e da comunidade. Consta também que o município tem a obrigação de efetuar o tombamento, elaborar projetos de restauração e revitalização para abrigar o Memorial Cesário Alvim, a biblioteca e o espaço para manifestações culturais e exposições de artes.

O intuito da preservação desse bem se pautou em um meio de garantir a existência de um bem, que foi considerado pelas autoridades locais como uma

[...] referência fundamental para o entendimento da história e cultura do município de Piranga, e mais especificamente de Pinheiros Altos, fazendo com que essa referencia chegue às gerações vindouras, para que possam compreender seu passado e, assim, construir seu presente. (...) Seu tombamento justifica-se por se tratar de uma autêntica e preservada edificação que nos conta muito sobre a dinâmica e sobre os processos históricos, culturais e sociais ocorridos durante a ocupação inicial e o desenvolvimento do arraial do Pinheiro (DOSSIÊ, 2006, p. 40).

Na justificativa da definição do perímetro entorno foram considerados os elementos que constituem um vínculo com o bem tombado de maneira imediata no espaço, por laços socioeconômicos, físico geográficos, histórico-culturais, de modo que se compreende que eles contribuem para a compreensão contextualizada do bem patrimonial tombado. Mais uma vez, os Dossiês analisados abordam sobre as questões físicas, arquitetônicas, paisagísticas e históricas do bem patrimonializado. Esses elementos são sempre abordados nas justificativas para a proteção do bem, mas o fato social aparece pouquíssimas vezes e de forma superficial, pois não se vê em nenhum momento relatos que afirmem que a escolha do bem a ser protegido partiu de uma demanda popular. Na sua maioria, essa demanda vem de órgãos

⁴⁵ MINISTÉRIO Público do Estado de Minas Gerais, Inquérito Civil Público 03/04. Piranga: Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação – CAO-MA, 2004.

⁴⁶ MINISTÉRIO Público do Estado de Minas Gerais. Adoção de medidas para a efetiva proteção e conservação do Casarão do Rosário situado no distrito de Pinheiros Altos, município de Piranga, local onde Cesário Alvim, primeiro governador do Estado de Minas Gerais, iniciou seus estudos. Piranga: Promotoria de Justiça de Piranga; Curadoria do Patrimônio Cultural, 2005. P.3.

responsáveis por essas áreas. No caso do patrimônio de Pinheiros Altos, os bens patrimoniais que foram tombados nessa localidade ou inventariados receberam a proteção no período em que o Robson Chassin era secretário de cultura e ele é natural da localidade.

Figura 13 - Casarão do Rosário, atual Memorial Cesário Alvim



Fonte: <https://villasefazendas.com.br/cidade/piranga>

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE (2007)

A Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, assim como outros bens que foram tombados pelo estado ou pela prefeitura, apresentou um grau maior de dificuldade maior para ser estudada devido ao fato de o Dossiê de tombamento que consta as informações sobre o processo de patrimonialização ter desaparecido da Prefeitura Municipal de Piranga. Para ter acesso a esses documentos, foi necessária uma visita à biblioteca do IEPHA/MG, que está localizada na Praça da Liberdade em Belo Horizonte. Porém, devido à pandemia do Covid-19, a biblioteca ficou fechada durante meses e, como a instituição não possui esses documentos de forma digitalizada, foi necessário aguardar até que houvesse a sua reabertura, o que aconteceu só em agosto de 2021. Após a reabertura, e por meio de financiamento próprio, é que foi possível ir até o local e ter acesso a essa documentação.

Esse Dossiê foi enviado ao IEPHA/MG para ser um meio de pontuação da cidade pelo programa do ICMS Patrimônio Cultural. Ele foi produzido por uma empresa que já presta este tipo de serviço ao município há alguns anos. O dossiê apresenta informações como: definição do perímetro de tombamento, representações gráficas, descrição do bem, levantamento arquitetônico, laudo técnico e justificativa, parte esta que é foco desta pesquisa. O primeiro dossiê enviado para a análise do IEPHA/MG foi declarado incompleto pelo instituto, e, por isso, exigiram que novas complementações fossem feitas, o que deixou a documentação mais detalhista. Devido à visita à biblioteca, a autora conseguiu ter o acesso a toda essa documentação.

Como justificativa para o tombamento do perímetro de entorno, as entidades envolvidas avaliaram e definiram o perímetro com base prioritária nos aspectos relacionados à visibilidade e à história do bem e da comunidade que o integra. Segundo os especialistas responsáveis pela produção do dossiê,

Estão incluídas no perímetro de entorno as ruas, praças, edificações, quintais anexos e demais elementos que colaboram para a compreensão da evolução histórica do conjunto urbano e para a integração da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte no seu contexto espacial. (...) Este perímetro justifica-se, portanto, por incluir uma área circundante ao Bem Tombado que conforma a sua ambiência, (...). Estes elementos constituem o vínculo do Bem tombado, de maneira imediata no espaço, por laços físicos, geográficos, sociais, históricos e culturais (DOSSIÊ, 2008, fl. 6).

Na justificativa, pode-se notar que não há nenhuma menção direta à população. O Dossiê não relata se houve ou não uma participação popular e se a escolha desse bem para tombamento foi uma demanda dos piranguenses. Os cidadãos só são levemente mencionados quando afirma-se que a definição desse perímetro está relacionada a laços existentes entre o bem tombado e o social.

No laudo técnico existente nesse Dossiê, que foi produzido em 2008, declara que a referida igreja estava em torno de 65% em bom estado de conservação, 20% em um estado regular e 15% em um estado ruim. Hoje, já no ano 2021, a igreja ainda não passou por uma grande reforma e seu estado de conservação se mantém bem parecido com o que foi registrado em 2008. Atualmente, ela é mais utilizada para a celebração de casamentos ou em datas específicas. Em 2020, no mandato do prefeito José Carlos, foi destinada uma verba no valor de 80 mil reais para a reforma do seu telhado, o qual apresentava problemas. Contudo, para que esse dinheiro pudesse ter esse fim, foi necessário o envio de uma petição para que os vereadores aprovassem o decreto, que declararia a igreja um bem de utilidade pública. O

Projeto de Lei nº 012/2021 foi aprovado e, recentemente, a igreja teve seu telhado reformado – obra essa que, devido às burocracias, só foi realizada na nova administração municipal, que teve início em janeiro de 2021, com o prefeito Luís Helvécio Araujo.

Figura 14 - Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte



Fonte: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/piranga/igreja-da-boa-morte>

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

De acordo com as informações encontradas nos Anexos das visitas pastorais (1998, p. 372), a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Pinheiro foi fundada em 1763, com licença ordinária. Mas há certa confusão acerca do nome da Capela, pois, de acordo com a pesquisadora Delmarí Ribeiro, o título de Capela de Nossa Senhora da Conceição do Pinheiro é uma nomeação equivocada. A autora afirma que há uma contradição entre as informações recolhidas pelos historiadores e pelos padres que vieram para a região já no século XX, mas, conforme os documentos mais antigos, a matriz teria recebido no Setecentos a invocação à Nossa Senhora da Saúde, não da Conceição.

Localizada no centro do distrito de Pinheiros Altos e em terreno mais alto do que a rua principal, ela possui certo lugar de destaque no Distrito. Ao longo dos anos, passou por diversas modificações, como a construção de uma torre única no centro do frontispício, sendo a única igreja da região que possui torre – o que foge do padrão das construções religiosas de Piranga. Mas, apesar de ter sofrido tantas modificações, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (ou Nossa Senhora da Saúde) permanece sendo importante para os moradores da região, pois nela ainda permanecem os ritos tradicionais religiosos, que são praticados pela

comunidade local e que estão diretamente relacionados com a Capela do Rosário, e outros bens representativos do patrimônio cultural imaterial de Pinheiros Altos.

Devido à sua importância histórica, cultural e religiosa, a igreja recebeu tombamento em 2007 por meio do Decreto 1524/07, o qual foi publicado em doze de abril de 2007. De acordo com o Decreto, fica aprovado que:

O Prefeito Municipal de Piranga, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que dispõe a lei 994/98 que estabelece as normas de proteção do patrimônio cultural deste município, decreta:

Art. 1º - Fica tombado bem cultural da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizado à Praça de Nossa Senhora da Conceição, s/n, distrito de Pinheiros Altos, município de Piranga, Minas Gerais, por seus valores históricos, arquitetônicos, artísticos e religiosos, de acordo com o respectivo dossiê de tombamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA, 2007, s.p.).

O Dossiê mencionado no Decreto foi produzido pela mesma empresa que realizou outros dossiês referentes a outros bens do município. Deste modo, eles seguem um mesmo padrão, bem detalhadas e com páginas destinadas a justificativas acerca do tombamento. A primeira justificativa é referente à definição do Perímetro de Tombamento, o qual engloba não apenas a igreja, mas também o adro, os muros e a pequena Praça de Nossa Senhora da Conceição. Segundo os responsáveis por produzir essa documentação, esses espaços contribuem não apenas para gerar uma percepção plena da igreja, mas também resguardam a sua construção de proximidade para com as edificações ao entorno dela.

Entende-se que os espaços vazios, ao redor da igreja, são elementos estruturantes de seu contexto físico espacial, formando um conjunto indissociável que deve ser integralmente preservado. Nesse sentido, o perímetro de tombamento pretende preservar não somente o corpo da igreja, mas também as suas relações urbanísticas vírgulas sem as quais não é possível perceber e conceber este bem cultural como um todo, em sua Plenitude cultural e simbólica (ASSIS, 2007, p. 48).

A segunda justificativa se dá acerca do Perímetro de Entorno, segundo o qual os critérios para esta decisão foram, prioritariamente, de visibilidade e históricos. Conforme os autores, a definição desse perímetro justifica-se por incluir a área que circunda o Bem Tombado, ou seja, que conforma sua ambiência, incluindo não apenas os elementos construídos, mas também o ambiente natural que interfere na percepção e na compreensão do bem, uma vez que “estes elementos constituem o vínculo do Bem Tombado, de maneira

imediate no espaço, por laços físicos, geográficos, sociais, históricos e culturais, contribuindo para sua compreensão contextualizada” (ASSIS, 2007, p. 51).

Sendo assim, mais uma vez não é mencionada nas justificativas qualquer menção direta à população ou a grupos sociais, mas é possível interpretar que as escolhas dos bens estão diretamente ligadas a tradições culturais e, neste caso, em tradições religiosas, que estão pautadas em aspectos históricos ligados à história local e a aspectos arquitetônicos devido às belezas atribuídas às construções existentes na região. Contudo, o principal é o papel que esses bens possuem para os moradores dessa região e como eles se apropriam desses bens por meio de sua convivência e de suas práticas religiosas.

Figura 15 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Direitos de Imagem do Guará Drone. Autoria de Patrício Carneiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2247964552185699&type>

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Estudar as igrejas de Piranga não é uma tarefa fácil. A escassez de documentos é um desafio aos pesquisadores que se dedicam a estudar essas construções. No caso da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pinheiros Altos não foi diferente, visto que a documentação existente sobre ela é relativamente escassa, e que, segundo o relato de moradores, os livros antigos da paróquia teriam sido levados de Pinheiros Altos por um padre que havia sido transferido para Porto Firme, cidade vizinha de Piranga, o que teria contribuído para essa ausência de documentação. As informações de que se tem conhecimento são aquelas obtidas em alguns documentos existentes nos arquivos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição

de Piranga, em outros documentos paroquiais e registros, além dos relatos orais de moradores da localidade.

O que se sabe é que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário é uma construção datada de meados do século XIX e que foi ampliada a partir de 1902, com materiais de desmonte da antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (ASSIS, 2007). Ressalta-se que não há documentação que precise a data de construção da igreja, e o que se sabe é que em

[...] 08 de outubro de 1792, a Irmandade de Nossa do Rosário emitiria, à Coroa Portuguesa, requerimento para aprovação de seu compromisso, conforme consta em documentos do arquivo Ultramarino de Lisboa, cuja emenda registra: Requerimento dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Arraial do Pinheiro bispado de Mariana solicitando aprovação de seu compromisso (ASSIS, 2007, p. 33).

Conforme a citação acima, podemos presumir que o templo dedicado à Nossa Senhora do Rosário tenha sido construído em data posterior a este requerimento, aproximadamente em meados do século XIX. Uma característica interessante desta igreja é que, embora construída já no século XIX, ela possui todo o piso da nave da modulado por campas de madeira, que abrigam inúmeras sepulturas que eram destinadas aos membros da Irmandade. Por mais que essa prática tenha se tornado incomum no Brasil a partir do século vinte, por acreditarem que essa poderia acarretar em doenças e por questões relacionadas à laicização do Estado, em Pinheiros esse hábito permaneceu até 1939, data encontrada na sepultura de um pároco que está no interior da igreja. Cumpre destacar que nenhuma dessas sepulturas teve os restos mortais transladados. Levando em consideração sua relevância e seu papel na história e cultura local, a igreja recebeu tombamento em 2007, por meio do Decreto 1522/2007, publicado no dia 11 de abril de 2007:

O Prefeito Municipal de Piranga, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que dispõe a lei 994/98, que estabelece as normas de proteção do patrimônio cultural deste município, decreta:

Art. 1º - fica tombado o bem cultural da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizado a Praça do Rosário, s/n, Distrito de Pinheiros Altos, município de Piranga, Minas Gerais, por seus valores históricos, arquitetônicos, artísticos e religiosos, de acordo com o respectivo dossiê de tombamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA, 2007, s.p.).

O Dossiê de tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário é um documento muito bem elaborado, podendo ser, talvez, um dos mais completos dossiês de bens existentes em Piranga. Nele é possível encontrarmos informações sobre a história da povoação de

Pinheiros Altos, além de dados geográficos, arquitetônicos e dos processos burocráticos acerca do processo de patrimonialização deste bem. Na contextualização histórica que foi feita acerca deste bem patrimonial, Assis constata que:

[...] é um produto histórico da ocupação do antigo Arraial de Pinheiro, atual Pinheiros altos, distrito pertencente ao município de Piranga. Trata-se de uma referência Fundamental e indissociável da história de Piranga, e Mais especificamente do distrito de Pinheiros altos. (...) Seu tombamento justifica-se por se tratar de uma autêntica e preservada edificação que nos conta muito sobre a dinâmica e sobre os processos históricos, culturais, religiosos e sociais ocorridos na região (ASSIS, 2007, p. 39-40).

Além dessa breve justificativa, o Dossiê conta com mais três tópicos específicos dedicados às justificativas para a escolha e o tombamento deste bem cultural. A primeira justificativa se dá acerca do Perímetro de Tombamento, segundo a qual a autora afirma que a escolha do perímetro se dá pelos

[...] elementos estruturantes do contexto físico espacial da igreja, formando um conjunto indissociável que deve ser integralmente preservado. Nesse sentido, o perímetro de tombamento pretende preservar não somente o corpo da igreja, mas também as suas relações urbanísticas, sem as quais não é possível perceber e conceber este bem cultural como um todo, em sua Plenitude cultural e simbólica (*Ibidem*, p. 49).

A segunda justificativa se dá pelo Perímetro de Entorno. Segundo os responsáveis pela produção do documento, os critérios para a definição desse perímetro foram, prioritariamente, os de visibilidade e históricos, consideradas as referências urbanísticas e naturais que estão associadas ao bem. Deste modo, foram incluídas as ruas, praças, edificações, quintais e demais elementos ao entorno que colaboram para a compreensão da evolução histórica do conjunto histórico urbano e para a integração da Igreja no seu contexto. Portanto, este perímetro justifica-se por incluir uma área circundante ao bem tombado, pois “estes elementos constituem o vínculo do bem tombado, de maneira imediata no espaço, por laços físicos, geográficos, sociais, históricos e culturais, contribuindo para sua compreensão contextualizada” (*Ibidem*, p. 52).

Além das informações trazidas acima, este dossiê de tombamento traz algumas questões que são interessantes de serem abordadas, já que são pontuadas algumas medidas complementares a serem realizadas no futuro, após o tombamento, acerca deste bem patrimonial. Dentre essas medidas, uma que chama a atenção é a de que esse bem deve ser um objeto de uma política de Educação Patrimonial no município, recomendando que alunos das

escolas da região participem de atividades de educação patrimonial e que possam fazer visitas guiadas à Igreja de Nossa Senhora do Rosário e até mesmo realizar pesquisas sobre ela. Esta é uma proposta muito interessante, mas, apesar de o tombamento ter acontecido em 2007, até a presente data desta pesquisa nenhum projeto nesse sentido foi implementado.

No próximo capítulo trataremos os resultados de uma pesquisa realizada com os moradores da cidade e estudantes do município, na qual eles foram questionados sobre se já estudaram sobre o patrimônio de Piranga nas escolas. Os dados coletados nos ajudam a entender melhor essas questões.

Figura 16 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário vista por fora e por dentro



Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2247964552185699&type=3>. Fonte: fotos de Delmarí Ribeiro, acervo do IEPHA/MG. Data: 20 agosto 2008 e 18 dezembro 2008.

NÚCLEO HISTÓRICO URBANO DE PINHEIROS ALTOS

O atual distrito que faz parte do município de Piranga foi criado desde 1879 e limita-se com Sumidouro, atual Padre Viegas, distrito de Mariana. Até hoje Pinheiros Altos é cortado por uma estrada que liga Piranga a Mariana. este trajeto é o mesmo que foi percorrido pelos desbravadores do século do ouro. A região foi originalmente denominada de Pinheiros, e sua ocupação teve início com a chegada de bandeirantes paulistas, que chegaram à região à procura de ouro. Segundo os historiadores, as minas foram descobertas entre os anos de 1702 e 1704 por bandeirantes chefiados pelos filhos do Coronel Salvador Fernandes. Seu filho Bento Fernandes Furtado adentrou pelo sertão ao sul do Ribeirão do Carmo e, depois,

seguindo o ribeirão de Guarapiranga e, devido à abundância de ouro encontrando, esse evento atraiu populações litorâneas para o interior. As pessoas vinham de todos os lados, principalmente das regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

A partir desses eventos, o arraial de Pinheiros foi se formando e, em 1738, já possuía Ordenança. Devido ao sucesso do ouro, a região ao redor do arraial foi paulatinamente sendo ocupada por meio de concessões de sesmarias. Uma das famílias a se fixar no arraial e que é muito lembrada pelos moradores é a família Alvim, que chegou ao arraial ainda no século XVIII. Dessa família descendia o José Cesário de Faria Alvim, que viria a se tornar, em 1890, o primeiro presidente constitucional do Estado de Minas Gerais. A família Alvim era proprietária de várias minas e, durante anos, extraíram esse mineral na região, se tornando uma importante família de Pinheiros Altos.

Sabe-se que, a partir do século dezenove, grande parte das minas de ouro de Minas Gerais já estava em declínio. Entretanto, em 1814, o geólogo e geógrafo Wilhelm Ludwig Von Eschwege, conhecido como Barão de Eschwege, realizou uma viagem à região onde elaborou uma relação de todas as lavras de ouro de cada distrito da província de Minas Gerais, incluindo a região de Pinheiros. Ele constatou que, em Pinheiros, havia a maior extração de ouro da Freguesia de Guarapiranga, e segundo seus relatos havia ali cerca de “doze lavras em atividade, dez das quais sob denominação Lavra do Morro, uma chamada Lavra do Veeiro e outra Peri dos Velhos” (ESCHWEGE, 1979, p. 28-29). Segundo Eschwege, a mão de obra dessa região era composta por 128 escravos trabalhando nas lavras, 68 escravos faiscadores e 122 homens livres faiscadores. Esses dados permitem entender a riqueza da região neste período e até mesmo quais eram as pessoas que compunham a população local.

Já a partir de 1840, a mineração continuou existindo em Pinheiros, mas em menor escala, e a principal atividade econômica se voltaria para as atividades agropecuárias. De acordo com o Dicionário Corográfico de Minas Gerais, da criação do distrito por lei é que a divisão administrativa de 1911, a qual viria a nomear o distrito de Pinheiros, no plural, e o nome Pinheiros Altos viria por meio do Decreto-lei nº 1058, de 31 de dezembro de 1943. Pinheiros Altos possui, atualmente, um Núcleo Histórico Urbano parcialmente preservado, composto por igrejas e casas que resistiram através do tempo. Isso não significa que este núcleo não vem passando por um processo de descaracterização, pois, segundo informações concedidas pela Secretaria Municipal de Cultura de Piranga, o núcleo vem, recentemente, sendo ameaçado pelo IEPHA/MG de perder o seu tombamento por estar sofrendo essa descaracterização cada vez mais acelerada.

O Núcleo Histórico de Pinheiros Altos passou pelo processo de patrimonialização em 2009. Ele possui um dossiê de tombamento que está disponível na Prefeitura Municipal de Piranga, mas, segundo a lista de bens protegidos da cidade, que foi disponibilizada pela Secretaria Municipal de Cultura, consta que este processo ainda está em tramitação. No dossiê é possível encontrar a ata de reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Piranga, a qual foi realizada no dia 21 de setembro de 2009 e nela ficou decidido que “o Conselho é favorável ao tombamento do Núcleo Urbano de Pinheiros Altos para garantir a sua preservação e conservação”⁴⁷. Segundo o parecer do Conselho, o Núcleo “tem um valor histórico de grande importância no cenário cultural e artístico para a cidade de Piranga, merecendo ser tombado, para que possa ter preservação, conservação e valorização”⁴⁸. Mas fica evidente que não basta apenas patrimonializar um bem se não houver um trabalho com a população para que haja um sentimento de pertencimento, de querer proteger esse bem.

O dossiê traz justificativas acerca da escolha do que patrimonializar. A justificativa pela escolha do Perímetro de Tombamento se dá com o intuito de preservar respeitando e valorizando o simbolismo religioso, assim abrangendo os dois monumentos religiosos existentes no local (as igrejas), além de considerar as características geográficas da paisagem. “Pretende-se, assim, facilitar a identificação visual dos limites do núcleo histórico e, dessa forma, contribuir para a conservação e valorização desse importante patrimônio cultural tão representativo da ocupação Urbana nas minas gerais do setecentos” (ASSIS, 2009, p. 45). A justificativa do perímetro do entorno elenca algumas propostas de intervenção e medidas complementares que tendem a contribuir para a manutenção das características e do estado atual de conservação do entorno do NHU tombado. De acordo com esta justificativa:

Pretende-se, assim, contribuir para que as belas e aprazíveis áreas verdes que emolduram o núcleo histórico urbano e as margens dos Ribeirões que são passíveis de ocupação com a futura expansão Urbana sejam preservadas em suas características naturais e ambientais, consideradas fundamentais para a Conservação e valorização desse importante patrimônio cultural (*Ibidem*, p. 48).

Desse modo, a escolha de patrimonializar este bem cultural está pautada não apenas pelo seu valor como objeto, pelo patrimônio material, mas também pelas relações sociais, culturais e religiosas que fazem parte da história da região. Grande parte dos bens que

⁴⁷ Parecer do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Piranga. Piranga, 21 de setembro de 2009.

⁴⁸ *Idem*.

receberam tombamento em Pinheiros Altos foi tombada durante o mandado do prefeito Eduardo Guimarães. Nessa ocasião, o chefe do Setor Municipal de Cultura e Turismo era o Senhor Robson Chassim, o qual pertence à região de Pinheiros Altos e que também era Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Piranga. Nesse sentido, acreditamos que sua relação com Pinheiros Altos certamente contribuiu para que esses bens fossem escolhidos para serem patrimonializados durante esse período. Essas conexões nos ajudam a entender como se deram os processos de escolhas sobre quais bens patrimonializar em Piranga.

Figura 17 - Vista parcial do Núcleo Histórico Urbano de Pinheiros Altos



Fonte: Imagens retiradas do vídeo de Fabinho Oliveira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JYtbC5IxbIo>

PRAÇA CORONEL AMANTINO MACIEL (2004) E PRAÇA CÔNEGO FELÍCIO (2004)

Além dos bens citados até o momento, na lista de bens protegidos pelo município que foi fornecida pela Secretaria Municipal de Cultura consta também que duas praças foram tombadas em 2004: A Praça Coronel Amantino Maciel, localizada no centro da cidade, e a Praça Cônego Felício, localizada em uma região popularmente conhecida como Zuzu. As duas praças estão relacionadas a outros bens que receberam tombamento na cidade, visto que alguns desses bens estão localizados no entorno desses espaços. Mas estudá-las se tornou um desafio extremamente complexo, novamente devido à falta de documentação e de pessoas que soubessem informar sobre elas.

Inicialmente, a autora desta dissertação recorreu à Secretaria Municipal de Cultura em busca de documentações, mas foi apenas informada que esses bens constam como tombados, embora a prefeitura não saiba informar onde estão os respectivos dossiês de tombamento. Diante disso, outras visitas foram realizadas à Secretaria e a resposta era sempre a mesma: os documentos não foram localizados e sequer era sabido se, de fato, eles existem ou existiram algum dia. Como segunda alternativa, recorreremos à Biblioteca do IEPHA/MG com a esperança de encontrar esses documentos, assim como aconteceu no caso de outros bens que não tinham seus dossiês guardados nas dependências da Prefeitura Municipal de Piranga, mas infelizmente, dessa vez isso não aconteceu. Segundo uma funcionária da biblioteca, os dossiês que estão nos arquivos do IEPHA/MG são aqueles que foram enviados pelo Município para pontuar no ICMS cultural, e no caso específico das praças, não há nada a respeito. Desse modo, não foi possível analisar o processo de patrimonialização desses bens, pois, além da carência de informações oficiais, também não encontramos fontes que relatassem como se deu esse processo e quais agentes estavam inseridos nele.

Figura 18 - Praça Coronel Amantino Maciel



Fonte: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2625819501066867&type=3>

Figura 19 - Praça Cônego Felício



Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2625819501066867&type=3>

2.4 Os desafios acerca do estudo dos bens inventariados e a ausência de documentação

Como foi apresentado no capítulo primeiro desta dissertação, Piranga possui uma lista relativamente vasta de bens inventariados, o que ajuda a elevar o índice do ICMS cultural da cidade, sem contar que expressa uma valorização dos bens culturais municipais. Entretanto, estudar esses bens acaba sendo um grande desafio visto que não há muitas documentações sobre eles, nem justificativas concretas sobre a escolha do que é patrimonializável ou não. Isso dificulta compreender quais critérios foram adotados para que estes bens fossem selecionados e inscritos como bens culturais inventariados. Para esta pesquisa, no que tange a documentação escrita, tivemos acesso a uma lista de bens inventariados da Prefeitura Municipal, na qual estão listados todos os itens de acordo com a localização, a data em que foi inventariado e a qual bem patrimonial estes bens inventariados fazem parte.

Devido a essa falta de uma documentação, ficamos restritos a esta lista e aos relatos de pessoas que trabalharam e trabalham no setor de cultura da cidade. Deste modo, a conversa com moradores e com agentes relacionados, na forma de pesquisa oral, foi fundamental para embasar estes questionamentos. Analisando a lista, podemos notar que grande parte desses bens inventariados está relacionada aos bens tombados, ou seja, são objetos que compõem as igrejas tombadas, ou são construções que fazem parte dos perímetros em torno de bens tombados ou que pertencem aos dois núcleos urbanos tombados no município.

No Distrito de Santo Antônio de Pirapetinga há um grande número de bens inventariados, o que se dá principalmente pelo fato de que é neste distrito onde se encontram o Santuário tombado pela IPHAN e duas Igrejas tombadas pelo IEPHA/MG. Deste modo, todos os bens que compõem os itens tombados foram inventariados. O núcleo histórico urbano desse distrito recebeu tombamento municipal e, por este motivo, muitas edificações que compõem esse núcleo também foram inventariadas. De acordo com a listagem, os primeiros bens inventariados na região são aqueles que compõem o NHU e datam de 2006. Já os bens que compõem o acervo do Santuário foram inventariados nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2010, e um fato curioso por nós observado é que o Santuário foi tombado em 1999. Nestes mesmos anos também foram inventariados os bens que integram a Capela de Santo Antônio e o arquivo referente ao ofício do Registro Civil e Tabelionato de Notas.

Já nas áreas rurais do distrito de Santo Antônio de Pirapetinga, a maioria dos bens é composta de objetos que integram o acervo de capelas que foram tombadas pelo município, sendo elas a Capela de São Miguel e Almas do povoado Mestre Campos e a Capela de Nossa Senhora da Conceição do povoado de Manja Léguas, além de contar também com alguns bens naturais que estão relacionados com o entorno de áreas de tombamento e com a história local do distrito de Santo Antônio de Pitapetinga. Até aqui podemos reforçar a ideia de que a escolha desses bens para serem inventariados está diretamente ligada aos bens que foram tombados nas regiões. Desse modo, por mais que não haja uma justificativa registrada em algum documento, é possível realizar essa análise por meio da lista de bens inventariados e de bens tombados.

No distrito de Pinheiros Altos não ocorreu de modo diferente: os bens inventariados foram escolhidos de acordo com aqueles que compõem o núcleo histórico urbano, inventariados durante os anos de 2006, 2007 e 2010. Também foram inventariados os bens móveis integrados que fazem parte do acervo das Igrejas de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora da Conceição, que possuem tombamento municipal, ocorridos cada qual nos anos de 2008 e 2010. Já na zona rural deste distrito foram registradas algumas fazendas que estão nas áreas em torno do NHU e os bens integrados que pertencem a essas fazendas.

Os inventários mais antigos datam de 1999 e são aqueles que compõem o que foi denominado como Núcleo Histórico Urbano do distrito sede. Tratam-se de algumas residências localizadas mais ao centro da cidade, alguns prédios públicos e a Igreja da Boa Morte, que posteriormente foi tombada pelo município. Um fato interessante e preocupante é que alguns desses bens nem existem mais, como é o caso da Residência situada na Vila do Carmo, popularmente conhecida como Fazenda do Barão, pois, segundo relato dos

moradores, no passado a fazenda pertencia a um barão produtor de farinha. O último herdeiro que morou na fazenda foi o Senhor que era conhecido como Zé Barão, mas, após o seu falecimento, o local foi vendido e, aos poucos, e de forma ilegal, foi sendo demolido. Atualmente, o terreno pertence a outro dono e não possui mais nenhuma construção; o que resta são apenas algumas madeiras e pedras. Mas esse caso serve para ilustrar como esses bens, mesmo que inventariados, estão de certa forma desprotegidos por lei e correm risco de desaparecerem com o passar dos anos.

Os demais bens inventariados no distrito sede são aqueles bens móveis integrados que compõem o acervo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (tombada pelo IEPHA/MG) e da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (tombada pelo município). Além disso, há também o registro das pinturas parietais que estão localizadas no Solar do Cônego Felício, o qual pertence à prefeitura já alguns anos, mas está abandonado há bastante tempo e com o telhado em queda. Ao serem questionados sobre isso, o prefeito de Piranga e a secretária de cultura afirmaram que este casarão já está com um projeto pronto para ser restaurado, mas não há data prevista para iniciar esse trabalho. O que todos esperam é que, quando as obras possam começar, não seja tarde demais, visto que já se encontra em um estado deplorável. Na ocasião da entrevista com o prefeito, ele afirmou que até o final do seu mandato essa obra será executada.

Por fim, temos os bens imateriais inventariados. Um fato interessante é que Piranga não possui nenhum bem imaterial tombado, mas apenas inventariado, o que pode ser algo interessante para ser analisado futuramente, visto que exige mais pesquisas sobre o assunto. Muitos dos bens imateriais estão inventariados devido à sua ligação com bens tombados. Alguns se tratam de manifestações religiosas que possuem ligação com as igrejas e as irmandades do município, como é o caso da Festa do Rosário, Festa de São Miguel, Festa de São Vicente, o Mês de Maria, a Festa de Nossa Senhora do Rosário, Festa de Reis, Festa do Mastro e a preparação do mastro. Outro fato importante para nos atentarmos é que a maioria dessas celebrações não só estão relacionadas ao catolicismo, como também às irmandades negras e à influência afro-brasileira, cujas tradições culturais compõem parte importante da história e da cultura piranguense.

Além disso, há as formas de expressões que estão relacionadas com as bandas musicais de Piranga e as guardas de Congado que mantêm viva essa tradição há séculos, demonstrando como são fortes a religiosidade e as tradições de cunho afro-brasileiro na cidade. Temos, ainda, vários saberes que também foram inventariados como patrimônio cultural imaterial piranguense, mas o que nos chama a atenção são algumas memórias que

foram inventariadas, quais sejam, as Memórias do Bom Jesus e Memórias de Tropeiros. Fica evidente que há uma grande lista de bens inventariados na cidade, mas que, provavelmente, estes jamais serão tombados. Em face disso, é importante que haja maior clareza nas leis de proteção acerca desses bens, visto que a cada ano que passa, muitos deles estão desaparecendo – demolidos, abandonados e, no caso do imaterial, esquecidos ou deixados de ser praticados.

A autora desta dissertação, por exemplo, só teve conhecimento acerca desses bens após ter acesso à referida lista. Muitos desses bens e dessas manifestações culturais eram desconhecidos por ela e ainda o são por tantos outros piranguenses. Acreditamos que isso ilustra bem como a questão patrimonial é pouco conhecida pela população, já que é pouco divulgada e estimulada. Isso reflete no abandono desses bens e na visão ultrapassada de que patrimônio significa retrocesso e de que patrimonializar um bem signifique algo ruim. A visão que muitos piranguenses possuem é a de que o patrimônio é o vilão contra o progresso e que ele significa perder os direitos sobre a sua propriedade privada. Todas essas problematizações serão abordadas no próximo capítulo com o auxílio dos dados recolhidos por meio das respostas dos moradores sobre a temática.

3 PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE OS PIRAGUENSES, A CIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL

O intuito deste capítulo é analisar como se dá a relação da população piranguense com o patrimônio cultural de Piranga e se há uma participação direta dos moradores nos processos de patrimonialização, ou seja, se a escolha de qual bem patrimonializar ou não partiu de uma demanda popular ou se a população ficou apenas às margens desses processos. No capítulo anterior foi possível analisar as justificativas que foram apresentadas nesses processos e, com isso, pudemos notar que a população raramente apareceu como um agente atuante em prol do patrimônio. Quando citada, ela aparece apenas como uma parte integrante deste patrimônio, mas não possuindo uma participação muito ativa em prol da proteção dos bens.

Com o objetivo de entender melhor como ocorre essa participação popular ou a ausência dela, foram realizadas algumas entrevistas com pessoas que participam diretamente ou indiretamente dos processos de patrimonialização. Nessa linha, as pessoas escolhidas para serem entrevistadas foram nomes que aparecem nos Dossiês de tombamento e autoridades da política local.

Trabalhar com a história oral envolve discussões acerca da confiabilidade dessas fontes, mas também é sabido que a oralidade traz um novo olhar, uma nova perspectiva acerca da discussão. Por meio da história oral, tornou-se possível resgatarmos a história do tempo presente com agentes que vivenciaram e vivenciam os eventos, e que são capazes de narrar suas experiências. Assim, por meio das entrevistas, pretendemos trazer um novo olhar para a discussão, além daquele já retratado apenas pela documentação, pela história dita oficial. Nesse ínterim, devido à circunstâncias, foi necessário adaptar a metodologia inicialmente proposta para este trabalho e, ao invés de realizar as entrevistas presenciais, como normalmente são feitas, empregamos a aplicação de um questionário online.

Para o nosso intento, nos propomos também a ouvir opiniões sobre a temática, a visão de pessoas que fazem parte dos grupos sociais que, de alguma forma, estão relacionados com o patrimônio de Piranga, seja por morarem na cidade ou por terem outras ligações com os bens patrimoniais. Cabe ressaltar que esta pesquisa foi realizada durante o período da pandemia do Covid-19, o que dificultou e limitou muito a realização das entrevistas, não sendo possível entrevistar todos os envolvidos devido aos vários períodos em que a cidade de Piranga se encontrou em *lockdown* por meio de decretos municipais. Por este motivo, foi

preciso repensar a estratégias e procurar novas metodologias para recolher as informações necessárias para embasar as indagações do estudo.

Uma das estratégias utilizadas para tentar contornar os empecilhos gerados pela pandemia foi utilizar a ferramenta do *Google Forms*, por meio da qual foram realizados dois questionários com algumas perguntas acerca do tema. Esses questionários foram divulgados em redes sociais como *Facebook*, *WhatsApp* e *Instagram*, com o intuito de alcançar o maior número de pessoas possível, para que não ficasse restrito apenas ao círculo pessoal de contatos da autora. Nesse intento, os questionários ainda foram divulgados em um grupo do *Facebook* destinado aos moradores de Piranga, o qual é público e possui um alcance muito maior da população piranguense. Apesar dessa divulgação, por mais que as redes sociais tenham um amplo alcance, elas não contemplam a todos, visto que grande parte da população piranguense é da Zona Rural e nem todas as regiões rurais de Piranga possuem acesso à internet. Considerando estes aspectos, os questionários acabam sendo restritos apenas para aqueles que possuem acesso aos meios de comunicação.

Entendemos que a utilização do *Google Forms* pode tanto atrair novos agentes quanto excluir outros. Como mencionado, apenas aqueles que possuem acesso à internet e às redes sociais puderam ter acesso a esse questionário e participar, caso quisessem. Contudo, percebemos que, ao mesmo tempo em que essa ferramenta excluiu determinado grupo social, ela também possibilitou a participação de novos grupos. Se a metodologia empregada tivesse sido as entrevistas presenciais, provavelmente teríamos selecionado quem participaria pelo critério de valor social agregado, mas, como se tratou dos questionários virtuais e de participação voluntária, ficou a critério do público escolher participar ou não, sem ter sido diretamente convidado ou convencido a participar. Desse modo, as pessoas que se propuseram a participar foram aquelas que viram a divulgação do questionário e que quiseram responder de forma voluntária.

Como mencionado, os questionários foram divulgados por meio das redes sociais, através de postagem e de compartilhamentos, e assim as pessoas que integravam essas redes puderam ter conhecimento desses questionários. Eles ficaram disponíveis nessas redes de divulgação e foram compartilhados por terceiros, que quiseram, de alguma forma, contribuir na divulgação. As pessoas que participaram fizeram isso porque se interessaram em dar a sua opinião e pactuar com a pesquisa. Para que elas não ficassem restritas apenas às redes sociais da pesquisadora, os questionários também foram divulgados em uma página do *Facebook* pública, destinada aos moradores e interessados na cidade de Piranga. Após uma semana com

os questionários publicados nas redes, eles foram retirados e encerrados e, a partir desse momento, é que partimos para a análise dos dados.

Em consequência dos agenciamentos por meio das redes, o público participante acabou se configurando mais diversificado, variando desde jovens de 18 anos a adultos de mais de 60 anos, de todas as idades, gêneros e classes sociais. Mesmo havendo a problemática em relação ao acesso a internet, levando em consideração que Piranga é uma cidade de 17.358 habitantes e que 11.931 deles habitam na zona rural da cidade (regiões essas que na maioria dos casos não possuem acesso à internet), ainda assim conseguimos ter uma participação da população rural equivalente a aproximadamente, 25% dos respondentes. Nesse sentido, por mais que seja uma ferramenta excludente em certos pontos, o *Google Forms* também nos possibilita atingir um público variável e não previsível.

O primeiro questionário foi realizado com o intuito de conhecer um pouco mais sobre as pessoas que participaram e sobre o seu conhecimento acerca do patrimônio piranguense. Já o segundo questionário foi realizado para completar informações que não foram possíveis de obter apenas com o primeiro, ou seja, os dois questionários se completam tornando possível ter acesso a mais dados que virão a embasar esses questionamentos. Desse modo, o intuito aqui neste capítulo será analisar esses dados e, por meio deles, poder ter uma compreensão maior de como se dá a relação entre a população e o seu patrimônio cultural.

3.1 Questionário I - “Patrimônio cultural de Piranga”: uma análise dos resultados

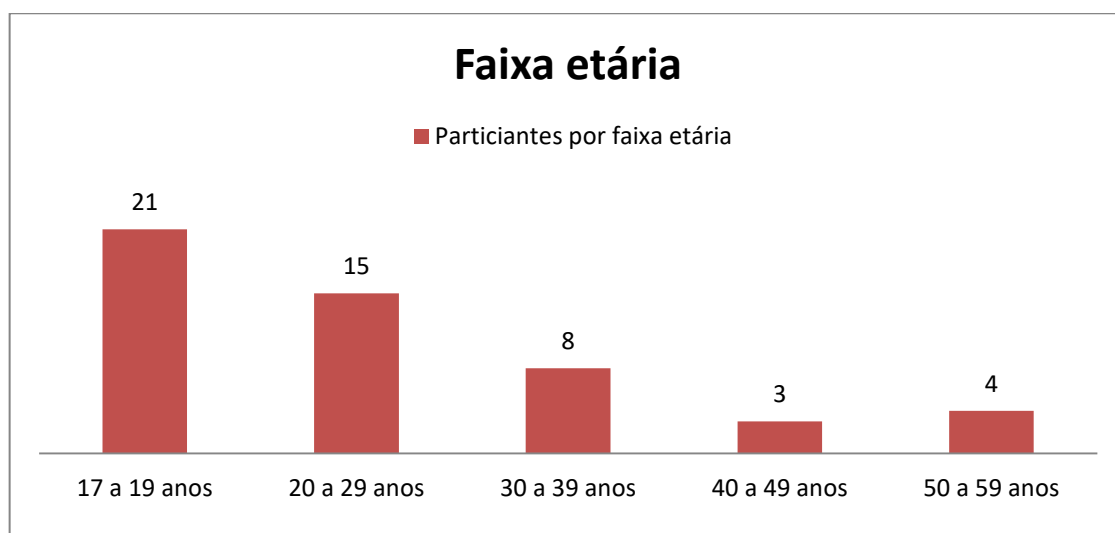
O primeiro questionário foi divulgado no dia 25 de maio de 2021 nas redes sociais e ficou em aberto durante alguns dias, tendo sua última resposta registrada no dia 29 de junho. Ao total, foram 52 participantes. Todos os colaboradores participaram de forma voluntária e anônima, sem exposição, para que tivessem liberdade de opinar e relatar. O questionário continha 16 perguntas, que variavam entre questões de múltipla escolha e questões abertas de curta resposta. As questões foram elaboradas com o intuito de analisar como se dá a relação da população com o patrimônio e se os cidadãos possuem conhecimento acerca dessas questões patrimoniais e principalmente sobre o patrimônio piranguense.

Em um primeiro momento, foi questionado aos participantes qual a idade deles⁴⁹, para que fosse possível traçar uma faixa etária e até mesmo analisar se há um padrão entre as respostas de acordo com a sua idade. Devido à formação docente da autora desta dissertação,

⁴⁹ Todas essas informações estão no Anexo I, com todos os dados completos.

por possuir muitos alunos em suas redes sociais, é possível notar que houve uma participação maior de pessoas com menos de 20 de idade. Sobre essa faixa de idade, cumpre dizer que este é o grupo mais atuante nas redes sociais e talvez resida neste fator a maior participação. O segundo maior grupo foi o que se encaixa na faixa de 20 a 29 anos, por se tratar de uma faixa etária mais próxima à da autora e dos seus grupos de amizade – lembrando que os questionários foram compartilhados nas redes sociais da autora e na página do *Facebook* da cidade, além de compartilhado nas redes de terceiros. Quanto maior às faixas etárias que menos se manifestaram, estas foram a das pessoas acima de 30 anos, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Faixa etária dos participantes do Questionário I



*Um participante não registrou a sua idade
 Fonte: Elaborado pela autora.

A segunda pergunta foi feita para que pudesse analisar o grau de formação de cada participante, no intuito de estabelecer um maior conhecimento acerca dos participantes e para analisar se há relação entre a formação e a compreensão acerca do patrimônio e de sua importância ou não. Dos 52 entrevistados, 25 estão cursando o ensino médio ou o concluíram apenas e outros 24 participantes possuem graduação completa ou estão cursando, variando entre cursos da área de educação, saúde e outros. Um participante cursou apenas o ensino fundamental e um participante que cursou o mestrado. Por fim, um participante não respondeu a pergunta. Por meio desses dados, podemos perceber que, de certa forma, todos os participantes tiveram ou têm acesso à educação, mesmo que em diferentes níveis e áreas.

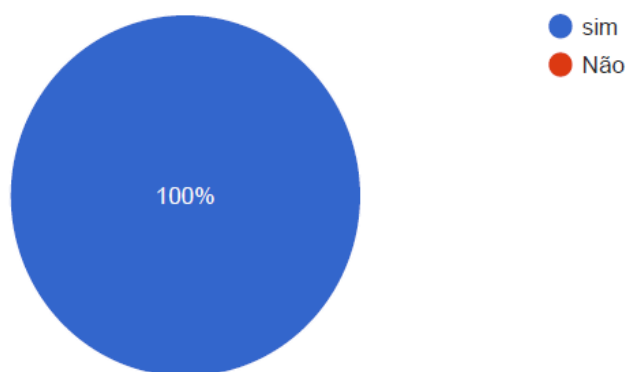
Depois de realizadas essas perguntas, com o intuito de conhecer o perfil dos participantes, partimos para as questões voltadas para o tema em discussão, que é o

patrimônio cultural. Foi perguntado aos colaboradores se eles sabem o que é patrimônio cultural, e, dos 52 envolvidos, 100% responderam que sim, como podemos ver no gráfico⁵⁰, adiante:

Gráfico 2 - Percentual de quantos sabem o que é patrimônio

Você sabe o que é patrimônio cultural?

52 respostas



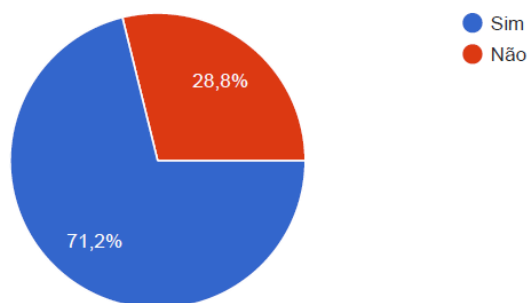
Fonte: Elaborado pela autora.

Logo em seguida, os participantes tiveram que responder se sabiam o que é tombamento. Dos 52 participantes, 15 responderam que não, o que equivale a 28,8%, como ilustra o gráfico⁵¹ a seguir:

Gráfico 3 - Percentual de quantos sabem o que é tombamento

Sabe o que é um bem Tombado?

52 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Seguindo essa mesma linha, foi perguntado aos entrevistados se eles sabiam a diferença entre patrimônio material e imaterial, visto que Piranga possui tanto bens materiais

⁵⁰ Gráfico gerado pelo Google Forms

⁵¹ Gráfico gerado pelo Google Forms, informações completas disponíveis no Anexo I

quanto imateriais. Com isso, o intuito deste questionário é analisar se a população conhece o patrimônio piranguense, ou seja, o seu próprio patrimônio. Mas, apesar de Piranga possuir muitos bens imateriais inventariados como patrimônio cultural da cidade, mais de 20% dos entrevistados disseram não saber qual a diferença entre material e imaterial, como demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 4 - Percentual de quantos sabem a diferença entre patrimônio material e imaterial



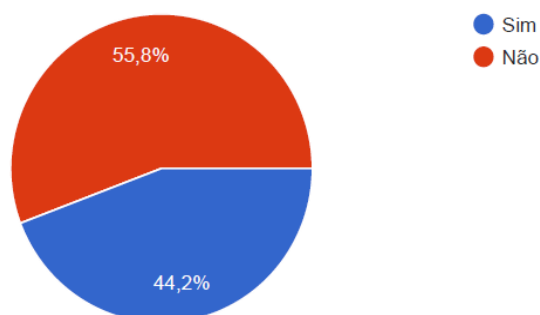
Fonte: Elaborado pela autora.

Como foi abordado nos capítulos anteriores, Piranga possui bens que são protegidos pela lei municipal, mas também possui o Santuário, que é tombado pelo IPHAN e as igrejas tombadas, pelo IEPHA/MG. Levando em consideração essa realidade, foi decidido perguntar aos entrevistados se eles conhecem essa realidade piranguense e se sabem da existência desses institutos e de sua atuação no município. Primeiramente, foi perguntado a eles se sabem o que é IPHAN e IEPHA/MG. As respostas foram às seguintes:

Gráfico 5 - Percentual acerca dos que conhecem o IPHAN

Sabe o que é o IPHAN?

52 respostas

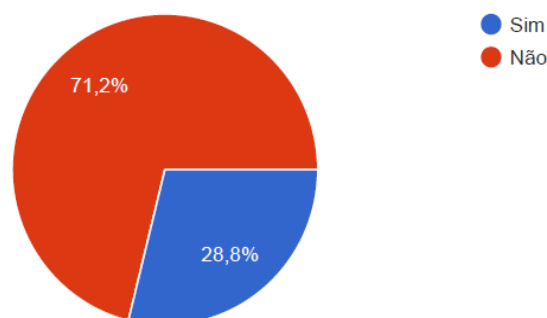


Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 6 - Percentual acerca dos que conhecem o IEPHA/MG

Sabe o que é o IEPHA MG?

52 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Como se pode notar com os resultados, grande parte dos entrevistados sequer sabe da existência destes institutos, e menos ainda sabem que eles existem, qual a sua função e atuação no município. O Santuário do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos foi tombado desde 1999 pelo IPHAN. O Jubileu acontece anualmente neste Santuário e há uma placa localizada em frente à igreja sinalizando que ele é protegido pelo instituto. No entanto, mesmo sendo um local tão visitado e contendo estas informações, os moradores responderam não saber o que é o IPHAN. Podemos interpretar que isso demonstra tanto a falta de interesse quanto a falta de ações de divulgação e de conscientização acerca do patrimônio e da história local. O Santuário já passou por algumas reformas com colaboração dos institutos nacional e estadual e, mesmo assim, os entrevistados responderam que não sabem o que é o IPHAN.

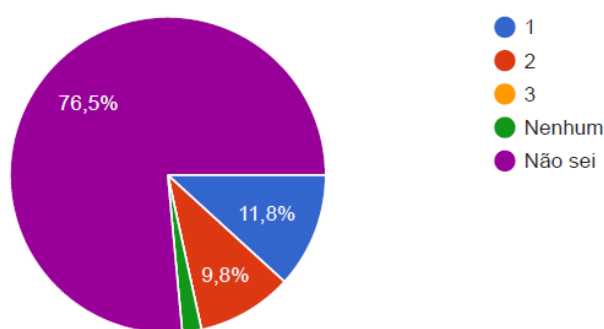
Na mesma localidade onde está situado o Santuário também estão localizados mais dois bens que são protegidos pela esfera estadual, além de uma igreja localizada em uma das ruas e praças mais frequentadas da cidade. Mesmo assim, a maior parte dos colaboradores respondeu que não sabe o que é o IEPHA/MG - parte esta que foi ainda maior do que a dos que não conhecem o IPHAN. Estes são dados de certa forma preocupantes, visto que o mundo se encontra em uma era de facilidade do acesso a informações, mas, para que as pessoas tenham interesses nessas questões, é preciso que haja mais divulgação sobre as riquezas culturais locais, além de que é necessário trabalhar essas questões nas escolas locais, divulgando não só a história da cidade, como também valorizando a memória local e reforçando o sentimento de identidade e de pertencimento dos jovens estudantes, que no futuro poderão se tornar adultos conscientes e que cuidam do seu patrimônio.

Seguindo essa linha de questionamentos aos colaboradores, foi indagado se eles sabem quantos bens do município são protegidos pelo IPHAN e pelo IEPHA/MG, levando em consideração as respostas que foram dadas às perguntas anteriores. Essas respostas não foram de se surpreender: apenas reforçam que há pouco conhecimento acerca do patrimônio local pelos moradores.

Gráfico 7 - Percentual de bens tombados pelo IPHAN

Quantos bens são tombados pelo IPHAN em Piranga?

51 respostas

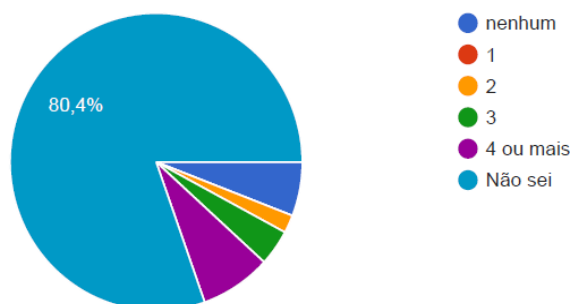


Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 8 - Percentual de bens tombados pelo IEPHA/MG

Quantos bens são tombados pelo IEPHA em Piranga?

51 respostas



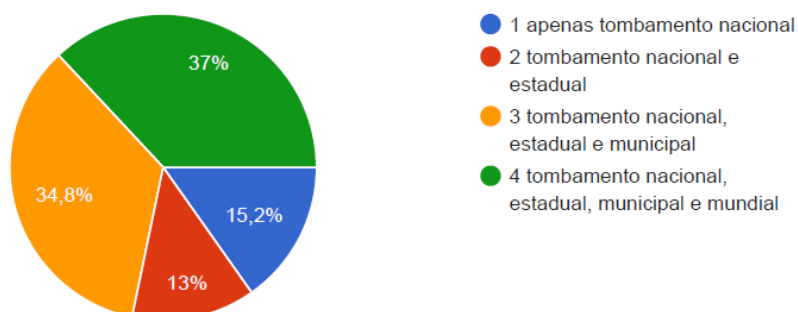
Fonte: Elaborado pela autora.

No Gráfico 7, como podemos observar, apenas seis pessoas responderam corretamente à pergunta. Já no segundo Gráfico 8, apenas duas pessoas. Esses dados deixam evidente que essa parcela da população pouco conhece sobre o que é feito com o patrimônio local e sobre a atuação desses institutos no município. Para dar mais embasamento a essa análise, foi perguntado sobre os tombamentos e sobre os institutos responsáveis. Deste modo, os participantes foram indagados a responder se conhecem quais são as instâncias de tombamento e as respostas foram as seguintes:

Gráfico 9 - Percentual do conhecimento acerca das instâncias de tombamento

Quantas instancias de tombamentos existem?

46 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Essa pergunta certamente provocaria mais dúvidas nas pessoas, visto que ela é um pouco ampla e exige um pouco mais de conhecimento sobre o tema. É possível perceber,

também, que seis dos entrevistados preferiram não responder, talvez para evitar responder sem ter certeza das respostas que dariam.

Em seguida, os participantes foram questionados se eles consideravam importante preservar o patrimônio da cidade. Com exceção de uma pessoa que não respondeu, todas as demais responderam que sim, mas houve algumas respostas⁵² interessantes de serem analisadas aqui, pois um dos entrevistados respondeu: “Desde que não seja prejudicial à economia da cidade, como o calçamento ruim e esburacado, mas obras como o prédio da prefeitura sim, considero importante preservar”. Essa resposta é interessante, pois demonstra a ideia que muitos possuem de que o patrimônio representa o retrocesso, atrapalhando o desenvolvimento da cidade. Outro entrevistado respondeu que: “Sim, muito importante para o próprio desenvolvimento da cidade e a preservação da Cultura da cidade”. Outro ainda escreveu que: “Sim. Todo patrimônio cultural, material ou imaterial, é reflexo da cultura de cada sociedade de sua época. Portanto, é de suma importância sua preservação”. É interessante perceber que uma única pergunta pode ter tantas respostas e cada uma expressando uma opinião de pessoas que vivem em uma mesma cidade.

Outra questão que foi respondida pelos colaboradores foi se eles consideram que a população se preocupa com o patrimônio cultural da cidade e se atua para protegê-lo. Dos 52 participantes, 50 deles responderam esta questão. Segundo os dados registrados, apenas quatro pessoas responderam que sim; 37 responderam não; e o restante respondeu de forma mais explicativa, não reduzindo as respostas, apenas ao sim ou não. Um entrevistado respondeu “Não sei. Aparentemente, parecem não importar-se”. Outro afirmou que: “Sim, apesar de grande parte da população não ter noção desse conceito, devido à cultura, principalmente religiosa, fazem questão de manterem viva na memória piranguense”.

Um colaborador respondeu “Não, porque não tem conhecimento sobre ele” – resposta esta que dialoga muito bem com os questionamentos que são pontuados aqui. Um dos participantes respondeu que: “A população piranguense ainda não valoriza seu patrimônio, mas isso está mudando”. Isso demonstra que, de certa forma, algo vem sendo feito e que ainda há esperanças. Outro morador, que tem um posicionamento diferente, afirmou: “A população nem conhece a história da cidade”, o que indica que muito menos se importariam com o patrimônio.

É interessante como ocasionalmente a questão da história da cidade é citada por alguns. Um dos entrevistados afirmou que é importante: “Sim, pois faz parte da história

⁵² Todas as respostas estão disponíveis no anexo I

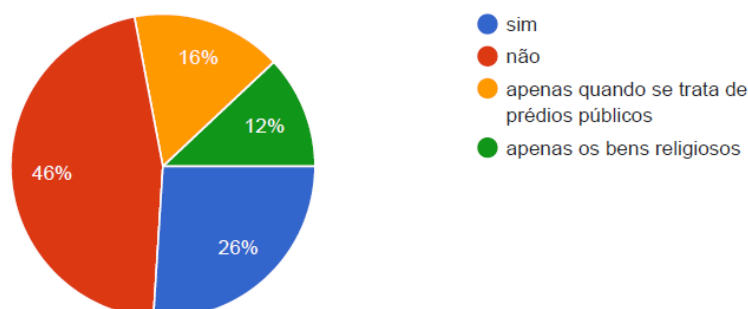
piranguense”. Aprofundando um pouco mais essa lógica, um colaborador declarou que é “Sim muito importante para o próprio desenvolvimento da cidade e a preservação da cultura da cidade”. Essas respostas demonstram que, por mais que seja difícil e trabalhoso, muitos ainda se preocupam com sua herança cultural, sua história e seu patrimônio.

Os participantes também foram indagados sobre a atuação da prefeitura, ou seja, se os entrevistados consideram que a prefeitura atua devidamente em prol da proteção do patrimônio cultural de Piranga. Dos 52 entrevistados, 50 responderam à pergunta. Destes, 23 responderam que não, 13 responderam que sim, oito responderam que apenas quando se trata de bens públicos e seis responderam que essa proteção só é devida quando se trata de bens religiosos. Essas informações foram ilustradas como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 10 - Percentual sobre a atuação da prefeitura

Considera que a prefeitura atua devidamente no processo de proteção desses bens?

50 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Sabe-se que a preservação e a valorização do patrimônio não devem partir apenas dos órgãos públicos responsáveis, mas também da própria população, visto que, sem ela, e se não for para ela, não há sentido. O patrimônio deve expressar pertença e sentimento de identidade. Por este motivo, foi perguntado aos moradores se eles se identificam com o patrimônio cultural piranguense e se sentem que são pertencentes a esses espaços. Dos entrevistados, dois não responderam a esta pergunta, cinco deles responderam que “não muito”, outros seis responderam apenas que “não”, e os restantes dos entrevistados responderam que “sim”. Alguns dos entrevistados justificaram as suas respostas, o que ajuda a compreender um pouco sobre a percepção de que alguns desses moradores possuem acerca da identificação e do pertencimento em relação a esse patrimônio.

Um dos entrevistados escreveu que: “Sim, principalmente depois que comecei a graduação”. Não por acaso, esse colaborador registrou que está cursando graduação em História, o que ajuda na construção desse posicionamento. Outro participante demonstrou o seu descontentamento e o sentimento de perda em relação ao descaso que o patrimônio vem sofrendo há anos. Assim se posiciona: “Sim. Cresci visualizando inúmeros bairros, paisagens, que hoje infelizmente não são as mesmas. Um tiro no peito foi a remoção do Escadão⁵³”. Outra resposta registrada permite voltar aos questionamentos que pontuamos nesta dissertação acerca da preferência pela proteção do patrimônio ligado ao religioso. Segundo um dos entrevistados: “Me identifico com algumas culturas religiosas e que fazem sentido em minha vida, tornando-me pertencente a uma determinada cultura”, ou seja, o patrimônio pode ter diversos significados de acordo com o sentimento que cada um possui em relação a ele.

Parecido com a resposta que cita o evento ocorrido com a demolição do Escadão, um dos entrevistados respondeu que: “Sim. Mas esse patrimônio já quase nem existe”, assim demonstrando o descontentamento e a impressão que as pessoas possuem em relação ao patrimônio. É fato que muito da arquitetura já foi perdido, mas ainda há muito o que se preservar tanto no aspecto material quanto no imaterial. Uma resposta que chama a atenção é: “Não, não há projetos para visitas destes locais, não há projetos. Por exemplo, passo pela igreja da boa morte todos os dias, mas nunca entrei dentro dela. Em Ouro Preto as igrejas mais que centenárias são abertas para visita, em Piranga não”. Essa resposta alerta acerca dos vários problemas enfrentados no campo patrimonial em Piranga, bem como sobre a ausência de propostas para aproximar a população desses espaços, de criar meios para fortalecer o vínculo entre o patrimônio e a comunidade, trazendo para perto, integrando os espaços e as pessoas.

Para finalizar o questionário, foi feita a seguinte pergunta: “Em relação ao patrimônio cultural de Piranga, o que acha que deveria ser feito pelos órgãos responsáveis? E pela população?”. Essa mesma pergunta foi respondida pelos 52 participantes e teve as mais variadas respostas, o que proporcionou um rico material para análise e ajudou a compreender um pouco melhor sobre o que essa parte da população pensa e tem a dizer. Alguns preferiram não responder a pergunta (sete participantes), o que consideramos que se deveu à exigência de um pouco mais de tempo e elaboração para respondê-la. Nessas respostas é possível notar

⁵³ O Escadão foi demolido na administração passada para a construção de uma rua e a implementação de um semáforo, esse evento causou grande discussão entre a população, alguns moradores defendiam a demolição, já outros eram contra devido a memórias que possuíam acerca desse espaço.

algumas palavras que se repetem com certa frequência, pois, do total de entrevistados, 15 deles disseram que é preciso cuidar mais do patrimônio e outros 15 apontaram sobre a importância de preservar, proteger ou conservar. Nesse contexto, consideramos que essas palavras foram empregadas com o mesmo significado. Ainda em resposta, dois disseram ser importante conhecer mais e outros dois responderam que é necessário haver um maior reconhecimento.

Sete dos 52 entrevistados também abordaram sobre a necessidade de haver uma maior valorização do patrimônio piranguense. Outros quatro deles mencionaram sobre a importância de conscientizar a população; quatro sobre a necessidade de serem feitas reformas nos bens patrimoniais que se encontram abandonados ou em péssimo estado de conservação; três ainda citaram sobre o turismo e como a preservação do patrimônio e o incentivo poderiam atrair turistas para a cidade, gerando assim nova fonte de renda para a população local, visto que Piranga só atrai turistas nos períodos do Jubileu, durante o carnaval e durante a festa de aniversário da cidade. Sobre a questão do turismo, um dos entrevistados afirma que:

Acredito que os patrimônios culturais da cidade deveriam, além de preservados e cuidados, ser tratados como ponto turístico para que a história de luta e surgimento da cidade seja valorizada e, sobretudo, não seja esquecida pelas futuras gerações. Além disso, a prefeitura poderia criar parcerias com as escolas para que a introdução das novas gerações na cultura piranguense possa ocorrer como forma de excursões (Entrevistado, 25/05/2021).

É notório o apelo da população por maiores investimentos neste setor e de que esse assunto seja mais trabalhado com todos, por meio de divulgação e eventos no intuito de conscientizar a população. Segundo um dos entrevistados, os órgãos responsáveis deveriam ter:

[...] um maior cuidado e preservação, principalmente, dos patrimônios materiais, bem como investir em eventos em prol de aumentar o conhecimento da população sobre o tema. Em relação à população um maior interesse sobre assunto, visto que, muitas pessoas não possuem conhecimento dos patrimônios históricos existentes em Piranga. (Entrevistado, 25/05/2021).

Outros alertam para a situação de abandono e descaso com os bens materiais, visto que, ao longo dos anos, muitos casarões foram destruídos ou estão deteriorando devido ao abandono, como ressalta um dos colaboradores:

Os órgãos competentes deveriam atuar mais efetivamente na preservação dos bens tombados, sobretudo em relação àqueles que precisam de reparos e reformas mais emergenciais, evitando assim uma fiscalização protocolar e/ou burocrática, quando terceiros começam a interferir na conservação desses mesmos bens. Além disso, realizar campanhas ou momentos culturais, artísticos e históricos sobre os bens tombados para que a população tenha mais conhecimento sobre seu valor em nosso município. Quanto à população, está deveria criar uma consciência maior sobre o patrimônio cultural piranguense, participar das instâncias próprias, como conselhos, e claro, ajudar a preservar os bens, e não deteriorá-los. (Entrevistado, 25/05/2021).

É interessante realizar a análise de alguns pontos que são abordados na resposta acima. Ela mostra claramente um desconforto em relação às burocracias que envolvem os bens patrimoniais, evidenciando que a cidade vem enfrentando, atualmente, alguns problemas acerca desta questão, visto que muitos dos casarões são apenas inventariados e não tombados. Essa situação gera dúvidas quando se trata de demolir ou modificar esses edifícios, visto que as leis acerca de bens apenas inventariados ainda são muito superficiais e que não há amparos legais claros que embasem o que pode ou não ser feito. Esse problema acaba gerando alguns conflitos, como obras que são embargadas e os processos vão para o Ministério Público, para que seja decidido o que pode ou não ser feito. Esses processos demoram meses ou até anos para serem concluídos. Além dessa questão, um dos entrevistados salienta sobre o imaterial, pois, segundo ele, deveria:

Haver uma maior valorização dos bens tanto materiais quanto imateriais... noto que alguns prédios históricos precisam ser contemplados com um projeto de reestruturação e restauração como o casarão do Cônego Felício que possui pinturas murais de apurada técnica. Já as tradicionais e culturais festas do município merecem receber um carinho e um incentivo maior, como a Festa de Reis da comunidade do Rosário, no centro da cidade, que enfrenta diversos obstáculos em sua programação (Entrevistado, 25/05/2021).

O casarão citado acima já foi abordado nos capítulos anteriores. Segundo a secretária de cultura do município, ele já possui um projeto pronto para que se iniciem as reformas. Atualmente, o imóvel pertence à prefeitura, pois foi doado a ela e encontra-se em péssimo estado de conservação, visto que nunca passou por uma reforma adequada. Já as festas citadas encontram-se listadas como patrimônio imaterial inventariado, mas esse *status* não é de conhecimento pela maior parte da população; são festas que acontecem anualmente, há mais de um século no município.

Outro assunto que também surge em uma das respostas é sobre as Comunidades Quilombolas, que são pouco trabalhadas na cidade. Segundo esse entrevistado:

Os órgãos responsáveis deveriam valorizar mais a nossa cultura, investindo em reformas a esses devidos patrimônios culturais e a preservação da história, compartilhando a mesma com todos os cidadãos, não só da cidade. A população ficaria responsável por respeitar e acima de tudo, ajudar a preservar. Preservar também as comunidades quilombolas e antes de julgar, conhecer toda a trajetória e história da mesma (Entrevistado, 25/05/2021).

Algo em comum entre todas as respostas é que todos acreditam que os órgãos responsáveis precisam fazer mais do que fazem em prol do patrimônio cultural piranguense. Alguns até acreditam e reconhecem que algo é feito, mas todos concordam que é preciso fazer mais. O interessante é que quase sempre é mencionado o que as autoridades devem fazer e não o que os moradores, enquanto cidadãos e piranguenses, precisam ou podem fazer. A resposta de um dos entrevistados ilustra bem esta questão:

A atual gestão vem se preocupando bem mais com nosso patrimônio. Prova disso é a reforma iniciada da igreja da Bora Morte. Ainda precisamos de acesso, quando se trata do Santuário do Bom Jesus, parcerias e projetos junto à secretaria de cultura. A população precisa se conscientizar mais da riqueza que temos em nosso município, com o tempo, vamos perdendo muita coisa! É preciso preservar. Nosso patrimônio é vasto! E não somente o religioso, o mencionei porque o conheço melhor (Entrevistado, 25/05/2021).

É cabível ressaltar que todas as respostas recebidas nesse primeiro questionário são válidas, não havendo certo ou errado, melhor ou pior. Essa participação de parte da população serviu para mostrar o quanto algumas pessoas têm para dizer quando elas são chamadas para o diálogo e quando há espaços abertos para que elas tenham voz eles dizem. As demais respostas, além das que foram citadas de forma direta, estão disponíveis no Anexo I. Depois de realizado este questionário e analisado todos os dados, novos questionamentos foram surgindo, e por este motivo houve a elaboração de uma segunda rodada de indagações, que veio para complementar a primeira já realizada, como veremos na próxima parte deste capítulo.

3.2 Questionário II - “Patrimônio Cultural e Identidade: o patrimônio piranguense” - uma análise dos resultados

Como abordado anteriormente, após realizar o primeiro questionário e dar continuidade à pesquisa, algumas indagações ainda continuaram sem resposta, pois era necessário que mais pessoas que quisessem participar dessem a sua opinião sobre questões que foram surgindo ao longo do estudo. Deste modo, um novo questionário foi elaborado e compartilhado da mesma maneira que o anterior, sendo apresentado ao público da seguinte forma: “Este formulário contém perguntas acerca do patrimônio cultural de Piranga-MG e foi criado com o intuito de recolher dados a serem usados como fonte na pesquisa de mestrado do programa patrimônio cultural, paisagens e cidadania da Universidade Federal de Viçosa. As informações aqui contidas serão mantidas no anonimato”. O intuito de colocar essa introdução no questionário era que as pessoas soubessem sobre o que estavam participando e qual era a finalidade.

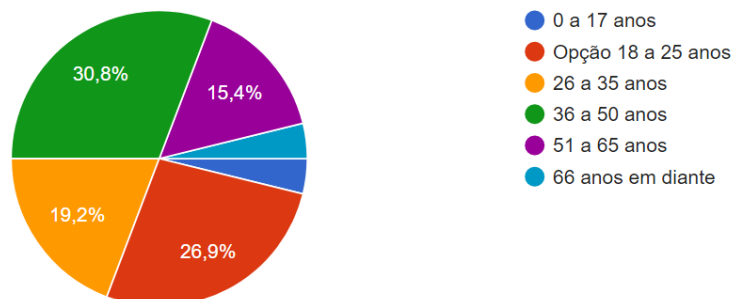
Assim como o Questionário I, este também foi realizado por meio da ferramenta *Google Forms* e sua divulgação teve início no dia 2 de julho, nas redes sociais *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*. Para ter um alcance além do círculo social da autora, o questionário também foi divulgado em uma página do *Facebook* que é pública e de acesso aos piranguenses. O intuito era que o mais variado público pudesse participar, mas como muitos dos moradores residem na zona rural e o acesso à internet não é para todos, acaba que a maioria dos participantes se constituiu de pessoas residentes na zona urbana da cidade ou de localidades onde há o acesso a internet. O questionário ficou em aberto até o dia 8 de julho e teve um total de 52 participantes, igual ao Questionário I.

Inicialmente, foram realizadas algumas perguntas para conhecer o perfil dos participantes, todas de múltipla escolha para traçar uma espécie de um padrão. Os resultados dessas questões foram ilustrados com gráficos para que fosse possível uma maior visualização dos dados. Primeiramente, foi perguntado a eles qual a faixa etária para dar início na montagem do perfil dos envolvidos, e, diferentemente do primeiro questionário, a faixa etária com maior participação foi a de adultos, entre os 36 a 50 anos, ao passo que a segunda maior de jovens entre os 18 e 25 anos.

Gráfico 11 - Faixa etária de participantes do Questionário II

Qual sua idade?

52 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

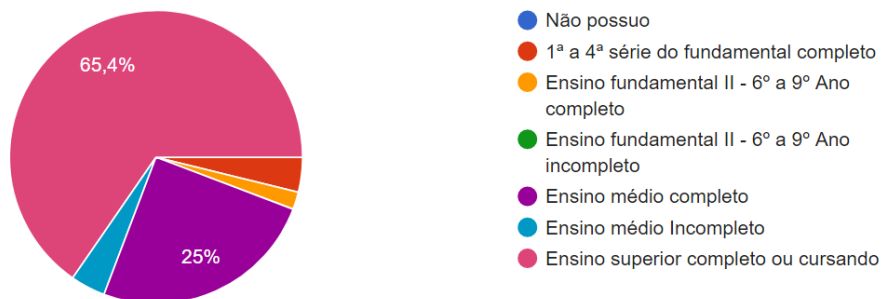
Através do Gráfico 11 podemos notar que houve a participação de pessoas de todas as faixas etárias, o que ajuda a ter um grupo mais diversificado. De 0 a 17 anos houve um total de dois participantes; de 18 a 25 anos, um total de 14; de 26 a 35 anos, um total de 10; de 36 a 50 anos, um total de 16; de 51 a 65 anos, um total de 8; e acima de 66 anos houve 2 participantes. Acredita-se que a pouca frequência de menores de dezessete anos esteja relacionada com a falta de interesse em participar deste tipo de interação porque ela demanda algum tempo. Já a baixa de idosos se dá pelo fato deles serem menos atuantes nas redes e por grande parte ser moradora da zona rural ou analfabeta, o que infelizmente é bem comum quando se trata de idosos piranguenses.

Para que fosse possível continuar traçando o perfil dos participantes, eles responderam qual o seu grau de escolaridade, conforme o gráfico adiante:

Gráfico 12 - Percentual por grau de escolaridade

Qual seu grau de escolaridade?

52 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

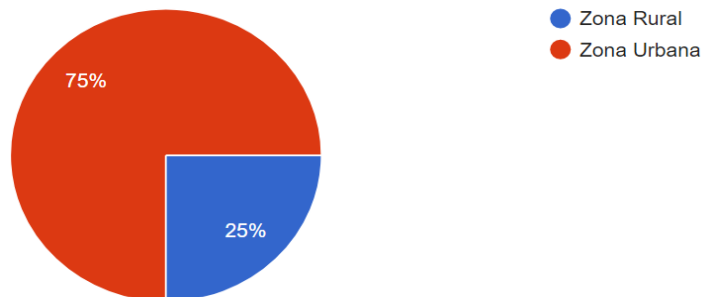
É interessante analisar que a maior parcela dos participantes é composta daqueles que cursam ou já concluíram o Ensino Superior. Subtende-se que, por terem um grau de escolaridade maior, eles possuem mais acesso à informação e, conseqüentemente, já tiveram mais oportunidade de se informar sobre cultura, patrimônio e história. Ou seja, possuem um senso crítico para perceber de forma crítica as mudanças à sua volta e para formar uma opinião sobre elas. Isso implica também pensar que, mesmo parte da população possuindo um grau de escolaridade maior, ainda assim o descaso com o patrimônio é grande e muito ainda há para ser feito.

Evidentemente, independente do grau de escolaridade desses participantes piranguenses, todos possuem suas próprias percepções sobre a cidade em que vivem e sobre as transformações pelas quais ela passa. O que fica claro é que toda voz importa e que o intuito desta pesquisa foi ouvir a todos aqueles que quisessem falar sobre o patrimônio cultural piranguense. As percepções de cada indivíduo são de extrema importância para entendermos o que acontece com o patrimônio de Piranga. Como ressaltado anteriormente, parte do patrimônio de Piranga está localizada fora da área urbana da cidade, em alguns distritos do município, e por esse motivo os participantes foram indagados sobre onde residem, se zona urbana ou rural e em qual localidade específica, conforme os gráficos a seguir:

Gráfico 13 - Percentual de moradores da Zona Rural e Urbana

Você é morador da Zona Urbana ou Rural de Piranga?

52 respostas

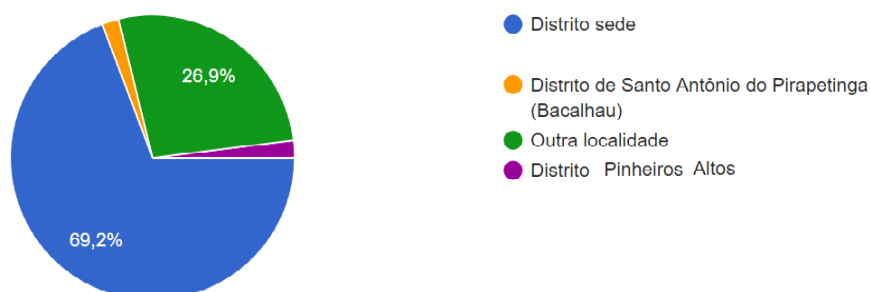


Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 14 - Percentual de moradores por localidade

Você é morador de qual localidade?

52 respostas



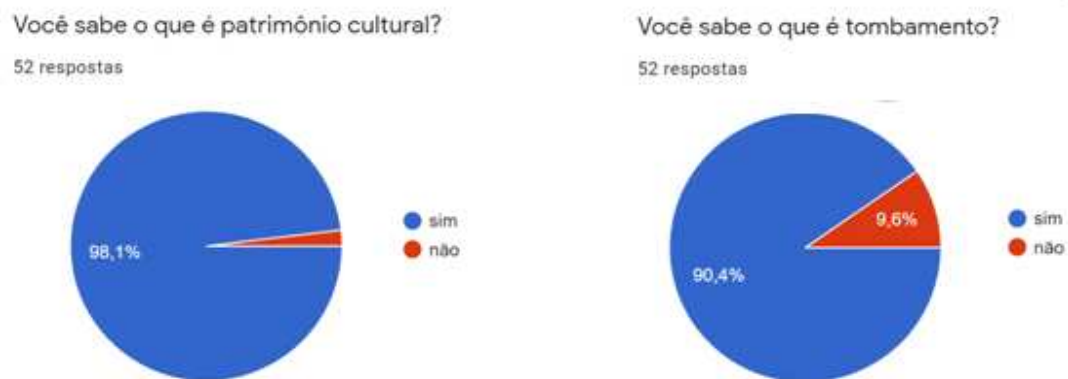
Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio do Gráfico 13, podemos perceber que 75% dos participantes residem na zona urbana de Piranga. Este número está relacionado com o fato de que são poucas as localidades rurais da cidade que possuem acesso à internet, e, em face disto, é compreensível que haja um menor número de moradores da zona rural que pudessem participar do questionário, visto que ele foi realizado de forma *online*.

Já no Gráfico 14, podemos observar a localidade onde residem os respondentes. Do distrito de Bacalhau e de Pinheiros Altos houve apenas um participante de cada localidade, apesar destas possuírem internet. Julgamos importante colocar a opção ‘outra localidade’ visto que muitos que não moram na zona urbana residem em outras localidades rurais da cidade que não são consideradas parte nem Bacalhau, nem de Pinheiros Altos, visto que Piranga é uma cidade grande em extensão territorial e possui diversas comunidades.

Como no primeiro questionário, perguntamos às pessoas neste segundo se elas sabiam o que é patrimônio cultural e tombamento, e obtivemos uma significativa variação nas respostas. No primeiro questionário todos disseram saber o que é patrimônio cultural, mas, no segundo, uma pessoa respondeu não saber. Enquanto no anterior 15 responderam que não sabiam o que é tombamento, no Questionário II apenas cinco responderam não saber. Com isso, percebemos que novas pessoas que não haviam participado do primeiro questionário participaram agora do segundo. Para ilustrar esses dados, novos gráficos foram elaborados, como consta a seguir:

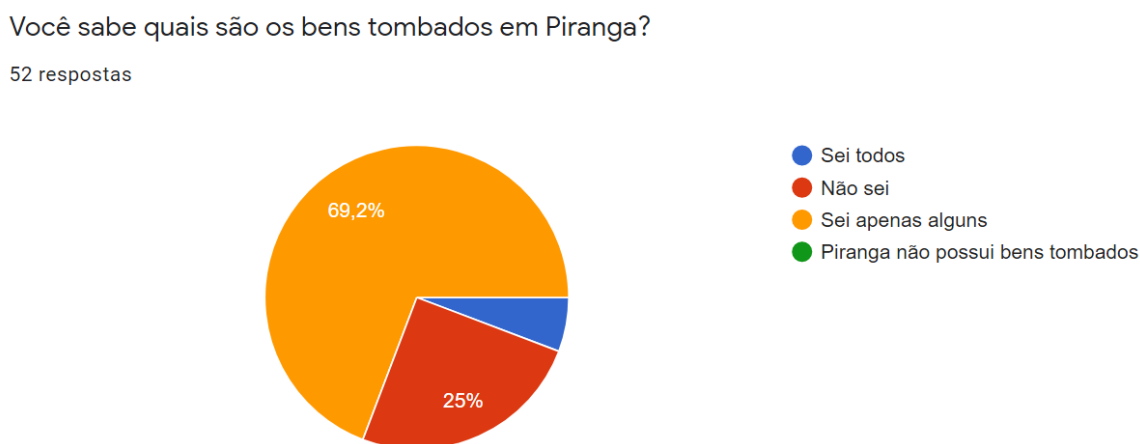
Gráfico 15 - Percentual dos que sabem o que é patrimônio cultural e tombamento



Fonte: Elaborado pela autora.

Novamente, foi questionado aos entrevistados se eles sabiam quais eram os bens tombados de Piranga, mas não foi exigido a eles que fossem citados os nomes de cada bem. O intuito era apenas registrar se eles conhecem ou não esses bens patrimoniais. Diferentemente do Questionário I, que havia a pergunta sobre quantos bens são, neste segundo, apenas havia a pergunta se eles sabiam quais são. Dos 52 entrevistados, 36 responderam que sabem quais são alguns, e outros 13 responderam que não sabem. Com isso, temos que um número significativo de moradores não conhece o patrimônio cultural de Piranga, e de todos os entrevistados, apenas três disseram saber quais são todos os bens patrimoniais piranguenses, como consta no Gráfico 16:

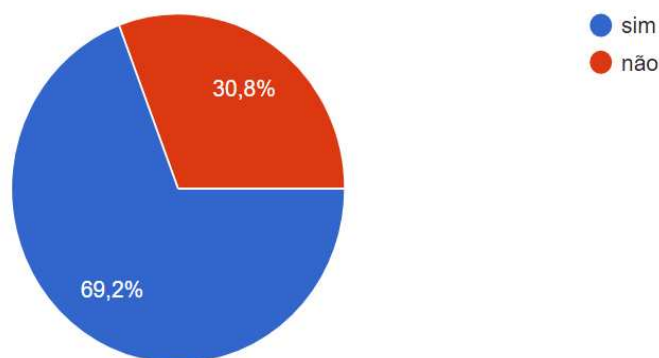
Gráfico 16 - Percentual de conhecimento acerca dos bens tombados



Fonte: Elaborado pela autora.

Esses achados confirmam a hipótese de que essa parcela da população que participou do questionário não conhece o seu patrimônio talvez por haver pouco incentivo e divulgação nesse campo sobre a cultura e o patrimônio local. É necessário que seja mais falado, mais divulgado e mais discutido entre a população e até mesmo ensinado e dialogado nas escolas. Como foi exposto ao longo desta pesquisa, muito se é falado sobre o patrimônio religioso por se tratar de uma cidade de tradição católica e que ainda hoje possui uma manifestação religiosa católica muito presente e atuante. Por este motivo, foi perguntado aos entrevistados se eles eram católicos, no intuito de tentar embasar essa hipótese, ao que 36 dos entrevistados se declararam católicos.

Gráfico 17 - Percentual de católicos



Fonte: Elaborado pela autora.

Como o intuito não é saber a religião de cada participante, não foi perguntado a eles sobre denominações, mas apenas se eram católicos ou não para embasar as indagações que esta pesquisa propõe. Com as respostas, confirmamos que a maior parte se declara católica e que isso reflete no patrimônio, visto que o aspecto religioso representa grande parte dos bens protegidos, sendo estes os que mais recebem cuidados dos órgãos responsáveis e são os mais aclamados e lembrados pela população, visto que eles expressam significados para a parte da população que se identifica com eles.

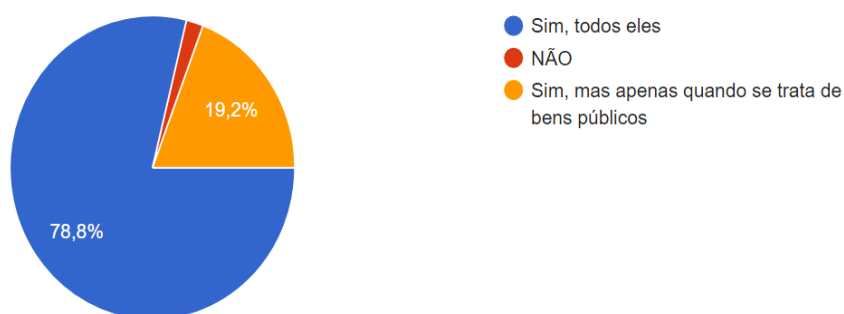
Partindo para perguntas mais direcionadas para contemplar os objetivos com esta pesquisa, fizemos perguntas direcionadas ao patrimônio e à relação que essas pessoas possuem para com ele. Em conversas com os líderes políticos e com pessoas que atuam no campo do patrimônio cultural de Piranga, foi possível percebermos que muitos veem o patrimônio como vilão, como algo que tira o seu direito sobre sua propriedade. Por esse motivo foi questionado aos colaboradores se eles julgavam importante preservar o patrimônio

cultural. Dos 52 participantes, apenas um respondeu que não e outros dez responderam que sim, mas apenas quando se trata de bens públicos. O restante disse ser a favor, como ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 18 - Percentual sobre importância da preservação

De acordo com sua opinião, é importante preservar o patrimônio cultural?

52 respostas

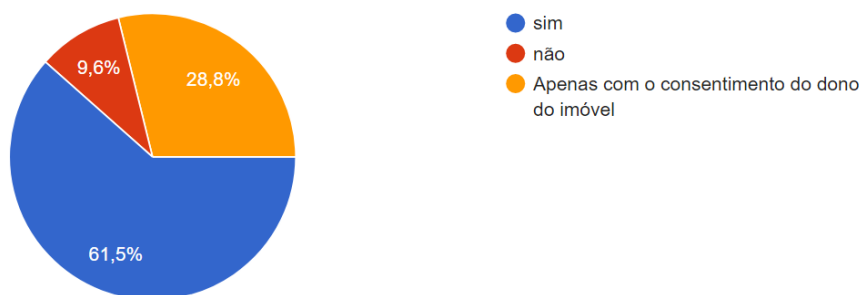


Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 19 - Percentual a favor do tombamento

Você concorda com o tombamento (Preservação) de bens patrimoniais privados? (Ex: O Casarão Coronel Amantino)

52 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda nessa discussão sobre o público e o privado, eles foram indagados sobre concordarem ou não com o tombamento de bens particulares, visto que essa questão era sempre recorrente nas conversas realizadas com os moradores e com os líderes responsáveis. Dos entrevistados, 5 responderam que não são a favor do tombamento de bens patrimoniais privados e outros 15 concordam, desde que haja o consentimento do dono do imóvel. O restante se disse a favor independentemente da situação. Esses números são interessantes,

visto que uma parcela significativa não é a favor quando não há o consentimento do dono do imóvel e mediante o fato de sabermos que, se depender deles, muitos não aceitariam que os seus imóveis passassem pelo processo de tombamento, visto que isso implicaria em condições caso quisessem realizar modificações nessas propriedades.

Além da questão do público e do privado, surge também a questão da atuação da prefeitura e de como ela deixa a desejar na sua atuação em prol do patrimônio cultural. Com base na realidade da cidade, sabe-se que os municípios recebem muitas demandas de todos os setores e que, como a distribuição de renda para a cidade não é grande, outras questões são vistas como prioridades e demandam mais atenção. Sendo assim, questões relacionadas à cultura e ao patrimônio são deixadas em segundo plano. Mas a falta ou a baixa de recursos não pode ser utilizada como justificativa para não agir; é preciso procurar meios de envolver a população e de agir em prol da cultura, história e do patrimônio piranguense. Pensando nessa atuação da prefeitura, foi questionado aos moradores sobre quais são as percepções deles.

Gráfico 20 - Percentual favorável a atuação da Prefeitura

Acredita que a prefeitura age adequadamente em relação a preservação do patrimônio cultural de Piranga?

52 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

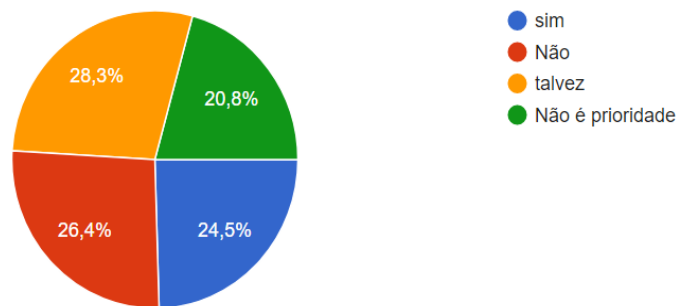
Como podemos analisar no Gráfico acima, 21 dos entrevistados responderam que a prefeitura não age adequadamente; 21 responderam que parcialmente; 6 disseram que sim, mas apenas quando se trata das igrejas católicas da cidade; 3 responderam que sim, mas apenas quando se trata de bens públicos; e apenas um respondeu que sim, independente de serem bens públicos ou privados. Os dados demonstram que parte das pessoas entrevistadas não está satisfeita com a atuação da prefeitura. Nesse âmbito, salienta-se que esta pesquisa não está se referindo a um mandato em específico, mas à atuação da administração pública, em geral, ao longo do período que contempla o recorte temporal desta revista.

Ainda no intuito de analisar as percepções das pessoas em relação ao patrimônio, foi questionado aos envolvidos se eles acreditam que a população acha importante preservar o patrimônio cultural e a história local. O intuito com esta pergunta era analisar como os piranguenses veem o posicionamento dos demais moradores. Os números ficaram bem divididos e, de certa forma, não deixam de ser preocupantes, mas refletem as percepções que a autora teve ao elaborar a hipótese que direcionou este estudo.

Gráfico 21 - Percentual que acredita que a população se importa com a preservação

Acredita que a população acha importante preservar seu patrimônio cultural e sua história?

53 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

De todos os entrevistados participantes, 13 deles acreditam que a população se importa, mas a resposta que foi mais escolhida foi a “talvez”, uma vez que 15 dos entrevistados a marcaram como opção. Um número significativo foi o de pessoas que marcaram a opção de que a população não se importa: 14 ao todo. Os outros 11 restantes responderam que não é uma prioridade para a população. Essa alternativa foi colocada no questionário, visto que essa justificativa apareceu em vários momentos durante conversas com moradores e com as autoridades. Fica evidente que, mesmo se tratando da sua história e cultura, muitos acreditam que a grande parcela da população não dá a devida importância ao patrimônio cultural piranguense.

Com base nesses números e com o intuito de “ouvir” mais o que essas pessoas têm a dizer, foram elaboradas algumas questões abertas para que os entrevistados pudessem expor a sua opinião, sem se limitarem a alternativas já pré-definidas. Como essa parcela da população critica a atuação dos órgãos públicos, julgamos pertinente perguntar a ela quais medidas acredita que os órgãos públicos devem tomar em prol do patrimônio cultural de Piranga. As

respostas, por mais que variadas que sejam, acabam por ter semelhanças entre si e alguns pontos se destacam devido às várias vezes em que foram mencionados pelos entrevistados.

Das respostas registradas, as palavras que mais foram abordadas pelos entrevistados foram: preservar, conservar, conscientizar, dentre outras. O interessante é que foram abordados alguns pontos importantes, como questões referentes à educação e às discussões acerca da propriedade privada. Mas não cabe analisarmos apenas de forma superficial e ignorarmos respostas que também tem muito a contribuir. Segundo alguns moradores, é preciso preservar, conservar e reformar, visto que muitos casarões de Piranga se encontram em péssimo estado de conservação. Conforme um dos entrevistados, é necessário “manutenções periódicas, dar uma função aos prédios (quando for público)”. Essa resposta é pertinente devido ao fato de que a prefeitura possui bens protegidos que estão abandonados, mas o entrevistado ressalta que tem essa opinião acerca dos bens públicos.

Como de praxe, a questão do público e do privado sempre aparece nas discussões sobre até onde vai esse limite e a que ponto agentes externos podem interferir na propriedade privada. A esse respeito, um dos entrevistados respondeu que: “Acredito que quem deva escolher preservar seja a sociedade. Se o Estado simplesmente obriga as pessoas a conservarem o patrimônio, ele simplesmente se desvaloriza e ninguém quer comprar”. A afirmação desse colaborador expressa a opinião que muitos possuem acerca do patrimônio e da interferência que eles ficam receptíveis após receberem o título de patrimônio. Há ainda muitos pensamentos enraizados no senso comum, em especial o consenso de que um imóvel que recebe o título de patrimônio acaba se desvalorizando, pois pode ser um empecilho caso o proprietário queira vender o imóvel e esse não possa receber modificações sem aprovação das autoridades responsáveis, limitando o proprietário a fatores externos.

Seguindo um pouco esta linha, outro entrevistado alertou para a questão da manutenção desses bens privados, visto que ter um imóvel desses implica em ser um imóvel já edificado há muitos anos, o qual conta com a atuação dos agentes climáticos e temporais. Isso implica em reformas para a manutenção, as quais não são acessíveis a todos e que não podem ser feitas sem a aprovação dos órgãos responsáveis. Devido a essas questões, um dos entrevistados respondeu que: “Eles tinham que fazer as reformas com dinheiro e pedreiro da prefeitura”; ao passo que outros disseram que deveria haver: “Incentivo fiscal para preservar”. Houve quem afirmasse que é preciso “Investir o que recebe nos patrimônios tombados”, se referindo às verbas que as prefeituras recebem destinadas ao setor de cultura e patrimônio. De acordo com outro entrevistado, deveria haver “Direcionamento de verbas e incentivo aos bens culturais, além de impulsionar a conscientização da valorização do mesmo”.

Como já mencionado, muitos não possuem os recursos financeiros que são necessários para manter esses imóveis em perfeitas condições e, em outros casos, os proprietários não concordam que o seu imóvel seja taxado como patrimônio. Por esse motivo, um dos colaboradores sugeriu que os órgãos responsáveis deveriam: “Adquirir e preservar bens privados caso não haja consentimento do proprietário”, assim tentando evitar que esses bens fossem demolidos ou modificados pelo proprietário. Outra alternativa sugerida por um dos entrevistados foi a de: “Isenção de IPTU para pessoas que morem em residências que se enquadrem no tombamento”. Contudo, no caso específico de Piranga, não há residências que foram tombadas, e por isso essa alternativa só seria viável se fosse empregada ao caso de residências inventariadas. Além disso, outros entrevistados apontaram: “Investimento no patrimônio cultural de Piranga”; “Dar uma certa assistência ao proprietário do imóvel” e “Subsídios e verbas para a prestação desses bens, e para a construção de museus”.

Como se pode perceber com base nessas respostas, a questão financeira relacionada a investimento e manutenção dos bens patrimoniais foi muito abordada por esse montante da população, demonstrando que é uma necessidade que não é percebida apenas por alguns, mas por muitos. Podemos pensar também sobre a questão do patrimônio privado e sobre como ele implica em vários outros problemas, visto que o patrimônio é taxado por muitos como uma interferência na propriedade privada. Além dessas questões, a última resposta citada até aqui ressaltou sobre o interesse por um museu, o que reforça as questões de proteção patrimonial ora abordadas.

Mas não basta apenas criar um espaço onde serão depositados objetos “velhos”; é necessário que haja um estudo e que profissionais sejam designados para exercer essa função e elaborar melhores estratégias para atender às demandas da população. Como salienta o historiador Nestor Garcia Canclini,

Os bens reunidos por cada sociedade na história não pertencem realmente a todos, ainda que formalmente pareçam ser de todos e estar disponíveis ao uso de todos. As investigações sociológicas e antropológicas sobre as maneiras como se transmite o saber de cada sociedade através das escolas e museus, demonstram que diversos grupos se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural. Não basta que as escolas e os museus estejam abertos a todos, que sejam gratuitos e promovam em [todos os setores] sua ação difusora; à medida que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições (CANCLINI, 1994, p. 96).

Ou seja, não basta apenas que seja criado um museu em Piranga, ou em qualquer outro lugar; é necessário que sejam analisadas as demandas da comunidade local e que sejam

desenvolvidas políticas e projetos de incentivo, de divulgação e de acolhimento da comunidade. É preciso que ela seja integrada como a peça-chave para que esse museu não seja apenas um local de depósito de objetos, mas, sim, um local que reforça a identidade, na qual os moradores consigam se identificar com esse espaço. Sem que haja uma capacidade da comunidade de se apropriar desses espaços, um museu em Piranga se tornaria um local insignificante à população. Não basta apenas ter: é necessário integrar, dar significado, sentido a ele.

Como já mencionado, muitos disseram sobre a importância de ser mais divulgado o patrimônio local, além de desenvolver campanhas e projetos para que as pessoas tenham mais conhecimento acerca da história, cultura e patrimônio local e, por meio disso, proporcionar a conscientização das pessoas. Seguindo esse viés, dois dos entrevistados citaram a importância de se trabalhar essas questões nas escolas e um dos colaboradores respondeu, acerca do patrimônio, que é necessário “Torná-lo mais conhecido; apresentá-lo nas escolas, desde o ensino básico inicial; buscar e organizar recursos para mantê-los”. Nessa mesma abordagem, outro entrevistado salientou sobre a importância da “Conscientização da população, em primeiro lugar, sem isso não teremos preservação de nada. Outro ponto importante é buscar recursos fora para essa causa. Incentivo nas escolas”.

Quando se discute sobre assuntos que envolvem setores políticos e administrativos, há uma grande tendência de deixar a população fora das decisões. Em face disso, foi questionado o que os piranguenses podem fazer em prol do patrimônio cultural da cidade, ao que obtivemos: dois dos entrevistados responderam que “nada”, um disse não saber e outro não respondeu. Os demais colaboraram com respostas mais elaboradas, sendo que a maioria disse sobre a importância de se conscientizar e conscientizar a população e que isso seria possível por meio do buscar conhecer mais sobre o patrimônio e a história local.

Um número expressivo de resposta se pautou na necessidade de preservar, utilizando-se de palavras como preservar, conservar e valorizar o patrimônio piranguense. Muitos apontaram para a necessidade de cuidar do pouco que ainda resta: “Preservar o pouco que temos, como as igrejas, cineteatro, coreto, porque os casarões, em sua maioria, já foram demolidos”. Esse relato ilustra bem a perda de parte do patrimônio da cidade, assim demonstrando que a população não está indiferente ao que acontece à sua volta. Completando este raciocínio, um dos entrevistados ressaltou que os moradores devem “Preservar mais, buscar conhecimento, contribuir e participar das iniciativas e eventos existentes”. É necessário que seja informado à população quais são essas iniciativas e eventos, como eles podem participar e serem incentivados a fazer parte.

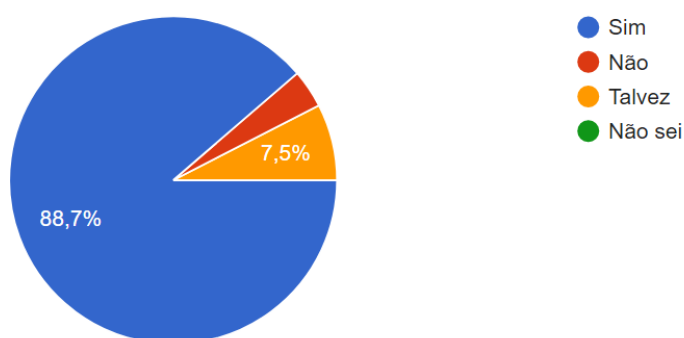
Como podemos observar, a palavra conscientização aparece no contexto repetidas vezes, mas, em verdade, a consciência é algo que é construído por meio de estudo, conhecimento e informação. Ela não é implantada na mente de ninguém: é trabalhada e por meio do conhecimento é que as pessoas vão se conscientizando.

Pensando nessa questão, foi perguntado aos entrevistados se eles concordam que deveria ser trabalhado nas escolas assuntos relacionados ao patrimônio cultural, a história e a cultura local. Houve um total de 53 respostas, das quais 47 disseram que sim, sinalizando ser importante haver essa discussão nas escolas. Três dos participantes responderam que não veem relevância e outros três que deveria – desde que fosse por meio de um projeto curto e rápido, como acontece em raras vezes. Foi perguntado também se eles julgam a educação para o patrimônio como algo importante e obtivemos o seguinte percentual de resposta:

Gráfico 22 - Percentual acerca da educação para o patrimônio

Acredita que educação para o patrimônio é importante?

53 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Os respondentes do questionário foram indagados também se já estudaram ou estudam em alguma escola de Piranga, ao que 45 deles disseram que sim e os outros 8, não. O intuito de fazer esse tipo de perguntas é conhecer o perfil dos entrevistados e a relação que eles possuem com as escolas da cidade e assim saber se nessas escolas eles estudaram sobre o patrimônio local. Uma das perguntas realizadas foi se eles já estudaram sobre patrimônio cultural em alguma escola da cidade, e as respostas estão representadas no gráfico abaixo.

Gráfico 23 - Percentual que já estudou sobre patrimônio na escola

Você já estudou sobre patrimônio cultural em alguma escola da cidade?

53 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Os números, embora melhores do que esperávamos, não deixam de ser preocupantes: 23 deles responderam que não, ou seja, ao longo de toda a trajetória escolar nunca estudaram sobre o assunto. Outros 12 responderam que estudaram, mas de forma superficial. Isso pode decorrer do fato de que os professores precisam seguir a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e não possuem uma carga horária compatível para contemplar todo esse conteúdo e ainda acrescentá-lo à grade curricular.

Alguns dos entrevistados na faixa dos 17 a 19 anos foram alunos da autora desta dissertação, junto dos quais foi desenvolvido um projeto de educação para o patrimônio. Esse ocorrido pode ter ligação com o fato de que 10 dos entrevistados responderam que sim, que já estudaram sobre patrimônio cultural. Três dos entrevistados não estudaram em escolas da cidade, outros quatro responderam que apenas ouviram falar sobre o tema em sala de aula, mas sem um maior aprofundamento, e um respondeu que não sabia responder à pergunta. Esses números demonstram que, por mais que não seja perfeitamente estudado o tema nas escolas, ele não fica completamente de fora, mas surge em alguns momentos mesmo que de forma superficial. O número de pessoas que respondeu não foi alto e, por isso, não deixa de ser um fator preocupante. Talvez por isso tantos tenham mencionado sobre a importância de haver uma maior conscientização e conhecimento sobre o patrimônio e a história local.

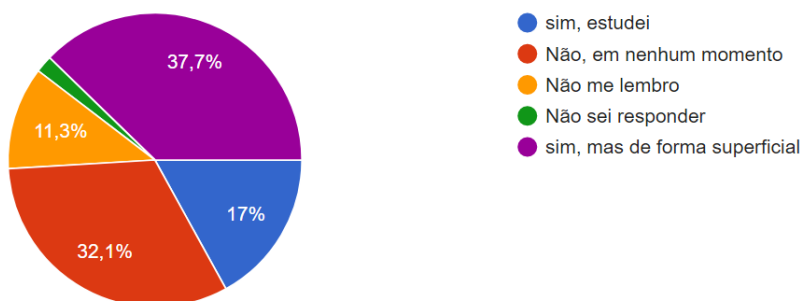
Nessa abordagem foi perguntado sobre o patrimônio cultural no geral, embora não tenhamos especificado sobre o piranguense. A proposta era analisar se, pelo menos de forma geral, esse tema já lhes foi falado e estudado no ambiente escolar. No intuito de aprofundar na questão regional, foi perguntado aos participantes se já tiveram a oportunidade de aprender sobre o patrimônio de Piranga e sobre a história local. Conforme os dados do Gráfico 24, a

maior parte (20 pessoas) respondeu que sim, mas de forma superficial, visto que no aniversário da cidade alguns eventos são realizados nas escolas para falar sobre a origem da cidade. Um número considerável de pessoas afirmou que nunca estudou sobre esse assunto (17 participantes); apenas 9 responderam que estudaram; outros 6 disseram não se lembrar; e 1 que não sabia responder.

Gráfico 24 - Percentual relacionado à escola e ao ensino sobre o patrimônio

Na escola você teve a oportunidade de aprender sobre o patrimônio de Piranga e sobre a história da cidade e do nosso povo?

53 respostas



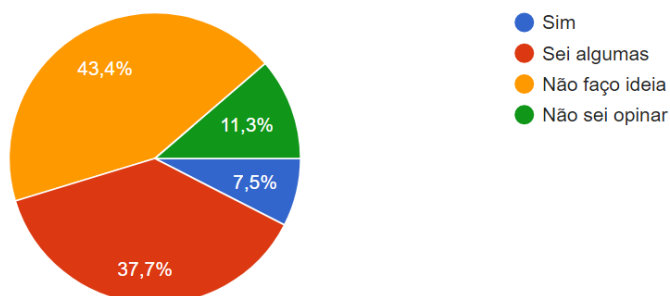
Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda voltados para a questão sobre o conhecimento que essas pessoas possuem sobre o patrimônio e os assuntos que estão relacionados a eles, lhes foi indagado se sabem quais são as ações realizadas pelos órgãos responsáveis em prol do patrimônio cultural de Piranga. Do total de respondentes, 23 pessoas responderam que não fazem ideia de quais ações são realizadas e outras 20 disseram saber de algumas; 6 não souberam opinar e apenas 4 disseram saber. O gráfico abaixo explica os dados que foram coletados

Gráfico 25 - Percentual sobre conhecimento acerca da atuação dos institutos

Você sabe quais são as ações realizadas pelos órgãos responsáveis (prefeitura, IPHAN, IEPHA/MG, entre outros) em prol do patrimônio cultural de Piranga?

53 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

No intuito de conhecer um pouco mais sobre o que os entrevistados sabem sobre o patrimônio piranguense, foi questionado a eles sobre quando ouvem falar sobre patrimônio cultural piranguense e qual é a primeira coisa que lhes vem a mente. O intuito era analisar o que há em Piranga que eles relacionam como patrimônio cultural e quais bens são mais conhecidos por todos. Esta pergunta foi feita de forma aberta, sem haver alternativas para marcar, para que assim eles não fossem influenciados nas respostas. De todos os participantes, 18 deles citaram as igrejas católicas; um deles citou as igrejas e ressaltou que “são muito antigas”; outro citou a antiga igreja matriz, afirmando o seguinte: “Lógico que a igreja matriz, que foi derrubada”. Essa menção, como já abordada anteriormente, evidencia que, por mais que a igreja tenha sido demolida em 1966, ela ainda vive no imaginário popular.

Além das igrejas, 15 dos participantes citaram Bacalhau devido ao Jubileu e ao Santuário do Bom Jesus de Matozinhos. Um deles afirmou: “Jubileu do Bom Jesus de Bacalhau (arquitetura, romeiros, peregrinação, parte sacra e profana, liturgias e barracas). Acho que hoje é a principal identidade que une piranguenses das diversas localidades”. Essa resposta ilustra bem a importância que Bacalhau possui para os piranguenses e como muitos estão ligados a esse lugar devido à religiosidade. Diferente do que acontece com Bacalhau, Pinheiros Altos foi mencionado apenas por um dos entrevistados, o que mais uma vez pontua que parte da população não sabe que o Núcleo Urbano de Pinheiros é tombado e nem sobre as igrejas que existem na localidade. Além das igrejas e do Santuário, outro bem que foi constantemente citado foi o Coreto da cidade, o qual é considerado por muitos com o símbolo de Piranga. Localizado no centro da praça central ele é tido como um ponto de referência por todos.

Outros exemplares muito citados por todos foram os casarões que ainda sobrevivem na cidade. Eles foram mencionados por 14 participantes, mas nem todos os citaram vendo isso como algo bom, pois um dos entrevistados escreveu: “Casas antigas caindo porque os donos não podem mudar nada no imóvel e ninguém compra porque ninguém quer este pepino”. Outro participante mencionou que patrimônio cultural o faz lembrar “uma casa antiga que deveria manter no mesmo estilo”, reforçando a ideia de patrimônio como algo imutável. Um terceiro disse que o patrimônio lhe sugere: “Algo importante que devo preservar, pois simboliza a identidade histórica da nossa cidade”.

Podemos dizer que algumas denúncias também foram feitas como resposta a essa pergunta. Um colaborador ressaltou “O fato de querer corrigir tardiamente os erros cometidos no passado”, provavelmente se referindo a bens que já foram perdidos. Outro mencionou “a vocação histórica, porém a cidade deixou de lado”. Algumas irregularidades ocorridas também foram elencadas, como: “O casão da rua de mercado perto do semáforo que caiu e tá construindo um prédio no lugar” – prédio este que se encontra embargado devido ao fato de se tratar de uma construção irregular, por ser um bem inventariado⁵⁴. Além disso, um dos entrevistados mencionou “o Escadão que o prefeito destruiu”, se referindo a um acontecimento que ocorreu em 2018 e que gerou discussões a respeito do que é considerado patrimônio ou não, e se é cabível abrir mão dele em prol de algo que foi visto como necessário para a melhoria do trânsito da cidade, visto que sua demolição deu lugar à abertura de uma nova rua. Além desses bens, outros foram mencionados, como o cineteatro, a antiga prefeitura, o salão paroquial, os festejos tradicionais e até mesmo as comunidades quilombolas.

Por fim, foi questionado aos entrevistados se havia mais alguma informação, ideias, opiniões e etc. que eles quisessem compartilhar sobre o tema.. Houve um bom contingente de respostas e algumas muito interessantes. Nelas, mais uma vez ficou muito claro que muitos possuem a impressão de patrimônio como algo ruim, que tira o direito do proprietário sobre o imóvel. Esta questão sempre aparece quando a pauta de uma discussão é o patrimônio material privado, pois ter o seu imóvel reconhecido como patrimônio é visto pela maioria como perder os seus direitos sobre ele e, ainda como estatuto que impede a cidade de se modernizar. Para muitos, o patrimônio edificado só faz sentido em cidades com um grande

⁵⁴ Já na reta final desta pesquisa, o caso relatado já fora solucionado na justiça. O Ministério Público deu causa ganha aos proprietários do imóvel e as obras de construção do prédio foram retomadas, mas, até o momento, 2 de setembro de 2022, essa obra ainda não foi concluída.

contingente de bens, como é o caso de Ouro Preto, Mariana e Tiradentes. Para ilustrar como essa ideia permanece no senso comum, trazemos aqui a resposta de um dos entrevistados:

Sim, a casa que e tombada a prefeitura é que tem que manter a construção sempre bem cuidada.... Aqui em Piranga eles pegam um casarão antigo e eles não deixam as pessoas mudar o formato da casa, a casa pode cair o telhado, as paredes e se o dono não tiver dinheiro para consertar eles da prefeitura também não arrumam e acabam deixando este imóvel cair, se o dono arrumar vai até para a justiça, aí os moradores deste imóvel tem que ficar com a casa toda destruída e não podem arrumar, é mais ou menos isso que acontece aqui (Entrevistado, 02/07/2021).

De outra perspectiva, segundo outro entrevistado, Piranga precisa de trabalhos que valorizem o patrimônio local e afirma que é preocupante ver tantas pessoas que julgam modernização como algo oposto ao patrimônio. Segundo esse colaborador:

Piranga precisa de trabalho/campanha de imersão na sua história, de valorização do seu Patrimônio material e imaterial, um trabalho institucional e que atinja a população em geral, e, claro, nas escolas também, e não apenas ações individuais. É triste ver pessoas na cidade pensando até hoje que modernização passa por substituição do patrimônio material por “prédios modernos”. É triste ver a população inerte frente a caprichos individuais. É triste ver uma rodovia cortando a cidade, destruindo imóveis e mudando a rotina da população (Entrevistado, 02/07/2021).

Essa citação demonstra que as opiniões divergem muito e que nem todos enxergam a proteção do patrimônio como um vilão frente ao desenvolvimento. O fato de esse assunto recorrer tanto ao longo da pesquisa demonstra que é necessário que novos estudos sejam realizados acerca desse aspecto e que programas como aqueles em prol de conscientização devem ser realizados no município para informar a população e tentar dirimir a ideia de patrimônio como o grande vilão.

Outra questão importante que é abordada na resposta em evidência é sobre abordar esse tema nas escolas. Segundo um entrevistado: “acho importante ser assunto para ser apresentado em aulas, e ser apresentado a cada geração que vem!”. Aqui novamente é possível perceber a importância da escola e a função social que ela exerce no meio social na qual está inserida. É por meio da informação, do conhecimento e do estímulo ao senso crítico que problemas passam a ser visualizados e soluções, elaboradas e executadas.

É importante estudar o patrimônio focando sobre nossa história. Como nós chegamos até aqui. Isso traz um sentimento de pertencimento muito importante. Contudo, patrimônio cultural antes de tudo é de uma pessoa em

particular. E o estado não pode comprar uma cidade inteira. Não dá para preservar tudo na canetada. Expandindo o tema, agora imaterial, temos a romaria a Bacalhau que é algo grande na região, e do meu ponto de vista, ela só será preservada se a população quiser, se ela entender que isso é importante, mas acho difícil preservar a cultura sabendo que é um produto humano e que esta sempre em constante evolução. Me parece estranho esta ideia de preservação forçada (Entrevistado, 02/07/2021).

Outro problema identificado é a noção de patrimônio como algo imposto, que está alheio ao desejo popular. Quando não há a imersão da patrimonialização no meio social, isto é, quando a população não é chamada para fazer parte, ela não se sente representada, nem parte daquilo. Pelo contrário, ela se sente invadida e forçada a algo com o qual ela não se identifica e não se sente pertencente.

Falta um espaço que reforce a importância da cultura de Piranga como seu patrimônio material e imaterial. A exemplo de um Museu Municipal, no qual possa ter um espaço para discussão, encontros, bem como difundir a cultura de Piranga, além de servir de escola cultural (Entrevistado, 02/07/2021).

Mais uma vez, a demanda pelo Museu Municipal surge no questionário, vista como um meio para preservar a história e cultura da cidade, as quais muitos acham já estarem perdidas. Eles afirmam que parte dela já se perdeu ao longo dos anos em que não houve uma busca por preservar e promover a história e o patrimônio piranguense. Algo interessante de se atentar são as várias vezes que Ouro Preto ou Mariana são citados, às vezes como referência, e outras para fazer comparações. Um dos entrevistados afirmou que: “Deveria ser explicado sobre ele (o patrimônio) e levado as crianças e jovem para conhecer porque a escola valoriza mais as histórias de ouro preto do que a da própria cidade”. Isso acontece devido à cidade de Ouro Preto sempre ser retratada nos livros didáticos quando se trata do período da exploração do ouro em Minas Gerais, ao passo que Piranga, mesmo fazendo parte desse acontecimento, acaba ficando às margens da história de Ouro Preto. Caberia, então, aos professores trazer essa história para perto, valorizando a história local, da qual os alunos fazem parte. Outro entrevistado afirma que:

O município é rico em patrimônio, deixou de lado o belo patrimônio que tinha nos distritos e na sede do município, outro ponto importante é que também deixou de ter vinculação (principalmente de estradas boas) com municípios histórico de minas (Ouro Preto e Mariana) que faz confrontação, para ter vinculação principal com conselheiro Lafaiete. Aí o maior erro, perdeu a vocação histórica sendo que era um dos mais importantes do

período colonial. Poderia ser lembrado como cidade histórica de Minas (Entrevistado, 03/07/2021).

Uma cidade não perde sua historicidade devido à perda de suas construções que datam dos primórdios. Embora seja uma nomenclatura popular, é um tanto errôneo afirmar que uma cidade é histórica e que outras, não. História é a ciência que estuda o ser humano e sua ação no tempo e no espaço, e por isso há história em qualquer cidade, independente da sua idade e da existência de monumentos. Sendo assim, Piranga, Mariana, Ouro Preto ou qualquer outra cidade são históricas porque todas possuem a sua própria história, a despeito se uma preserva mais o seu patrimônio do que outra. Por mais que Piranga não possua um centro tão característico do período colonial como outras cidades possuem, isso não significa que ela não seja parte representante da história do estado e do país.

A ideia de perda é sempre muito recorrente nas falas dos moradores, os quais sempre atentam a algum bem que não existe mais ou que está prestes a desaparecer. A construção do patrimônio nacional assentou-se sobre a ideia de perda, por meio da qual os historiadores “criaram” os patrimônios nacionais. Esse processo pode ser visto como contraditório, visto que a perda também ocorre por meio dos discursos de homogeneização. Nessa ótica, José Gonçalves salienta que: “É o distanciamento mesmo desses bens culturais no tempo e no espaço, através da retórica da perda, que os transforma em ‘objetos de desejo’, ‘objetos autênticos’”(GONÇALVES, 1996, p.111).

Sobre essa noção de objeto de desejo, é cabível citarmos alguns comentários, como: “Sobre essa lei municipal criada na cidade, que impede de demolir casas velhas, nada a ver com o patrimônio. A maioria já foi, inclusive a Igreja Matriz, uma aberração!!!”, ou “Não preservamos quando nosso patrimônio era significativo, precisamos evoluir, que então demos ao desenvolvimento sustentável o foco que não demos a preservação do patrimônio cultural”. Os entrevistados acreditam que, como não houve uma preservação mais ferrenha, e a cidade já passou pela perda daquilo que seria “original”, o que resta agora são prédios espalhados pela cidade e, por isso, não é mais necessário e nem faz sentido mantê-los. Nessa instância, a ideia que se propaga é a de “cidades históricas” padrões, como Ouro Preto, e se não é assim, não vale a pena preservar.

Uma alternativa que surge em algumas respostas seria o turismo, ou seja, preservar o que há: “Incentivar o turismo no município e gerar renda poderia ser um caminho pra preservação”. Nesse âmbito, o mercado, por mais que seja visto como um adversário em vários momentos, em outros é visto como um aliado, estando sempre presente nos discursos e

nas políticas de patrimônio. Nas últimas décadas é possível perceber uma intensificação nessas relações referentes ao turismo. A esse respeito, Gonçalves afirma que:

Curiosamente, nos discursos modernistas do patrimônio, o turismo sempre foi classificado como uma fonte de perigo, algo que deveria ser mantido à distância, na medida em que se pretendesse que o patrimônio não perdesse sua “autenticidade”. (...) Na atualidade, esses discursos parecem evidenciar concepções de “autenticidade” em que a ênfase é colocada não mais exclusivamente numa relação orgânica com o passado nacional, mas na própria possibilidade presente (ou “presentista”) de reprodução social de diversos passados (GONÇALVES, 2015, p. 220).

Sendo assim, o turismo passa a ser visto como uma alternativa de manutenção e de atrativo financeiro. Mais uma vez, a solução que parece mais adequada é a de preservar, mas ela só é de fato válida se houver a participação popular, valorizando não a história de algo que lhes pareça distante, mas, sim, de algo que eles se sintam pertencentes, que faz parte da identidade do povo piranguense. Um meio para isso seria a educação, como apontado na seguinte fala: “Eu como jovem, sei muito pouco sobre o patrimônio cultural de Piranga, por isso deveria ser ensinado nas escolas sobre eles, o que são, como devemos preservar, devíamos também fazer visitas para prestigiar nossa querida cidade Piranga”. Também é pontuado que a população deve conhecer o seu patrimônio para saber identificá-lo: “A Prefeitura poderia identificar os existentes com placas adequadas, indicando leis de tombamentos e datas”..

Ressalta-se que o conhecimento e a educação são a chave para a melhoria de vários problemas existentes não só na cidade, mas no estado, no país e no mundo. Por meio do conhecimento é que grandes mudanças podem acontecer. O morador demonstra essa perspectiva acerca da história do município:

Piranga tem muita história. É uma pena que não é explorada. Tenho lembranças boas, de uma cidade tipicamente rural. Nossos casarões, as festas populares, nossas igrejas, as festas religiosas, as conversas em roda de famílias, as fazendas centenárias, nosso artesanato, culinária, tudo isso é muito importante para preservação do patrimônio histórico (Entrevistado, 03/07/2021).

Esse simples recorte retrata o que Piranga significa para uma parcela dos piranguenses. É um lugar de boas memórias e de nostalgia para muitos, e, por isso, preservar seu patrimônio não é apenas engessar o tempo e não deixar que nada mude. Mudanças ou transformações sempre existirão e elas não podem ser vistas como um vilão. Preservar o

patrimônio significa manter de pé as igrejas e os casarões; preservar significa manter a cultura, as tradições, as festas, tudo aquilo que faz sentido a população, tudo aquilo que expressa sua identidade e que lhe faz sentir pertencente. Logo, preservar o patrimônio cultural de Piranga implica em ajudar a manter viva a memória e a identidade piranguense.

3.3 Como as autoridades locais desempenharam suas funções e como analisam a participação popular nos processos de patrimonialização: uma análise das entrevistas

Essa pesquisa se iniciou no ano de 2020, no mesmo ano em que houve a pandemia do Covid-19. Por esse motivo, muito do que havia sido proposto no projeto de pesquisa teve que ser reavaliado e repensado para que fosse possível prosseguir na concretização do estudo. Ao longo dos anos 2020 e 2021, a cidade de Piranga passou por diversos períodos de *lockdown*, pois diversos decretos estipulavam o fechamento de tudo e a proibição de aglomerações e reuniões. Por esse motivo, as entrevistas tiveram de ser repensadas. Como abordado anteriormente, para que houvesse outra alternativa de diálogo com a população, a abordagem utilizada se configurou por dos questionários produzidos via *Google Forms*, de modo que as entrevistas ficaram limitadas apenas para às pessoas que fazem ou fizeram parte da administração pública dos bens patrimoniais da cidade e às autoridades locais que possuem ligação direta com os processos de patrimonialização e com a proteção desses bens.

O primeiro entrevistado foi o atual prefeito de Piranga, o senhor Luís Helvécio Araújo (PMN), que assumiu a administração municipal em janeiro de 2021. O mesmo já havia sido secretário de educação do município em administração passada. O intuito de entrevistar o prefeito se pautou em saber quais são as suas propostas de ação em prol do patrimônio cultural e para saber o seu posicionamento frente aos problemas que a cidade vem enfrentando com a perda gradual do patrimônio cultural material. A entrevista foi realizada na Prefeitura Municipal, em data e horário estipulados pelo prefeito, constituindo-se uma conversa agradável, com bom diálogo, deixando o entrevistado confortável para falar sobre o que pensa a respeito. A entrevista foi gravada com permissão assinada pelo entrevistado, e, após, foi realizada a transcrição do áudio.

O atual prefeito da cidade foi eleito em 2020 e, por este motivo, quando da realização da entrevista, ele tinha assumido o cargo recentemente. Considerando tal aspecto, foi necessário pensar em perguntas que fossem coerentes com a particularidade da situação, mas de modo que se aproveitasse ao máximo a fonte de informações.

Inicialmente, foi indagado ao entrevistado sobre a sua campanha, durante a qual ele visitou diversas regiões da cidade e teve a oportunidade de ouvir a população e as demandas que vinham dela. Pensando nisso, lhe foi perguntado se, dentre essas demandas, surgiram algumas sobre o descaso com o patrimônio cultural de Piranga. Segundo Luís Helvécio Araújo, a demanda surgiu, mas foi algo raro durante todo esse contato com a população. Ele pontuou que, “a cada cem, dois falaram em patrimônio” e completou: “Não foi uma demanda que eu... como é que eu vou te dizer, não, não vi isso como uma demanda piranguense”⁵⁵.

Nessa oportunidade, questionamos a ele se houve algumas regiões onde essa demanda teve maior apelo popular e sua resposta foi que sim, no distrito de Bacalhau, devido ao Santuário, pois há uma maior preocupação da comunidade local em preservar, como relata: “Achei as pessoas lá com mais engajamento, mais visão deste assunto”.

Segundo Luís Helvécio Araújo, Bacalhau é um distrito onde as pessoas se importam mais com esta questão e ele acredita que esse fato se dá devido ao Santuário do Bom Jesus de Matozinhos. Mas o prefeito pontua que não se trata apenas de uma questão relacionada com a religiosidade e que a dificuldade do patrimônio estaria em mantê-lo em pé, visto que: “é uma cidade pobre. Né? A imensa maioria das pessoas são pobres. E você sabe que manter uma construção antiga é dispendioso, muito dispendioso, então eu acho que, não vejo nem que seja uma questão cultural, sabe? Eu vejo mais como uma questão econômica”. Desse modo, o entrevistado afirma que não é apenas uma questão de interesse, mas, sim, de prioridade.

O prefeito também relatou acerca da escolha da secretária de cultura do município, que, segundo ele, por ser jovem e de Bacalhau, ela terá boas ideias e assim irão conseguir caminhar nesse sentido. Reforçou ainda que

[...] a gente tem que falar de cultura, a gente tem que falar de patrimônio que são as corporações musicais, né verdade? E isso aí são instituições totalmente abandonadas, que nem a subvenção que a prefeitura repassa de forma legal ela faz. Não temos nenhuma política cultural, então agora que tá criando um conselho municipal de turismo. E o turismo tá ligado ao patrimônio. Entendeu? Então, você imagina, Piranga vai criar o seu conselho municipal de turismo em 2021, então a questão nossa é que nós estamos atrasados de mais no tempo, mas eu acho que a gente tem que valorizar, certo? A gente tem que valorizar e fazer o que é possível. Exemplo: A prefeitura tem um imóvel há dez anos que é o casarão do Cônego Felício⁵⁶ e ele tá caindo, então como é que o poder público vai exigir de um municípe

⁵⁵ Trecho da entrevista com o prefeito de Piranga.

⁵⁶ O Casarão foi desapropriado em 2011, e o valor foi de R\$250 mil. A reforma do Casarão se iniciou em 2022, de acordo com a Secretaria Municipal de Cultura, e contemplará intervenções como a troca do telhado e do assoalho do segundo andar, a demolição da caixa d'água, entre outras coisas. O recurso para a restauração será de 200 mil reais e virá do Fundo Municipal de Patrimônio Histórico (Fumpac).

que cuide da sua construção se o próprio município não cuida da dele, não é contraditório? (Entrevistado, 2021).

A fala do prefeito levanta alguns pontos importantes que valem ser ressaltados. Primeiramente, o fato da Secretaria Municipal de Cultura estar sendo gerenciada por uma pessoa que não é exatamente da área de cultura e patrimônio, e que não tem experiência nesse campo, embora isso não necessariamente seja um problema. Na administração pública, é preciso buscar por gestores experientes e capacitados, embora o agente público possa sempre aprender. Outra questão é que, sendo o agente público de Bacalhau, ele tende a voltar maior atenção para essa região. Além disso, ficou evidenciado sobre a importância do patrimônio imaterial do município e do descaso que ele sofreu ao longo desses anos devido à ausência de políticas públicas voltadas para o setor cultural. Nesse ínterim, acredita-se que o Conselho Municipal de Turismo irá contribuir para esse fomento.

De acordo com os achados da pesquisa, o Conselho de Patrimônio já existe há vários anos, apesar de não ser de conhecimento de todos os piranguenses e de nem sempre possuir uma atuação efetiva. Perguntado sobre como funciona a gestão referente ao patrimônio de Piranga e se havia um conselho de patrimônio existente até os dias de hoje, o prefeito afirmou que:

Tem muito difícil, a gente o colocou de novo, está se reunindo, já reuniu duas vezes ou mais este ano, três vezes que a gente teve umas demandas aí, uma demolição duas demolições já ocorreu este ano de casa antiga. E o conselho, o conselho é ativo, tá? Ele reúne mensalmente, mas é difícil as pessoas quererem fazer parte do conselho hoje, tá? Não querem, entendeu? Eu fui na reunião, eram 4 pessoas, então, assim, quase que não dá quórum, então é uma questão difícil (Entrevistado, 2021).

Essa fala deu abertura para questionarmos sobre a questão do público e do privado na questão patrimonial. Segundo o colaborador, ocorre que muitas vezes os membros do Conselho evitam se envolver, pois se trata da casa de alguém, um recurso privado que precisa ser manejado pelo proprietário. Quando questionado sobre a participação popular referente aos processos relacionados ao patrimônio, Luís Helvécio Araújo afirmou que é preciso um chamamento e que o Conselho deve fazer esse papel:

[...] então, a população é convidada a participar. Mas, como eu te disse, a gente tem que pegar quase a laço para participar, mas eu acho que, assim, é um trabalho que a gente tem que fazer, é a questão cultural. Um trabalho que a gente vai ter que fazer de formiguinha mesmo que não tem, então, eu espero que nos próximos anos haja mais participação popular, que haja o

entendimento de que isso é uma coisa positiva para o município (Entrevistado, 2021).

Observamos, pois, que o patrimônio ainda é pouco discutido com a população e que não há muitos projetos sobre educação patrimonial, além de que esse tema ainda é pouco abordado nas escolas locais. Segundo o prefeito, “apesar da gente estar na pandemia, da educação está desta forma, a gente tem projetos sim, também na Secretaria de Cultura, e aí a gente vai fazer em parceria da secretaria de cultura e da Secretaria de Educação, entendeu? Pra gente descortinar esses assuntos aqui”. Contudo, até então, ano de 2022, nenhum desses projetos foi apresentado à população. Somente algumas escolas estaduais desenvolvem uns poucos projetos, mas de forma simples e sucinta, precisamente em datas comemorativas como no aniversário da cidade.

Sabe-se que, para que haja essa participação popular, é necessário que haja conhecimento, divulgação e ações assertivas. É preciso que sejam elaboradas políticas públicas que incentivem essa participação e que as secretarias trabalhem em conjunto para que, assim, atividades de educação patrimonial possam ser desenvolvidas no município. É necessário que haja um diálogo entre todos os atores sociais a fim de democratizar o processo de tomada de decisões, levando a uma consciência da população sobre os valores patrimoniais. Para que de fato exista a participação ativa da população no processo de preservação e valorização do patrimônio, cumpre desenvolver políticas públicas, além das existentes, que discutam a temática de forma a englobar toda a sociedade e o poder público.

O desafio político de estimular a participação social na preservação do patrimônio material ou imaterial está na capacidade de a gestão institucional criar alternativas para estimular a participação da comunidade ou uma gestão participativa, em que os diferentes grupos consigam expressar suas expectativas em relação às ações dos setores responsáveis pela salvaguarda patrimonial. Por mais que exista o engajamento dos setores públicos, o engajamento de movimentos sociais e culturais na fomentação de debates de inclusão da participação popular nos assuntos relacionados à preservação, patrimônio cultural, memória e pertencimento, cabe aqui destacarmos que as apropriações dos bens culturais não serão absolutas, porque não existem identidades que sejam absolutas e que não possam ser corroídas pelo tempo e pelo esquecimento.

Depois de realizada a entrevista com o atual prefeito, outras pessoas foram entrevistadas. Em alguns dos Dossiês de tombamento constam o nome da arquiteta Adriana Paiva de Assis, que é a diretora e arquiteta encarregada da empresa TAIPA Arquitetura e

Patrimônio Cultural. No final de 2021 houve um convite para participar de um encontro em que seriam discutidas propostas acerca da educação patrimonial na cidade Piranga. Esse encontro foi realizado pelo departamento de Cultura e Turismo, contando com a participação da Adriana, bem como da secretária de cultura do município e de alguns moradores que se dedicam ao estudo ou à preservação do patrimônio. Nessa reunião, a arquiteta foi apresentada aos participantes e então se discutiram algumas ações que estavam sendo feitas, bem como foram levantadas outras propostas. Durante esse encontro, novas informações foram surgindo e serviram de base para que uma entrevista fosse posteriormente realizada com a referida profissional. A entrevista precisou ser realizada por meio de perguntas, que foram enviadas por escrito via *e-mail* e respondidas da mesma maneira.

Na reunião junto à secretária de cultura do município, Adriana comentou que o núcleo histórico e urbano de Pinheiros Altos corre risco de perder o tombamento – informação esta que até então não havia surgido em nenhuma parte da pesquisa. Então, foi questionado a ela, por *e-mail*, qual seria o motivo desse risco, bem como foi pedido para que ela comentasse um pouco sobre o processo de preservação daquele local. O objetivo principal era saber se havia participação popular nesses processos de tombamento. Em resposta, ouvimos:

O NHU de Pinheiros corre o risco de perder o tombamento pelo processo de descaracterização, que inclui o asfaltamento de parte da via principal e também as reformas em edificações. A preservação na época contou com a anuência da população, que também participou na época de algumas decisões sobre a restauração da Igreja do Rosário. Como fiquei algum tempo afastada do município após 2012, eu não saberia te informar sobre o processo de gestão do NHU após o tombamento. Me parece que não vem ocorrendo adequadamente uma boa interlocução com os proprietários (Entrevistada, 2021).

Na resposta de Adriana Paiva de Assis consta que houve certa participação de parte dos moradores locais no processo, mas, como foi analisado no Dossiê, essa participação não foi tão expressiva, pois constou apenas com um pequeno grupo de moradores mais atuantes nessa área. Para que essas informações fossem mais completas, era preciso mais pesquisa de campo e mais entrevistas com a maior parte possível da população de Pinheiros Altos.

Questionada sobre a participação popular durante esse período em que ela e a sua equipe atuaram na preservação do patrimônio cultural piranguense, foi perguntado se ela havia percebido que há uma demanda e uma participação popular ou se a percepção é de que as demandas vêm exclusivamente dos órgãos públicos. Em resposta, a Adriana Paiva de Assis comentou que “as demandas vêm principalmente da prefeitura, que tem o dever constitucional

(de ofício) de proteger o patrimônio cultural. Eventualmente de particulares”. Essa informação é bem ilustrativa, visto que, atualmente, a localidade vem passando por uma forte descaracterização, principalmente das moradias de particulares e das igrejas, que se encontram em mal estado de conservação, quase que abandonadas. A localidade carece de uma participação mais assertiva da prefeitura e até mesmo da comunidade em relação ao patrimônio local.

Além dos bens de Pinheiros Altos, foi questionado à arquiteta Adriana Paiva de Assis sobre a ruína da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Bacalhau, sobre se havia algum projeto de restauração (reconstrução) ou se, por ela ter sido tombada já como ruína, isso não seria possível, apresentando empecilho burocrático. Segundo a entrevistada:

[...] a reconstrução é uma demanda da comunidade e, em algum momento, o IEPHA chegou a conduzir um trabalho de levantamento dos elementos artísticos integrados para fins de reconstrução (como já mencionado no dossiê de tombamento). Me parece que esse processo foi interrompido. Eu não conheço exatamente as condições em que ela foi tombada. Me parece que o processo de arruinamento ocorreu quase que concomitantemente ao tombamento. Eu acho legítima a reconstrução em um caso como esse, desde que seja uma demanda da comunidade e que o estado anterior da edificação seja conhecido e documentado (Entrevistada, 2021).

De fato, como já analisado no Dossiê, é sim uma demanda da população local, mas devido à burocracia e até mesmo à falta de verbas para esse fim, a igreja continua de forma arruinada e, possivelmente, não mudará de *status*. Atualmente, a população já está descrente quanto ao esse sonho de ver essa igreja de pé novamente e, aos poucos, à medida que os mais antigos vão falecendo, essa demanda vai se tornando cada vez menor, pois não faz parte do imaginário das novas gerações.

Como analisado durante toda esta pesquisa, ficou evidente que parte dos processos de proteção ou de ações culturais é realizada visando não só ao fomento dessa área, mas também a pontuar no ICMS Cultural. Outra pergunta realizada à entrevistada foi se ela percebe que a questão patrimonial vem sendo uma prioridade do município ou ela apenas é lembrada quando se trata de conseguir pontuar no ICMS Cultural. Em resposta, a arquiteta mencionou que: “as coisas se misturam. Quando realizei o trabalho de proteção na década de 2010, era uma pauta muito importante para o município, porém incentivada pelos recursos do ICMS. Acho que isso depende muito da visão de cada administração”.

Por fim, foi perguntado à arquiteta como os proprietários aceitam quando os seus bens particulares são tombados ou inventariados; se é bem aceito por eles ou se é visto como algo

ruim que limita seus poderes sobre sua propriedade. Em resposta, ela informou que: “o inventário de bens imóveis não vem sendo bem visto pelos proprietários. Como bem de interesse de preservação, a edificação passa a cumprir protocolos de proteção que nem sempre interessam aos proprietários”. Essa informação é comprovante amplamente durante a leitura das documentações que foram realizadas nesta pesquisa, bem como pelas falas dos entrevistados.

Durante as leituras dos Dossiês, outro nome que também foi muito mencionado foi o do Senhor Robson Chassim, o qual assumiu o cargo como chefe de departamento da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo durante o período de 2005 a 2011. Ao longo da entrevista, o senhor Chassim comentou sobre alguns processos de tombamento que foram realizados durante o período do seu exercício de agente público e sobre a documentação que foi levantada nessas ações. Questionado sobre a produção de Dossiês e se todos os bens tombados contavam com essa documentação, ele respondeu que:

Sim, esses bens que foram tombados todos possuem dossiê de tombamento, eu lembro que na minha época a gente fez um planejamento para tombamento de alguns bens. Entraram as igrejas que foram bens tombados no distrito de Pinheiros Altos e Santo Antônio do Pirapetinga. Aí, em Pinheiros altos a gente tombou: todo o núcleo urbano, né, a igreja de Nossa Senhora da Conceição e a igreja de Nossa Senhora do Rosário em nível de tombamento municipal em todos esses foram feitos dossiês e inscritos no livro de tombo. Em santo Antônio do Pirapetinga a gente tombou todo o núcleo né, urbano, a nível municipal, esses tombamentos foram feitos na minha época a nível municipal e também todos com dossiê, com estudo, na época, com a comunidade foram feitas as reuniões para tomar esse núcleo e em Pinheiros altos também foi feito essas reuniões, realizado dossiê e depois de todo esse processo a gente fez a inscrição no livro de tombo e aprovado pelo Concelho. Ainda temos o conjunto paisagístico lá de Pinheiros altos da praia grande né, que é um conjunto arquitetônico e paisagístico, também a nível municipal que foi tombado (Entrevistado, 2021).

O entrevistado é originário da região de Pinheiros Altos, e devido a essa ligação, durante o seu exercício, ele teve uma forte atuação nessa região, de modo que possui uma maior propriedade para falar sobre a localidade. Mas, nesse período, alguns bens do centro urbano da cidade também foram registrados, como:

A Igreja da Boa Morte na sede do município, também a nível municipal, com tombamento, dossiê, todo feito um estudo com a comunidade local também, além do Cine Teatro e da casa Cônego Felício, agora eu acho que o Cine Teatro e a casa Cônego Felício não foram feitos os dossiês, não me lembro pois foi no final de mandato, tá? Ai, eu não lembro, pois eu não era mais secretário. Era Geraldo, eu saí no início de 2012 (Entrevistado, 2021).

Todos os dossiês mencionados pelo entrevistado foram analisados nesta pesquisa nos capítulos anteriores, inclusive os Dossiês do Cineteatro e do Casarão Cônego Felício. O secretário municipal sucessor que foi mencionado pelo senhor Robson foi localizado e em contato com o senhor em questão, ele revelou algumas informações que colaboram para confirmar as hipóteses ora levantadas. Contudo, o Senhor Germano não se sentiu confortável em ter sua fala exposta nesta pesquisa e, por esse motivo, não concedeu a autorização de utilizá-la. Sobre o seu período de exercício, baseado na documentação analisada nesta dissertação, é possível notar que poucos dos dossiês foram realizados sob sua gestão. A maioria data de épocas que divergem do período em que o Senhor Geraldo estava no cargo. Além dessa informação, também foi relatado sobre os bens inventariados:

Os inventários foram feitos alguns na área de entorno de tombamento, como na Praça Coronel Amantino Maciel, que tem a Câmara e a Prefeitura, e alguns desses imóveis foram inventariados, mas não foi na minha época, foi em 2014, se não me engano. A gente começou um processo de inventários de fazendas né, que eu iniciei, esse processo de algumas fazendas nas quais nós iniciamos o processo de inventário. Mas aí eu não lembro, como foi no final de mandato se esse trabalho foi entregue junto ao setor de cultura, mas eu acho que não foi, e os tombamentos foram esses. Eu acho que é isso que foi feito na política de cultura na minha época (Entrevistado, 2022).

O projeto de inventariar fazendas mencionadas pelo senhor Chassim, entretanto, não foi localizado junto à prefeitura e ao departamento de cultura. Acredita-se que, de fato, ele não tenha sido entregue ao setor de cultura, ou que não tenha havido uma continuidade nesse projeto. As únicas fazendas inventariadas até o ano de 2022 são aquelas já citadas nos capítulos anteriores desta dissertação. Infelizmente, as mudanças de administração pública e dos funcionários dos cargos de confiança da prefeitura geram esses problemas, visto que, na maioria das vezes, não há continuidade nos projetos que foram iniciados por outras administrações, e bons projetos acabam sendo engavetados.

Como mencionado anteriormente, o Senhor Chassim cita a participação da arquiteta Adriana e a sua atuação nos processos de catalogação dos bens móveis do município. Segundo ele, a Imagem do Bom Jesus de Bacalhau foi tombada municipalmente como bem móvel e feito um dossiê, o qual foi analisado durante esta pesquisa. Chassim afirma que:

Outro trabalho que foi feito, também na época, foi catalogar todas as imagens lá da Igreja do Bom Jesus e essas imagens também foram todas catalogadas e identificadas, eu lembro que foi a assessoria da Adriana Assis,

mas quem fez todo esse processo de arquitetura da parte de cultura de tombamento foi a arquiteta Adriana (Entrevistado, 2022).

O interesse principal de investigação desta pesquisa baseou-se em analisar a atuação popular em prol do patrimônio cultural piranguense. Esse assunto também foi abordado com o Senhor Robson Chassim, ao que ele respondeu:

Não, quando eu entrei em 2005, que eu assumi a Secretaria de Cultura, eu já me deparei com isso exposto no plano de governo do atual prefeito eleito na época, Doutor Eduardo, em que o plano de governo dele contemplava essas ações, essas ações populares em prol do patrimônio. Então, dentro do plano de governo tinha toda uma estrutura de atuação em prol do patrimônio, inclusive a questão dos tombamentos. Então, na época eu já cumpri esse plano de governo que já existia, falando da atuação em prol do patrimônio cultural, nessas atuações do patrimônio cultural contemplava o centro urbano, os tombamentos por existir, na época a Igreja da Boa Morte que não era tombada, o Cine Municipal e em Bacalhau, que propunha o tombamento do Núcleo Histórico e em Pinheiros Altos, também do Núcleo e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Então, diante desse plano de governo eu estruturei todas essas políticas públicas de patrimônio em prol dos tombamentos para contemplar tanto o núcleo urbano de Santo Antônio de Pirapetinga e Pinheiros Altos (Entrevistado, 2022).

De acordo com a parte da entrevista citada acima, fica evidente que a demanda não partiu de um apelo popular e, sim, das propostas que existiam no plano de governo da gestão daquele período. Esse cenário é recorrente durante os estudos de cada bem patrimonial, pois são raras as vezes em que a participação popular é mencionada e, quando mencionada, não vem de algo que partiu dela, mas sim de gestores que, de certa forma, chamam a população, ou parte dela, para participar desses processos. O entrevistado afirmou que, durante esses processos de tombamento, houve uma mobilização da população por meio de um plano de ação que teria como objetivo conscientizar as pessoas em prol da importância do tombamento daqueles bens. Segundo ele:

Várias reuniões foram feitas, a primeira foi falando sobre a importância do tombamento do núcleo (de Santo Antônio do Pirapetinga), o que isso geraria para o município e também para o próprio distrito, no segundo momento outras reuniões. Aí já no processo, que esse processo já era de notificação das propriedades que aquele núcleo, inclusive os seus imóveis, respectivos imóveis, estariam sendo protegidos através do tombamento municipal, que era todo núcleo urbano e também lá em cima da imagem do Bom Jesus. Então, houve toda uma mobilização, uma participação popular existiu nessa época por meio dessas reuniões, igual eu disse anteriormente, e da mesma forma aconteceu também em Pinheiros Altos (Entrevistado, 2022).

Como citado, o intuito das reuniões foi esclarecer a comunidade sobre o que estava sendo feito e como isso iria contribuir para as localidades nas quais estava havendo processos de tombamento. O intuito não era apenas abordar sobre a proteção, mas também a captação de recursos para restaurar bens que estavam em péssimos estados de conservação,

[...] foi feito reuniões falando da importância do tombamento do núcleo, e das Igrejas de Pinheiros Altos, principalmente da igreja de Nossa Senhora do Rosário que é uma igreja mais antiga e naquela época ela existia com a finalidade que era captar recurso para a restauração dessa igreja, por que na parte física ela estava toda comprometida, então o primeiro processo para captar recurso para Pinheiros Altos para a reforma da igreja foi esse tombamento municipal, a partir daí, houve também toda uma participação popular (Entrevistado, 2022).

A fala do entrevistado elenca outros pontos que foram mencionados no decorrer desta pesquisa, e que abordam alguns problemas que são corriqueiros quando se trata da manutenção do patrimônio cultural. Sabe-se que o grande desafio é manter esses bens de pé, como foi mencionado pelo prefeito em sua entrevista. Segundo o senhor Chassin:

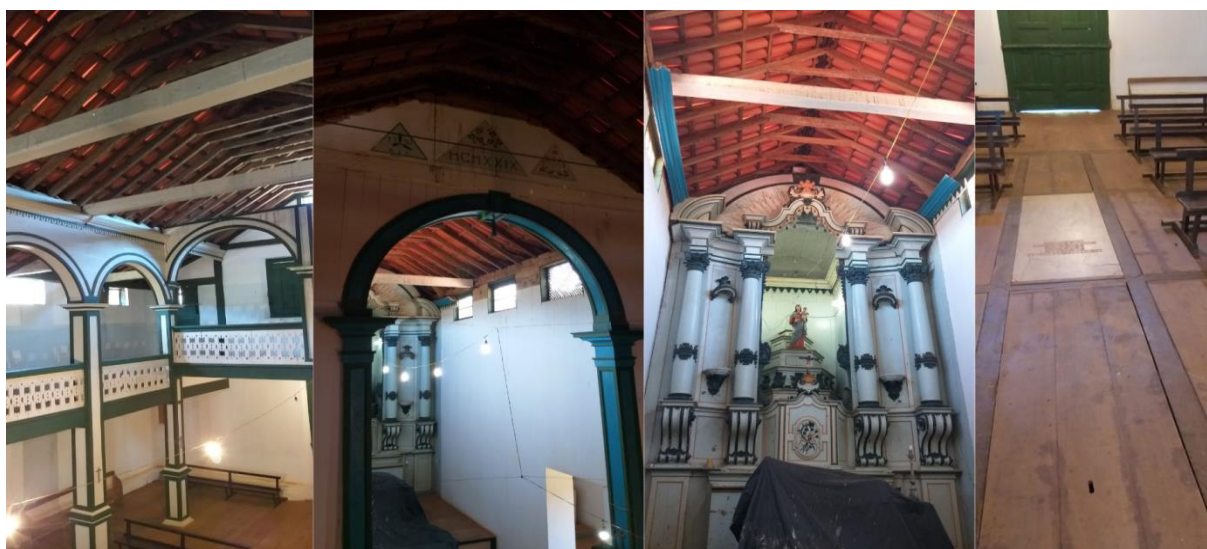
O projeto foi enviado para a Secretaria de Cultura, que era o FEC na época para a restauração da parte física por que o telhado e essa estrutura física também estavam abalados. Isso ocorreu na parte 1 da reforma, na parte 2 contemplava a restauração do forro que tinha sido todo comprometido, na época não tinha toda aquela política pública e as pessoas retiraram o forro que tinha a imagem de Nossa Senhora e também do altar-mor, que era um altar muito bacana para ser restaurado. Então, na primeira parte, no final do mandato em 2012, foi concluída toda a reforma, pintura, estrutura física e tudo e deixamos o recurso para a contemplação da parte 2 que na época era o forro, o altar e a parte elétrica também e até hoje não foi contemplado. Esse recurso aí, ele existe em conta e não foi. Ninguém se interessou mais para dar andamento nesse processo (Entrevistado, 2022).

Como mencionado, essa reforma foi realizada em 2012, e hoje, já em 2022, a Igreja se encontra no mesmo estado, sem ter havido a conclusão da reforma. O edifício está sem forro, e é possível ver todo o telhado, bem como as estruturas de sustentação do telhado. Em uma visita recente pudemos observar o estado deste bem patrimonial, qual seja, o de quase abandono. O altar está coberto por lonas, para que não seja destruído por vazamentos ocorridos durante os períodos de chuvas (que foram muito fortes esse ano) e a fiação elétrica encontra-se toda exposta.

Segundo relatos dos moradores, não há previsão de conclusão dessa reforma, e não se sabe onde foram parar as partes do forro da igreja. Além disso, vários outros problemas surgiram, os quais demandariam maiores intervenções, caso haja uma nova reforma. Uma

moradora afirmou, ainda, que o padre não se importa com a igreja dessa localidade, pois “é aos pés do Senhor do Bom Jesus onde está o caixa da igreja”, assim fazendo uma crítica ao fato de haver investimento nas igrejas do distrito de Bacalhau, mas não quando se trata das igrejas de Pinheiros Altos. No mês de setembro acontece na região a tradicional festa de Nossa Senhora do Rosário, que inclusive é inventariada como patrimônio imaterial, mas a comemoração está limitada devido às péssimas condições da igreja. Nas imagens abaixo é possível visualizarmos o estado atual dela.

Figura 20 - Fotos atuais da parte interna da Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Acervo da autora.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário continua sendo utilizada para celebrações religiosas, apesar de tudo. A população tem um apego a esse bem devido ao fato de ele fazer parte da memória dos moradores, mas estão descontentes com o estado em que ela se encontra. Nesse sentido, sempre que é promovido um diálogo com os moradores da localidade sobre o patrimônio de Pinheiros, essa discussão entra em pauta, revelando um apelo popular para com a manutenção desse bem. Segundo o entrevistado Robson Chassim:

A escolha desses bens (os bens imóveis de Piranga e Santo Antônio do Pirapetinga) que eu falei anteriormente partiu, sim, também de uma demanda popular né, onde que a gente entrou com um projeto de prospecção de quais bens que eram tombados em Piranga. (...) Nessa questão de Pinheiros Altos, na indicação desses bens, não houve muita demanda da participação popular não, tá? Foi iniciativa minha mesmo, eu sou de Pinheiros Altos, e como eu era secretário de cultura na época eu falei, eu quero transformar essa casa em um museu de Cesário Alvim, então como tinha uma história muito bacana de Cesário Alvim, tinha muita história, eu me identifiquei muito e foi uma

questão bem particular minha mesmo, de querer tomar de querer a existência do museu na época. As igrejas, sim, depois a população foi envolvendo, acredito que a partir de todo aquele projeto de envolver junto ao tombamento (Entrevistado, 2022).

A partir desses relatos, observamos que chamar a população para participar dos processos é de extrema importância. Em muitos casos, as pessoas não participam porque não são chamadas para ocupar esses espaços de luta por manutenção de história, memória e identidade local. Mostrar às pessoas como elas podem exercer seus direitos e como elas podem ressignificar e agir em prol dessa manutenção é de grande valor para que haja a preservação dos bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais.

4 PRODUTO

Como fruto desta pesquisa, foi elaborada uma cartilha que tem como objetivo formar professores e pessoas da área da Educação para estarem aptos a trabalhar a educação para o patrimônio em sala de aula. Durante os anos que a autora desta dissertação atuou como professora de Educação Básica na rede pública, foi possível perceber que a temática patrimônio cultural não é abordada em sala ou é abordada de forma superficial e sucinta em alguns eventos como: aniversário da cidade, dia do patrimônio, ou dias em que se comemoram coisas semelhantes. Quando o assunto era abordado em sala de aula, percebia que poucos alunos sabiam algo sobre e que até mesmo professores tinham pouco conhecimento a respeito da temática.

Atualmente, os estudos sobre o patrimônio cultural são mencionados na base comum curricular e em alguns livros didáticos, mas de forma superficial. Se analisarmos as avaliações do Enem, podemos notar que, cada vez mais, essa temática vem surgindo nessas provas e em vestibulares, sem contar que o estudo de culturas e manifestações culturais tem aumentado gradativamente, o que nos alerta para a importância de abordarmos e estudarmos esses conteúdos nas salas de aulas. O estudo das culturas promove um maior diálogo entre as diversidades e estimula um maior entendimento sobre as diferenças para que se crie uma consciência de respeitar as diferenças. É preciso entender que uma cultura não é inferior a outra por ser diferente: ela apenas não é igual, mas isso não a torna mais ou menos importante.

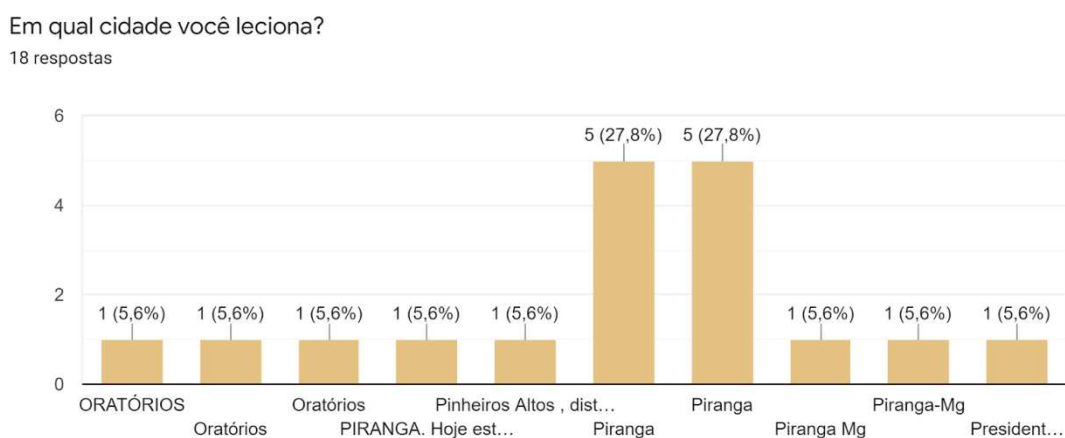
Pensando nesses pontos abordados até aqui é que se intentou produzir esta cartilha. Para que isso fosse possível, foi elaborado um questionário via *Google Forms*, o qual foi compartilhado em grupos de *WhatsApp* de professores que atuam em escolas da região de Piranga e do entorno com o intuito de recolher informações sobre o seu posicionamento para analisar o que eles pensam sobre a proposta de uma formação em prol da educação patrimonial. Esse questionário contou com a participação voluntária de apenas 18 professores, por mais que ele tenha sido divulgado para mais de 100.

Este questionário foi elaborado com o intuito de recolher dados para a produção de uma cartilha que será direcionada para a formação de professores. Essa cartilha faz parte da pesquisa "PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE: Os processos de patrimonialização dos bens piranguense e os desafios acerca da preservação e da conscientização." do programa de Mestrado Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. O intuito é dar suporte aos professores para que estes se sintam mais preparados a trabalhar questões sobre o patrimônio

cultural e a história local em sala de aula, de acordo com a realidade de cada escola e o meio social onde ela está inserida, como será destinada aos professores é importante ouvi-los e promover um diálogo. Sintam-se à vontade para responder e desde já agradecemos a sua participação (QUESTIONÁRIO III, 2021).

Ou seja, todos estavam cientes sobre a finalidade do instrumento e sobre a liberdade que teriam em querer participar ou não, visto que se tratava de uma colaboração voluntária. A primeira pergunta que fizemos foi sobre a localidade onde eles lecionam, para assim podermos analisar se as informações são semelhantes ou se as opiniões divergem de acordo com a localidade. Tivemos a participação de profissionais de Piranga, Oratórios e Presidente Bernardes, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 26 - Cidade de atuação dos professores



Fonte: Elaborado pela autora.

Houve uma maior participação de professores que trabalham com crianças em processo de alfabetização - fase esta em que é muito interessante trabalhar essas questões com os alunos, visto que eles estão começando sua vida escolar e estão mais propícios a aprender coisas até então novas para eles. Deste modo, lhes foi perguntado sobre quais disciplinas lecionam e qual a faixa etária desses alunos de acordo com o nível de ensino, como consta nos gráficos a seguir:

Gráfico 27 - Perfil dos participantes

Qual disciplina você leciona?

18 respostas

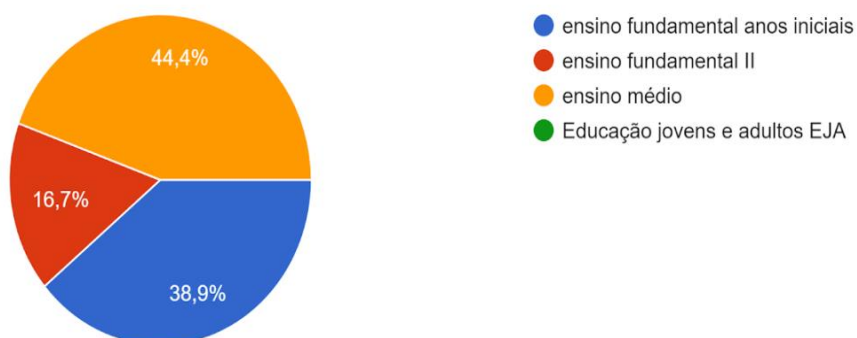


Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 28 - Faixa etária para a qual os professores lecionam

Leciona para qual faixa etária?

18 respostas



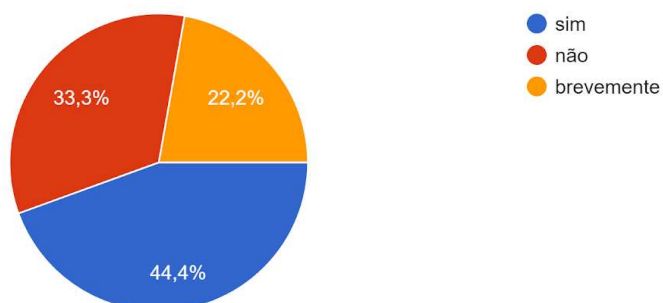
Fonte: Elaborado pela autora.

Após ser analisado o perfil dos professores que participaram do questionário, a pesquisa se direcionou para o que é de verdadeiro interesse: o ensino acerca da educação patrimonial. Os professores foram questionados se já haviam trabalhado sobre o patrimônio cultural em sala de aula com os seus alunos, e por mais que já houvesse uma noção acerca desse cenário, o intuito era ter dados mais precisos. De acordo com o questionário dos dezoito entrevistados, mais de 33% deles responderam que nunca trabalharam sobre essa temática.

Gráfico 29 - Percentual dos que lecionaram a temática patrimônio em sala de aula

Já trabalhou sobre o patrimônio cultural em sala de aula com seus alunos?

18 respostas



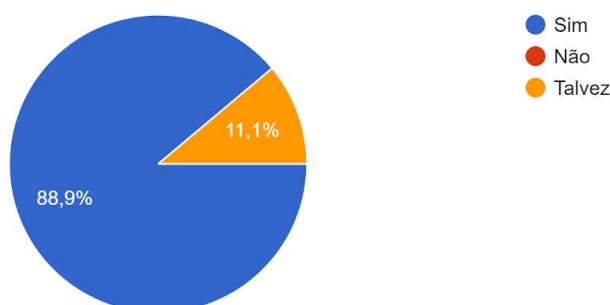
Fonte: Elaborado pela autora.

Para complementar essa informação, lhes foi perguntado se eles acham importante trabalhar o assunto e mais 88% responderam que sim, enquanto que outros 11% disseram que talvez, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 30 - Percentual dos que consideram importante lecionar essa temática

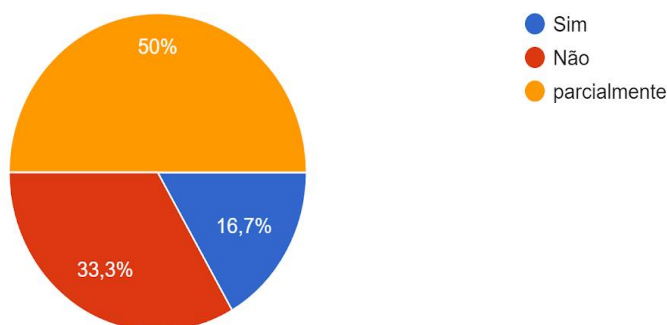
Acha importante trabalhar sobre o patrimônio cultural e a história local em sala de aula?

18 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Quando os participantes foram questionados se se sentiam preparados para trabalhar com esse tema, uma pequena parcela respondeu que sim, mais precisamente apenas três professores. Esse número apenas ajuda a reforçar a hipótese que já havia sido levantada, de que não há uma formação voltada para a educação patrimonial que visa a preparar os professores para trabalhar com esse tema em sala de aula. Vejamos o gráfico adiante:

Gráfico 31 - Percentual de profissionais capacitados

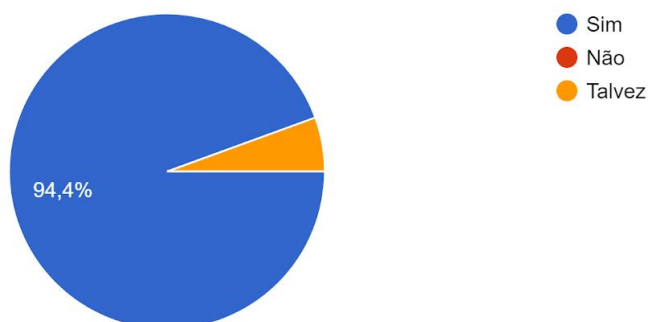
Fonte: Elaborado pela autora.

Para analisar se seriam bem aceitas a cartilha e a formação dos professores, foi perguntado a eles se achavam que seria importante haver essa capacitação. Conforme o gráfico abaixo, é possível visualizar que mais de noventa por cento deles julgam que sim, ou seja, o que nos leva a observar que seria bem aceita pelo público-alvo. Apesar de esse percentual ter sido alto, quando perguntado se eles teriam interesse em participar de uma formação, houve uma queda na porcentagem anterior de 94% para apenas 77,8%, que responderam que teriam interesse em participar, conforme podemos observar nos gráficos a seguir.

Gráfico 32 - Percentual de importância da formação

Acha importante uma formação para os professores sobre educação patrimonial?

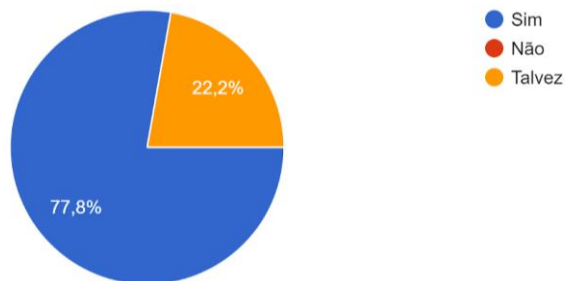
18 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 33 - Percentual de interessados em participar da formação

Se fosse fornecida essa formação você teria interesse em participar?
18 respostas



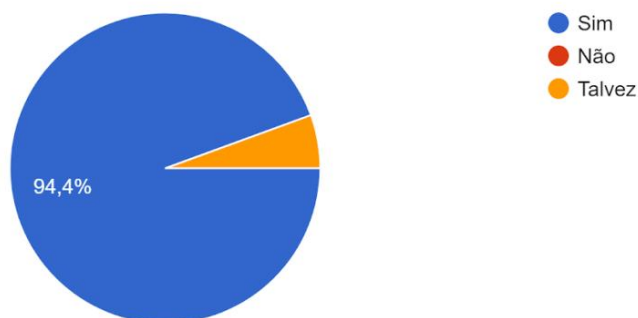
Fonte: Elaborado pela autora.

Após esses levantamentos, os entrevistados foram questionados sobre quais conteúdos julgavam importantes de serem discutidos nessa formação. O intuito é formar um material que contemple as necessidades do público-alvo e garantir uma formação mais assertiva e de maior qualidade. Nos gráficos a seguir é possível visualizarmos quais os conteúdos e as respostas dadas pelos entrevistados. As respostas foram bem positivas e a grande maioria concorda com os temas que pretendem ser abordados na formação.

Gráfico 34 - Percentual a favor de discutir conceitos na formação

Acha importante que nesta formação seja discutido conceitos como: Patrimônio cultural, memória, identidade e pertencimento?

18 respostas

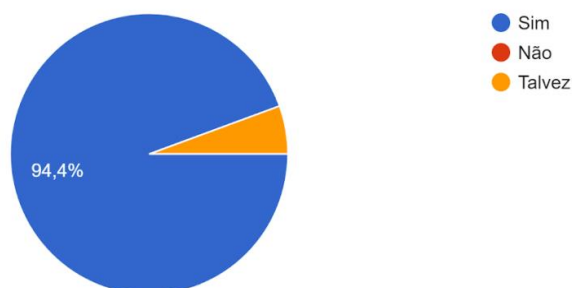


Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 35 - Percentual a favor da discussão sobre os meios de proteção

Acha importante que nesta formação seja discutido sobre os meios de proteção (tombamentos e inventários) e os tipos de patrimônio?

18 respostas

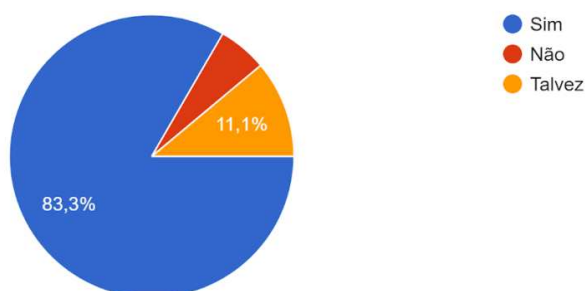


Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 36 - Percentual a favor do estudo sobre as esferas de tombamento

Acha importante que nesta formação seja trabalhado sobre as leis patrimoniais e as esferas de tombamento (UNESCO, IPHAN, IEPHA/MG, Municipal)?

18 respostas

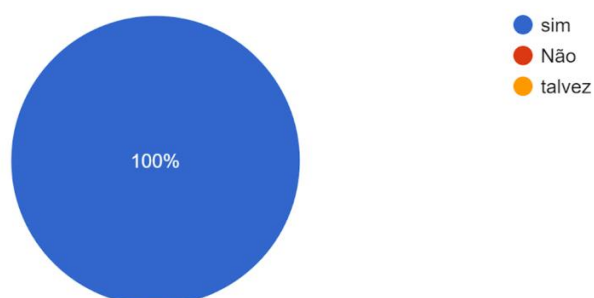


Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 37 - Percentual a favor do estudo dos bens patrimoniais da cidade

Acha importante que nesta formação seja apresentado quais são os bens patrimoniais da cidade, sua história e seu processo de patrimonialização?

18 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Como salientado no início deste tópico, a parcela de professores que colaborou respondendo a este terceiro questionário não foi grande, e por esse motivo, posteriormente em encontros com professores da região, perguntas foram realizadas a eles sobre essa temática no intuito de aprofundar um pouco mais a pesquisa para embasar a cartilha. Entrevistamos a professora Ana Maria Bastos, a qual leciona filosofia em uma escola quilombola da região, a qual foi questionada se ela julga importante trabalhar sobre o patrimônio e a história local em sala de aula. Segundo ela: “Sim, mesmo porque minha escola é quilombola, onde a localidade é cercada pelo patrimônio histórico e cultural”. Outro participante que respondeu a essa mesma pergunta foi um supervisor de uma escola local, segundo o qual: “É muito importante o resgate de culturas e tradições”. Nenhuma das pessoas com as quais houve um diálogo disse não achar válida a proposta.

Foi perguntado também se eles se sentiam preparados para lecionar sobre essa temática, e as respostas ficaram divididas: os professores que lecionam disciplinas das áreas de exatas disseram que não se sentem preparados; já os de ciências humanas e sociais responderam que sim. Um especificou que: “Dependendo da temática, necessita de planejamento e elaboração de um plano de aula”; e outro disse que: “De certo modo sim, já que esse assunto está interligado com Literatura”. Essas falas demonstram como esse tema é interdisciplinar e que pode ser trabalhando com as demais disciplinas da Base Nacional Comum Curricular. Outra pergunta realizada foi se eles achavam importante que houvesse uma formação para os professores sobre educação patrimonial e todos responderam que sim, sendo que um especificou que julga “Muito importante, principalmente o local”.

Para aprofundar ainda mais a pergunta anterior, foi questionado a eles se, caso uma formação fosse oferecida, quais temas e conteúdos eles acham que deveriam ser abordados. As respostas foram bem abrangentes: todos relataram sobre o patrimônio e sua relação entre história local, identidade e a preservação, um especificou de forma mais abrangente relatando sobre “Tradições (culinária, familiar) resgate da identidade. Pontos históricos, atrações culturais e potencialidades da comunidade local”, outro sobre a “Cultura e costumes no contexto do patrimônio histórico; História do Brasil; educação patrimonial”.

Por fim perguntamos, a eles se achavam que a cartilha iria contribuir para a sua atuação enquanto profissional, e todos responderam que sim e um disse que o “Material de suporte e apoio pedagógico sobre a temática é importante. Subsidiaria o professorado nas suas ações dentro do ambiente escolar”. O entrevistado complementou, ainda, como sugestão que seria interessante a “Produção de projeto dessa área de estudo, a fim de apresentar à secretaria de educação municipal para um trabalho educacional em conjunto; buscar

contato com professores, especialmente, das áreas de Linguagens e Ciências da Natureza do Ensino Fundamental e Médio, a fim de promover palestras, seminários, passeios relacionados com a área dessa pesquisa, dentre outros trabalhos”.

Com a cartilha já pronta, ela foi disponibilizada a alguns professores para que pudessem ler e opinar sobre o conteúdo. Inicialmente, ela foi compartilhada com alguns professores de História do município e o *feedback* foi bem positivo. Segundo um deles: “A cartilha é clara e objetiva e ao mesmo tempo é rica em informações sobre a história local, o que pode ser bem utilizada em minhas aulas de história”.

A cartilha também foi apresentada a alguns professores que lecionam disciplinas classificadas como atividades integradoras propostas pelo novo ensino médio integral integrado, o qual exige que as escolas trabalhem a comunidade local, estudando a história, a cultura e, conseqüentemente, o patrimônio. Deste modo, os professores comentaram que este seria um bom material para embasar aulas dentro dessas disciplinas, visto que ela aborda esses temas.

O intuito é que tanto a cartilha quanto a formação sejam ricas em informações, mas que atendam às necessidades do público-alvo e que promova uma formação de qualidade, na qual haja diálogo e discussões sobre as questões levantadas durante toda a formação, para que assim os professores tenham maior propriedade para trabalhar essas questões em sala de aula e promover uma educação patrimonial no município de Piranga. Depois de concluída esta dissertação, a cartilha será enviada ao departamento de educação da Prefeitura Municipal de Piranga com a esperança que ela sirva como material pedagógico na Educação Básica da cidade e, se possível, para tentar promover essa formação aos professores piranguenses que tenham interesse em se aprofundar na temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tentar concluir este trabalho, observamos que não há conclusões definitivas a respeito das questões tratadas, mesmo porque nenhum assunto é esgotável. Observamos que a pesquisa pode ir tomando novos rumos à medida que avançamos e que novas teorias são levantadas e outras derrubadas, e que diferentes olhares podem ser tomados sobre o assunto, haja vista que os interesses entorno do patrimônio são diversos e múltiplos. Deste modo, as conclusões aqui apresentadas estão relacionadas às hipóteses e aos objetivos que foram propostos na realização desta pesquisa. Ao iniciarmos este estudo tínhamos em mente um objetivo geral, mas ele foi se remodelando à medida que a pesquisa foi se desenvolvendo.

Inicialmente, o objetivo principal deste estudo estava pautado em analisar o empenho dos órgãos públicos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico cultural da cidade de Piranga-MG, buscando compreender como se deu a proteção, levando em consideração quais aspectos foram considerados relevantes durante esses processos. Tal análise buscou elucidar o distanciamento existente entre os interesses públicos e privados, supondo que a população não se identificava com os bens patrimoniais e que não possuía consciência sobre a importância da salvaguarda. Os objetivos específicos estiveram pautados em identificar como os órgãos responsáveis atuavam nos processos de proteção e qual importância davam a essa questão, bem como em apontar qual o posicionamento dos moradores sobre a preservação e em identificar se eles possuíam um sentimento de pertencimento por meio da identificação com esses bens.

No decorrer da pesquisa, o objetivo principal passou por uma reelaboração, e dedicamos a analisar os processos de patrimonialização dos bens de Piranga-MG, buscando compreender a relação entre patrimônio, identidade, pertencimento e preservação. A nova proposta baseou-se em fazer uma discussão acerca da população piranguense e de como ela se identifica com esses bens patrimoniais, tendo como objetivo analisar se a população faz parte dos processos de patrimonialização, se o preservar é uma demanda popular ou não, se a escolha dos bens a serem protegidos parte de uma parcela da população ou se são escolhidos por outros fatores. Por meio dos levantamentos de dados e do contato com os agentes relacionados, procuramos descobrir se havia uma identificação dos moradores com o patrimônio cultural local, tentando entender se o descaso com vários bens seria uma consequência da não identificação da população com o patrimônio.

A dissertação iniciou-se com um estudo que visou a contextualizar a cidade de Piranga, em uma breve trajetória sobre a história da ocupação da região. O intuito desse

capítulo foi, por meio dessa contextualização, entendermos como se deu a origem da cidade e, conseqüentemente, dos bens patrimoniais que viriam a ser estudados nos demais capítulos. Além disso, o capítulo trouxe uma apresentação sobre os bens patrimoniais existentes no município e as esferas pelas quais eles foram tombados. Nesse âmbito, no decorrer deste estudo acabamos nos deparando com a discussão acerca de quais leis recaem sobre os bens tombados e os inventariados, sendo que esses sofrem ainda mais com a falta da preservação, sejam eles bens materiais ou imateriais. Por meio da pesquisa e da breve conversa com a secretária de cultura, foi possível perceber que muitos bens da cidade se encontram apenas inventariados e que provavelmente permanecerão assim. Como a prefeitura não possui um plano diretor (de diretrizes de construção civil) e não há leis tão rígidas a respeito da preservação dos bens inventariados, não há forte embasamento legal que exija aos proprietários manterem preservados os seus bens, isso acaba, de certa forma, contribuindo para a perda desse patrimônio.

Após essa contextualização e apresentação, o capítulo seguinte se dedicou a uma análise dos processos de patrimonialização. Nessa etapa, todos os dossiês de tombamento foram analisados, uma vez que o objetivo principal se pautou em conhecer a origem desses bens, os processos de tombamento, os agentes inseridos nesses processos e, principalmente, as justificativas que foram dadas para a escolha desses bens. Percebemos que os primeiros tombamentos efetuados na cidade foram por meio do IPHAN e do IEPHA/MG. O primeiro pedido teria sido realizado pelo Senhor Cleveland Maciel no final da década de 1950, mas só foi de fato atendido ao final da década de 1990 – data esta na qual os primeiros bens do município receberam tombamento. Contudo, a partir de 1996, nenhum outro bem patrimonial da cidade recebeu tombamento por meio dos institutos federal e estadual, e os demais foram protegidos de forma municipal, seja por meio do tombamento ou do inventário.

Na análise das justificativas, podemos perceber que os motivos pelos quais os bens foram escolhidos estão sempre pautados em fatores ligados à história do período colonial e da mineração, relacionados à arquitetura colonial e ao religioso e à fé católica. Mesmo a cidade apresentando fortes tradições culturais ligadas ao povo afrobrasileiro, nenhum deles recebeu tombamento, e encontram-se apenas inventariados. Outrossim, a escolha dos bens patrimoniais tombados de Piranga está muito ligada à elite branca da região, uma vez que se constitui, em sua maioria, de igrejas ou prédios ligados à administração política ou a fazendas de antigos coronéis. Por meio desses bens, podemos analisar a dinâmica social vigente na região durante os primeiros séculos de ocupação e da formação de Piranga – tema este que pode embasar futuras pesquisas, mas que não foi o foco deste estudo, mas são levantados ao

longo de toda a consulta de documentações. O intuito era, por meio das análises das justificativas e dos documentos que relatam o processo de patrimonialização, verificar se há uma participação popular significativa e se a escolha em proteger esses bens partiu de grupos locais e da comunidade local na qual o bem está inserido. Por meio da investigação, pudemos perceber que, raras vezes, a população foi citada como um agente ativo desse processo, e o que vimos é que, em iguais raros momentos, ela foi chamada pelo poder público a participar de alguma etapa do processo, ainda que como telespectadora.

Seguindo essa linha de discussão, no último capítulo desta dissertação nos dedicamos às entrevistas no intuito de recolher novas informações acerca dessa participação popular, ou não. Como abordado ao longo da dissertação, tivemos que reinventar as entrevistas e realizar algumas via o *Google Forms*. Por meio das respostas obtidas, ficou visível que não há uma participação efetiva da população nesses processos de proteção dos bens. É notável também os grandes desafios que envolvem manter um bem patrimonial de pé, ou, no caso do imaterial mantê-lo vivo. Nesse cenário, há certo apelo por parte dos piranguenses quando se trata de um bem religioso, pois a população católica possui uma ligação sentimental com esses bens, uma vez que se constituem parte da sua identidade católica. Outros possuem uma ligação devido à memória que possuem sobre esses bens que fizeram e/ou fazem parte de sua história, e muitos estão ligados a tradições culturais. Por meio das respostas dadas pelos participantes no questionário, ficou evidente que muitos não conhecem o patrimônio local, ou não o entendem como tal: alguns consideram como coisas velhas que atrapalham a cidade de crescer, ao passo que outros entendem o valor cultural do bem, mas não consideram que esse assunto deva ser uma prioridade da administração pública.

Por meio das entrevistas ficou claro a discrepância entre bens públicos e privados, sobre a qual não há o entendimento do patrimônio como um bem de interesse de todos, como parte da identidade piranguense. Essa ideia de ligação do patrimônio com a identidade só surge quando abordada em discussões e quando é explicada às pessoas. Só então elas entendem que realmente esse bem faz parte da sua identidade e de parte das suas memórias.

Assim, concluímos que, durante os processos de patrimonialização, a escolha dos bens partiu de decisões dos próprios funcionários dos órgãos de proteção, e propriamente da participação dos piranguenses. Em alguns casos, as pessoas ficaram cientes e, em outros, elas nem sabem que isso aconteceu. Fica evidente que o município carece de um projeto de educação para o patrimônio, por meio do qual as pessoas poderiam se conscientizar sobre a importância do patrimônio, sobre a existência das riquezas dos bens existentes na cidade e sobre a ligação que possuem com esses bens enquanto piranguenses.

Quanto ao tema em sala de aula, pudemos perceber que é quase inexistente o estudo sobre o patrimônio nas escolas do município. São poucos os alunos que já ouviram falar sobre ou que conhecem o patrimônio local. Quando a autora desta dissertação trabalha esses temas em aulas, percebe a mudança de opinião que os jovens passam a ter a partir do momento que entendem o que é patrimônio cultural, sua ligação com a memória e com a identidade local. O tema desperta certo sentimento de pertencimento e de identificação com esses bens, e fica evidente que trazer a população para o centro das discussões é extremamente necessário, afinal, patrimonializar por patrimonializar não faz sentido. Se a comunidade não cria um elo com o bem patrimônio, este não desempenha a sua função social e se torna apenas mais um entre tantos outros. Logo, não basta apenas dar um título de patrimônio cultural a um bem: é necessário que, de fato, ele seja visto como um “bem precioso” para a comunidade local na qual ele está inserido.

Mais uma vez, a educação é apontada como uma das ferramentas de solução de parte dos problemas, pois uma população conscientizada, que entende e reconhece o valor da sua história e do seu patrimônio, se movimenta e age em prol dessa proteção. Deste modo, a cartilha desenvolvida como produto dessa pesquisa visa a promover uma intervenção por meio da qual essas discussões serão levadas para a sala de aula, discutidas com os jovens estudantes e, por meio dessa base, tentar promover a conscientização acerca da proteção do patrimônio cultural piranguense.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Leandro Braga de. A formação econômica de Minas Gerais e a perspectiva regional: encontros e desencontros da historiografia sobre os séculos XVIII e XIX. **Caminhos da História/Universidade Severino Sombra**, v. 6, n. 1, p. 1-27, 2010.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 196 p.
- BALTAZAR, A. **Patrimônio cultural: técnicas de arquivamento e introdução à Museologia**. Batatais: Claretiano, 2011.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Saterb Ltda. 1971.
- BARROS, José D' Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, v.3, n.5, p. 15-31, 2009.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d.
- CAFÉ, Daniel Calado. **Patrimônio, identidade e memória: Proposta para a criação do museu do Território de Alcanena**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*. Rio de Janeiro: IPHAN, n.º 23, 1994.
- CARA, Roberto B. Patrimonialización de valores territoriales. **Aportes y Transferencias**. v. 2, a. 8, p. 11-24, 2004.
- CARRARA, Ângelo Alves. A capitania de minas gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. **Revista História econômica & história de empresas**, v. 3, n. 2, p. 1-18, 2000.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- COSTA, Everaldo Batista. **A concretude do fenômeno turismo e as Cidades – Patrimônio - Mercadoria**. Uma abordagem geográfica. 1 ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010, 178p.
- COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das artes, 1995.
- CURY, I. (Org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- DIAS, Danielly Meireles. História oral como metodologia no estudo de culturas de origem africanas: A Comunidade quilombola de Santo Antônio de Pinheiros Altos, Piranga MG. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.22, n.37, p.117-127, 2021.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. **Pluto Brasiliensis**. Vol 2. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (coord.) **Código Costa Matoso**. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, IPHAN-MINC, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.28, n.55, p.211-228, maio 2015.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e perdas preciosas. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**, T.I, Vol. II. São Paulo, DIFEL, 1968.

IGLESIAS, Francisco. Minas e a Imposição do Estado no Brasil. **Revista de História**, n. 50, 257-272, 1974.

JACQUES, Paola B. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, 2008.

LE GOFF, Jaques. **Documento-Monumento**. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2003..

LE GOFF, Jacques. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. *In*: BITTENCOURT, Circe (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

LEMOS, Gusthavo. Família, propriedade e fortuna na freguesia de Guarapiranga na primeira metade do século XIX. 2009. 51f. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1978.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. 246 p.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira**. Brasil-Portugal 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MENDES, Fábio Faria. **Redes Sociais, sucessão e herança em Guarapiranga (1780- 1880)**. Relatório final (FAPEMIG) Viçosa, 2011.

MIRANDA, Selma Melo. Arquitetura religiosa no vale do Piranga, **Revista Barroco** n. 13. p. 53-96, 1984/5.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **As igrejas setecentistas de Minas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986. 180 p.

NORA, Pierre. **Os lugares da memória**. Paris: Gallimard, 1985.

NOVAIS, Fernando A. **Aproximações: ensaio de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVEIRA, Luiz Henrique de. **Nas Malhas da Incerteza: Comportamento e estratégias camponesas na freguesia de Guarapiranga (1750-1820)**. 2006. 147f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

PAIVA, Adriano Toledo. **Indígenas e conquistadores: estudo das redes de poder em um aldeamento em Minas Gerais Colonial**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PINTO, Vírgilio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. São Paulo: Nacional/MEC, 1979.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRATS, Lorenç. **Antropologia e Patrimônio**. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

RESENDE, Maria Leônida Chaves de. Entradas e bandeiras nas Minas dos Cataguases. Simpósio Temático: Guerra e Alianças na História dos Índios – Perspectivas interdisciplinares. **XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**, Londrina. 2005.

RIEGL, Aloïs. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor. Dis, S.A, 1999.

RIBEIRO, Delmarí Ângela. **Piranga, arquitetura religiosa e obras de restauração em Bacalhau: preservação e ação comunitária**. 2009. 228 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

RODRIGUES, André Figueiredo. Estrutura agrária e produção de açúcar nas fazendas dos inconfidentes mineiros Alvarenga Peixoto e José Aires Gomes. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 18, p. 88-102, 2008.

SILVA, Sandra. Siqueira da. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Revista Aurora**, ano V, n. 7, p.106-113, jan. 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. **Opulência e miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Os sentidos do povoamento: aspectos da ocupação territorial de Minas Gerais. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 1, n. 1, 2009.

STANGER, Monica Zanellato. **Memória, patrimônio e história: Uma abordagem prática**. Projeto Político pedagógico: Colégio Estadual Leonardo da Vinci, 2006.

TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. **Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VENANCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: Escravidão indígena em Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, p. 60-87, 1997.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. 3º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

VITOR, Gabriel; NOGUEIRA, Wynnie; COSTA, Murilo. Igreja Azul. *In*: OLIVEIRA, Pedro; NUNES, Marcelo. **Alcoóustico 2**. [S.I.]: Sony Music, 2020. 1 CD. Faixa 5.

TAUNAY, Afonso de Escagnolle. **Relatos sertanistas / coletânea, introdução e notas de Afonso de E. Taunay**. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1981.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.7-72

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ed.). **Processo de Patrimonialização**: Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. 203 p.

MINAS GERAIS. Selma Melo Miranda. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Dossiê de Tombamento**: Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1986. 203 p.

ASSIS, Adriana Paiva de (coord.). **Dossiê de Tombamento**: Núcleo Histórico Urbano de Pinheiros Altos. Piranga: Cooperativa Cultura, 2006. 156 p. Volume I

ASSIS, Adriana Paiva de (coord.). **Dossiê de Tombamento**: Núcleo Histórico Urbano de Pinheiros Altos. Piranga: Cooperativa Cultura, 2009. 156 p. Volume II - Tramitação.

ASSIS, Adriana Paiva de (coord.). **Dossiê de Tombamento**: Núcleo Histórico Urbano de Santo Antônio do Pirapetinga. Piranga: Cooperativa Cultura, 2006. 81 p. Volume II - Tramitação.

ASSIS, Adriana Paiva de (coord.). Prefeitura Municipal de Piranga (org.). **Dossiê de Tombamento**: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Pinheiros Altos/Piranga: Cooperativa Cultura, 2007.

ASSIS, Adriana Paiva de (coord.). Prefeitura Municipal de Piranga (org.). **Dossiê de Tombamento**: Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Pinheiros Altos/Piranga: Cooperativa Cultura, 2007.

ASSIS, Adriana Paiva de (coord.). **Dossiê de Tombamento**: Complementação e Laudo Técnico Referente ao Dossiê da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. Piranga: Cooperativa Cultura, 2008. 20 p.

ASSIS, Adriana Paiva de (coord.). **Dossiê de Tombamento**: Casarão do Rosário. Piranga: Cooperativa Cultura, 2006. 121 p.

KNAUER, Luís Guilherme (org.). **Dossiê de Tombamento**: Conjunto Natural e Paisagístico da Fazenda da Praia Grande. Piranga: Muiguilim Assessoria Cultural Ltda., 2003. 39 p. Revisão: Ana Claudia Gomes.

MUIGUILIM ASSESSORIA CULTURAL LTDA. (Belo Horizonte) (org.). **Dossiê de Tombamento**: conjunto natural e paisagístico da fazenda da praia grande. Piranga: Muiguilim, 2003. 39 p. Elaboração: Luís Guilherme Knauer. Revisão: Ana Claudia Gomes.

MUIGUILIM ASSESSORIA CULTURAL LTDA. (Betim) (org.). Prefeitura Municipal de Piranga. **Análise do dossiê de tombamento do Prédio da Prefeitura Municipal de Piranga**. Piranga: Miguilim Assessoria Cultural, 2004.

MUIGUILIM ASSESSORIA CULTURAL LTDA. (Betim) (org.). **Dossiê de Tombamento da Prefeitura Municipal de Piranga**. Piranga: Miguilim Assessoria Cultural, 2003.

MUIGUILIM ASSESSORIA CULTURAL LTDA. (Betim) (org.). **Dossiê de Tombamento da Câmara Municipal de Piranga**. Piranga: Miguilim Assessoria Cultural, 2003. 53 p.

SANTOS, Antônio Fernando Batista dos (coord.). **Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados: Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos – Santo Antônio de Pirapetinga Piranga – MG. Módulo 6**; Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Belo Horizonte, 1998.

SOARES, Ruth Villamarim (coord.). **Dossiê de Tombamento/ Processo de avaliação para tombamento: Capela de Santo Antonio**. IEPHA/MG, Piranga, 1988.

SOARES, Ruth Villamarim (coord.). **Dossiê de Tombamento/ Processo de avaliação para tombamento: Capela de Nossa Senhora do Rosário**. IEPHA/MG, Piranga, 1988.

ARQUIVO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. Piranga. **Livro de tomo I** - Nossa Senhora da Conceição de Piranga.

APM/arquivo Ultramarino de Lisboa. **Projeto resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco**. Caixa 137. Documento 53.

ANEXOS
ANEXO 1 – DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AOS BENS PROTEGIDOS DO
MUNICÍPIO DE PIRANGA

2/11



1. DADOS DO MUNICÍPIO

1.1 Dados Gerais

Município

Município:	PIRANGA
Fundação:	1694 (primeiros desbravadores)
Emancipação:	Em 1871 foi instalado o Município de Piranga, sendo suprimido em 1865 e restaurado em 1868. Em 1870, Piranga foi elevada à condição de cidade, através da Lei nº 1729, de 05 de outubro.
Macrorregião:	Zona da Mata (ALMG)
Microrregião:	Viçosa (ALMG)
Área:	657Km2 (IBGE 2004)
Altitude:	Máxima / Local: 1.325m / Serra do Carmo (ALMG 2005)
	Mínima / Local: 687m / Foz do Ribeirão Oliveira (ALMG 2005)
População:	Total: 17.358 habitantes (IBGE 2004)
	Homens: 8.559 (IBGE 2000)
	Mulheres: 8.451 (IBGE 2000)
	Urbana: 5.079 (IBGE 2000)
	Rural: 11.931 (IBGE 2000)
Densidade Demográfica:	26,42 Hab / Km2
Principal atividade econômica:	Agropecuária
Bacia e componentes hidrográficos:	Bacia do rio Doce / rio Piranga; ribeirão Pirapetinga; rio Bacalhau
Distrito Sede:	Piranga
Demais Distritos:	Santo Antônio do Pirapetinga e Pinheiros Altos
Povoados:	Cunhas, Manja Léguas, Mestre Campos, Santo Antônio do Guiné, Santo Antônio de Pinheiros Altos, São Bento
Legislação Urbana Municipal:	Lei Orgânica; Código de Obras e Edificações de Piranga; Lei de Proteção ao Patrimônio Cultural.

3/11

**Distritos e povoados (IBGE 2000):**

Distrito Sede:	PIRANGA
População Total:	9.831 habitantes
Nº Total de domicílios:	2.381 domicílios
Área Urbana	
População urbana:	4.529 habitantes
N.º de Edificações:	1.160 domicílios
Principal Atividade Econômica:	Comércio e Serviços
Área Rural	
População rural:	5.302 habitantes
Nº de Edificações:	1.221 domicílios
Principal Atividade Econômica:	Agropecuária
Povoados:	Cunhas, Santo Antônio do Guiné e São Bento

Distrito:	SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA
População Total:	2.648 habitantes
Nº Total de domicílios:	568 domicílios
Área Urbana	
População urbana:	131 habitantes
N.º de Edificações:	35 domicílios
Principal Atividade Econômica:	Agropecuária
Distância da sede:	8Km
Área Rural	
População rural:	2.517 habitantes
Nº de Edificações:	533 domicílios
Principal Atividade Econômica:	Agropecuária
Povoados:	Manja Léguas e Mestre Campos

Distrito:	PINHEIROS ALTOS
População Total:	4.531 habitantes
Nº Total de domicílios:	978 domicílios
Área Urbana	
População urbana:	419 habitantes
N.º de Edificações:	100 domicílios
Principal Atividade Econômica:	Agropecuária
Distância da sede:	12Km
Área Rural	
População rural:	4.112 habitantes
Nº de Edificações:	878 domicílios
Principal Atividade Econômica:	Agropecuária
Povoados:	Santo Antônio de Pinheiros



1.2 Patrimônio Protegido

Instância	Denominação	Localidade	Inventário	Tombamento
Tombamento Federal	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário de Bom Jesus do Matozinhos	Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga	1999	IPHAN Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Inscrição: 114 Livro Histórico. Inscrição: 542 Livro de Belas Artes. Inscrição: 607 31/10/1966 / N° Processo: 1223-T-87
Tombamento Estadual	Capela de Santo Antônio	Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga	-	IEPHA/MG n° 29.399 de 21/04/89
	Capela de Nsa. Sra. do Rosário (ruínas)	Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga	-	IEPHA/MG n° 29.399 de 21/04/89
	Capela de Nossa Senhora do Rosário	Distrito-sede	-	IEPHA/MG n° 29.399 de 21/04/89
Tombamento Municipal	Núcleo Histórico Urbano de Santo Antônio do Pirapetinga	Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga	2006	Decreto nº1478/2006
	Imagem do Senhor Bom Jesus do Matozinhos	Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga	2006	Decreto nº1480/2006
	Casarão do Rosário	Distrito de Pinheiros Altos	2006	Decreto nº1479/2006
	Imóvel da Prefeitura Municipal	Distrito-sede	2003	Decreto nº1184/2003; Lei Orgânica Municipal
	Imóvel da Câmara Municipal	Distrito-sede	2003	Decreto nº1185/2003; Lei Orgânica Municipal
	Conjunto Natural e Paisagístico Fazenda Praia Grande	Distrito de Pinheiros Altos	2003	Decreto nº1186/2003; Lei Orgânica Municipal
	Santuário de Bom Jesus do Matozinhos	Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga	-	Lei Orgânica Municipal
	Praça Coronel Amantino Maciel	Distrito	2004	Lei Orgânica Municipal
	Praça Cônego Felício	Distrito	-	Lei Orgânica Municipal
	Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte	Distrito-sede	2007	Decreto nº1523/2007
	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Pinheiros Altos	2007	Decreto nº1522/2007
	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Pinheiros Altos	2007	Decreto nº1524/2007
	Núcleo Histórico Urbano de Pinheiros Altos	Distrito de Pinheiros Altos	2009	(Em tramitação)

5/11



1.3 Patrimônio Inventariado

Área I – Distrito de Santo Antônio de Pirapetinga

Área I - Setor 1-A - Núcleo Histórico Urbano

Bens Imóveis – Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga		Inventário
Denominação	Endereço	Entregue
NHU de Santo Antônio do Pirapetinga	Santo Antônio do Pirapetinga	2006
Capela de Santo Antônio	Rua do Comércio, s/nº	2006
Ruínas da Capela de Nossa senhora do Rosário	Rua do Comércio, s/nº	2006
Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos	Praça do Bom Jesus, s/nº	2006
Casa Paroquial	Praça do Bom Jesus, s/nº	2006
Casa de Romeiros – Bloco 1	Praça do Bom Jesus, nºs 01 a 10	2006
Casa de Romeiros – Bloco 2	Praça do Bom Jesus, nºs 11 a 16	2006
Casa de Romeiros – Bloco 3	Praça do Bom Jesus, nºs 17 a 25	2006
Casa de Romeiros – Bloco 4	Praça do Bom Jesus, nºs 26 a 41	2006
Casa de Romeiros – Bloco 5	Praça do Bom Jesus, nºs 43 a 57	2006
Casa de Romeiros – Bloco 6	Praça do Bom Jesus, nºs 58 a 60	2006
Cozinha Comunitária	Praça do Bom Jesus, s/nº	2006
Banheiro Comunitário	Praça do Bom Jesus, s/nº	2006
Depósito da Irmandade do Senhor Bom Jesus	Rua do Bom Jesus, s/nº	2006
Nova Capela de Nossa Senhora do Rosário	Rua do Santuário, s/nº	2006
Largo do Altinho	Largo do Altinho	2006
Residência no Largo do Altinho, s/nº	Largo do Altinho, s/nº	2006
Residência à rua do Comércio nº184	Rua do Comércio nº184	2006
Casa da Banda	Rua do Comércio, s/nº	2006
Edificação à rua do Comércio, 180	Rua do Comércio, 180	2006
Residência à rua José Luís, nº21	Rua José Luís, nº21	2006
Residência à rua Santo Antônio, nº133	Rua Santo Antônio, nº133	2006
Residência à rua Santo Antônio, nº63	Rua Santo Antônio, nº63	2006
Residência à rua Santo Antônio, nº31	Rua Santo Antônio, nº31	2006
Residência à rua José Luís, nº4	Rua José Luís, nº4	2006
Residência à rua do Comércio, s/nº	Rua do Comércio, s/nº	2006
Residência à rua do Comércio, nº61	Rua do Comércio, nº61	2006
Residência à rua do Comércio, s/nº	Rua do Comércio, s/nº	2006
Residência à rua do Comércio, nº32	Rua do Comércio, nº32	2006
Edificação à rua do Comércio, nº28	Rua do Comércio, nº28	2006
Residência à rua do Comércio, 08	Rua do Comércio, 08	2006
Residência à rua do Comércio, 05	Rua do Comércio, 05	2006
Comércio à rua do Bom Jesus, 05	Rua do Bom Jesus, 05	2006
Residência à rua do Comércio nº19	Rua do Comércio nº19	2006
Residência à rua do Rosário, s/nº	Rua do Rosário, s/nº	2006
Residência à rua do Rosário, nº326	Rua do Rosário, nº326	2006
Residência à rua do Rosário, nº270	Rua do Rosário, nº270	2006
Residência à rua do Rosário, s/nº	Rua do Rosário, s/nº	2006
Residência à rua do Rosário, nº169	Rua do Rosário, nº169	2006
Residência à rua do Rosário, nº145	Rua do Rosário, nº145	2006
Residência à rua do Rosário, nº 23	Rua do Rosário, nº 23	2006
Residência à rua do Rosário, s/nº	Rua do Rosário, s/nº	2006
Conjunto de residências à rua do Santuário	Rua do Santuário, s/nº, 72 e 89	2006
Residência à rua José Luís, 87	Rua José Luís, 87	2006

6/11



Residência à rua José Luís, nº142	Rua José Luís, nº142	2006
Residência à rua José Luís, nº88	Rua José Luís, nº88	2006
Residência à rua José Luís, nº165	Rua José Luís, nº165	2006

Bens Móveis e Integrados			
Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga – Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos			Inventário Entregue
Denominação	Acervo	Endereço	
Imagem do Sr. Bom Jesus	Santuário Sr. Bom Jesus do Matozinhos	Praça Bom Jesus, s/nº	2006
Altar-mor			2007
Mesa do Altar-mor			2007
Altar colateral – Evangelho			2007
Altar colateral – Epístola			2007
Púlpitos			2007
Arco-cruzeiro e tarja			2007
Para-vento			2007
Portada			2007
Pintura forro da Capela-mor			2007
Pintura do forro da Nave			2007
Pintura forro do Nártex			2007
Pia batismal			2007
Pia de Água Benta			2007
Imagem do Senhor Bom Jesus			2007
Imagem de Ns. Sra. das Dores			2007
Crucifixo 1			2007
Crucifixo 2			2007
Mesas			2007
Candelabros			2007
Imagem de F. Fco. de Assis			2008
Imagem de Sto. Ant. de Lisboa			2008
Imagem de Santana Mestre			2008
Imagem de NS do Rosário			2008
Imagem de NS da Piedade			2008
Imagem de NS da Conceição			2008
Sino			2010
Lavabo			2010

Bens Móveis e Integrados			
Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga – Capela de Santo Antônio			Inventário Entregue
Denominação	Acervo	Endereço	
Retábulo-mor	Capela de Santo Antônio	Praça do Comércio, s/nº	2006
Retábulo colateral – Evangelho			2007
Retábulo colateral – Epístola			2007
Retábulo			2007
Arco-cruzeiro			2007
Púlpito – Lado Epístola			2007

Arquivos			Inventário Entregue
Denominação	Endereço		
Ofício do Registro Civil e Tabelionato de Notas	Rua do Comércio, nº180, Sto. Antônio do Pirapetinga		2006

7/11

**Área I – Distrito de Santo Antônio de Pirapetinga****Área I - Setor 1-B****Áreas Rurais**

Residência e Moinho	Estrada rural, s/nº	2006
Fazenda Carolina e Martins Machado	Estrada rural, s/nº	2006
Capela de São Miguel e Almas	Largo de São Miguel, Povoado de Mestre Campos	2008
Casa Paroquial	Largo de São Miguel, Povoado de Mestre Campos	2008
Residência à Praça Carlos Moreira nº 1	Povoado de Manja Léguas	2009
Residência à Rua Gomes Barbosa nº 5	Povoado de Manja Léguas	2009
Residência à Rua Francisco Gomes nº 21	Povoado de Manja Léguas	2009
Capela de Nossa Senhora da Conceição e Cruzeiro	Povoado de Manja Léguas	2009

Bens Móveis e Integrados			
Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga – Capela de São Miguel e Almas			Inventário
Denominação	Acervo	Endereço	Entregue
Altar-mor	Capela de São Miguel e Almas	Povoado Mestre Campos	2008
Pintura Forro Capela-mor			2008
Arco-cruzeiro			2008
Pia Batismal			2008
Imagem de NS Conceição			2008
Imagem de NS Aparecida			2008

Bens Móveis e Integrados			
Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga – Capela de NS. da Conceição			Inventário
Denominação	Acervo	Endereço	Entregue
Retábulo Mor	Capela de NS. da Conceição	Povoado Manja Léguas	2009
Retábulo Colateral – Evangelho			2009
Retábulo Colateral – Epístola			2009
Retábulo capela do Santíssimo			2009
Arco Cruzeiro			2009
Sino			2009
Sino			2009
Imagem de NS da Conceição			2009
Imagem de NS do Rosário			2009
Imagem de São Sebastião			2009
Imagem de Santo Antônio			2009
Imagem de São José de Botas			2009
Imagem do Senhor Morto			2009
Crucifixo			2009
Cruz Processional			2009

Bens Naturais – Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga			Inventário
Denominação	Endereço	Entregue	
Cór. Santo Antônio do Pirapetinga	Povoado de Santo Antônio do Pirapetinga	2008	
Morro do Bom Jesus	Entorno da Praça do Bom Jesus	2008	
Queda d'água no Córrego Cavalhada	Área Rural	2009	

8/11



Área II – Distrito de Pinheiros Altos

Área II - Setor 2-A

Núcleo Histórico Urbano

Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas – Distrito de Pinheiros Altos		Inventário
Denominação	Endereço	Entregue
Casarão do Rosário	Rua José Chassim, nº105	2006
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Praça de NS do Rosário, s/nº	2007
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Praça de NSa da Conceição, s/nº	2007
Edificação à rua Cesário Alvim, 145	Rua Cesário Alvim, 145	2010
Edificação à rua Cesário Alvim, 385	Rua Cesário Alvim, 385	2010
Edificação à rua Cesário Alvim, s/n	Rua Cesário Alvim, s/n	2010
Edificação à rua Joaquim Vieira de Souza, 07	Rua R. Joaquim Vieira Souza, 07	2010
Edificação à rua José Chassim Ferreira, 102	Rua José Chassim Ferreira, 102	2010
Edificação à rua José Chassim Ferreira, 110	Rua José Chassim Ferreira, 110	2010
Edificação à rua José Chassim Ferreira, 134	Rua José Chassim Ferreira, 134	2010
Edificação à rua José Chassim Ferreira, s/n	Rua José Chassim Ferreira, s/n	2010
Edificação à rua Pe Manoel Ferreira, 142	Rua Pe Manoel Ferreira, 142	2010
Edificação à rua Pe Manoel Ferreira, 178	Rua Pe Manoel Ferreira, 178	2010
Edificação à rua Cesário Alvim, 05	Rua Cesário Alvim, 05	2010
Edificação à rua Cesário Alvim, 257 - Correios	Rua Cesário Alvim, 257 - Correios	2010
Edificação à rua Cesário Alvim, 355	Rua Cesário Alvim, 355	2010
Casa Paroquial	Praça NS do Rosário, s/n	2010
Edificação à rua Francisco Sales, 116	Rua Francisco Sales, 116	2010
Edificação à rua Francisco Sales, 164	Rua Francisco Sales, 164	2010
Edificação à rua Francisco Sales, 188	Rua Francisco Sales, 188	2010
Edificação à rua Francisco Sales, s/n	Rua Francisco Sales, s/n	2010
Edificação à praça Francisco Sales, 20	Praça Francisco Sales, 20	2010
Edificação à praça Francisco Sales, 40	Praça Francisco Sales, 40	2010
Edificação à rua Joaquim Vieira de Souza, 346	Rua Joaquim Vieira de Souza, 346	2010

Bens Móveis e Integrados – Distrito de Pinheiros Altos			Inventário
Denominação	Acervo	Endereço	Entregue
Altar-mor	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Praça de NS Rosário, s/nº	2008
Altar do Santíssimo			2008
Arco-cruzeiro e tarja			2008
Púlpitos			2008
Coro / Arcadas			2008
Sino 1			2008
Sino 2			2008
Lavatório			2008
Portada			2008
Porta Lateral			2008
Imagem de Santana Mestra	Igreja de NS da Conceição	Praça de NS Conceição, s/nº	2010
Imagem da Menina Maria			2010
Imagem de Santa Efigênia			2010
Imagem de São Sebastião			2010
Imagem de São Benedito			2010
Imagem do Senhor Morto			2010
Imagem do Senhor dos Passos			2010
Cartório de Pinheiros Altos	Cartório	Pinheiros Altos	2010

9/11



Área II – Distrito de Pinheiros Altos

Área II - Setor 2-B

Área Rural

Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas – Distrito de Pinheiros Altos		Inventário
Denominação	Endereço	Entregue
Fazenda Campo Alegre	Área rural	2011
Fazenda Inácio Dias (1)	Área rural	2011
Fazenda Inácio Dias (1)	Área rural	2011
Fazenda Taquaraçu ou Preguiça	Área rural	2011
Casa de Engenho da Fazenda Taquaraçu	Área rural	2020

Bens Móveis e Integrados – Distrito de Pinheiros Altos			Inventário
Denominação	Acervo	Endereço	Entregue
Monjolo	Fazenda Taquaraçu	Fazenda Taquaraçu, s/n, Área Rural de Pinheiros Altos	2020
Carro de boi			
Eixo e roda de moinho			
Serrote			
Fogão de tropeiro			
Conjunto de quatro caldeirões			
Pilão			
Moedor de carne			
Moedor de café			
Debulhador de milho			
Maçarico			
Conjunto de quatro balanças artesanais			
Conjunto de quatro balanças de prato			
Conjunto de pesos e caixa de armazenamento			

Área III – Distrito Sede

Área III - Setor 3-A

Núcleo Histórico Urbano

Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas		
Denominação	Endereço	Inventário
Coreto	Praça Coronel Amantino, Distrito-sede	1999
Câmara Municipal	Praça Coronel Amantino, Distrito	1999
Prefeitura Municipal (Antigo Fórum)	Praça Coronel Amantino, Distrito	1999
Antigo Cine-Teatro	Rua Vereadora Maria Anselmo	1999
Capela Nossa Senhora do Rosário	Praça do Rosário, Distrito-sede	1999
Casa da Banda	Rua Honório Garcez, 95, Distrito-sede	1999
Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte	Largo da Boa Morte, s/nº - Distrito sede	2004/2007
Residência à rua Benedito Valadares, 79	Rua Benedito Valadares, 79 - Distrito sede	2004
Residência à rua Benedito Valadares, 153	Rua Benedito Valadares, 153 - Distrito sede	2004
Residência à rua Dr. Sólon, 70	Rua Dr. Sólon, 70 - Distrito sede	2004
Residência à rua Dr. Sólon, 108	Rua Dr. Sólon, 108 - Distrito sede	2004
Residência à Vila do Carmo, r. Belém, 68	Vila do Carmo, r. Belém, 68 - Distrito sede	2004
Casario à Pça. Côn. Felício, 11, 06, 10, 55	Pça. Cônego Felício, 11, 06, 10, 55 - Sede	2004
Praça Coronel Amantino Maciel	Praça Coronel Amantino Maciel - Sede	2004
Residência próxima à Piranga	Área rural - Distrito sede	2004
Antigo Matadouro Municipal	Distrito-Sede	2018
Ponte do Matadouro	Distrito-Sede	2018

10/11



Solar do Cônego Felício	Rua São Sebastião, nº106	2019
Edificação à R. Ver. Ma. Anselmo, nº130	Rua Vereadora Maria Anselmo, nº130	2019
Edificação à R. Ver. Ma. Anselmo, nº154	Rua Vereadora Maria Anselmo, nº154	2019
Edificação à Rua José Milagres, nº183	Rua José Milagres, nº183	2019
Edificação R. José Inácio Peixoto, nº150	Rua José Inácio Peixoto, nº150	2019
Edificação à Rua Nova, nº14	Rua Nova, nº14	2019
Edificação à Rua Nova, nº53	Rua Nova, nº53	2019
Edificação à Rua Nova, nº123	Rua Nova, nº123	2019

Bens Móveis e Integrados – Capela de NS. do Rosário / Praça do Rosário, Centro	
Denominação	Inventário
Imagem de Nsa Sra do Rosário	1999
Candelabros – 4 peças	1999
Castiçais – 34 peças	1999
Crucifixos – 07 peças	1999
Imagem do Espírito Santo	1999
Imagem do Menino Jesus	1999
Imagem de Nosso Sr da Cana Verde	1999
Imagem de Nsa Sra do Carmo	1999
Imagem de Nsa Sra das Mercês	1999
Imagem de São Tomás de Aquilino	1999
Imagem de Anjo Pedidor de Escolas	1999
Imagem de Nsa Sra Aparecida	1999
Sinos – 05 peças	1999
Imagem de São Pedro	1999
Imagem de Sta Efigênia	1999
Imagem de São Paulo	1999
Imagem de Nsa Sra do Rosário	1999
Banco de Madeira	1999
Carretilha	1999
Imagem do Menino Jesus	1999
Conjunto de Esquife e 8 suportes	1999
Cortador de hóstia – 2 peças	1999
Lança – 8 peças	1999
Telhas – 2 peças	1999
Cravos de Cruz	1999
Turíbulo – 4 peças	1999
Ornamento	1999
Imagem do Sr Morto	1999
Imagem de Nos Sr dos Passos	1999
Sacras para Altar – 3 peças	1999
Lanternas de procissão – 6 peças	1999
Espada e bainha – 2 peças	1999
Âmbula – 2 peças	1999
Sineta – 2 peças	1999
Porta incenso – Naveta	1999
Porta missal com estante	1999
Imagem de Nsa Sra da Boa Morte	1999
Cálices e Patenas	1999
Pintura de Cristo Coroado	1999
Pote de água benta	1999

11/11



Sacrário	1999
Cruz – 2 peças	1999
Livros de Missal – 10 peças	1999
Maquineta – 2 peças	1999
Custódia – 2 peças	1999
Placa de 1872	1999
Guião para procissão	1999
Contrapeso para lâmpada do SS	1999
Cruzes, varas – 7 peças	1999
Adobe	1999
Imagem de Cristo Crucificado	1999
Conjunto de ex-votos	1999
Balaústre	1999
Concha	1999
Tocheiro-2 peças	1999
Imagem sem identificação	1999
Adereço – 2 peças	1999
Conjunto de ferro batido	1999
Conjunto de peças de madeira	1999
Peças sem identificação	1999
Imagem – Crânio	1999
Apagadores de velas – 2 peças	1999
Aspersor de água benta	1999
Peças avulsas – prováveis pedaços de alças	1999
Prato musical – 2 peças	1999
Conjunto para óleos santos	1999
Sineta	1999
Caixa	1999
Terminal de mastro para bandeira	1999
Bacia	1999
Tampa	1999
Uma parte de arado	1999
Mesas – 3 peças	1999
Cadeiras – 2 peças	1999
Genuflexório	1999
Banqueta	1999
Imagem de Cristo Ressuscitado	1999
Armário	1999
Forma para fazer hóstia	1999
Pedra d'ara	1999
Baú	1999
Puxador de gavetão	1999
Jarras – 5 peças	1999
Bancos	1999
Medalhão de Santa Quitéria	1999
Púlpito	1999
Confessionário	1999
Altar – interior da nave	1999
Altar colateral da Epístola S Francisco	1999
Altar colateral Evangelho NS Carmo	1999
Pia Batismal	1999

12/11



Bens Móveis e Integrados – Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte	
Endereço: Rua Vereadora Maria Anselmo, s/n	
Denominação	Inventário
Retábulo-Mor	2018
Retábulo Colateral Epístola	2018
Retábulo Colateral Evangelho	2018
Púlpitos Epístola e Evangelho	2018
Balaustrada	2018
Para Vento	2018
Imagem de Nossa Senhora da Boa Morte	2018
Imagem do Senhor dos Passos	2018
Imagem de Nossa Senhora das Dores	2018
Sinos	2018
Relógio	2018

Bens Móveis e Integrados – Solar do Cônego Felício	
Denominação	Inventário
Pinturas Parietais	2019

Áreas I, II e III

Patrimônio Imaterial		Inventário
Denominação	Categoria	Entregue
Festa do Rosário	Celebrações	2007
Corporação Musical Bom Jesus	Formas de expressão	2007
Fabricação de Açúcar Mascavo e Rapadura	Saberes	2007
Memórias do Bom Jesus	Saberes	2007
Memórias de Tropeiros	Saberes	2007
Artesanato em Palha e Taboa	Saberes	2008
Artesanato em Taquara	Saberes	2008
Benzedeiros	Saberes	2008
Quitandeiras	Saberes	2008
Festa de São Miguel	Celebrações	2009
Festa de São Vicente	Celebrações	2009
Mês de Maria	Celebrações	2009
Campo de Batalha da Guerra dos Emboabas	Lugares	2009
Festa de Nossa Senhora do Rosário	Celebrações	2010
Banda de Nossa Senhora da Conceição	Formas de expressão	2010
Benzedeiros	Saberes	2010
Benzedeiros	Saberes	2010
Tecelagem	Saberes	2010
Adobe e Pau a Pique	Saberes	2010
Fabricação de Cachaça	Saberes	2010
Memórias de Tropeiros	Saberes	2010
Festa de Reis	Celebrações	2011
Festa do Mastro	Celebrações	2011
Guarda de Congado NS Rosário (do Morro)	Formas de expressão	2011
Guarda de Congado NS do Rosário	Formas de expressão	2011
Guarda Moçambique Santo Antônio do Guiné	Formas de expressão	2011
Preparação do Mastro	Celebrações	2011

Fonte: Documentação disponibilizada pela Secretaria de Cultura e Turismo. Prefeitura Municipal de Piranga MG. Acesso em: Novembro de 2020.

ANEXO 2 – AUTORIZAÇÕES ASSINADAS PELOS ENTREVISTADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU – Mestrado
PROFISSIONAL EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA

Carta de Autorização

Eu Robson Fernandes Chassim Ferreira, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado profissional em Patrimônio cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Danielly Meireles Dias, matrícula ES 104251, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando meus direitos e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Robson', is written over a solid horizontal line.

Piranga – MG

14 / Abril / 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU – Mestrado
PROFISSIONAL EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA

Carta de Autorização

Eu Adriana Paiva de Assis, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado profissional em Patrimônio cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Danielly Meireles Dias, matrícula ES 104251, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando meus direitos e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

ADRIANA PAIVA DE
ASSIS:76468780659

Digitally signed by ADRIANA PAIVA DE
ASSIS:76468780659
DN: c=BR, o=ICP-Brazil, ou=Secretaria de Receita
Federal do Brasil, ou=RS, ou=RS e CP AL, ou=EM
RS&M, ou=RS-2022-09-09, ou=videoconferencia, ou=ADRIANA PAIVA DE
ASSIS:76468780659
Date: 2022.09.09 10:56:20 -0300

Piranga – MG

09 / Novembro /2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU - Mestrado
PROFISSIONAL EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA

Carta de Autorização

Eu LUIS HELVECIO SILVA ARAUJO, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para o programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado profissional em Patrimônio cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa – MG e para Danielly Meireles Dias, matrícula ES 104251, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a esta instituição. Abdicando meus direitos e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Piranga – MG

08, MARÇO 2021